

PUCRS

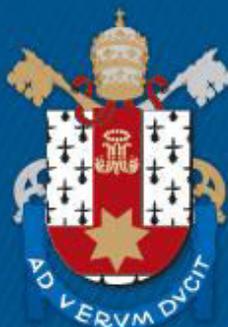
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
DOUTORADO EM FILOSOFIA

TIZIANA COCCHIERI

O SÍGNO E A EXPERIÊNCIA: A LÓGICA SEMIÓTICA DE CHARLES SANDERS PEIRCE

Porto Alegre
2018

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

TIZIANA COCCHIERI

**O SIGNO E A EXPERIÊNCIA:
A LÓGICA SEMIÓTICA DE CHARLES SANDERS PEIRCE**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Luft

Porto Alegre
2018

Ficha Catalográfica

C659s Cocchieri, Tiziana

O signo e a experiência : A Lógica Semiótica de Charles Sanders Peirce / Tiziana Cocchieri . – 2018.

176.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Luft.

1. Epistemologia. 2. Raciocínio. 3. Semiótica. 4. C. S. Peirce. 5. Experiência. I. Luft, Eduardo. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Salete Maria Sartori CRB-10/1363

TIZIANA COCCHIERI

**O SIGNO E A EXPERIÊNCIA:
A LÓGICA SEMIÓTICA DE CHARLES SANDERS PEIRCE**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 13 de agosto de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Luft - PUCRS

Prof. Dr. Cassiano Terra - ITA

Prof. Dr. Fabrício Pontin - Universidade La Salle

Prof. Dr. Norman Roland Madarasz - PUCRS

Prof. Dr. Roberto Pich - PUCRS

Porto Alegre
2018

Dedico a Jesus Cristo, que me inspira a não aceitar que se estanque o fluxo do conhecimento e a entender a Filosofia como a arte de bem raciocinar, de modo que possa prestar-Lhe culto racional.

Dedicatória

Dedico esta tese aos meus pais, que com eles aprendi, entre muitas outras coisas, o respeito com todos os meus, e que respeitá-los é o mesmo que me amar. Meu pai, Elio Cocchieri (*in memorian*), minha mãe, Neusa Cocchieri, juntamente com meus avós (*in memorian*): Giovanni Cocchieri, Maria Di Maddalena Cocchieri, Luiz Monteiro e Oscarlina Durães Monteiro são o alvo desta dedicatória.

Agradecimentos

Em especial, agradeço aos meus pais, Elio Cocchieri (*in memoriam*) e Neusa Cocchieri, por sempre serem presentes e por incentivarem e investirem em meus estudos. Agradeço aos meus irmãos Luciano Cocchieri, Fabiano Cocchieri, Christiano Cocchieri e cunhadas Maria Luiza Minholi Cocchieri e Ana Cristina Peres Cocchieri, os quais participaram deste processo de diferentes modos; sem este investimento oferecido por eles, meus familiares, todo processo teria sido muito mais difícil de se concretizar.

Agradeço à Instituição Federal de Ensino Superior que leciono, a saber, Universidade Federal de Rondônia. Ela proporcionou o período de licença para esse tempo de formação, sem o qual não seria possível concluir este trabalho de pesquisa, pois, sobretudo, a distância do ambiente de estudo e o de trabalho é mensuravelmente continental.

Expresso gratidão aos meus colegas de Departamento pelo espírito de cooperação e solidariedade; em especial ao Doutor Márcio Secco, por haver auxiliado em questões de suma importância, de modo que pudesse me dedicar mais intensamente aos processos pertinentes ao doutorado.

Agradeço, ainda, ao Doutor Eduardo Luft pela orientação, como também à Doutora Rosa Maria Calcaterra, orientadora no exterior, que me acolheu de modo singular e me forneceu uma agenda de atividades pertinentes ao processo de desenvolvimento da tese, assim como emprestou livros de seu acervo. Agradeço aos professores avaliadores, a saber, os Doutores Norman Mandarasz, Cassiano Terra, Fabrício Pontin e Roberto Pich pelo acolhimento do convite e pronto aceite em participar do processo de avaliação.

Agradeço à CAPES e ao CNPQ, por conceder a bolsa de estudos para realização do doutorado sanduíche junto à Universidade de Roma Tre, sem o qual não seria possível realizar o estágio no exterior. Este implicou no aprofundamento significativo da pesquisa, provocando uma mudança considerável na visão da mesma, de modo a realizar um laborioso, mas, creio eu, bom processo.

Agradeço à PUCRS pela oportunidade, assim como por fornecer instalações físicas e recursos ideais para a realização da pesquisa, proporcionando um alto nível de formação, haja vista a excelência quanto a avaliação junto à CAPES. Expresso isto, congratulo o Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, o Coordenador do curso de Pós-Graduação em Filosofia da mesma instituição, como também agradeço ao corpo docente, que possui alto nível de qualificação.

Especial agradecimento à Secretária do Curso de Pós-Graduação em Filosofia, em particular à Andréa Simione, pelo sempre bem-humorado, pronto e rápido atendimento e prestatividade.

Minha gratidão aos colegas de curso; em especial, Rosana Pizzato, Edy Klévia Fraga de Souza e Jair Tauchen. Quero registrar que vocês marcaram minha trajetória ao longo deste processo falando a verdade sem violência, que é expressão de caridade.

Dirijo meus agradecimentos a todos os que acompanharam, direta e indiretamente, este processo de desenvolvimento acadêmico e pessoal, reconhecendo que não é possível concluir um trabalho deste tipo sem a colaboração e cooperação das pessoas do nosso entorno. Além do mais, estas pessoas foram muito compreensivas em momento tão peculiar. Creio que as mesmas saberão se identificar neste parágrafo sem que seja necessário transcrever seus nomes.

“Ainda que os amigos de Roma por vezes demorassem a vir, tinha sempre ali outros companheiros, à mão, pois, que amigos podem ser mais benvindos, jamais desapontando, silenciosos ou loquazes ao nosso gosto, do que os livros?” (Stefan Zweig)

RESUMO

Neste trabalho de pesquisa, a partir do modelo epistemológico peirceano, analisamos como se relacionam as questões de experiência às das construções formais, que, em última análise, desembocam em sistematizações teóricas, produzindo, assim, sistemas de significação. A sistematização de teorias é própria da esfera conceitual, construídas a partir de modelos de significação. A arquitetura filosófica de Charles Peirce é tomada como substrato para pensar e descrever esse processo de concatenação entre teoria e prática, modelo este construído como sistema filosófico de explicação de realidade. Ressaltamos a apresentação de uma determinada taxonomia de categorias fenomênicas universais (categorias cenopitagóricas), que sustentam um modelo representacional de realidade, em que experiência e conhecimento são termos sinonímicos. Neste sentido, a problemática apresentada aqui remete à seguinte questão: se conhecimento e experiência são um e mesmo fenômeno, considerando que a experiência é da ordem do particular e o conhecimento da ordem do universal, não se estaria estabelecendo, assim, um certo tipo de nominalismo? O curso de análise e justificação que se segue delineia a perspectiva peirceana quanto à não aceitação da incognoscibilidade das coisas do/no mundo, postura esta que aparece em toda a exposição do recorte exposto nesta tese sobre seu sistema filosófico, abrindo-se para um caminho original que privilegia um outro tipo de lógica (semiótica) e uma metodêutica peculiar (método científico de fixação de crença).

Palavras-chave: Epistemologia. Raciocínio. Semiótica. C. S. Peirce. Experiência. Signo.

ABSTRACT

Based on the peircean epistemological model, this research work analyzes the way the experience issues are related to the formal constructions that in the last analysis end up in theoretical systematizations, which produce systems of meaning. The systematization of theories is a characteristic of the conceptual constructs built from models of signification. We present the philosophical architecture of Charles Peirce as a substrate to think and describe this process of concatenation between theory and practice, a model built as a philosophical system of explanation of reality. We emphasize the presentation of a particular taxonomy of universal phenomena categories (cenopitagoric categories), which support an explanation of reality reading, where experience and the knowledge are synonymous terms. In this sense, the problematic presented here refers to the following question: If knowledge and experience are one and the same phenomenon, considering that experience is of the particular order and knowledge of the universal order, one would not be establishing a certain type of nominalism? The analysis course and justification that follows delineates the peircean's perspective on the non-acceptance of the unknowability of things of/in the world, a posture that appears throughout the exposition of the topic exposed in this thesis about this philosophical system, opening for an original path that privileges another type of logic (semiotics) and a peculiar methodic (scientific method of establishing beliefs).

Keywords: Epistemology. Reasoning. Semiotics. C.S. Peirce. Experience. Sign.

TABELA DE ABREVIATURAS

Sistema de citação da obra de C. S. Peirce

- CP** *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Vol. I-VI, sob a organização de P. Weiss e C. Hartshorne. Cambridge: Harvard University Press, 1935-1935; *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Vol. VII E VIII, a cura de A. Weiss Burks. Cambridge: Harvard University Press, 1958.
- W** *Writtings of Charles Sanders Peirce*. Vol. I a VI, sob a organização de Peirce Edition Project. Bloomington and Indiana: Indiana University Press, 1982-2010.
- EP** *The Essential Peirce*. Vol. 1 e 2. Bloomington and Indiana: Indiana University Press, 1992-1998.
- MS e L** A numeração se reporta ao *Annotated Catalogue of the Papers of Charles Sanders Peirce*. Amherst: University of Massachusetts Press, 1967. [Referências aos manuscritos e cartas de C.S. Peirce, citados respectivamente como MS e L, seguidos pelos números de página].
- NEM** *New Elements of Mathematics by Charles S. Peirce*. Editor C. Eisele. The Hague, The Netherlands: Mouton, 1976.

Seguindo a convenção internacional quanto à indicação dos textos de Peirce referentes ao *Collected Papers of Charles Sanders Peirce* apresentamos a sigla CP, subsequentemente seguida do número do volume e do parágrafo. Utiliza-se a mesma convenção para *Writtings of Charles Sanders Peirce*, ou seja, seguirá a sigla W, subsequentemente seguida do número do volume e do parágrafo. São usadas as abreviaturas referentes aos dois volumes de *The Essential Peirce* (EP) e *New Elements of Mathematics by Charles S. Peirce* (NEM).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 CHARLES. S. PEIRCE E O PRAGMATISMO	25
1.1 Contexto em que surge o Pragmatismo Americano.....	26
1.2 O pragmaticismo peirceano.....	41
1.3 Difusão do pragmatismo e importância da filosofia de Peirce.....	57
2 A INTELIGÊNCIA COMO CAPACIDADE DE APRENDER POR MEIO DA EXPERIÊNCIA	66
2.1 As categorias mais universais da experiência.....	67
2.2 Conceito de inteligência em Peirce.....	82
2.3 Inteligência e experiência: a importância de tornar as ideias claras.....	87
3 SEMIÓTICA: BASE LÓGICA QUE REGE A CONEXÃO LINGUAGEM-MUNDO	96
3.1 O que é signo, interpretante e objeto do signo.....	97
3.2 Natureza da semiótica peirceana.....	111
3.3 Diagrama do signo: Grafos Existenciais.....	123
4 COMO A LÓGICA SE CONECTA À EXPERIÊNCIA?	133
4.1 Lógica <i>utens</i> e lógica <i>docens</i>	134
4.2 Formas de raciocínio.....	142
4.3 A evolução dos conceitos.....	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
LÉXICO	157

REFERÊNCIAS.....	166
-------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Nesta tese, buscamos trabalhar com a filosofia sistêmica de Charles Sanders Peirce, em seu modelo real-idealista, tendo em vista os seguintes propósitos: Apresentar um breve contexto histórico sobre a formação do pensamento de Peirce. Analisamos seu peculiar pragmatismo em comparação com o pragmatismo de seus contemporâneos, assim como a reverberação de sua filosofia, apontando a influência de seu pensamento sobre filósofos da atualidade; analisar o problema da relação entre construção de modelo de realidade (teoria) e esquemas de ação que alcancem o resultado esperado (prática) buscando reconstruir, a partir da filosofia de Peirce, como essa conexão se efetiva. Por fim, demonstrar que a filosofia proposta por Peirce não deve ser considerada uma forma de nominalismo, mas sim de uma filosofia real-idealista.

Tendo em vista os propósitos acima, os problemas a serem tratados se configuram nas seguintes questões:

- i) Como a filosofia de Peirce se inicia e qual a importância de seu pensamento para a filosofia atual?
- ii) Como se conectam os planos da realidade (mundo) e linguagem (como representação mental da realidade) no contexto da filosofia peirceana?
- iii) Como Peirce busca diluir a dicotomia sujeito/objeto, de modo que esta relação não desequilibre pendendo para um tipo de solipsismo, psicologizado (subjetivação), ou para um tipo discreto de nominalismo com pretensão de objetividade?

Para responder a essas questões há a necessidade de apresentar uma série de conceitos propostos por Peirce. Isto porque o filósofo estabelece novas significações para conceitos antigos como, por exemplo, o conceito de inteligência que, após realizada contextualização histórica, é o ponto de partida a ser tratado nesta tese. Explicitaremos também neologismos cunhados pelo autor, como o de ilação. De modo peculiar, como discutiremos, Peirce atribui inteligência a todos os seres capazes de praticar semiose, processos este que subjaz ao sistema lógico cunhado pelo filósofo como ferramenta para leitura da realidade. Esta é uma perspectiva bastante inusitada em sua época, pois a prática de semiose pode ocorrer entre não-humanos.

Além de tratar o conceito de inteligência como ponto de partida, buscamos apresentá-lo como conceito-chave da filosofia de Peirce. É este conceito que percorrerá diversas questões presentes na tese, imbricadas a partir do seguinte ponto de discussão: como se constrói o conceito de experiência na filosofia real-idealista de Peirce?

Em Peirce, a experiência está intimamente ligada ao conceito de hábito e de inteligência. Ora, considerando que as teorias científicas são construídas com grande ênfase na experiência outra questão se apresenta: como ocorre a passagem da experiência, entendida como da ordem do particular, para teorias que possuem caráter e pretensão de universalidade? Em última análise, esta questão está inserida no contexto explicativo de conexão entre teoria e prática, objeto de interesse de Peirce.

Inteligência, experiência, pensamento, lógica, linguagem e outros conceitos fazem parte dos temas abordados por Peirce em sua filosofia sistêmica. Eles encontram-se imbricados em uma urdidura filosófica, analogamente semelhante ao tecido do contínuo, em que o discreto não é uma ruptura, mas um ponto referencial aglutinador de contiguidade em que os principais conceitos a sustentar a teoria estão relacionados entre si. Dito isto, o conceito de continuidade é também fundamental para a compreensão de seu construto conceitual.

Assim como o conceito de continuidade, os demais conceitos filosóficos mencionados foram diversas vezes revisados por Peirce ao longo de toda sua vida, sofrendo alterações, reformulações e correções, as quais deram origem a novas nomenclaturas, conotações e conceitos. Na filosofia peirceana, esses conceitos convergem para uma lei geral, a lei da continuidade: o conceito de continuidade alinha todos os demais na trama sêmica de sua proposta de epistemologia evolutiva, caracterizando tal teoria como monádica.

Diante da distinção entre verdade material e correção lógica, Peirce cunha um conceito de inteligência que inclui o conhecimento comum associado ao conhecimento científico, argumentando que uma divisão abrupta entre essas partes traz consigo uma grave incompreensão do próprio fenômeno do conhecimento. A esse respeito, a filosofia de Peirce provoca certa estranheza a seus interlocutores contemporâneos mediante a proposta de não provocar o divórcio entre discurso e experiência, trazendo à tona um novo modo de pensar e fazer filosofia no contexto do século XIX.

Quanto à noção de ciência, convém destacar o predicado *científico*, pois o mesmo é atribuído a esse tipo de inteligência peculiar, ou seja, “científica”, na qual se articula, de modo ordenado, todas as formas de raciocínio (a saber: abdução, dedução e indução), em prol do estabelecimento uma regra de ação que, em última análise, possa ser caracterizada como

hábito. O método científico proposto por Peirce opera na verificação da crença, considerando a máxima de que toda inteligência é aquela capaz de aprender através da experiência e, por conseguinte, estabelecer formas de ação mais adaptáveis e favoráveis, tendo em vista a lei geral do contínuo.

Para construir seu método filosófico, Peirce passou por áreas de grande abstração com bastante familiaridade à Filosofia, como a Metafísica e a Matemática, e em áreas duras como a Química e Física. Peirce obteve bastante êxito em suas descobertas no campo da Física¹, tendo em vista a descrição da lógica de resolução de problemas, fornecendo hipóteses, soluções e formas de compreensão processuais plausíveis, coerentes e efetivamente aplicáveis a seus fins.

Por esta razão, para facilitar a familiarização ao sistema filosófico peirceano, considerando seu caráter peculiar, apresentamos um breve léxico² que servirá de norte para indicar as fronteiras conceituais por onde Peirce transita. Além do mais, já que os temas não estão dispostos em ordem cronológica, cremos que a presença do léxico corrobore para a clareza da exposição temática dos argumentos.

Peirce aponta um caminho para a formação de uma nova visão de mundo, apresentando o pensamento como um sistema maior que o próprio indivíduo, ao afirmar que o pensamento não está em nós, todavia nós é que estamos em pensamento. Seria como se tivéssemos acesso a um campo informacional que se manifesta significativamente por meio do hábito de ação que, por sua vez, é um padrão que nos configura, por pertencermos ao mesmo plano da natureza seguindo as mesmas leis gerais que a regem. Logo, a lei do hábito se sobrepõe ao indivíduo, ou seja, ao próprio ser humano, em que o hábito pode ser percebido e espalhado por e em toda a natureza. Seu sistema filosófico visa abranger a amplitude da objetividade do mundo e do próprio sujeito, a partir do que foi denominado modelo real-idealista³.

Uma proposta de análise do sistema peirceano, em perspectiva endógena, requer uma ampliação conceitual e de nova delimitação de notações em diferentes áreas do conhecimento, sem restringir-se à Filosofia tradicional, embora Peirce não tenha rejeitado a filosofia e

¹ Em 1865 Peirce começa a trabalhar como assistente de pesquisa em *Coast and Geodetic Survey* nos Estados Unidos, atividade esta que desenvolveu ao longo de trinta anos. Elaborou estudos sobre a gravidade, fazendo uso de pêndulo. Peirce tornou seu trabalho reconhecido ao cartografar os mapas dos Estados Unidos, que foram utilizados na Segunda Guerra Mundial. (MADALLENA, 2014, p. 6).

² Os termos foram descritos a partir da compreensão das leituras expostas ao longo do trabalho, considerando a base referencial listada na bibliografia utilizada.

³ No sistema filosófico de Peirce, além da denominada abordagem real-idealista, há uma abordagem metafísica categorizada em três complexas exposições, também bastante imbricadas, que receberam os nomes de tiquismo, sinequismo e agapismo.

terminologia tradicionais para estabelecer as bases de sua arquitetônica filosófica. São muitos os filósofos da tradição que são citados por Peirce em citações diretas, como por exemplo, as contidas no *Collected Papers*, de modo a indicar sua busca em referências de pensadores como Platão, Aristóteles, Dum Scotus, Kant, Schelling, Hegel, entre tantos outros filósofos e matemáticos clássicos e modernos, como também de outras áreas. Peirce buscou nas línguas latim e grego, das quais tinha fluência, referência para configurar a nomenclatura e os novos conceitos, tendo em vista conjuntamente a exegese das problematizações epistemológicas de tempos anteriores ao seu, elencadas ao longo da história da Filosofia.

A interdisciplinaridade não é uma característica presente somente na filosofia de Peirce; todavia, utilizava-se da articulação de diversas áreas do saber para unir teoria e prática, estabelecendo novas explicações mediante problemáticas diversas. Esta, aliás, se configuraria como uma das principais características do pragmatismo em geral, desde sua gênese. Entretanto, peculiarmente o Pragmatismo, ou Pragmaticismo⁴ peirceano se constitui e expressa por meio dessa relação imbricada e indissociável entre o inteligir e o atuar no mundo, considerando o método o amalgama unificador entre ambos. Tal método científico de investigação se manifesta sob o uso da instrumentalidade que fornece a semiótica.

A semiótica, entendida como Lógica por seu criador, em analogia com a malha tridimensional do espaço/tempo (altura, largura, profundidade) se move *ad continuum*, permitindo que o que interpreta os eventos o faça descrevendo o “lugar” de onde observa, porém referindo-se a um espaço lógico, um plano de abstração que constitui um espaço conceitual complexo. Juntamente com os grafos existenciais, a semiótica fornece um mapeamento no qual nos encontramos inseridos, estruturando, assim, explicação lógica entre coisas do/no mundo. A semiótica também se configura em um modelo triádico, estabelecida em consonância aos modos de raciocínio (abdução, dedução e indução) e às categorias fenomenológicas (qualidade, relação e regularidade) como configuração de um padrão de generalização em meio a uma ordenação e recorte de significação dados.

Algumas das implicações decorrentes dessa afirmação seria dizer que a lógica que estamos habituados a operar ao longo da história do pensamento, a que se estrutura em sujeito-cópula-predicação (sujeito como substância, cópula como conectivo e predicação como qualidades atribuídas ao sujeito) não daria conta de descrever o plano da realidade em movimento ao qual Peirce se propõe a analisar, qual seja: das relações das coisas em processo, relações estas que se movem evolutivamente, de acordo com a lei da continuidade.

⁴ Peirce altera o nome de seu sistema filosófico ao perceber que não havia identificação entre o que havia construído e a forma com que seus contemporâneos o definiam.

Segundo Peirce⁵, a necessidade de uma revisão e atualização epistemológica de representação de realidade e visão de mundo se justifica na própria revisão da História da Filosofia, em que a lógica se constitui ocasionalmente a partir da interpretação de testemunhos, apoiada em demonstrações dedutivas, que são necessárias, porém não suficientes para validar a correspondência entre fato e linguagem. Tal insuficiência ocorre por serem descritivas tão somente, limitando o espaço de análise ao plano somente da linguagem. Ele também argumenta que, diante deste modelo silogístico, ao indagar se o homem pode ter um conhecimento de proposições universais, a resposta é que não poderia fazê-lo sem o conhecimento de cada particular (que envolve experiência), que, por fim, é uma percepção de tipo que comumente se exprime por meio de *insight*, revelação divina, indução ou testemunho. Ou seja, esses meios não são considerados no silogismo, por serem desqualificáveis, pontos de partida frágeis para a validação do peso de verdade ou correspondência com a realidade, adotando como único ponto de partida e chegada o raciocínio dedutivo. A inovação em Peirce é que nenhum dos modos de raciocínio é preterido em seu método científico.

Sua crítica gira em torno do conceito de intuição defendido pela tradição, e, em especial, ao formulado pelo modelo epistemológico cartesiano, considerando que intuição seria uma cognição não precedida de outra cognição. Segundo Peirce, a hipótese de aceitar a intuição como premissa indubitável não pode ser válida, pois ela deveria ser explicada, considerando que não há nada no mundo que seja incognoscível. Logo, critica como se poderia postular um conceito gerado a partir de uma intuição e considerá-lo, posteriormente, como derivado de uma forma lógica; segundo ele, seria esta uma inconsistência.

Sobre o silogismo, Peirce⁶ destaca que se trata de uma suposição, conclusão, extraída da própria premissa, que é o caso quanto ao modo do raciocínio de tipo dedutivo, que, em última análise, seu conjunto de validação não possui conexão necessária com a realidade. Desse modo, para validar o plano dos eventos poderia passar-se por um *petitio principii*, sendo que esta é a base estrutural do silogismo, considerando que todas as formas de silogismo poderiam ser reduzidas ao de tipo Barbara. Peirce recorre ao exemplo para clarificar: a proposição “Todos os homens são mortais” não envolve a afirmação de que

⁵ “In the case of ancient history, the facts to be explained are, in part, of the nature of monuments, among which are to be reckoned the manuscripts; but the facts in greater part are documentary; that is, they are assertions and virtual assertions which we read either in the manuscripts or upon inscriptions. This latter class of facts is so much in excess, that ancient history may be said to consist in the interpretation of testimonies, occasionally supported or refuted by the indirect evidence of the monuments” (CP 7.224). E ainda: “Besides, scientific studies have taught us that human testimony, when not hedged about with elaborate checks, is a weak kind of evidence”. (CP 6.552)

⁶ CP 5. 328.

Sócrates é mortal, mas apenas que “o que quer que o homem realmente tenha predicado é mortal”. Ou seja, a conclusão não está envolvida com a realidade da premissa, mas apenas valida sua estrutura silogística. Dito de outro modo, em contexto da filosofia peirceana, seria equivalente a argumentar que o silogismo não é válido para determinar um valor de verdade como correspondente da realidade, por ser somente demonstrativo.

A pertinência desta questão desemboca em outra formulação do mesmo problema: como transformamos experiências que observamos, circunscritas no âmbito da percepção, em teorias, que possuem alicerces no raciocínio lógico. Ora, bem raciocinar é algo que se deve aprender, e percepção de certa maneira é involuntária, pois não escolhemos exatamente o que vamos perceber. Por esta razão, o esforço peirceano se volta para a explicação do processo de juízo perceptivo (percepção) e do método científico (bem raciocinar), com fins de fornecer um modelo representacional que conecta a realidade à representação da mesma.

O método científico proposto por Peirce ordena os modos de raciocínio, de modo que nenhum dos três modos inferenciais (indução, dedução e abdução) são preteridos, mas cada qual possui função específica levando em conta todo o processo de descoberta, no contexto de resolução de problemas. O diferencial de seu método é que o ponto de partida se inicia pela experiência ordinária. Por esta razão, partimos deste ponto, em que critérios de validação são estabelecidos como correlatos expressos em uma linguagem formal. Estes, por sua vez, são constituídos a partir de leis gerais como base de construtos teóricos correspondentes à realidade, sem que o mesmo desemboque no problema da dedução silogística (a saber, de ser somente demonstrativa), tampouco se limite a uma espécie de psicologismo, por buscar sua consonância com a realidade por meio da prova correspondente ao fato e em uma comunidade indeterminada de investigadores, considerando ser o processo de descoberta (conhecimento da realidade) um processo heurístico e falível.

Por meio do sistema epistemológico proposto por Peirce pode-se explicar a concatenação de padrões que estão no mundo como lei e que se manifestam no modo de pensar humano, coordenando suas ações. Peirce se dedica a explicar a conexão entre teoria (modelo de realidade) e prática (tendo em vista o modelo de realidade, como agimos sobre o mundo de modo a alcançar os resultados esperados) correlacionando-as à singularidade da experiência e à generalidade conceitual, mas sem cair em um tipo de nominalismo. A ideia dos universais está contida em toda proposta filosófica de Peirce. Para explicar como este sistema epistemológico encontra-se estruturado e de que modo surgiu, apresentamos a tese organizada em quatro partes.

Na primeira parte iniciamos com a apresentação contextual do pensamento de Peirce, tanto em sua gênese (*Metaphysical Club*) como sobre a influência de seu pensamento sobre seus contemporâneos, expondo, em linhas gerais, a peculiaridade de seu pragmatismo (pragmaticismo), distinguindo-o das demais correntes pragmatistas. Também apresentamos o alcance geral de seu pensamento sobre as gerações seguintes de pensadores que se debruçaram a apreciar e analisar sua obra, de modo a tornar notória a relevância do seu pensamento para a construção da filosofia atual.

Dividimos esta apresentação em um capítulo contendo três subpartes, em que a primeira analisa a formação do Clube Metafísico, em que Peirce é um dos fundadores, e que reverberou consideravelmente para a disseminação do pensamento pragmatista, tanto nos EUA como em todo o mundo. Buscamos com esta apresentação ressaltar a singularidade do pragmatismo peirceano ao fornecer subsídios para a concatenação efetiva entre a relação teoria e prática.

Em ordenação subsequente, distinguimos o pragmatismo de Peirce das demais correntes pragmatistas, incluindo pensadores como: Holmes, James, Wright, Dewey e Royce. Tal análise do pensamento de cada um destes intelectuais foi realizada considerando os limites de que elas são, por si só, uma tese, e que seguramente não se esgotaria em um único trabalho, tampouco em parte de um capítulo. Chamamos, assim, atenção para o recorte deliberado, tendo em vista sua concatenação com o contexto de gênese da exposição do pensamento peirceano. E na terceira subparte nos propomos a traçar em linhas gerais o alcance, reverberação e relevância da filosofia de Peirce no pensamento filosófico da contemporaneidade.

Em um segundo capítulo, explicamos a relação entre teoria e prática na perspectiva peirceana, buscando esclarecer os conceitos de inteligência e experiência, os quais são amplamente investigados por Peirce em sua tentativa de compreender como ocorre a relação entre ambos. Para tanto, recorreremos à reconstrução conceitual de Peirce, apresentando primeiramente o conceito de inteligência, que está bastante ligado ao de experiência, e, então, os demais conceitos correlacionados ao contexto conceitual explicativo imbricado a estes termos. Em última análise, a construção deste ponto se faz necessária tendo em vista uma das problematizações centrais da tese, ou seja: como se conectam teoria (conceitos) e prática (experiência) numa explicação consolidada e em perspectiva realista sem que a mesma desemboque num tipo de nominalismo.

Posteriormente, ainda no mesmo capítulo, apresentamos as categorias gerais da experiência, que descrevem a estrutura de como podemos pensar e inteligir com as coisas

no/do mundo. Em outro dizer, explicitamos como Peirce busca diluir a dicotomia sujeito/objeto, de modo que esta relação não desequilibre pendendo para um solipsismo de tipo psicologizado (subjetivação) ou para um tipo discreto de nominalismo com pretensão de objetividade. Neste mesmo contexto, buscamos esclarecer o conceito de experiência, mediante postulado peirceano sobre o desenvolvimento evolutivo da inteligência para fins de verdade, ao se fixar uma crença tendo em vista a ação. Apresentamos como essa necessidade de fixar crenças se estrutura e como são preferidas algumas crenças a serem fixadas em detrimento de outras, e mediante a quais critérios.

Peirce se ocupa de fornecer esclarecimento sobre a relação que mantém o fenômeno experimental a ser representado e os experimentos concretos com os quais o pesquisador interage. As perguntas decorrentes de dúvidas verdadeiras derivam da interação anterior com o meio, manifestas nas noções de crenças e hábitos de conduta para fins. Por conseguinte, Peirce ressalta a importância da apresentação de um método para tornar as ideias claras, ou seja, que possa servir de ferramenta para fazer discernir quais as crenças e hábitos de ação são eficazes para fins, considerando as previsões dedutivas, quanto ao conseqüente.

Mediante a percepção de anomalia, gerada por observação ao longo do processo de pesquisa, segue-se a geração, por abdução, de hipóteses plausíveis e coerentes, sendo este modo de raciocínio o início do procedimento inferencial a gerar ideias novas. Sequencialmente, a partir das hipóteses geradas, são aferidos os conseqüentes por dedução e testados, por meio de procedimento indutivo, empiricamente. A natureza dos tipos de raciocínio que Peirce relacionou às categorias gerais da experiência estão intimamente relacionadas às formas de raciocínio. Tais categorias fenomenológicas são denominadas primeiridade, secundidade e terceiridade. Estas categorias serão enfatizadas ao longo da tese com intuito de expor seu grau de generalização e abrangência, assim como a apresentação do método científico que envolve as três modalidades de raciocínio para que se efetive a justificação da crença a ser fixada. Considera-se, então, seu teor de falibilidade e submissão a julgamento posterior e contínuo por uma comunidade infinita ou indeterminada de investigadores⁷, e em última análise sua correspondência com a verdade, que corresponde ao teor idealista do modelo filosófico peirceano.

Antecipando a argumentação contida neste segundo capítulo, no caso da crença estabelecida não corresponder com a realidade, a dúvida assume então a forma de uma conjectura: se o universo que nos circunda, ou essa parte específica do universo que agora

⁷ Cf. Léxico.

resiste às nossas expectativas não reage ao esperado, convém revisar as crenças que fornecem subsídios para a criação da expectativa gerada. Neste sentido, o erro é posto como um elemento positivo que se move em sentido de determinação. Ou seja, diante do estranhamento que algo causa é tomada a iniciativa de propor alguma representação que possa identificar e classificar o que se percebe de estranho e, em seguida, orientar os passos tendo em vista um método de fixação de crença que faça discernir, como critério de relevância, quais crenças devam ser fixadas mediante a relevância de seu conceito de precisão em correspondência com o fato observado. Para saber qual crença deve ser fixada são construídas hipóteses gerais para iniciar uma representação do que é desafiador quanto ao que aparece para uma inteligência. Eis o ponto conectivo que liga a primeira parte da pesquisa ao conceito de inteligência.

Sequenciando essa argumentação, no terceiro capítulo partimos de outra problemática que Peirce se dedica em resolver: como a lógica se manifesta como linguagem, e qual a importância dessa linguagem para a justificação das teorias? Neste sentido, a lógica é um procedimento metodêutico de raciocínio, voltado à interpretação de um tipo de notação, em que o seu grau máximo de generalização é alcançado a partir das categorias gerais da experiência e em consonância com a aplicação da semiótica.

Posta esta questão, em princípio descrevemos, por meio da construção conceitual proposta por Peirce, os termos: signo, interpretante e objeto do signo, que são elementos que fazem parte indissociável do construto semiótico. De modo subsequente, apresentamos a concepção peirceana da Semiótica como uma lógica geral, desenvolvendo argumentação em torno deste tipo de lógica no intuito de fornecer subsídios que justifiquem como se estrutura a conexão contínua entre linguagem, homem e mundo. No terceiro e último subcapítulo da terceira parte, reconstruímos a argumentação sobre o diagrama que representa triadicamente o signo em geral, nas relações de tipo icônico, ou seja, que é representado por meio de relação imagética com o objeto e interpretante lógico, através dos grafos existenciais. Nas classificações dos signos também aparecem relacionadas, devido a seu poder de generalização, as esferas cenopitagóricas ou fenomenológicas do sistema peirceano (primeiridade, secundidade e terceiridade), que permitem e desembocam na obtenção da taxionomia sígnica mais geral e nas tricotomias e classificações decorrentes das possibilidades de relações entre a base triádica geral, e que possuem por natureza o desenvolver-se evolutivamente em grau de multiplicidade e conseqüente complexidade.

A relação irreduzivelmente triádica aparece de modo recorrente na filosofia de Peirce e se configura como parte estruturante de todo seu sistema, emerge como um padrão. Sua Lógica Semiótica aparece entretecida junto às tramas da linguagem (em sentido de sistema de

notação), pensamento e em conexão com a representação da realidade existente nos grafos. Neste sentido, a linguagem natural, como sistema de notação é um sistema semiótico.

Peirce, com robusta estrutura, enfatiza a primazia da descrição processual mapeando a natureza das relações que possuem fim de gerar significação, associada à ideia de continuidade e de coerência, sustentando a hipótese da inteligibilidade do/no mundo mediante determinação conceitual associada ao fluxo contínuo da vida, do pulsar ontológico dos signos (considerados orgânicos) e de toda inteligência que pratica semiose. O viés deontológico, ou seja, que está vinculado à Ética, como um dos constituintes da Ciência Normativa descrita por Peirce, compondo o conjunto juntamente com a Lógica e Estética, está orientado para o conduzir-se por hábitos coerentes concernentes às leis que se aplicam a todo cosmos⁸.

Logo, desenvolvemos argumentação a partir da análise de seu modelo filosófico de caráter real-idealista, considerando que nem realismo e nem idealismo, em última análise, podem ser classificados como sistemas nominalistas. Seria este um dos indicativos para desconsiderar a classificação da filosofia peirceana como nominalista, pois os aspectos de realidade ligados à noção de teste, conectados aos fatos, são traduzidos para o campo representacional, gerando dados que são suscetíveis à verificabilidade contínua, assumindo assim o caráter do falibilismo. Concomitantemente a este processo soma-se a ética para agir com fins de se chegar à Verdade, conseqüentemente, assumindo um caráter idealista. Por esta razão, seu modelo filosófico real-idealista é construído envolvendo conceitos e classificações minuciosas de tipos de signos, para explicar como essa urdidura semiótica é tecida em relação à malha espaciotemporal de modo a gerar significação.

No quarto, e último, capítulo apresentamos a argumentação de Peirce sobre a questão: como a experiência (da classe do testemunho) pode ser descrita em termos lógicos (da classe das inferências) e qual a relevância da lógica para o contexto da inteligência? Primeiro, apresentamos os planos da lógica *Utens* e lógica *Docens*, dois grandes grupos classificados por Peirce que apontam para a descrição de um tipo de fonte negligenciada pela tradição filosófica, a saber: as crenças geradas em meio à fala comum, cotidiana, que, por partirem da experiência são de utilidade considerável para a formalização dos significados que são gerados nos processos de inteligibilidade do/no mundo.

Posteriormente, expomos a estrutura das formas de raciocínio (abdução, dedução e indução) mantendo em vista responder à questão geral, ou seja, como raciocinamos de modo a gerar inferências a partir das experiências?

⁸ Cf. Léxico.

Neste capítulo, finalizamos com a exposição sobre a evolução dos conceitos, em que crenças são atualizadas, substituídas por outras mais coerentes e concernentes com a realidade que evolui *ad continuum*, elucidando o realismo de Peirce. Além disso, observa-se sua vertente monista que se estabelece no conceito de continuidade, tratando-se do fluxo no/do mundo que cresce evolutivamente em cognição, considerando principalmente que tanto sujeito (mente) quanto objeto (mundo) postos em correlação no plano dinâmico do contínuo são manifestos através da lógica semiótica por meio de signos inseridos nos espaços fenomenológicos das três categorias gerais.

Neste sentido, Peirce propõe um modelo epistemológico, em que a função do pensamento é ordenar ideias por meio dos modos de raciocínio, com fim de fixar e produzir crenças que sejam razoáveis e que determinem uma regra de ação com fim de estabelecer o hábito, e este último é o conjunto das ações geradas pela crença fixada, tanto reais quanto possíveis, mediante a aplicação de consequentes, testada na realidade, atestada pela comunidade indeterminada de investigadores.

O pano de fundo, que parte da epistemologia e da lógica como referência, aparece no interesse de como os homens pensam e em como o cosmos é ele mesmo pensamento. Propusemos direcionar a pesquisa por esse viés, trazendo um recorte conceitual que alinhava os conceitos que estão envolvidos no prosóito de fornecer explicação de como a estrutura da mente do homem se configura semioticamente com a mente do mundo. Buscamos enfatizar este aspecto da proposta peirceana, tanto para torná-la mais conhecida no meio acadêmico da Filosofia no Brasil, crendo que este modelo responde a muitos problemas epistemológicos postos na contemporaneidade, assim como buscar aprofundamento na pesquisa da obra de Peirce que continua em processo de publicação.

1 CHARLES S. PEIRCE E O PRAGMATISMO

“Estive a refletir num projeto. É talvez uma loucura. E o que são todos os projetos do homem, miserável criatura, de quem zomba o tempo e a fortuna?”
(José de Alencar)

APRESENTAÇÃO

Neste capítulo, procuramos fornecer uma breve contextualização histórica, no sentido de corroborar para a compreensão da gênese do pensamento peirceano, em qual ambiente se configura e seus primeiros passos para a formação de um sistema filosófico real-idealista. Na primeira parte, apresentamos o contexto de formação do *Metaphysical Club*, grupo de pesquisadores que Peirce integra como um dos fundadores, apresentando um esboço do pensamento comum entre os principais membros do grupo, pontos de confluência, assim como alguns pontos divergentes de seus pares pragmatistas.

Na segunda parte, apresentamos a estrutura conceitual básica do pragmatismo peirceano, com propósito de tornar comparável sua corrente com as demais pragmatistas, de modo a configurar seu sistema com pensamento e visão de mundo peculiares. Ao invés de discutir detalhes sobre questões de subdomínio especializado, adotamos uma posição mais geral, ou seja, de como se posiciona o pragmaticismo de Peirce dentro do debate filosófico contemporâneo.

Na terceira parte, trazemos à baila linhas de pensamento de filósofos contemporâneos como Karl-Otto Apel, Hilary Putnam, Robert Brandom e Susan Haack que sofreram influência do pensamento peirceano ao desenvolverem suas ideias, de modo a enfatizar sua influência e relevância para a filosofia contemporânea.

1.1 CONTEXTO EM QUE SURGE O PRAGMATISMO AMERICANO

No final do século XIX e início do XX, em meio a mudanças profundas no país, que envolvem a realidade de uma guerra civil, surge nos EUA uma nova proposta de pensamento, um novo paradigma filosófico, a saber, o Pragmatismo. Considerada uma filosofia de formação heterogênea, um grupo de intelectuais revisa os postulados sobre o conceito de metafísica que aparece em sua clássica configuração, nas questões sobre verdade, bondade, beleza, justiça. Com intuito de atribuir-lhes revisão e trazer à tona uma nova visão sobre eles, os pragmatistas procuravam encontrar um modo de aproximar tais conceitos ao plano da realidade, manifesta no campo da ação.

A formação originária do grupo informal de estudos, dos que ficaram conhecidos como pragmatistas, deu-se por membros que se encontravam em reuniões para discutir questões de natureza filosófica a partir de temas variados. Este grupo foi batizado com o nome de “Clube Metafísico”, propositalmente provocativo e com certa dose de ironia, estando sediado em Cambridge, na cidade onde foi fundada a Universidade de Harvard.

O ponto nodal do Clube Metafísico, ou no original *Metaphysical Club*, girava em torno da argumentação sobre uma máxima lógico-metodêutica, que defendia a tese segundo a qual o significado de uma ideia coincide com sua possibilidade prática. Nesse sentido, o eixo norteador do modo de se pensar a filosofia sofre uma guinada, pois até então a filosofia de tipo continental era predominante na formação e pensamento dos filósofos do país, principalmente quanto às questões pertinentes à área metafísica que, de modo distinto da nova proposta pragmática, não inseria em seu contexto noções da ordem da experiência, ou mesmo da fala comum, ou seja, que não necessitasse de argumentação formalizada, mas que partia da experiência cotidiana. Sendo assim, a proposta emblemática e inicial do grupo dos metafísicos era de se pensar a conexão da esfera do mundo sensível em aproximação ao mundo ideal, buscando diluir a oposição entre razão e sensibilidade, revisando estes conceitos e concatenando-os ao que posteriormente se consolidou na proposta pragmatista, desembocando em múltiplas linhas de pensamento.

Com o propósito inicial de buscar uma nova filosofia, em grande parte para opor-se à dicotomia pendular que se movia entre os polos empirismo e racionalismo, nas reuniões do Clube Metafísico discutiam e avolumavam-se problematizações, recorrendo a diversas áreas do saber, envolvendo principalmente a ciência, o direito, a psicologia, a matemática e a lógica, para encontrar subsídios que pudessem dar conta de criar um espaço conceitual de generalização com envergadura abrangente, solidez e coerência para explicar efeitos práticos decorrentes dos construtos teóricos disponíveis. Dito de outro modo, como toda compreensão filosófica sobre o mundo ocidental se constitui e se constrói por meio de teorias (construtos teóricos), os filósofos do Clube Metafísico abriram caminho para um novo espaço conceitual, criando configuração sob uma nova ótica epistemológica. Esta novidade visava aproximar teoria e prática de modo efetivo e com reverberação para ser aplicada e pensada em outros campos do saber e contextos sociais como, por exemplo, na política. Outrossim, ao inverso dos movimentos da filosofia continental, buscaram traçar caminho contrário ao do ateísmo, procurando na ideia de Deus encontrar um ponto de abertura que não comprometesse, por um lado, a liberalidade pautada na laicidade e, por outro, a negativa de estabelecer um limite para o conhecimento, de modo a não bloquear o fluxo do conhecimento.

Neste sentido, a ideia de Deus não é um tema de interesse pontuado para o grupo de novos metafísicos, neste momento embrionário tampouco para Peirce⁹, mas, menos ainda é um tema a ser evitado, pois deixa de ser encarado como um problema e passa a fazer parte de

⁹ CP 4.2 - I came to the study of philosophy not for its teaching about God, Freedom, and Immortality, but intensely curious about Cosmology and Psychology.

fonte para se recorrer como geradora de novas hipóteses. Com isso, mantiveram uma porta aberta para possíveis digressões metafísicas. Mediante esta proposta de não estancar o fluxo do conhecimento, nem limitar hipóteses geradas por meio de relações inusitadas, os jovens pensadores do Clube Metafísico passaram a estabelecer conexões diversas entre teorias, sendo esta a identidade que será evocada na configuração e consolidação do pensamento dos filósofos pragmatistas do informal clube de discussões.

Neste ambiente intelectual prolífico e embrionário do Clube Metafísico, as discussões partiam da aplicação da técnica de “*Winged Word*”¹⁰, que envolve um elaborado conceito de composição oral usada inclusive nas clássicas epopeias gregas, que consistia na composição de versos na velocidade da fala, sem a dependência de textos escritos¹¹. Entre as personalidades centrais de destaque da primeira configuração do informal grupo de pesquisa, ressaltamos o filósofo Charles Peirce (1839-1914), o matemático Chauncey Wrigth (1830-1875), o jurista Oliver Wendell Holmes (1841-1935) e o reconhecido psicólogo William James (1842-1910). Entre os pensadores que participaram e aderiram às ideias propagadas pelo grupo, mas que fizeram parte de uma segunda geração de pragmáticos, destacamos as personalidades: John Dewey (1859-1952) e Josiah Royce (1855-1916).

Uma das posturas adotadas pelo primeiro e originário grupo de pensadores pragmáticos do Clube Metafísico foi a de não estancar o fluxo do conhecimento nos compartimentos de área do saber, mas o de colocá-las em relação, em prol de encontrar respostas aos problemas identificados nas discussões do grupo. Neste sentido, houve uma série de desdobramentos decorrentes deste núcleo duro, em que cada um dos pesquisadores envolvidos seguia admiravelmente em caminhos que desembocariam em novas e futuras teorias, corroborando para descobertas inovadoras em campos que extrapolaram os limites da filosofia. Os intelectuais do Clube Metafísico transitavam por áreas que perpassavam desde a psicologia a estudos de geodésica.

A história do nascimento do Pragmatismo nos Estados Unidos da América, ela própria é uma tese. Por esta razão nos limitamos a tratar aqui tão somente de uma breve contextualização histórica, de modo a corroborar para o entendimento de como Peirce configurou seu sistema filosófico em seu viés real-idealista, e de como sua filosofia toma um rumo distinto dos demais pragmatistas, de modo a tornar seu sistema um tanto singular, ao ponto de ele próprio atribuir-lhe outro nome, a saber, o pragmaticismo, por não identificar-se com o rumo que o demais pragmatistas do inicial Clube Metafísico haviam tomado.

¹⁰ “Our metaphysical proceedings had all been in winged words” (PEIRCE, 2000, p. 52).

¹¹ PEABODY, 1975.

O surgimento do termo foi criado por Peirce e veio à tona por meio de uma observação feita por William James a Peirce. Ao escrever o artigo “Como tornar nossas ideias claras” (*How to make our ideas clear*, 1878)¹², Peirce associa seu conteúdo ao novo termo, expondo o argumento segundo o qual, em última análise, as crenças se consolidam em hábitos de ação. É este o texto utilizado como referência para o nome do movimento filosófico. Transcrevemos a passagem em que Peirce argumenta sobre seu entendimento a respeito do conceito de crença:

As palavras Dúvida e Crença, do jeito que são habitualmente usadas, referem-se a questões religiosas ou a outras bastante sérias. Mas aqui eu as utilizo para designar o início de qualquer questão e a resolução dela, não importando se é grande ou pequena. Se, por exemplo, num bonde, eu pegar minha carteira e verificar que tenho uma moeda de cinquenta centavos e cinco moedas de dez, vou decidir, enquanto ponho a mão na carteira, de que maneira é que vou pagar a passagem [...] fico excitado por essa atividade mental pequena, mas necessária para que eu decida o modo como devo agir.

¹³

Por conseguinte, mediante esta exposição do pensamento de Peirce, o grupo passou a identificar esta máxima como asserção, postulando-a junto ao núcleo duro do que ficou conhecido como corrente pragmatista. Neste sentido, decupando a observação de James quanto ao uso do termo, Andrade¹⁴ apresenta uma análise filológica do termo, em que a raiz da nomenclatura advém de *pragma*, radical extraído do grego denotando “ação feita”. Segundo Andrade, os radicais *prasso* (cumprir, trabalhar), *práxis* (ação feita) e *prathein* (fazer) estão concatenados à raiz *pragma*, que diz respeito a ação que privilegia o agir, efeitos práticos, sem que perca sua condição concernente à esfera teórica¹⁵. Ainda segundo Andrade, no grego não há referentes para clássica oposição entre sujeito e objeto. Para o homem da Grécia clássica, ser-pensar-agir são imbricações alinhadas de modo a não criar tensões dicotômicas. Logo, a conotação tomada de empréstimo do termo grego traria consigo um pensamento atualizado. Quanto ao pragmatismo, a autora afirma:

[...] talvez o peso do chamado pragmatismo esteja mais na questão da instrumentalização do que na de *pragma*. No caso específico do pensamento grego antigo, a questão dos efeitos práticos previstos por um certo modo de pensar (qualquer que seja o peso dado ao interior na formação das

¹² Este texto utilizado por James está inserido em um conjunto argumentativo de textos com o título de *Ilustrações da Lógica da Ciência*¹², envolvendo mais outros cinco textos em sequência explicativa configurando-se em um amplo quadro argumentativo, a saber: 1) *A fixação da crença*. 2) *Como tornar nossas ideias claras*. 3) *A doutrina dos acasos*. 4) *A probabilidade da indução*. 5) *A ordem da natureza*. 6) *Dedução, indução e hipótese*.

¹³ PEIRCE, 2008a, p. 67-8.

¹⁴ ANDRADE, 2000.

¹⁵ Idem, p. 9.

proposições e de sua fundamentação para a prática) também emergiu, porém dentro de um panorama mais largo e sem o peso da instrumentalização do pensar, como hoje compreendemos.

Segundo esta análise, *pragma* é um derivado do verbo *prasso* e sua derivação *prattein* (agir, fazer). A conotação ao verbo agir está relacionada a dois tipos de prática: ao de agir, enquanto liberdade de ir e vir, e no sentido de criar artefatos (*techné*), referente ao agir processual, do artífice; enquanto que *práxis* está relacionada à formação do *éthos*¹⁶. Logo, a raiz *pragma* possui o significado referente às coisas advindas das ações e não de processos de feitura, em que seria adequado o uso do termo *techné*. Entretanto, ambas são antevistas pela *theoría* que, segundo a mesma autora, significa “ver com o pensamento”. Mediante essas considerações, “*pragmatikós* é o que diz respeito ao agir eficiente”¹⁷, que deve resultar na ação esperada, na ação útil.

Esta proposta é significativa na formação do pensamento dos participantes do Clube Metafísico e na atuação dos intelectuais estadunidenses que foram influenciados por esta corrente¹⁸. No entanto, convém ressaltar que não aparece o termo “pragmatismo” neste artigo de Peirce, mas a sugestão de um método que favoreça a clareza conceitual com fins a uma ação. Nas palavras de Peirce:

Parece, então, que a regra para se atingir o terceiro grau de clareza de apreensão é a seguinte: considere que efeitos, os quais conceivelmente poderiam ter consequências práticas, que atribuímos ao objeto de nossa concepção. Então, a admissão desses efeitos é toda a nossa concepção do objeto.¹⁹

Esta máxima pragmática vem ao encontro das necessidades do país, fornecendo subsídios que apontem para novos rumos e consolidação de uma identidade que se pretende uma potência em termos de liderança no cenário mundial.

Quanto ao contexto histórico do país, após o fim da Guerra Civil Americana, com a derrota dos Estados Confederados, houve um comprometimento ainda maior por parte das universidades estadunidenses, do norte dos EUA, em pensarem novos rumos para o país, novos modos de governo, de ensino e afins, em prol de amalgamar, unificar em uma só

¹⁶ Idem, p. 10.

¹⁷ Idem, p. 13.

¹⁸ São muitos os livros sobre a história do Pragmatismo, entre eles os autores mais considerados a trabalharem com este tema são Joseph Margolis (que frequenta o encontro de Pragmatistas realizado na PUCSP anualmente), Robert Brandom, Cheryl Misak, Richard Bernstein. Há também uma tradicional postura de recorrer aos escritos de Richard Rorty, em que são citados principalmente *Consequences of Pragmatism* e *Philosophy and the Mirror of Nature*.

¹⁹ CP 5.402

identidade uma sociedade heterogênea, polarizada, mas forte em seu senso nacionalista²⁰. Este fato, paralelamente, veio ao encontro do propósito dos pragmatistas, favorecendo a disseminação deste tipo de pensamento unificador.

O Pragmatismo logo passou a ser um dos movimentos paradigmáticos mais comprometidos com esse propósito de desenvolvimento de uma nação, buscando encontrar modos de confluir visões de mundo. Buscou-se concatenar em uma mesma visão de mundo critérios para uma perspectiva que abarcasse essas múltiplas visões sobre temas concernentes à ciência, religião, moral, política, educação, unificando-os num mesmo movimento bastante abrangente, passando assim a enfatizar o ponto comum, convergente, a saber, o finalismo como confluência da conduta em qualquer uma dessas áreas. Em outro dizer, pretendeu-se alcançar resultados efetivos extraídos do que poderia ser chamada de uma “metafísica tangível”, próximo de um modelo real-idealista.

Segundo Murphy²¹, foi no contexto da Universidade de Berkeley que o termo “pragmatismo” se tornou oficialmente conhecido em 1898, ao publicarem a conferência ministrada por James intitulada “*Philosophical Conceptions and Practical Results*”. Nesta ocasião ele menciona o termo pragmatismo pela primeira vez publicamente, designando tratar-se de uma corrente que se guia por um pensamento que valoriza a ação, sendo este o último critério para a adoção de uma crença. Em outro dizer, só se fixa uma crença com fins a ação, tendo em vista que só se pode agir sobre crenças. Será essa noção alargada de experiência, envolvendo conhecimento e experiência, como sinônimos, um mesmo fenômeno, consolidando assim a base do acordo tácito entre os pragmatistas clássicos. Neste ponto, colocamos uma questão que subjaz a argumentação apresentada neste trabalho: se conhecimento e experiência possuem o mesmo substrato, mas considerando que as experiências são de natureza do particular, não se estaria estabelecendo neste tipo de pensamento um certo tipo de nominalismo?

Ao traçarmos perspectivas bastante gerais sobre a leitura do que seja o pragmatismo, apresentamos uma classificação que se configura em duas amplas vertentes: a primeira consolidada sobre a construção de uma normatividade para ação, e a segunda que se ocupa do propósito de justificar a efetiva conexão da realidade ao processo de conhecimento. Entre ambas as abordagens há hiatos e aproximações que, porém, levam a caminhos distintos, tanto de interesse como de interpretação.

²⁰“This is the meaning of the Gettysburg Address and of the great fighting cry of the North. ‘Union’.” MENAND, 2001, Prefácio.

²¹ MURPHY, 1993, p. 47.

Logo, com intuito de apresentar uma amostragem dessa diversidade em torno de uma mesma nomenclatura inicial, a saber, o pragmatismo, e tendo em vista que os pensamentos dos muitos intelectuais pragmáticos se configuram em inúmeros temas de tese e que os mesmos estão longe de serem delineados em um capítulo, apontamos algumas linhas gerais que esboçam o pensamento de pragmatistas, com o fim de sustentar a argumentação em torno destas duas correntes mencionadas anteriormente, traçando esboço norteador das principais similaridade que estão unidas no ponto histórico e convergente do surgimento do pragmatismo nos Estados Unidos da América. No sentido de contextualizar e aprofundar o pensamento peirceano, iniciamos com a compreensão de como e em quais pontos seu pensamento é um tanto distinto dos demais pragmatistas. Fazemos, também, referência a seu ponto de partida e chegada não apresentado em contexto geral de forma cronológica, porém temática²², no que tange a apresentação de seu pensamento em meio a um fragmento retirado de seu construto filosófico, com foco em seu teor real-idealista.

O realismo no qual se encaixa o pensamento de Peirce em comparação ao dos seus colegas pragmatistas, em determinados e relevantes pontos, configura-se na busca pela solidez e precisão conceitual, que diz respeito ao conceito de teleologia evolucionária²³, ou causalidade final, presente tanto na realidade do fato como na anuência ideal da comunidade acadêmica de convivência.

Pode-se dizer que uma comunidade “determinada” de investigadores se agrupa para compartilhar o anseio de abrir-se para novas possibilidades de configuração de pensamento, mas com vistas em um ponto de partida. Neste sentido, há uma vantagem quanto a esta disposição para abertura para novas relações entre diferentes correntes de pensamento. Peirce²⁴ argumenta que o agnosticismo no velho mundo estava em seu melhor momento histórico, cavalgando a largos passos, desprezando arrogantemente toda metafísica que se pretendesse indispensável. Em movimento contrário, o pensamento dos pragmatistas deliberavam tomar por base a adoção do pensamento kantiano, tal como herdeiros de uma epistemologia analítica. No entanto, com outra proposta: não de levar adiante as ideias de Kant em nova roupagem, mas, com o intuito de corrigir os pontos obscuros e problemáticos da analítica transcendental, buscando expandir seu horizonte conceitual, propondo um modo de normatizar a ação em contexto consonante ao tipo de demanda própria dos homens de seu tempo, considerando o contexto histórico local, sobretudo pontuado e revestido do propósito

²² Sempre com vistas a seu sistema real-idealista, que é o recorte que esta pesquisa se propõe analisar.

²³ CP 6.101, 156.

²⁴ PEIRCE, 2000a, p. 51.

da confluência e consolidação de um novo pensamento identificado com a própria nacionalidade.

O grupo dos que adotaram o pensamento de Kant²⁵ como ponto de partida configuraram o pensamento do Clube Metafísico a partir de um viés tradicionalista. Do membro deste grupo podemos alocar Wright como um dos personagens centrais, que adere a este propósito de revisão da analítica transcendental, inclusive com certa liderança²⁶. Chauncey Wright, em meio à leitura atenta de Kant, também se debruçou sobre os estudos da teoria darwiniana da evolução, somada à doutrina utilitarista de Mill, desembocando na proposta de um “empirismo pragmático”. Este mesmo filósofo, em um de seus escritos, expressou um pensamento que versava sobre a novidade, argumentando que esta emerge de uma série de condições, com características qualitativamente diversas e resultados decorrentes da mescla de variadas combinações. Segundo Nieddu e Parravicini²⁷, Wright buscou estabelecer seu pensamento sobre a ideia de que os fenômenos naturais, principalmente os cosmológicos, comportam-se como nesses processos que envolvem a novidade, e que são explicáveis mediante causa final. Neste sentido, o universo não segue direção se não para a imprevisibilidade da natureza em diversos níveis. Este pensamento influenciou significativamente a filosofia de Peirce²⁸, haja vista sua proposta de uma cosmologia metafísica, que em seus escritos maduros, comportava as seguintes esferas: Agapismo, Tiquismo, Sinequismo²⁹.

Outro membro que compôs o grupo do Clube Metafísico foi Oliver Wendell Holmes Jr.. Seu pensamento influenciou o ambiente jurídico americano peremptoriamente, atuando na Corte Suprema Judiciária de Massachusetts, de 1902 a 1932. Assim como no caso de Peirce, seu pai também era um notório professor da Universidade de Harvard, na área de medicina,

²⁵ CALCATERRA; MADDALENA e MARCHETTI, 2015, p. 15-17.

²⁶ Peirce, por exemplo, o descrevia como um “mestre de boxe”, “Chauncey Wright, something of a philosophical celebrity in those days, was absent from our meetings. I was about to call him our corypheus; but he will be better described by our boxingmaster what we - I particularly - used to face severely pummelled”. CP 5.12 e PEIRCE, 2005; p. 593.

²⁷ NIEDDU, A.M.; PARRAVICINI, A. Alle origini del pragmatismo. La cultura americana di fine Ottocento: Emerson e il Metaphysical Club. In CALCATERRA; MADDALENA e MARCHETTI, 2015, p. 21-46.

²⁸ CP 5.12: “Chauncey Wright, something of a philosophical celebrity in those days, was never absent from our meetings. I was about to call him our corypheus; but he will better be described as our boxingmaster whom we -- I particularly -- used to face to be severely pummelled. He had abandoned a former attachment to Hamiltonianism to take up with the doctrines of Mill, to which and to its cognate agnosticism he was trying to weld the really incongruous ideas of Darwin. John Fiske and, more rarely, Francis Ellingwood Abbot, were sometimes present, lending their countenances to the spirit of our endeavours, while holding aloof from any assent to their success. Wright, James, and I were men of science, rather scrutinizing the doctrines of the metaphysicians on their scientific side than regarding them as very momentous spiritually. The type of our thought was decidedly British. I, alone of our number, had come upon the threshing-floor of philosophy through the doorway of Kant, and even my ideas were acquiring the English accent”.

²⁹ Cf. Léxico.

recebendo influência direta do mesmo. Seu pensamento se aproximava ao de James, mas divergia bastante de Peirce, considerando inapropriada sua postura ao supervalorizar seu próprio pensamento em detrimento ao dos demais. A metafísica “apriorística” kantiana e a ciência natural, influenciaram o pensamento de Holmes³⁰. No entanto, curiosamente, não se contentou em ser um jurista de gabinete, mas alistou-se na Guerra Civil Americana, tendo sofrido ferimentos graves, quase perdendo um dos pés e uma das pernas, dando indícios do quão forte era o evocativo nacionalista. O trabalho mais conhecido de Holmes foi publicado em 1881 sob o título de “*The Common Law*”, fruto de uma série de doze palestras realizadas por ele que o fizeram sistematizar a questão sobre os fundamentos das leis americanas³¹.

Holmes defendia a tese de que as leis incorporavam a história do desenvolvimento de uma nação. Segundo ele, caberia estudar a história de seu desenvolvimento para analisar seu passado, traçando um diagnóstico do presente de modo a deliberar para o futuro, com vistas à persistência do devir para elaboração de projetos no presente. De acordo com seu posicionamento, a lógica não exerce um protagonismo sobre o pensamento, mas serve como um instrumento que é útil para alcançar fins. A ênfase, segundo ele, não deveria estar na compreensão da lógica, mas na compreensão da experiência *per se*. Em consequência, um sistema jurídico não poderia ser concebido a partir de estrutura axiomática, em que se extrai seus consequentes dedutivamente de leis gerais, mas, um sistema jurídico deveria ser encarado como um grande arquivo antropológico, um exercício de percepção das mudanças da ideia humana.³²

Não obstante, William James era considerado o melhor amigo de Holmes, e um elo para sua entrada no grupo dos jovens pensadores do *Metaphysical Club*. No entanto, James aderira à segunda visão pragmatista, partindo do ponto de concatenação da realidade relacionada ao processo de conhecimento e experiência, estes últimos sinônimos. Apesar de adotar um outro ponto de partida em relação à perspectiva estruturalmente tomada da analítica kantiana, James manteve um espírito agregador, permanecendo ativo no grupo mesmo depois da saída de Peirce em 1875, por motivo de viagens de pesquisa pela Europa. Nas palavras de

³⁰ *Idem*, p. 40.

³¹ “Thinking in this way, you readily will understand that I do not consider the student of the history of legal doctrine bound to have a practical end in view. It is perfectly proper to regard and study the law simply as a great anthropological document. It is proper to resort to it to discover what ideals of society have been strong enough to reach that final form of expression, or what have been the changes in dominant ideals from century to century. It is proper to study it as an exercise in the morphology and transformation of human ideas”. This content downloaded from 191.203.6.101 on Tue, 19 Jun 2018 00:41:31 UTC All use subject to <http://about.jstor.org/terms>. HOLMES, O. W.. *Law in science and science in law*. Harvard **Law** Review, 1899 - JSTOR

³² HOLMES, 1952, p. 212. *Apud. Ibidem*, p. 41.

Peirce, ele distingue as definições, a saber: “William James define pragmatismo como a doutrina segundo o qual o ‘significado’ interno de um conceito se exprime na forma de conduta a ser seguida ou experiência a ser esperada”.³³ Enquanto que para Peirce, “pragmatismo é um método para acertar os significados, não de todas as ideias, mas somente daquelas que chamou de ‘conceitos intelectuais’, ao qual da estrutura dependem os argumentos que ocupam-se de um fato objetivo”³⁴.

Novamente ressaltando a multiplicidade de área de atuação de membros do grupo, William James foi instrutor de Fisiologia e Anatomia em Harvard. Posteriormente, em 1879, tornou-se professor de Filosofia na mesma universidade³⁵. Todos os membros do Clube Metafísico estavam vinculados à Universidade de Harvard, e a esta instituição estavam ligados, quer como instrutor, aluno, palestrante.

As reuniões do Clube Metafísico geralmente aconteciam na casa de James ou de Peirce. Todavia James é o único dos fundadores do Clube Metafísico, em sua versão original, que permaneceu na segunda formação do grupo. Após uma pausa dos encontros, houve uma nova reformulação do grupo, em que a referência passou a ser a filosofia de Hegel, tanto que poderia ser chamado de *Hegel Club*. A segunda configuração do grupo de pesquisadores pragmáticos começou a ganhar corpo a partir de 1880, tomando forma e iniciando sua consolidação na ministração do Seminário sobre Hegel de George Herbert Palmer. Este “Clube Hegel” fora inspirado e mantinha conexões com a Sociedade Hegeliana de Saint Louis³⁶.

Neste período, James funda o Laboratório de Psicologia Experimental dos Estados Unidos da América, que, inclusive contava com a participação de pesquisadores alemães. O fruto decorrente deste trabalho se tornou manifesto no escrito: *Principles of Psychology*. Segundo Ferrari³⁷, o argumento principal da tese jameseana era de que a psicologia é a ciência da vida mental, manifestando seus fenômenos e sua condição sobre a especificidade dos fenômenos mentais serem seu ponto de partida. Dedicou especial atenção aos processos de percepção e imaginação, assim como às emoções e processos volitivos, ancorados no

³³ CP 5.466. Tradução livre do original: “William James, defines pragmatism as the doctrine that whole ‘meaning’ of a concept expresses itself either in the shape of conduct to be recommended or of experience to be expected”.

³⁴ PEIRCE, 2000a, p. 58. Tradução livre do original: “I understand pragmatism to be a method of ascertaining the meanings, not of all ideas, but only of what I call ‘intellectual concepts’, that is to say, of those upon the structure of which arguments concerning objective fact may hinge”.

³⁵ FERRARI, M. *William James*. In: CALCATERRA; MADDALENA e MARCHETTI, 2015, p. 77.

³⁶ Sociedade Hegeliana de Saint Louis se constituiu no fim dos anos 1850 até a década 1860. Liderado por William Torrey Harris (1835-1909) e Henry Conrad Brokmeyer (1828-1906). Cf. <http://www.iep.utm.edu/hstlouis/> (Pesquisa realizada em junho de 2018).

³⁷ FERRARI, M. *William James*. In: CALCATERRA; MADDALENA e MARCHETTI, 2015, p. 74.

pragmatismo, destacando em sua proposta o conceito de *feeling* no sentido de o apresentar como condição das percepções espaço-temporais manifestos no processo do “fluxo de pensamento” (*stream of thought*)³⁸.

Em síntese, na perspectiva pragmática de James, o dever de um psicólogo é o de aderir ao fluxo do pensamento que estamos vivenciando conjuntamente, a partir da consideração de que a mente humana não é um simples depósito informativo, tampouco um papel em branco em que vão sendo impressos um somatório de dados informacionais dos registros sensoriais advindos do exterior. De modo bastante introdutório, somente para situar sua visão em meio ao grupo de estudos do Clube Metafísico, segundo Calcaterra³⁹, James sustentava a tese de que a mente humana é construída de modo que as relações fundamentais, como sentimento de diferença; por exemplo, se servem de descobrir a realidade no ponto em que o ideal e o real coincidem⁴⁰. Construto este bastante próximo das categorias de Peirce.

Em seu conjunto, o grupo de estudiosos do Clube Metafísico havia em comum a adesão ao pensamento evolutivo darwinista, assim como a crítica ao evolucionismo de Herbert Spencer (1820-1903). A crítica a Spencer⁴¹ se dirigia ao que o grupo, principalmente James e Peirce, entendia por reducionismo ao puro fluxo dos acontecimentos movidos pelas circunstâncias externas. Como posto anteriormente, na perspectiva jameseana a mente não se limita a uma pesquisa de fatores exteriores do ambiente, ou seja, não há essa correspondência espelhada e direta; a mente é animada por um processo relacional de busca por um fim, ou seja, orientada por um finalismo, de certo modo autônomo que não se reduz a um comando centrado na externalidade, mas que se segue o fluxo contínuo da vida. Com isso rechaçava o viés determinista, abraçando a visão relativa à adoção do teor de espontaneidade. James estava mais propenso a sustentar que a fé em algo pode ajudar a criar este algo, e a ideia de criação encontrando-se vinculada ao plano da espontaneidade, assim como em Peirce.

Outro pensamento estrutural concernente à teoria proposta por James versa sobre a disposição de se assumir riscos somente se houver a chance de acertar. No chamado “último James”, com referência a seu trabalho de maturidade, consolida-se a ideia de um universo plural em que nenhuma perspectiva particular poderia conter toda a cena. Neste sentido, as inúmeras possibilidades que podem oferecer um número bastante grande de perspectivas, desembocam na máxima: que o inteiro significado de um conceito se exprime na forma de

³⁸MADELRIEUX, 2008, p.16. *Apud*, FERRARI, M. *William James*. In: CALCATERRA; MADDALENA e MARCHETTI, 2015, p. 79.

³⁹CALCATERRA, 2003, p. 90-93.

⁴⁰*Idem*, p. 80.

⁴¹*Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/James/>

conduta a ser seguida ou da experiência a ser vivida. Ou seja, a perspectiva pela qual se olha, se vive, é de onde se extrai o inteiro teor de significação ao que se deseja designar. Essa máxima está intimamente imbricada ao conceito de experiência; lema este próprio do pragmatismo.

Assim como James, John Dewey⁴², uma das personalidades marcantes que faz parte do quadro dos pensadores pragmatistas, sofre influência da psicologia experimental na figura de Granville S. Halls, e também recebe influência direta do pensamento de George Morris, neohegeliano⁴³. Dewey, em seu livro *Human Nature and Conduct*⁴⁴, de 1922, apresenta uma proposta filosófica que envolve um tipo de filosofia social fundamentada na concepção de uma antropologia comportamental evolutiva, configurando um conceito de experiência bastante peculiar, que traz consigo traços da configuração pragmática de James.

Sua proposta de uma nova psicologia, elegia a experiência como ponto de partida buscando compreender suas configurações em diversas fases de maturação, analisando o sujeito em interação, mediante uma concepção integrada entre psique e soma, rejeitando o dualismo tradicional de tipo mente/corpo. Ele apresenta como método a teoria funcionalista de relações, pensamento sistematizado no artigo *The Reflex Arc Concept in Psychology*⁴⁵ em que se posiciona contrário à prática da psicologia pautada no princípio de estímulo-resposta, apresentando a análise de que a psicologia humana se configura em um “arco reflexo”, em que a experiência denota a unidade e interação indissociável entre indivíduo e seu ambiente, revelando com isso sua vertente naturalista, em que “o equilíbrio não se refere ao puro estado subjetivo do indivíduo, mas ao estado de sua relação dinâmica com o ambiente”⁴⁶.

Dewey segue por um caminho de comprometimento com questões que permeiam as esferas sociopolítica, da educação e religião, substituindo a elaboração do pensamento mecanicista contido na teoria de estímulo/resposta pela elaboração de uma teoria baseada na relação de tipo orgânica envolvendo os planos psicossomático e socioambiental.

Estas parcas descrições não fazem jus à fertilidade do pensamento de Dewey, mas podemos ressaltar um dos pontos de confluência bastante significativo para o tema da

⁴² Cf. <https://plato.stanford.edu/entries/pragmatism/#PraConExp>.

⁴³ CALCATERRA, R.M.; FREGA, R. *John Dewey*. In: CALCATERRA; MADDALENA e MARCHETTI, 2015, p. 114.

⁴⁴ DEWEY, J. *Human nature and conduct: An Introduction to Social Psychology*. New York: Henry Holt and Company, 1922. Disponível em: <http://www.leudar.com/library/HUMAN%20NATURE%20AND%20CONDUCT%20-%20Dewey,%20John.pdf> *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/pragmatism/#OthPra>

⁴⁵ DEWEY, J. *The Reflex Arc Concept in Psychology*. *Rewiew* 3; 357-370. Disponível em: https://brocku.ca/MeadProject/Dewey/Dewey_1896.html.

⁴⁶ CALCATERRA, R.M.; FREGA, R.. *John Dewey*. In: CALCATERRA; MADDALENA e MARCHETTI, 2015, p. 116.

pesquisa, referente ao construto peirceano do conhecimento partir da experiência, e de modo semelhante exposto no artigo *Is Logic a Dualistic Science?* escrito em 1890. Nele, Dewey argumenta sobre a passagem da experiência pré-científica para a elaboração dos fatos objetivos⁴⁷, que, em última análise, pode ser descrito mediante o estabelecimento do significado em que o mesmo possa determinar as consequências do objeto no contexto mais geral da experiência. Segundo Calcaterra⁴⁸, este mesmo tema aparece mais refinado na obra de 1934, *Art as Experience* consolidando a ideia de que arte e ciência são modos diferentes de organizar e desenvolver a experiência primária, a totalidade indiscernível de qualidades imagéticas efetivamente vivenciadas.

Já para Royce, nas considerações expostas por Fabbrichesi⁴⁹, um dos focos de relevância temática em seu trabalho lança luz ao pensamento que a vida do sujeito se manifesta em sua relação com o objeto, em que o objeto não é puramente uma soma de dados advindos da experiência, mas emerge como desejo da necessidade de agir própria dos seres humanos. O outro tema que aparece em sua filosofia versa sobre o conceito de “liberdade”, partindo da argumentação de que conjuntamente à crença acompanha-se um certo desejo livre de se crer. Neste sentido, a força criativa e o interesse do sujeito cognoscente colocam em andamento a roda da verdade até um ponto de vista que seja universal, em que o desejo que subjaz o conhecimento anela tornar-se verdade. Essa linha melódica também aparece na urdidura filosófica proposta por Peirce.

Como posto por Fabbrichesi, em Royce aparece a proposição de que quando se sustenta uma tese, não é a si próprio que se deseja fazer crer, mas àquele que o escuta, e no diálogo intersubjetivo há aspirações de que este alcance o raio de uma verdade absoluta, não relativa, entre o que se busca afirmar somado ao ponto de vista do que argumenta. Este seria o teor de verdade absoluta que este movimento gera⁵⁰.

A partir de uma síntese do pensamento de Royce, a esfera objetiva se sobrepõe à subjetiva, como no caso de quando se busca sustentar a própria perspectiva e, esta, por sua vez, deixa de ser subjetiva e passa a ser compartilhada, tornando-se intersubjetiva. Neste sentido, para o pragmatista o comum não é a soma de vários pontos de vista, mas a condição de verdade do objetivo próprio da racionalidade, recorrendo a esta fonte para dar *start* no movimento da roda da verdade. A partir desta argumentação, encharcada de possíveis

⁴⁷ CALCATERRA, 2015, p. 38.

⁴⁸ Idem, p. 117.

⁴⁹ Cf. FABBRICHESI, R. *Il Pragmatismo Assoluto di Josiah Royce*. In: CALCATERRA; MADDALENA e MARCHETTI, 2015, p. 99-112.

⁵⁰ Idem, p. 103, 104.

desdobramentos, Royce propõe um pragmatismo peculiar, que ficou conhecido como “Pragmatismo Absoluto”.

Como bem colocado por Fabbrichesi⁵¹, que aponta um aspecto bastante relevante e original da filosofia de Royce, em que ao revisar a construção dos sistemas lógicos, defendeu a tese de que a verdade já se encontra estabelecida e deve aparecer por meio de dados individuais, por meio de mecanismos de prova e convalidação. Ele sugere que toda verdade, incluindo as da esfera lógica, possui seus próprios fundamentos, em que as hipóteses esperadas se revelam em funcionamento como uma efetivação da verdade revelada na esfera empírica.

A posição de Royce é a que mais se distancia do pragmatismo clássico, defendendo a tese segundo a qual o conceito de “vontade racional” presente em relações reais segue um movimento de produzir as próprias verdades, em sentido axiomático e, portanto, parte do pensamento racional.

O “absolutamente”, como configurado no pragmatismo de Royce, implica em conceituar a racionalidade como um jogo linguístico, ao postular que a verdade está “encarnada” na postura lógica e prática, e plasmada em cada uma das ações argumentativas dos agentes, evocando assim uma etimologia “(*ab-solutos*) que designa estar solto de qualquer referimento relativo a qualquer coisa diferente de si mesmo”⁵². Isto é semelhante ao princípio de identidade, próprio da formalização lógica, e sendo da classe do absoluto não sofre invariância, estabelecendo-se como verdade, deslocando seu eixo muito mais para o campo da hermenêutica que para o pragmatismo peirceano.

Peirce expressa apreço quanto à argumentação de Royce, no ponto em que assume que todo pensamento é dotado de significado e que este transcende todo conteúdo dado de imediato. Porém, por meio de demonstrações da lógica formal, na construção de sua crítica, o acusa de imprecisão lógica, que, segundo Peirce, conseqüentemente o levou a cometer erros de raciocínio ao defender a tese do pensamento que se apoia em si próprio.

De acordo com a demonstração de Peirce, em sua crítica sobre a construção lógica formal, um pensamento individual que produz seus próprios axiomas é ele próprio absurdo⁵³. Segundo a “irônica crítica”⁵⁴ peirceana ao postulado de Royce, a partir do argumento extraído da lógica formal, a verdade como verdade para um individual somente teria validade e força

⁵¹ Idem, p. 105.

⁵² Idem, p. 106.

⁵³ CP 3.570, 5.71, 5.358, 8.41-44.

⁵⁴ Argutamente Peirce critica o pensamento rortyriano com os recursos linguísticos próprios da identidade da fala de Royce, que caracterizam seu modo de expressão tipicamente irônico.

de argumentação na circunscrição do “vácuo da razão pura”. Segundo Peirce, trata-se de um erro categorial, pois o princípio de identidade se aplica aos termos contidos nas proposições lógicas, não são aplicáveis aos sujeitos, enfatizando que foi posta e demonstrada por Kant. Segundo Peirce, Royce, além de negligenciar a lógica formal, apresentando o sujeito da proposição denotado como um termo geral da proposição, não considera que toda finalidade da investigação e o processo de substituição da crença, mediante um fato inesperado, não se conforme com a ideia de verdade individual, ou seja, a força do erro é excluída do pragmatismo absoluto de Royce.

Em outro dizer, a verdade do discurso filosófico de Royce, ainda segundo Peirce, aparece como índice configurando o sujeito do discurso, no entanto o índice é um signo que só pode designar o assunto da proposição, não implica qualquer personagem do discurso. Índice é um tipo de signo da categoria fenomenológica de secundidade, que corresponde ao tipo de raciocínio indutivo, que pode ser apresentado em analogia ao exemplo descrito por Peirce: se espera que depois de um relâmpago haja um trovão, e se isso não acontece, logo há o reconhecimento do erro, e Royce negligencia a função do erro. Além do mais, o sentimento volitivo, na filosofia de Royce, interpolado à verdade individual, é simples consciência, que não tem instante nem partes; volições não possuem datas nem posições, são somente distinguidas, mas não podem garantir a validade como pertencentes ao plano da realidade, o que, segundo Peirce, faz parecer algo não muito diferente do sonho, e bastante dogmático.

As demonstrações claras nem sempre são fáceis de serem distinguidas entre premissa e conclusão, não há nos seres humanos uma capacidade infalível que garanta segurança ao inferir que um fato foi visto ou foi inferido como pretende o pragmatismo absoluto. Ainda no mesmo texto, Peirce argumenta que o sonho se distingue da realidade pelo seu caráter fragmentário e obscuro, além do que ele aparece disfarçado de uma realidade efetiva; esta, segundo postulado e em linhas gerais, se aproximaria mais da proposta filosófica de Royce ao formular seu pragmatismo de tipo particular.

Apesar de haver muitas semelhanças entre as elaborações de teorias filosóficas entre os pragmatistas, o pragmatismo de Peirce ainda é considerado *hors concours*. A forma como estão dispostos os conceitos em seu sistema são subvenientes às categorias, que ao evocá-los, seria o mesmo que puxar um fio de uma imensa malha, por interpolação e irreduzibilidade, em que a malha toda segue o movimento da mesma linha puxada.

Neste sentido, nesta próxima parte, esboçamos a estrutura mais fundamental de seu pragmatismo, abrindo esta gigantesca malha de modo a revelar a posição dos fios quanto à urdidura tecida no espaço/tempo e tramada pela ação da força do contínuo.

1.2 O PRAGMATICISMO PEIRCEANO

Charles S. Peirce⁵⁵ nasceu em Cambridge, Massachusetts, em 1839; faleceu em 1914⁵⁶; filho de um bem-sucedido matemático e astrônomo americano, Benjamim Peirce (1809-1880), que foi professor da Universidade Harvard por quase cinco décadas. Seu trabalho de pesquisa obteve extensa repercussão, sendo o primeiro estadunidense a tornar notória sua pesquisa em âmbito internacional.

Sob influência do estímulo paterno para os estudos, Peirce, aos oito anos de idade, começa a demonstrar interesse pela área de química, e aos onze escreveu um artigo sobre a história da disciplina de Química. Quando adolescente, Peirce lia os manuais de lógica e os escritos de Kant, Spinoza, Hobbes, Hume, Schelling e Hegel. Bacharelou-se em Química (*Summa cum Laude*), pela Universidade de Harvard, em 1863. Brent⁵⁷ o descreve do seguinte modo: “Foi um erudito de ampla formação que se ocupou, com certa facilidade, de campos como a química, física, astronomia, geodésica, metrologia, cartografia, psicologia, filologia, história da ciência e especialmente matemática, fenomenologia, lógica e metafísica”.

Desde 1859, com vinte anos de idade, trabalhava com seu pai, que era o então diretor da *Geodetic and Coast Survey*, participando de intercâmbios pela Europa como emissário (1870-1883). Peirce também desenvolveu experimentos com fotometria junto ao *Harvard College Observatory*, publicando o artigo *Photometric Researches*, de 1878, em que descreve o desenvolvimento de aparatos experimentais de precisão para aferições de gravidade terrestre que ele próprio projetou, que podia mensurar a massa do planeta de modo a verificar que sua massa não é distribuída de forma homogênea⁵⁸. Peirce foi o primeiro cientista a utilizar uma longitude de onda de luz como unidade de medida e é o inventor da projeção quincuncial da esfera⁵⁹.

A extensão de seu trabalho supera o número de cem mil páginas de manuscritos, e que foram primeiramente publicados em caráter fragmentado. Ao longo de sua obra há numerosas

⁵⁵ BRENT, 1993.

⁵⁶ Houve este ano, em 2014, o The Charles Sanders Peirce International Centennial Congress, University of Massachusetts.

⁵⁷ Idem, p.327. [Tradução livre].

⁵⁸ Um sumário de trabalhos experimentais realizados por Peirce pode ser encontrado no *Dictionary of scientific biography* de Charles C. Gillispie (1981).

⁵⁹ Cf. Lenzen, 1965.

autocorreções, que se somam a uma das muitas razões para distintas e variadas interpretações sobre seu trabalho.

A partir do início da edição cronológica de sua filosofia, que continua em andamento nos dias atuais, através do *The Peirce Edition Project*⁶⁰, os estudiosos de Peirce, como Hookway, Hausman, Santaella, Ibri e Maddalena têm apresentado trabalhos sustentando a tese de que há uma profunda coerência na forma sistematizada de seu pensamento.

Como já apontamos, as ideias de Peirce foram geradas no contexto embrionário das mais intensas e calorosas discussões sobre questões que versavam sobre uma filosofia que se pretende amalgamada à noção de experiência, no sentido de teoria e prática convergirem para fins de efetiva interpretação da realidade.

Assim como Aristóteles, Hegel e Frege, Peirce elabora seu modelo lógico a partir da estrutura sistematizada de categorias universais. Sua teoria das categorias fenomenológicas é tomada como base estruturante, a partir da experiência, por representação da imagem diagramática para a linguagem formal mediante a ferramenta metodológica posta em função, por meio da relação ordenada dos modos de raciocínio e as notações de tipo presentes na matemática. As três categorias do que aparece no mundo, de modo mais geral, abstrato e ordenado, aparecem na condição de propriedades numéricas, a saber: um (qualidade), dois (relação) e três (representação). Em outro dizer, não há nada no mundo ou mente que possa ser pensado ou descrito, e que escape destas três categorias, por esta razão tão gerais.

Peirce fornece uma descrição das categorias mais gerais da experiência que ocupam um espaço lógico de modo superveniente a todas as demais categorias presentes no plano da realidade, devido a seu poder de generalização. Esta classificação aparece no texto “*On a New List of Categories*”, de 1867⁶¹, em que Peirce apresenta uma análise que distingue as aparências das coisas ordenadas em categorias que se articulam junto à identificação do acaso, formação de hábito e generalização, padrão em forma de lei; categorias estas denominadas respectivamente como: primeiridade, secundidade e terceiridade, são estas três as categorias fenomenológicas que ele classifica⁶², aplicáveis em todos os contextos do “assoalho espaciotempo”.

⁶⁰ Cf. <http://www.iupui.edu/~peirce/writings/crit.htm>. Consultado em 29 de agosto de 2018.

⁶¹ CP 1.545-559. A citação refere-se aos *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*, Ed. by Charles Hartshorne and Paul Weiss. Cambridge, MA. The Belknap Press of Harvard University. 1931/1976.

⁶² Sobre este trecho da tese, como parte das atividades de formação acadêmica pertinente ao processo de doutoramento, em 2015, foi apresentada numa comunicação no 16º Pragmatismo sob o título: “Transliteração da imagem para o discurso em perspectiva pragmatista”. Cf. Programa de Apresentações em: http://www.pucsp.br/pragmatismo/encontros_intern_pragmatismo/16_programacao-das-comunicacoes.html; posteriormente o texto integralmente foi disponibilizado no site da academia.edu, com o título: “Leitura de realidade a partir do modelo lógico peirceano”.

A primeiridade é a categoria que corresponde à pura qualidade, em que os elementos logicamente se apresentam tais como são, singulares⁶³; caracteriza-se como qualidade sem referentes, sem comparação, de natureza livre, presente no que é puramente espontâneo, da natureza do que repercute sua condição original de ser um “primeiro”.⁶⁴ Nas palavras de Peirce: “primeiridade é o modo de ser daquilo que é tal como é, positivamente e sem referência a outra coisa qualquer”.⁶⁵

A secundidade se caracteriza pela relação reativa entre um primeiro e um segundo. Esta categoria tem no seu modo de aparecer o fato atual, percebido nas manifestações constitutivas de reação, resistência e esforço. Na categoria da secundidade há uma experiência de alteridade, de discernimento do ego e do não ego.

O aprendizado que envolve uma percepção de regularidade pode evoluir para um estado de generalização, que remete à terceira categoria fenomenológica classificada por Peirce. Ou seja, a terceira categoria de fenômenos, denominada terceiridade, torna-se aparente por meio das generalizações. Sobre o caráter necessário da generalidade, Peirce argumenta que: “A generalidade é, ainda, um ingrediente indispensável da realidade; porque a mera existência individual (primeiridade), ou atualidade (secundidade), sem qualquer regularidade (terceiridade) é nula. Ou seja, é caos, é puro nada”.⁶⁶ Logo, só é possível extrair significação de contextos fenomenológicos completos, que envolvem as três categorias da experiência.

Devido a seu caráter abstrativo, esse tipo de classificação de categorias universais não se encontra separada do plano da experiência, mas é nossa possibilidade de acesso à ela, considerando que estas categorias presentes na mente e no plano físico (em perspectiva materialista) encontram-se as três categorias emaranhadas umas às outras, interpoladas de modo que só podem ser “pinçadas” por meio de um exercício de abstração. Em outras palavras, só a delimitação individual de cada plano fenomênico ocorrer por meio do discernimento uma das outras através de procedimento mental de especificação, de tipo analítico e por meio da ferramenta de precisão, identificando o limite da alteridade por meio da representação e percepção de identidade.

Neste sentido, diferentemente de seus colegas do Clube Metafísico, a filosofia pragmaticista de Peirce, que ele mesmo distinguiu veementemente, aparece em um construto de fundo norteador de toda a dimensão de uma arquitetônica conceitual, em prol de estabelecer uma topografia e mapeamento, que está imbricada, em relação de

⁶³ Em linguagem contemporânea o que é denominado *qualia*.

⁶⁴ CP 1.302

⁶⁵ CP 8.328

⁶⁶ CP 5.431

interdependência, com as Ciências Normativas (sociologismo lógico peirceano). Ela subordina o interesse individual relativo ao processo de conhecimento à objetividade e poder da generalização, e em consonância com o interesse maior e mais geral da comunidade indeterminada de investigadores (CII) que tem por finalismo conformar-se com a verdade; ou seja, o de alcançar o entendimento em um processo de razoabilidade contínua com fins à verdade.

Outra característica do construto filosófico peirceano foi a de revisar conceitos de assentimento estabelecido, como a noção de intelecto, por exemplo. O princípio primeiramente sistematizado por Aristóteles *nihil est intellectu quod prius non fuerit in sensu*, em Peirce passa pelo juízo perceptivo⁶⁷, que é um conceito cunhado por este filósofo. Eis aqui o ponto que perpassa uma das questões centrais desta tese, a saber: como juízos perceptivos, que são da ordem do particular, assim como a experiência, se tornam juízos universais, representados em forma conceitual? A resposta de Peirce a esta questão envolve a lógica, pois ele sustenta que o juízo perceptivo é inferencial em parte, proto-inferencial, por esta razão denominado juízo. Em outro dizer, o juízo perceptivo envolve predicados reais, o que lhe atribui grau de generalidade, e a introdução da generalidade se efetiva no próximo movimento, por meio da abdução, que é um modo de raciocínio que produz, gera hipóteses plausíveis a partir de juízos perceptivos.

Peirce parte da proposta epistemológico-metafísica kantiana para construir sua estrutura epistemológica, como a maioria de seus pares do grupo metafísico que tomam Kant por referência. Ao dedicar-se sistematicamente aos estudos da obra de Kant, em especial à sua proposta de “Educação Estética do Homem”⁶⁸, como ponto de referência de seu pragmatismo, elabora sua própria proposta epistemológica, que envolve uma nova fenomenologia somada à classificação das Ciências Normativas. Nelas são lançadas as bases deontológicas de seu sistema epistemológico, com fins a fundir os interesses individuais aos interesses mais elevados da *comunidade indeterminada de investigadores* (CII), em torno do objetivo de descobrir métodos de generalização, que seria este o modo que torna o mundo razoável, reconhecer e significar seus padrões.⁶⁹ Com isso, Peirce atribui que seja esta a tarefa da filosofia, a de produzir métodos.

Por estas razões, Peirce separa sua filosofia daquela proposta pelos demais pragmatistas, rebatizando seu pragmatismo em “pragmaticismo”, justamente para expressar

⁶⁷ Cf. léxico.

⁶⁸ SCHILLER, 1995.

⁶⁹ GARDIM, 2007, p. 76-78.

que não estava de acordo com a proposta filosófico-pragmática de seus pares, mesmo com a de seu amigo mais próximo, William James, com quem mantinha frequentes e intensas discussões e correspondências.

Um dos pontos de divergência entre o pragmatismo e o pragmaticismo encontra-se em que Peirce insere em seu sistema uma classificação das Ciências Normativas, que, segundo ele, são fundamentais para delimitar o modo, alcance e área de atuação de seu método científico, e atribuída a esta categoria alto poder de generalização. As classes das Ciências Normativas são três: Estética, Ética e Lógica (Semiótica), que, fornecendo fundamentação e atuando conjuntamente fazem parte da formação da teoria geral da significação.

A experiência é condição necessária para delinear a significação, porém não suficiente, haja vista que o modelo peirceano é representacionista, logo não há um *imediato* nos procedimentos inferenciais de percepção da realidade. Neste sentido, a experiência pode ser considerada o *start*, conjuntamente à percepção de anomalia e geração de hipótese, acionando o movimento do círculo virtuoso do conhecer-interpretar-representar, estes emaranhados conjuntamente aos processos sígnicos de notação e produção de significado efetivam o conhecimento a partir da experiência.

As tríades são recorrentes, em diferentes níveis e tipos de conexões, que fazem parte desta arquitetônica e sistemática taxonômica, que estão dispostas em camadas de amplitude, alcance e função generalizadora. Considerando que, em Peirce, conhecimento e experiência, em última análise, são sinônimos, e há a necessidade de mapear o terreno das ações no campo conceitual, distinguindo classes de modos, referentes à distinção entre função (posição relacional) e identidade (qualidade), com aplicação de mensuração e localização dos tipos de relações estabelecidas na malha *mobile spatiotemporal* pela ferramenta lógica fornecida pela semiótica.

Logo, sistematizando, as categorias mais gerais da experiência, são base e princípio de ordenação que aparece na tríade com os respectivos nomes e ordinalidade, que se referem ao tipo de suas relações. A saber:

- i) Elemento atômico, que não possui relações, por ser pura qualidade;
- ii) Elemento diádico, que envolve alteridade, por se tratar de um fato bruto (secundidade);

- iii) Elemento triádico, posto em relação aos dois primeiros a ele associados de modo estrutural e irreduzível, e onde se efetiva o processo de significação (terceiridade)⁷⁰.

Estas categorias são referentes ao mundo externo, atuando sobre as relações internas mentais efetivadas no mundo, como significação e representação correlacionadas às tríades gerais. A partir delas as demais categorias também gerais são estruturadas, mas sempre contidas e reduzidas a graus topológicos de extensão e potencial para a efetividade.

Este é outro dos diferenciais do pragmaticismo peirceano, ao descrever a experiência estabelecendo uma conexão, em que suas estruturas não são fragmentadas, mas todas incorporadas e interdependentes no contínuo externo (universal) / interno (particular), em referência à sua efetivação, assim como os elementos que fazem parte apenas da esfera representacional e que existem como possibilidade. Neste sentido, a “mente” do mundo (externo) está em íntima relação com a mente humana (interna). O que não significa dizer que o pragmaticismo peirceano seja uma espécie de mentalismo.

Neste sentido, importa deixar claro o que Peirce denomina ser mente⁷¹. A mente se manifesta de modo consciente, e pode ser dividida em três partes: *feeling* ou experiência monádica; sentido de alteridade ou experiência diádica; e sentido de mediação ou experiência triádica. De acordo com essa divisão, três tipos fundamentais da experiência devem ser explicados: o conteúdo momentaneamente presente da consciência; a experiência de um outro diretamente presente, que oferece resistência; e a experiência de síntese ou mediação⁷².

A mente, em relação à ideia de função, testa as crenças por meio de método verificacional (científico para o plano inferencial), todavia passível de falha, sempre com ênfase nos processos inferências de raciocínio posto como método. Neste sentido, devemos considerar que estamos inseridos num mundo já estabelecido, com crenças instanciadas em hábitos cristalizados; com isso se diz que a mente se configura de acordo com esse espaço de crenças estabelecidas e hábitos estabelecidos, plano este que a crença subjaz e em permanente movimento num constante contínuo evolutivo, podendo ser substituída por uma mais adequada conforme o que não é esperado acontece, a dúvida se instaura e a crença anterior não é mais adequada para explicar o fenômeno.

⁷⁰ Estas categorias aparecem ao longo de toda tese, de modo recorrente, justamente por serem da ordem mais geral sob o intuito de tornar mais evidentes a presença de suas relações implicadas.

⁷¹ Cf. Léxico.

⁷² CP 1.378

Por esta razão, as crenças não são produzidas na filosofia, tampouco testadas em laboratório, mas são retiradas do pensamento comum que sobre elas aplica-se método científico de verificação, a fins de validação das mesmas crenças quanto ao seu teor de verdade, de conexão com a realidade, que, se possuindo correspondência com a lei da generalização, própria da realidade, serão qualificáveis a serem escolhidas e fixadas com fim de gerar ações efetivamente práticas que, por sua vez, resultem nos resultados esperados. Logo, a ênfase quanto à função da filosofia no campo da epistemologia, para Peirce, é a de produzir métodos inferenciais de fixação de crença que possa fornecer, com precisão, subsídios para a escolha da crença a ser fixada, com fins à ação, para que seja instaurado um hábito que conflua em mesmo sentido ao da ordenação da lei natural, do cosmo.

Em correlação às categorias das Ciências Normativas, estas estão para as da fenomenologia numa esfera em processo evolutivo do pensamento, convencionado e estabelecido pela tessitura de suas sistematizações relacionadas aos fins para a verdade. Estão sob análise e teste permanente para alcançar a determinação em um representante final que seja homologada como sendo Lei (generalidade) pela participação dos agentes da CII.

Posto isso, o estabelecimento das linhas gerais do espaço lógico pragmático-conceitual mapeado por Peirce, configura-se também, em posição interveniente quanto ao seu poder generalizador de representar, nas categorias da Ciência Normativa e na ciência das leis da conformidade das coisas com os fins ⁷³, que podem ser reconhecidas mediante a seguinte estrutura:

- 1) No plano da Estética, considera aquelas coisas cujos fins devem incorporar qualidades de sentimento;
- 2) No plano da Ética, aquelas cujos fins situam-se na ação;
- 3) No plano da Lógica, aquelas cujo fim é o de produzir consequentes por meio de representação simbólica.

Estas três classes das Ciências Normativas identificadas e postuladas por Peirce são extremamente gerais, assim como o são as categorias fenomenológicas. Na configuração de seu padrão elas apresentam a amplitude espaciotemporal quando percebidas no plano da ação e passíveis de serem mapeadas, padrões estes de correspondência com as formas de raciocínio, sequencialmente, interpolando elementos dispostos na respectiva aproximação do

⁷³ CP 5.129, EP 2:200

padrão estrutural fenomenológico que quanto aos tipos de raciocínio apresentam a forma correlata:

- i) A Abdução está para Estética em seu teor gerativo (primeiridade), assim como ...
- ii) A Indução está para a Ética e referente ao plano prático da ação (secundidade), e ...
- iii) A Dedução para a Lógica, ao traçar consequentes lógicos, leis (terceiridade).

Esta imbricação dos modos de raciocínio, aplicados quanto a geração de significação referente ao plano da realidade, efetivam-se como mente interna em relações que se apresentam de forma indissociável e interpoladas, como toda tríade que faz parte do contexto fenomenológico dos eventos.

Para apresentar evidências que confirmem essa correspondência entre a fenomenologia geral, Ciências Normativas e os modos de raciocínio, faz-se necessário o estabelecimento de um método capaz de expor de modo satisfatório a coerência e razoabilidade que só podem ser reconhecidas, e gerar significado com fins à escolha da ação, mediante estas conexões. Isto de modo a obter o alcance de explicar como as coisas no mundo são, para que servem, e aonde se deseja chegar, em prol de se fazer escolhas que determinem um padrão de relevância que separe a ação para bons e maus fins, que em última análise irá se concretizar na efetividade do tempo presente, do agora, e com pretensão de que mantenha-se em futuro enquanto exerça sua função de significação, de dar sentido à ação.

Ao propor um método que verifique a validade das inferências imbricadas nestas camadas de relações interpoladas, Peirce classifica duas esferas:

- i) Realidade (externa)
- ii) Representação (interna).

A crença que se pretende justificar deve ser fixada mediante um método que garanta a correspondência com a realidade, e é justamente este método, como posto anteriormente, que Peirce denomina “científico”, por seu ideal e potencial poder de precisão.

Neste sentido, nos processos de descoberta, circunscritos no plano que ficou conhecido como “a lógica da descoberta” ou de “resolução de problemas”, as relações estabelecidas a partir destas áreas de fundamentação, de natureza primordial, desde sua

gênese relacional, gera significações. Essas, pelo alto grau de generalização, aparecem como qualidade, como substância, como um primeiro aparecer, por isso o teor de surpresa que acompanha os processos de investigação.

Na relação de causalidade, no contexto do plano da investigação, está para a atuação do homem da ciência, enquanto que criar método está para a filosofia, testando seus experimentos na resistência e brutalidade do fato, com fim de saber se o que se representou na mente científica corresponde ao que está no mundo; por esta razão, pode resistir à hipótese ou concordar com ela, fornecendo indícios de verdade, ou seja, que não dependem da vontade do humano. Enquanto que a representação, atividade muito peculiar ao matemático, busca reconhecer padrões gerais, discerni-los e classificá-los, justamente para fornecer um mapeamento das condições de possibilidade para ações futuras.

Em síntese e ordem respectiva, a forma do que aparece e surpreende (estética/primeiridade) propuliona o desejo de saber o que aquilo é; e abrindo um espaço explicativo, neste ponto a ética (secundidade) é exigida pelo pesquisador ao comprometer-se com a busca pela verdade e em não obnubilar o fluxo do conhecimento (as três categorias interpoladas), por quais razões sejam. No plano da lógica, que é de natureza representacional (terceiridade), cabe o papel de comprometer-se a gerar consequentes, em sequência na aplicação da metodêutica⁷⁴, mediante honestidade intelectual, com fins à encontrar a verdade, para gerar os consequentes lógicos como possibilidades de escolha de ação, efetivadas no plano de secundidade, e novamente submetidas ao “sim” ou “não” do que está fora da vontade humana, em sentido de subordinação.⁷⁵

Ora, tudo o que é universalmente afirmado nas categorias gerais também o é em seus subtipos, em posição subveniente, ou seja, nas categorias de menor poder de generalização, em que uma parte das relações estabelecidas não pode denotar todas as relações. O mesmo ocorre em seu correlato como, por exemplo, no plano das proposições, em que uma parte da proposição não denota toda proposição. Por esta razão, a ordenação em graus de generalização se estabelece como princípio geral na/para a lógica, a que Peirce propõe operar

⁷⁴ Cf. Léxico.

⁷⁵ Esta nos parece ser uma boa explicação para a compreensão do que chamamos de “frustração”, quanto ao desejo que não se realiza no plano da ação. Neste sentido, Peirce comenta que é comum ao pensamento ordinário julgar que raciocina bem, mas se não se segue a estas leis gerais, os fins não são alcançados, logo o método de como raciocinar deve ser ajustado. Por definição sintética, isso é o que Peirce chama de inteligência, raciocinar de modo a obter o resultado que se espera. Num primeiro momento pode parecer simples, mas requer muito esforço para se elaborar métodos, e preparo extenso e prévio para realizá-lo, por esta razão próprio da filosofia, pois esta fornece modelos de métodos circunscritos no pensamento dos filósofos que forneceram ferramenta de reconhecimento de padrões universais. Não sem razão Peirce se dedica ao estudo dos clássicos, é justamente de onde subtrai tijolos na construção de sua arquitetura.

em seu sistema, a saber, a semiótica, que possibilita analisar estas relações que encontram-se plasmadas nas categorias gerais, discernindo quantas e de quais tipos são; enquanto que o método (aplicação das formas de raciocínio) exerce por função a mensuração da continuidade implicada à urdidura relacional dos pontos conectivos entre coisas.

Ainda quanto à lógica, Peirce desenvolveu pertinente argumentação no ensaio *Por que estudar lógica?*⁷⁶. Ele postula que o controle consciente do processo inferencial é derivado do raciocínio e não de uma mera percepção, que, por sua vez, desenvolve-se a partir do referencial perceptivo pré-inferencial, a saber, *juízo perceptivo*. Este tipo de percepção peculiar é pré-consciente, mas de forma fraca judicativa, por envolver uma “escolha” do recorte imagético de realidade que aparece para uma mente. Ou seja, se delibera sobre a topografia do campo perceptivo, considerando que a realidade se mostra em sua presentidade⁷⁷, com imagens que chegam à nossa percepção simultaneamente. Logo, como estabelecer critério de ordenação para imagens simultâneas? É neste sentido que está implicada a judicação e, conseqüentemente, por esta razão, ser denominada juízo.

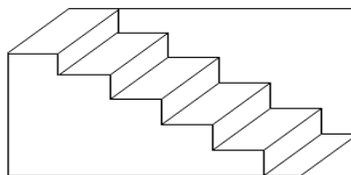
Para exemplificar, é o caso de recorrer àquelas imagens de efeito *gestaltico*, em que se pode reconhecer numa mesma figura duas percepções distintas. Neste ponto, ressaltamos que entre as duas figuras que podem ser percebidas na mesma imagem só se pode perceber uma por vez (ordenação), dentro do contexto de sua presentidade, posto ao limite espaciotemporal e biológico de nossas percepções, se impõe uma escolha de qual delas se percebe, pois simultaneamente não podem ser percebidas. Dito de outro modo, ao ter de perceber somente uma das figuras na mesma imagem, de modo proto-inferencial, um mecanismo para a escolha é acionado no pensamento, de modo a estabelecer o critério de relevância para se escolher ver uma ou outra primeiro, mas sem que este seja um ato elaborado e consciente como do nível dos processos inferenciais. Ele se dá de imediato, por força da aparição da figura, em que mais importante que predicar o que ela é, é justamente escolher o que ver. Esse processo de percepção precede o processo autocontrolado inferencial, mas que envolve uma escolha, por esta razão um juízo que se manifesta somente no nível da percepção, que antecede a inferência.

Em síntese, a imagem da escada abaixo exemplifica a argumentação, em que a perspectiva de cima ou de baixo (de onde está posicionado o observador) não pode ser percebida simultaneamente; ou seja, implicaria uma espécie de escolha feita a partir de um juízo *quasi-consciente* sobre a ordem de qual das perspectivas se “escolhe” perceber primeiro.

⁷⁶ CP 2.119-218

⁷⁷ Cf. Léxico.

Figura 1 - Gestalt



Fonte: <https://www.ufrgs.br/psicoeduc/gestalt/figuras-sobre-psicologia-da-gestalt/>

Em outro dizer, o juízo perceptivo envolve um tipo de processo, segundo Peirce, pré-inferencial justamente por estar relacionado, por um lado, a um juízo elementar e, por outro lado, não totalmente consciente. Como afirma Peirce neste trecho abaixo:

Por um lado, o juízo perceptivo é o resultado de um processo; todavia, de um processo não suficientemente consciente para ser controlado, ou ao menos não para ser considerado minimamente controlável e, portanto, não totalmente consciente. Se fossemos submeter este processo subconsciente à análise lógica, deveríamos achar que resultaria naquilo que essa mesma análise representaria como uma inferência abdutiva, baseada no resultado de um processo similar que uma análise lógica semelhante representaria para ser concluída, por similar inferência abdutiva, e assim por diante *ad infinitum*.⁷⁸

Peirce apresenta o exemplo do crescimento dos cabelos ao procurar explicar, fazendo uso de analogia de que não deliberamos sobre o crescimento dos cabelos, logo, seria absurdo criticar seu crescimento. O mesmo se dá ao criticar um juízo perceptivo, pois a natureza desse tipo de juízo não é controlável; em que não teríamos como criticá-lo, por este simplesmente perceber ao que se mostra, e este último se mostra como é, do jeito que aparece, na condição de um primeiro, aparece sem estar relacionado; ou seja, o mesmo que ocorre quanto ao crescimento do cabelo, se dá como aparece, e não faria sentido criticá-lo. Em síntese, o juízo perceptivo não deve ser criticável por não ser um processo controlado, ele simplesmente se manifesta da forma que aparece, portanto, este seria um processo que acontece independente do controle ou vontade do observador, e nesse sentido, de natureza semiconsciente, em que não se pode controlar, nem mesmo deliberar sobre a percepção do que aparece, mas deliberar

⁷⁸ CP 5.181. Tradução livre. “On its side, the perceptive judgment is the result of a process, although of a process not sufficiently conscious to be controlled, or, to state it more truly, not controllable and therefore not fully conscious. If we were to subject this subconscious process to logical analysis, we should find that it terminated in what that analysis would represent as an abductive inference, resting on the result of a similar process which a similar logical analysis would represent to be terminated by a similar abductive inference, and so on *ad infinitum*”.

sobre manter a atenção sobre um campo visual. Deste modo, o juízo perceptivo se assemelha, em analogia, ao crescimento dos cabelos, pois, posto retoricamente, que sentido haveria em criticar o crescimento do cabelo, para quais fins? Sobre coisas que não podemos controlar, não podemos criticar.

Considerando que, diante da possibilidade de haver inúmeras interpretações de determinado evento, as decisões a serem tomadas também se multiplicam em graus de pluralidade e possibilidades das escolhas sobre o que perceber primeiro (critério de relevância) em um dado campo visual, e, também, quantitativamente, o que é melhor (bom), ver primeiro e atentar ao maior número de detalhes, e deliberar o tempo de percepção (malha espaciotemporal). Este processo é uma instanciação do referente ao espaço de generalização que se configura, atuando sobre a tomada de decisão; que, se principia no juízo perceptivo (pré-controlado) e desemboca no movimento dos processos de raciocínio colocados em movimento, em que a lógica é a “avaliadora” da melhor decisão a ser tomada, com fins a alinhar-se com a realidade (verdade), determinando assim se um raciocínio é bom ou mau. E circularmente, em um círculo triádico virtuoso, a ética está implicada à lógica e estética, em que início e fim são postos por escolha de recorte deliberado para fins subvenientes (de menor poder de generalização, porém com precisão de discernir em ambiente plurais uma forma de outra), porém subordinados deontologicamente (ética, referente à uma boa escolha) com fim à verdade.

O campo das Ciências Normativas, a Ética (secundidade), Lógica (terceiridade) e a Estética (primeiridade) detêm-se à investigação sobre se o propósito último do pensamento, *per se*, está alinhado à condição investigativa de validação. Ou seja, Peirce considera que há dois tipos de conhecimento: perceptivo, da ordem do juízo perceptivo (estético); e conceitual, da ordem dos raciocínios inferenciais (lógico).⁷⁹

Em geral, as três ciências normativas: Ética, Estética e Lógica “podem ser observadas como sendo as ciências das condições de verdade e falsidade, da conduta sensata e insensata, das ideias atrativas e repulsivas”⁸⁰. Em síntese, Peirce argumenta que a verdade (Lógica) é uma espécie de Justiça (Ética) que, por sua vez, é uma espécie do aparecer do que é admirável (Estética) em um grande geral⁸¹. Neste ponto que se faz perceber como chega a bom termo a “metafísica tangível” da proposta inicial gerada no grupo metafísico, ou melhor, no *Metaphysical Club*.

⁷⁹ CP 2.145

⁸⁰ CP 5.551; EP 2:378

⁸¹ CP 5.130; CP 7.470; EP 2:201

Neste sentido, haveria a necessidade de se fundamentar uma fenomenologia articulada à uma metodêutica que tenha o poder de abarcar o conceito do admirável, ou seja, um raciocínio de tipo inferencial, autocontrolado, próprio da criatividade, que possa gerar novas hipóteses diante de fatos surpreendentes.

Em relação de interveniência (isonomia entre categorias quanto ao poder de generalização), na fenomenologia, a qualidade (primeiridade) é o correlato para a criação; enquanto que na metodêutica é a forma de raciocínio abdutiva (primeiridade). Com isso, segue-se a pretensão de fundamentar seu pragmatismo em um terreno objetivado (representação correspondente ao tecido da realidade), porém não positivado (não mecanicista), mesmo sendo organizado em categorias hierárquicas do conhecimento – prática que poderia ser confundida com a proposta dos filósofos positivistas⁸². Em síntese, concatenando, assim, as formas de raciocínio correspondentes aos correlatos da Ciências Normativas há uma “posição” (topografia relacional) pinçada das interpoladas relações; ato este que só pode acontecer mediante o reconhecimento das categorias gerais: primeiridade, secundidade e terceiridade, o que expressa a importância da taxonomia das categorias com maior e menor poder de generalização.

Os demais pragmatistas não seguiram por este viés. Peirce aprofundava-se nas estruturas matemático-filosóficas para construir sua teoria de significação e topologia conceitual. A partir de referências do plano da matemática, há “poder” de gerar axiomas endógenos por meio de padrões gerais, além da capacidade de geração de condições complexas, altamente abstratas e razoáveis de pura possibilidade, fornecendo, assim, bases estruturais para a configuração do corolário peirceano, em que sua efetividade está posta ao usá-lo em sistema de redes triádicas em concatenação do signo com a experiência, pelo “tubo” do pensamento.

Neste sentido, apresentamos em linhas gerais as principais relações e correlações super e subvenientes postas de acordo com a posição do mover do observador (interpretante) e mover do signo (representamen) em relação ao objeto observado em posições dinâmicas que podem ser circunscritas nas camadas de composição da urdidura do tecido da realidade (primeiridade, secundidade, terceiridade).

Por conseguinte, sua arquitetônica filosófica fornece subsídios bastante persuasivos, e de longo e profundo alcance explicativo, quanto sua força de representação em correspondência com os padrões habituais que “aparecem” para um decodificador dos sinais

⁸² Uma das razões pelas quais Peirce é confundido como sendo da categoria dos filósofos positivistas é por estabelecer sua ordem taxonômica hierarquizada dos saberes, de acordo com o grau do poder de generalização.

atualizados no presente no/do mundo, passíveis de inteligibilidade e potencial criativo de processos de significação e significados que crescem evolutivamente.

Posto isto, as estruturas subjacentes da relação mente-mundo-linguagem se tornam configuráveis e dinâmicas representacionalmente, vinculados ao propósito de compreender e distinguir o real das vias de acesso à representação, relacionadas, como dito anteriormente, aos modos de raciocínio e categorias fenomenológicas.

O pragmatismo real-idealista de Peirce traz em seu bojo uma série de implicações, de consequências lógicas postas em movimento, que não podem ser compreendidas sem que se tenha o domínio de seu léxico filosófico e poder de abrangência de seu sistema. A estrutura triádica aparece de modo recorrente, por ser um padrão percebido nas estruturas mais basais que permeiam toda a realidade, em que os elementos constitutivos estão postos em relação, de modo a fundamentar sua consistência lógico-semântica. O que implica em buscar compreender o mapeamento do que se pretende trazer ao plano da descrição da existência.

Neste ponto, convém trazer o tema, sobre a distinção que Peirce fez entre os conceitos de existência e de realidade, apresentado no artigo de 1908: Argumento Negligenciado para a Realidade de Deus (*A Neglected Argument for the Reality of God*)⁸³.

Na introdução do mesmo texto, traduzido para a língua portuguesa por Cassiano Terra, o autor apresenta esta distinção de modo bastante pontuado e adequada para nosso contexto:

Peirce distingue Realidade de existência, da seguinte maneira: a existência é individual, reage a outra individualidade, é particular, está sob a categoria da Atualidade Bruta. A Realidade, por outro lado, é dotada de generalidade, ela não se esgota na individualidade particular, na presentidade absoluta. É característico dos Seres Reais do terceiro Universo não existir isoladamente, mas estar em relação com outros Seres, indicar algo diferente, fora, relacionando-se com esse outro. Deve haver algo na Realidade que escape à determinação, pois observamos o crescimento da diversidade na natureza. Se o Real fosse definível pelo campo existencial dos fenômenos que o compõe, não haveria explicação para, por exemplo, a diversificação e a formação das espécies. [sic]

Em síntese, todos os elementos da realidade, da experiência e do pensamento estão representados em três categorias: qualidade, reação e mediação. Segundo a filosofia de Peirce, esta fenomenologia está vinculada à correspondência dos modos de raciocínio e ciências normativas, em que podemos estabelecer a relação quanto a fins à verdade de que a primeira corresponde à forma (Estética), a segunda à existência (Ética) e a terceira ao valor (Lógica). Destacamos aqui, que um não iniciado poderia ter dificuldade em compreender por que o

⁸³ CP 6.452-485, EP 2.434-450.

valor está para a lógica, sendo esta última da categoria da terceiridade, e eis a abrangência do poder de generalização das categorias de como os fenômenos aparecem, pois a relação posta aqui (contexto) não está para a ação, mas para fins de reconhecimento da verdade, relacionado à interpretação.

Portanto, o que podemos pensar sobre o mundo, considerando-o como um sistema cognoscível, está inserido de modo irreduzível nestas três categorias, em que tudo pode ser pensado nelas e sem elas nada pode ser pensado. Logo, o mundo, plano dos eventos, não pode ser configurado de forma eficiente em um sistema representacional diádico. Neste sentido, os sistemas binários estão para um mecanismo assim como o triádico está para um organismo vivo.

Isolar uma das partes das tríades, em um exercício mental, não implica em uma correspondência que o mesmo se dê no plano da experiência, ou seja, que uma das partes apareça isoladamente em plano de generalização⁸⁴. Uma das partes poderia ter maior destaque de acordo com o contexto de apresentação como, por exemplo, a primeiridade é uma condição de existência do puro acaso, em que tudo que aparece é criativo, novo. Não vivemos em um mundo em que tudo é novo, nem mesmo vivemos em condições de puro acaso. No entanto, por exemplo, ao sermos inseridos no contexto do mundo das artes, a primeiridade se destaca, pois há um componente de novidade e de aparente acaso muito mais destacado, em que as relações de significação vão sendo construídas a partir da ênfase no que se pretende destacar. Neste sentido, as áreas articuladas em cooperação adquirem maior grau de generalização. Logo, não era sem razão que os pragmatistas recorriam a diversas áreas do saber.

Enfatizamos que a linguagem, em amplo sentido, obriga a uma disposição ordenada linear (posição) como, por exemplo, de combinar letras ao formar frases, sentenças, assim por diante; o que serve também para as equações, relacionando as partes em ordenação sequenciada, de modo que se possa atribuir sentido, como para outros sistemas de linguagem.

Dentro destes limites estruturais da configuração de mundo do pragmaticismo peirceano, que se delineia na ênfase sobre o poder da generalização, pode ser entendida e

⁸⁴ Sem nos remetermos a Damásio, o erro de Descartes se configura em traçar um plano bidimensional da realidade (plano cartesiano) que é irreduzivelmente triádica; e operando por meio desse método e sistema binário com pretensão à generalização, não tem força para instanciar realidade em planos mais gerais. Sobretudo, sob pena de incorrer em erro categorial, não se pode comparar o funcionamento de um relógio ao de um organismo vivo. O primeiro pode ser montado e desmontado e seu funcionamento normaliza-se, assim como sua ontologia; o segundo só se mostra em movimento e na hermenêutica de possibilidade/impossibilidade de abertura de seu sistema, que se levado a ser “encaixado” em uma categoria (espaço/tempo) que não lhe é própria, poderia chegar à colapsar, e neste sentido, de que valeu ser aberto, para qual fim? Tantas outras digressões podem decorrer deste ponto. Julgamos ser pertinente para, de um modo não ortodoxo, expor uma das críticas de Peirce sobre os postulados cartesianos.

aplicada para estabelecer conexões lógicas em diversos contextos de leitura de realidade; fazendo uso desta mesma estrutura para definir um ponto inicial e recorte final. Pois, está posto que há um primeiro, um segundo e um terceiro; o que derivar desta configuração será repetição de sua estrutura de base de referimento; se estiver em desacordo, ou seja, em relação de insubordinação representacional a essas categorias, o torna sem efeito de se realizar. Em outro dizer, também é uma transliteração prescritiva do signo para a experiência, expressa no plano do discurso, em que a máxima pragmatista é considerada desde o princípio do processo de conhecimento, que acontece pela lei de generalização. O preço a ser pago por uma representação em desacordo com sua categoria (forçosa redução) é a perda do poder de representar, perda em graus de significação, perda de eficiência.

A inclusão do interpretante como parte da relação sígnica indica que todo pensamento está envolvido em questões interpretativas. Logo, todo pensamento está instanciado em uma comunidade linguística; neste sentido é levada em conta a passagem de um domínio ao outro, considerando as idiossincrasias presentes em cada um dos limites da linguagem que se expressa na experiência, em perspectiva reversa que principia na experiência, mas parte da representação.

Por conseguinte, a forma lógica não tangencia o caráter social do significado, por esta razão a importância da fala comum que, por sua vez estabelece um recorte epistemológico para delinear seu espaço de atuação. Cabe aqui a pergunta: seria possível pensar em um modelo de representação sem espaço sócio/geográfico? Num primeiro momento, parece impossível uma representação sem este teor, considerando ser esta a condição *sine qua non* de possibilidade dos fenômenos, são espaciotemporais, inseridos em esfera sociocultural. Na perspectiva degenerada (sem poder de realizar-se em sua generalização) do mecanicismo, sim.⁸⁵

Com vistas no pragmatismo de Peirce, a linguagem explica o pensamento e este se ancora em uma realidade testada na própria experiência, porém a mesma experiência acontece de forma induzida no conjunto de particulares de onde se extrai um condutivo para a generalização, em condições peculiares, porém, reproduzidas de forma padronizada, desalojada de sua condição *in toto*, ao ser mapeada, localizada e posta em destaque. Neste sentido, a forma de representação do conteúdo engendrado pelo universo aponta para um devir, em que as determinações e qualidades são dadas em relações dinâmicas imbricadas e

⁸⁵ Nos desviaríamos de nosso propósito se inseríssemos uma análise sobre este tema, mas nos tiraria da proposta inicial e final. Entretanto é um ponto que poderia evocar digressões que tergiversem sobre as bases, em princípio binárias e seu processo evolutivo mediante a implementação da lógica das relações nos sistemas de Inteligência Artificial (A.I.).

complexas, percebíveis por meio de um padrão recorrente. Esta perspectiva que vai sendo formada e fixada como crença coletiva e adotada também como padrão de relação mente-mundo, configura-se a partir da instauração do hábito.

Em síntese, são essas as bases mais gerais do pragmatismo, ou pragmaticismo, peirceano, as quais serão expostas com frequência ao longo da tese, postas em relação com as tríades basais que explicam e que estão atreladas à estrutura fenomenológica peirceana e inseridas no plano factual (externo) e representacional (interno) na malha do contínuo.

Seguimos com a construção argumentativa, apresentando algumas das reverberações de sistema que influenciam os pensadores contemporâneos a construírem suas propostas filosóficas, tendo em vista a consideração do pragmatismo de tipo peirceano.

1.3 DIFUSÃO DO PRAGMATISMO E SUA RELEVÂNCIA

Como exposto anteriormente, o pragmatismo é considerado um dos momentos de mudança paradigmática na filosofia, que transborda sua influência para além do campo da filosofia, oferecendo substrato conceitual para áreas múltiplas do saber e correntes *inter*, *trans* e *multidisciplinares*, que buscam neste modo peculiar de apresentar os conceitos uma forma nova de se ler o mundo. Tendo apresentado uma síntese do pragmaticismo peirceano, propomos identificar no pensamento de filósofos atuais a influência da filosofia de Peirce para se pensar os problemas contemporâneos.

Para sustentar a argumentação de uma ampla e considerável influência sobre o cenário neopragmatista, apresentamos um esboço, uma amostragem⁸⁶ do pensamento de filósofos que representam, ao menos em uma significativa parte, a reverberação do pragmatismo em suas múltiplas apresentações ecoadas no panorama da filosofia contemporânea.

Apresentamos, sequencialmente e em linhas gerais, o pensamento de Karl-Otto Apel, Hilary Putnam, Robert Brandom e Susan Haack⁸⁷, enfatizando o propósito de destacar a relevância deste sistema filosófico peirceano presente nos contextos de resolução de problemas e nos debates filosóficos da atualidade, ressaltando a importância da filosofia de Peirce quanto a seus efeitos e reverberação.

Iniciamos a exposição pelo pensamento de Karl-Otto Apel, em que a obra “*Charles Sanders Peirce - From Pragmatism to Pragmaticism*”⁸⁸, publicada em dois volumes e

⁸⁶ Amostragem no sentido de fazer referência a filósofos notórios da contemporaneidade com intuito de elevar a filosofia de Peirce a uma categoria influenciadora e merecedora de maior notoriedade, considerando a importância de seu trabalho, assim como seu teor prolífico e abrangente.

⁸⁷ Cf. CALCATERRA; MADDALENA e MARCHETTI, 2015.

⁸⁸ APEL, 1995.

traduzida para o alemão, é tomada como referência na introdução do pensamento peirceano na Europa. Neste sentido, o pensamento peirceano contribuiu, apontando como promessa de efetivação o projeto filosófico apeliano, a saber, o de aproximar o empirismo lógico ao pensamento e métodos construídos na escola de filosofia analítica de Oxford⁸⁹. A proposta filosófica de Apel se constrói com o pano de fundo que remete à superação do cientificismo, relativismo e historicismo, com o objetivo de unificar, afim de diluir hiatos entre prática e teoria, argumentando sobre uma “Pragmática Transcendental”, fundamentada, em parte, por meio da leitura que fez do pragmatismo peirceano, também na releitura da filosofia transcendental de Kant, no ponto em que o estadunidense substitui a síntese transcendental do conceito de apercepção pelo de comunidade indeterminada de investigadores.⁹⁰

Na obra *From a transcendental-semiotic point of view*⁹¹, Apel continua a elaborar sua argumentação sob influência do pensamento de Peirce, apresentando a proposta da “comunidade real de comunicação”, com referência ao postulado da “Comunidade Indeterminada de Investigadores” configurado por Peirce, com objetivo de superar seu caráter de fundo idealista, iniciando com a crítica: “Quem é o sujeito da ciência?”⁹² Com esta pergunta faz a análise que o sujeito da ciência se transforma em um objeto linguístico, desembocando no paradoxo: a impossibilidade da realização do sujeito último da proposição ou a dissolução do sujeito da ciência⁹³. Buscando resolver o paradoxo, exposto em sua construção argumentativa, em que prática e teoria encontram-se imbricadas em um todo coerente, critica o solipsismo metodológico próprio da filosofia cartesiana que desemboca em uma espécie de relativismo. Razão, verdade e generalidade são em conjunto sua temática originária tramitada sobre um construto de comunicabilidade, em que a máxima é de que a comunicação se efetiva, quanto maior for a clareza, atuando como princípio regulador juntamente com a ética sobre o palco da ação de fala. A realidade, segundo o filósofo, é composta de três fatores: necessidade de futuro por meio da lei; a brutalidade dos fatos garantindo a formalização da verdade; o domínio do passado como substrato para se criar o futuro, e todos inscritos na assertiva: “a continuidade não é outra coisa senão a realização entre a possibilidade do passado que aspira surgir como necessidade regulativa futura,

⁸⁹ GARDIM, 2007, p. 69.

⁹⁰ GARDIM, 2007, p. 25.

⁹¹ APEL, 1998.

⁹² APEL, 1977.

⁹³ FAILLA, M. *Pragmatismo e Teoria Crítica*, p. 226. In: CALCATERRA; MADDALENA e MARCHETTI, 2015.

nomeadamente como leis confrontando-se com a brutalidade dos fatos”⁹⁴. O construto apeliano é bastante semelhante ao modelo de categorias fenomenológicas de Peirce, em que não se pode negar a influência de seu pensamento sobre a proposta de Apel.

Em outro dizer, as categorias fenomenológicas peirceanas são evocadas na construção da proposta do realismo-cognitivista de Apel, somada ao senso histórico próprio da tradição filosófica moderna, em que os sujeitos da comunidade real de argumentadores se comunicam no próprio ato da argumentação, ou ato de fala. Este novo conceito realista cognitivo-semiótico inserido em âmbito histórico-social aparece nos recorrentes diálogos entre Apel e Habermas⁹⁵, influenciando significativamente o pensamento dos que participavam destas discussões, incluindo neste círculo de pesquisadores europeus Umberto Eco⁹⁶. Todos estes apresentam um pensamento de certo modo inovador, porém sob o alicerce do pragmatismo.

Segundo Boersema, o conceito cognitivo-semiótico e social de Apel também teve forte influência sobre as reflexões de Hilary Putnam⁹⁷. A formação de Putnam e a influência que recebe sobre a formação de seu pensamento filosófico não se limitam à influência da filosofia pragmatista, recebendo influência também da corrente analítica no pensamento dos filósofos Quine, Reichenbach e Carnap, com quem trabalhou na Universidade de Princeton⁹⁸. Somado ao pragmatismo, o positivismo lógico e a filosofia da linguagem comum exerceram influência não somente no pensamento europeu, mas também como uma das vertentes filosóficas mais fortes e presentes nas correntes de pensamento estabelecidos nas universidades estadunidenses, na segunda metade do século XX.

Em contexto paralelo, na trajetória filosófica de Putnam aparece muito da influência do pensamento peirceano, expressando interesse sobre o método científico, a epistemologia e a filosofia da física, desenvolvendo um projeto de uma filosofia unificada com pretensão de estabelecer uma análise da dicotomia dos métodos analítico e sintético. Como Apel, a maior parte de seus escritos são produzidos na segunda metade do século passado, em que seu pensamento começa e se definir como original, sob a influência considerável do pensamento de Peirce. Sua temática inicial gira em torno da questão do realismo, de como a linguagem se conecta com o mundo, defendendo a posição não dualista entre as coisas observadas no

⁹⁴ FAILLA, M. *Pragmatismo e Teoria Crítica*, p. 229. In: CALCATERRA; MADDALENA e MARCHETTI, 2015. “La continuità non’è altro, allora, che realizzazione fra le possibilità del passato che aspirano a diventare necessità regolari future, ossia leggi, confrontandosi com la brutalità dei fatti”. Tradução livre.

⁹⁵ APEL, 1997.

⁹⁶ ECO, 1990.

⁹⁷ BOERSEMA, 2008.

⁹⁸ MARCHETTI, G. *Hilary Putnam*, p.291. In: CALCATERRA; MADDALENA e MARCHETTI, 2015.

mundo e termos conceituais que compõem as teorias sobre o mundo, apresentando uma proposta de um realismo científico⁹⁹.

Marchetti¹⁰⁰ apresenta uma análise que trata em linhas gerais do pensamento de Putnam quanto a alguns temas e interesses recorrentes postos em relação e sob influência do pragmaticismo, presentes em seu trabalho, sendo eles: “realismo, o *status* epistêmico da ciência, a crítica ao empirismo lógico e ao cientificismo e a refutação da dicotomia filosófica na relação fato-valor, e ciência-ética”.

Putnam revisa algumas ideias e *insights* contidos e desenvolvidos na filosofia de Peirce, trazendo à tona o tema referente à dificuldade de se compreender o núcleo duro do pragmaticismo, principalmente ao que se refere à mudança de ideias. Segundo ele, e sob a interpretação de Marchetti, o cientista ao revisar o conhecimento não possui um fim fixado, pois também pode ser alterado, ou seja, quanto ao finalismo em última análise, não se aplicam assertivas peremptórias, a trajetória intencional também pode ser alterada. Neste sentido, Putnam faz críticas ao modelo relacional entre os sistemas analítico e sintético no sentido de seu insustentável propósito verificacionista. Estas são algumas das confluências entre seu pensamento e o de Peirce, estigmatizando seu tom argumentativo sob a influência pragmaticista.

Marchetti¹⁰¹ argumenta que aparece inicialmente na filosofia de Putnam traços de um interesse pela ciência e ética, de modo semelhante ao de Peirce, assim como as implicações pertinentes aos desdobramentos relativos à conexão entre estas áreas, desembocando, em seus escritos mais recentes, um aprofundamento sobre o pragmatismo americano como um todo, como também sob influência da filosofia de Wittgenstein.

Sob estas influências, Putnam empenha-se a analisar como a linguagem se conecta com o mundo, buscando construir um modelo explicativo que não esteja propenso a cair em um relativismo ou cientificismo. Segundo Marchetti¹⁰², para Putnam, em tom crítico, “o realismo metafísico [postulado por Peirce] sustenta uma ‘não epistêmica’ da verdade, baseado sobre a ideia de que a verdade é uma questão de correspondência”. Neste sentido, Putnam refuta a tese de uma perspectiva amplamente cognoscível, como esta apresentada pelo modelo peirceano, ao qual os homens tenham acesso, em sua condição de humanidade. Segundo Putnam, nessa percepção de uma estrutura que só possa ser vista por Deus, um “ponto de vista

⁹⁹ PUTNAM, 2013.

¹⁰⁰ MARCEHTTI, S. *Hilary Putnam*. In: CALCATERRA; MADDALENA e MARCHETTI, 2015, p. 290.

¹⁰¹ Idem, p. 292, 293.

¹⁰² Idem, p. 294.

dos olhos de Deus”, não há como fornecer explicação satisfatória a respeito da conexão mundo linguagem.

Neste sentido, a ciência limita-se a cumprir seu papel de desmistificar os fatos que acontecem no mundo de modo que não pareçam milagres. Logo, o conceito de verdade, em Putnam, estaria mais próximo da noção de garantir que as proposições submetidas à verificação epistêmica possam assegurar que as asserções decorrentes deste processo sejam suficientes e boas. O pano de fundo quanto ao falibilismo posto no conteúdo e interesse da argumentação de Putnam, e inicialmente tratado pelo pragmatismo peirceano, é um dos pontos de conexão da influência do pragmaticismo sobre o pensamento do autor. Ainda que tenha seus conceitos revisados por Putnam, Peirce aparece como ponto referencial para a consolidação de sua filosofia.

Outra personalidade que é referência no cenário neopragmatista da atualidade é Robert Brandom, um filósofo estadunidense, nascido em Nova York, e que foi aluno de Richard Rorty na Universidade de Princeton, tendo estudado com ele antes de se pós-graduar em Filosofia. Marchetti¹⁰³ fornece uma descrição bastante pertinente sobre a influência do pragmaticismo sobre o pensamento de Robert Brandom, e, como neopragmatista, aparece delimitando seu interesse a partir do campo da Filosofia da Mente, estendendo-se até a Linguística, estabelecendo em seu construto teórico análise referente à analítica do movimento pragmatista presente na linguagem argumentativa.

Brandom sofreu influência direta do pensamento de Richard Rorty e, este, por sua vez, de Peirce, assim como esteve sob influência do pensamento dos filósofos Wilfred Stalker Sellar e Willard Van Orman Quine. O panorama da filosofia de Brandom se configura em um cenário pragmático-semântico, que se constrói, além da influência do pragmaticismo, sob influência da filosofia moderna de Hegel, e assim como nas gerações anteriores dos pragmatistas, a filosofia de Kant é um ponto de referimento, influências estas percebidas na estrutura de seu modelo de normatividade semântica.

Brandom, além dos estudos sobre o pragmaticismo, dedicou-se ao estudo sistemático da filosofia de Kant e de Hegel, debruçando-se principalmente sobre os estudos da *Fenomenologia do Espírito*. Sinteticamente, sua proposta é a de superar o pensamento de Dewey e Wittgenstein ao se remeter às raízes do idealismo alemão, ao estabelecer a relação entre a semântica e pragmática circunscritas no plano da linguagem como regulação

¹⁰³ MARCHETTI, S. *Tendenze odierne: Haacky, West, Brandom e Shusterman*. In: CALCATERRA; MADDALENA e MARCHETTI, 2015, p. 335.

normativa de determinação prática.¹⁰⁴ Sendo assim, a partir das influências recebidas, busca seguir um caminho singular de problematização, todavia, como um predecessor do pragmaticismo.

Em *Marking it Explicit*¹⁰⁵, de 1994, Brandom circunscreve quais regras devem orientar o exercício das construções linguísticas postas em ação quanto à sua estruturação semântica, tendo em vista extrair destas elaborações quanto às razões para agir. Neste sentido, a influência do pragmaticismo aparece na análise dos critérios para construção de regras que esclarecem conceitos e hipóteses. Ou seja, em Brandom, a linha preceptoria diz respeito às regulações normativas que, em última análise, determinam nossas práticas, sendo elas pensadas a partir das práticas de raciocínio e cognição - considerando que raciocínio e deliberação são atividades que determinam as disposições para agir.

Por conseguinte, na argumentação de Brandom esta ação está implicada a um tipo de ética, ao responsabilizar-se, portanto, em investigar como bem raciocinar. Este aspecto é bastante semelhante à posição Peirceana, ao concatenar e alavancar um método para tornar ideias claras, de modo a se fixar crenças seguras, que, por sua vez, fornecem subsídios para impactar uma prática epistemológica; no caso de Peirce, para o bem raciocinar, com fins a alcançar a verdade. No entanto em Brandom, assim como em Rorty, há uma rejeição sobre a ideia de que a verdade tenha correspondência ou se correlacione com a realidade, sendo este um dos pontos de divergência quanto ao modelo pragmaticista.

Brandom pretere o plano da realidade factual como recorte do espaço de investigação, deliberando atuar no plano de base da construção linguístico-argumentativa, mantendo foco na análise das razões para agir. Neste sentido, sua problemática gravita em torno de fornecer hipóteses que possam estabelecer quais as regras que orientam a prática argumentativa, considerando a natureza falibilística das asserções. Por esta razão que o conceitual delineado para explorar a compreensão do que é a verdade, em Brandom, não é o mesmo transitado por Peirce; porém, a influência peirceana aparece mesmo em sua contestação, ao assumir o falibilismo. Em síntese, Brandom propõe que verdades são uma ferramenta que faz por em andamento a ação, em defesa de uma espécie de naturalismo em que os conceitos partem da posição de onde encontram-se localizados no palco da ação. Em certo sentido, pode ser associado à máxima peirceana: “crenças guiam o desejo e movem a ação”¹⁰⁶.

¹⁰⁴ BRANDOM, 2011, p. 47. Apud BAVARESCO, 2011, p. 84.

¹⁰⁵ BRANDOM, 1994.

¹⁰⁶ EP 1.114.

O papel do hábito, um dos temas levantados pela argumentação peirceana, aparece na filosofia de Brandom como o propósito de construir hábitos para o uso conceitual, invertendo a ordem do conceito como elemento de descrição da realidade, em que a síntese significa expressar que rejeita as representações precisas do nosso entorno com vistas a alcançar um modelo representacional correspondente. Neste sentido, implicitamente, há na construção linguístico-pragmática de Brandom espaço para criação, em que vocabulários são criados e usados para diferentes propósitos em diferentes contextos, semelhante a formulação do processo abduutivo. Contudo, por tratar-se de um filósofo vivo, sua filosofia permanece em construção, porém com produção já consolidada e com notoriedade e reverberação no cenário da filosofia contemporânea.

Voltando-nos à produção da filósofa inglesa Susan Haack, que foi aluna de Gilbert Ryle e Michael Dummett, de formação na filosofia analítica, aparece muito da influência pragmaticista em sua argumentação, postura crítica e quanto aos conceitos mais fundamentais expressos em sua obra *Filosofia das Lógicas*¹⁰⁷. Sua crítica se fundamenta a partir de questões gerais, tais como:

A lógica trata de sentenças, enunciados ou proposições? Como os cálculos formais se relacionam com a avaliação do argumento informal? Quais as motivações subjacentes às lógicas polivalentes? Qual a relevância da lógica formal para as modalidades de raciocínio? Qual a relação entre linguagem formal e natural?¹⁰⁸

Além destas questões, destacam-se: a lógica formal interpreta resultados práticos? E, principalmente, qual o *status* metafísico e epistemológico das lógicas formais?

Segundo Marchetti¹⁰⁹, ter alavancado essa cadeia crítica de problematizações levou Haack a separar a sensibilidade em duas modalidades: interna e pragmática, estruturando seu pensamento sobre o *approach* de um modelo epistemológico experimentalista-realista inspirado na filosofia de Peirce. Com isso, Haack evoca a “centralidade da epistemologia como tarefa reflexiva das fortes conotações culturais e seus desdobramentos práticos”¹¹⁰. Haack, ao modo de Peirce, atribui o *status* de filosofia primeira à epistemologia, considerando que esta é a via de acesso à relação entre evidência objetiva e justificação formal, inserida no contexto tanto de relações cotidianas quanto nos de sofisticadas elaborações formais.

¹⁰⁷ HAACK, 2002.

¹⁰⁸ Idem, p. 17-20.

¹⁰⁹ MARCHETTI, S. *Tendenze odierne: Haacky, West, Brandom e Shusterman*. In: CALCATERRA; MADDALENA e MARCHETTI, 2015, p.327.

¹¹⁰ Ibidem.

Neste sentido, Susan Haack faz duras críticas ao pragmatismo absoluto de Rorty, destacando que o abandono da epistemologia resulta em um “cinismo” de tipo vulgar, pois não se pode fundamentar no plano da realidade uma verdade autogerativa, por não encontrar seu correspondente. Esta argumentação foi exposta na obra *Defending Science*¹¹¹, de 2003. Em última análise, as diretivas críticas canalizadas ao tipo de pragmatismo proposto por Rorty resultam em um tom de conotação fortemente moral, considerando que o motivo da formalização da linguagem que atribui validade, o faz com finalidade ética de prova considerada a partir da referência de realidade, tal qual Peirce afere. Ou seja, discutir quais sejam os argumentos válidos ou não sem um estofamento epistemológico tornaria sem sentido o cânone da precisão, que é próprio da linguagem formal, considerado a partir de sua definição geral que caracteriza a lógica formal, a saber, que esta se ocupa de discutir argumentos válidos e inválidos com “cânone de precisão”¹¹². Isto requer um comprometimento moral revelado na honestidade intelectual que vise desviar-se de imposturas¹¹³. Este tom está presente no sistema peirceano quanto a pertinência e abrangência de uma das classes da ciência normativa, a saber, a ética.

As noções de objetividade, racionalidade e verdade, tratadas por Peirce em seus sistemas, aparecem na filosofia de Haack na caracterização da racionalidade mediando a crença e sua realização, assimilando a condição falibilista intrínseca às provas decorrentes de formalizações construídas a partir de procedimentos racionais que envolvem operações complexas, sem que este desemboque em um cientificismo de tipo instrumental, mediante a manutenção das estruturas epistemológicas supervenientes às estruturas de tipo lógicas. Segundo Marchetti¹¹⁴, para Haack, a elaboração de métodos para a justificação de construtos teóricos não deve perder de vista seu finalismo, que deve sempre ser examinado como o todo em relação com suas partes. E esta é uma das maiores contribuições do pragmatismo para que a filosofia siga na contemporaneidade com o antigo projeto de alcançar o esclarecimento, de modo que este não desemboque num construto complexo de jogos de linguagem que operem num vazio ou em uma razão de tipo instrumental.

CONSIDERAÇÕES

¹¹¹ HAACK, 2003.

¹¹² HAACK, S. *Filosofia das Lógicas*. Trad. Cezar Augusto Mortari, Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 219.

¹¹³ Cf. SOKAL, A; BRICMONT, J. *Imposturas Intelectuais: o abuso da ciência pelos filósofos pós modernos*. Trad. Max Alkman. Rio de Janeiro: Edições BestBolso, 2014.

¹¹⁴ MARCHETTI, S. *Tendenze odierne: Haack, West, Brandom e Shusterman*. In: CALCATERRA, R. M.; MADDALENA, G.; MARCHETTI, G. (Orgs.). “Il pragmatismo: Dalle origine agli sviluppi contemporanei”. Carocci Editore: Roma, 2015, pp. 325, 355, p. 330, 331.

Neste capítulo, procuramos apresentar uma breve contextualização do início da sistematização da filosofia peirceana, em condição embrionária e que se consolidou mediante intensos diálogos com seus contemporâneos. Também apresentamos uma introdução ao pragmatismo peirceano, com intuito de diferenciá-lo das demais correntes do pragmatismo clássico e enfatizar sua condição singular. Por fim, esboçamos, em linhas gerais, o pensamento de filósofos contemporâneos que sofreram influência do sistema filosófico peirceano, ressaltando os pontos argumentativos confluentes.

Como pano de fundo, procuramos ressaltar o porquê é importante investigar sobre a filosofia peirceana, considerando que a mesma não ocupa lugar de notoriedade no cenário da filosofia no Brasil, haja vista a pouca divulgação de seu sistema filosófico, poucas traduções de seus escritos e restrita circulação dos mesmos nos ambientes acadêmicos pertinentes à pesquisa em filosofia. Tendo em vista sua produção hercúlea e prolífica de mais de cem mil páginas de manuscritos, convém apontar que seu sistema é fonte para servir de ponto de partida para problematizações e referência de fundamentação metodêutica.

Concluindo este fragmento, que tem por intuito fornecer uma amostragem da reverberação do pragmatismo de Peirce, quanto ao reconhecimento de seu poder de alcance e pertinência no contexto atual e global da filosofia, seguimos com a construção conceitual dos termos: experiência e inteligência e modos com os quais estes conceitos se relacionam, em síntese, postos em perspectiva e em camadas de relações triádicas, conceitos estes vertidos para gerar hábitos de ação adotados previamente por meio de crenças fixadas após serem testadas por meio do método científico.

Logo, a exposição do capítulo seguinte se esquematiza nos pontos:

- i) A importância e natureza das categorias mais gerais da experiência, a saber, categorias fenomenológicas ou cenopitagóricas (epistemologia peirceana);
- ii) Construção dos conceitos de experiência e inteligência e análise da forma com que estão relacionados;
- iii) Relevância do método científico criado por Peirce com fim de tornar as ideias claras, assim como descrever seu funcionamento.

2 A INTELIGÊNCIA COMO CAPACIDADE DE APRENDER POR MEIO DA EXPERIÊNCIA

“Bem, ‘elasticojento’ é uma mistura de elástico com nojento. Elástico é o mesmo que ativo. Você entende, essa é uma palavra braquilógica, como se fosse uma maleta em que você guarda ao mesmo tempo os artigos de toalete e uma muda de roupa íntima. Há dois significados empacotados em uma palavra só”.
(Humpty Dumpty)

APRESENTAÇÃO

Neste capítulo, procuramos colocar em evidência os conceitos de inteligência e experiência no contexto geral da filosofia de Peirce, percebidos como conceitos-chave para a compreensão de seu sistema de construção de significação em correspondência com a realidade. Em outro momento, apresentamos o modelo peirceano referente às formas de raciocínio e em especial o que se ocupa da elaboração de hipóteses plausíveis, que se inicia por meio de um juízo perceptivo, desembocando no processo de abdução, ou seja, o que gera hipóteses explicativas referentes a contextos surpreendentes. Também é abordado o tema quanto ao guiar-se pelo fluxo contínuo do conhecimento em que o pensamento não está contido nos agentes, mas os agentes é que estão em pensamento. Tanto o plano do fato é expresso ao ser traduzido representacionalmente, quanto a estrutura da mente, ao criar as representações de forma confluyente e em consonância com as leis que aparecem como padrões gerais no cosmo.

2.1 AS CATEGORIAS MAIS UNIVERSAIS DA EXPERIÊNCIA

Fizemos uma breve exposição da taxonomia peirceana, sobre as categorias mais gerais da experiência, no primeiro capítulo¹¹⁵. A partir desta explicação geral, seguimos aplicando estas categorias em seus contextos de correlação em variados pontos de referência, subvenientes (menores em poder de generalização), supervenientes (maiores em seu poder de generalização) e intervenientes (semelhante poder de generalização)¹¹⁶; assim como buscamos analisar o caminho que leva à gênese e necessidade desta categorização e suas implicações topológicas para construções dos mapas representacionais.

Buscamos reconstruir o contexto no qual as categorias fenomenológicas estão inseridas, a saber, em qual “lugar” (topologia) estão postas em correlação às quais categorias gerais, e com quais múltiplas experiências se conecta. Ainda, analisamos de que modo são aglutinadas em uma “unidade conceitual triádica” (monismo), com fins de unir a multiplicidade dos fatos em uma generalização, que corresponde ao propósito de alcançar a unidade conceitual, monádica, sob a lei do contínuo que se condensa nesta classificação fenomenológica das três categorias gerais da experiência.

A sequência ordinal destas categorias gerais 1º, 2º e 3º estão organizadas de modo a formar a unidade representacional contida na proposição cardinal expressa na classificação

¹¹⁵ Cf. p. 26-29.

¹¹⁶ Peirce não utiliza estes termos, os introduzimos para expressar o grau do poder de generalização do plano de taxonomia de categorias que ele apresenta, quando postas em relação, como as fenomenológicas, das ciências normativas, das formas de raciocínio, categorias gerais dos signos.

das categorias, em que se diz de “um primeiro”, “um segundo” e “um terceiro” sem que haja “um quarto”, expressa a irreducibilidade destas categorias, segundo a concepção peirceana. Daqui em diante a mesma estrutura triádica se repete em múltiplos contextos do sistema, sendo que uma quarta categoria seria o mesmo que iniciar uma nova tríade, pois a quarta é a repetição do padrão anterior triádico. Ou seja, necessariamente a fenomenologia se expressa por meio de três categorias, em todos os sentidos para os quais o conjunto de relações entre elas se mova, ou se constitua, de tal modo a não haver uma quarta categoria de fenômenos da experiência.

Aparece, então, a ontologia do número, questão que despertou notoriamente o interesse de Frege, e a razão de citá-lo neste momento reside na tese comum com a de Peirce: de que as ideias não são de natureza psicológica, mas que a análise do pensamento se realiza com base na linguagem, envolvendo, assim, objetividade. Frege foi considerado um dos fundadores da Lógica denominada de clássica, assim como da Filosofia Analítica e Filosofia da Linguagem. O lugar de destaque que Frege assume na História da Lógica é incontestável, porém o mesmo não ocorre com Peirce. Apesar de estar na gênese deste processo, em que ambos estabeleceram em suas interpretações de lógica uma estreita relação com os números, em especial a aritmética.

Embora Peirce tenha sido o precursor da introdução do conceito de função proposicional na História da Lógica, o modelo de interpretação da predicação proposto por Frege ganha destaque. Neste sentido, os números são uma notação que reverbera em um padrão linguístico. Ora, um dos êxitos da exposição dos pressupostos lógicos fregeanos foi justamente a busca em reconhecer as condições de verdade para que algo venha a ter significado, e só se pode explicar as condições de verdade mediante um conjunto de elementos que fazem parte de uma mesma teoria; em condição de complementariedade, estes elementos são fornecidos pelo sistema peirceano¹¹⁷.

Peirce, em seus escritos produzidos nos anos 60, sobre a disposição dos elementos nos termos contidos nas proposições silogísticas, formula uma distinção entre as categorias do ser e da substância. Ele o faz considerando que a partir de ambos se pode predicar tudo, mas estes não podem ser predicados, ou seja, são bases de referimento; contudo, a diferenciação que Peirce postula entre os conceitos ser e substância repousa sobre a noção de tempo, sobre a noção de que o ser sempre é, enquanto que a substância é no presente¹¹⁸. Ambas, ser e substância, por se tratarem de base de referimento, são sentidas (percebidas) por serem de

¹¹⁷ MONROY, 2010.

¹¹⁸ CP 1.547

ordem qualitativa, mas não predicáveis. Este tipo de percepção é originária, é um primeiro, um ponto de partida, e como expressa Santaella sobre a argumentação de Peirce: “como se o mundo estivesse se originando nela” (na percepção originária). Sobre esta questão, a autora argumenta: “Somos inevitavelmente, irremediavelmente forçados a acreditar que algo é vermelho, quando assim nos parece, mesmo que esse algo não seja, de fato, vermelho, o que só somos capazes de reconhecer quando comparamos um julgamento de percepção com outro.”¹¹⁹

A ênfase a ser dada neste ponto se refere à experiência do sentir, perceber. No exemplo, ao buscar compreender a “vermelhidade da cor vermelha”, a mesma não parece ter muito sentido, parece esvaziada de significação, de semântica. Isto ocorreria justamente porque na ordenação da linguagem natural não comporta a descrição de base primária, que não esteja em comparação, em que os sentimentos são para a percepção um ponto de partida para a significação. Por esta razão, na experiência não existe esse grau de pureza conceitual, pois damos conta de representar um sentimento que possa ser representado pela linguagem, e a linguagem, por sua vez, é terceiridade, e não da ordem da primeiridade.

A partir da perspectiva peirceana, nossa análise sobre este ponto é que a cor vermelha, em sua condição de primeiridade, não encontrando-se em relação, não é predicável, e em sua ontologia só pode ser sentida por ser esta pura qualidade. A redução da qualidade na forma da construção clássica de representação, por falta de poder de generalização, e se disposta tão somente na pobre relação dos elementos sujeito, verbo e predicação, não avança em crescimento de possibilidades de predicação.

Neste sentido, a cor enquanto substância é uma unidade de base em que a presentidade da mesma irá determinar sua natureza de apresentação, que provoca uma representação mental, derivada do poder denotativo da mente. Para Peirce¹²⁰ não é a semelhança que causa a associação, mas a associação que constitui a semelhança. Ao nos referirmos a um dos tons que a cor vermelha apresenta, falamos de um tom do vermelho e não de sua natureza de “vermelhidade”, pois ao falar de um dos tons, fala-se de um conjunto de ideias, que agrupam vários tons por meio de um conjunto identificado por semelhança. Peirce denomina esta relação de associação por contiguidade, que está baseada nas associações de pensamentos constituídos a partir dos hábitos dos atos de reação, adquiridos por meio da experiência.

¹¹⁹ SANTAELLA, 2004, p. 20-21.

¹²⁰ CP 4.157

Recomendamos que seja feita uma experiência, ao apreciar a obra de Rothko¹²¹, abaixo, propomos que se procure extrair o significado do vermelho, de modo a ordenar em linguagem natural, o que ela, em sua condição qualitativa, significa.

Figura 2 - Sem título



Fonte: <http://www.mantlethought.org/arts-and-culture/mark-rothko-blurred-boundaries> (1970)

A experiência foi proposta no sentido de exemplificar que não se trata de uma obra banal, por dar ênfase a uma base de referimento, intrinsecamente substancial e original. No entanto, para transliterar sua significação em condição qualitativa a tarefa poderia tornar-se extenuante, pois as bases de referimento são sentidas, são da ordem da primeiridade, não são postas em relação. O que podemos colocar em relação nesta obra são os tons de vermelho, e como posto por Peirce, envolveria um conjunto de operações mentais. Ao falar de um dos tons, fala-se de um conjunto de ideias, que agrupam vários tons por meio de um conjunto identificado por semelhança.

Logo, para este tipo de distinção conceitual, entre ser e substância como bases de referimento, a ferramenta de precisão é fundamental. Nas palavras de Peirce¹²²:

¹²¹ Mark Rothko (1903-1970), artista plástico norte-americano de origem letã e judaica.

¹²² CP 1.549 “Precision is not a reciprocal process. It is frequently the case, that, while A cannot be prescinded from B, B can be prescinded from A. This circumstance is accounted for as follows. Elementary conceptions only arise upon the occasion of experience; that is, they are produced for the first time according to a general law, the condition of which is the existence of certain impressions. Now if a conception does not reduce the impres-

A precisão não é um processo recíproco. Seria o caso, que, enquanto A não pode ser prescindido de B, B pode ser prescindido de A. Esta circunstância é contabilizada como se segue. Concepções elementares só surgem em condição de experiência; isto é, elas são produzidas pela primeira vez, de acordo com uma lei geral, cuja condição é a existência de certas impressões. Ora, se uma concepção não está reduzida às impressões sobre as quais ela converge à unidade, é um mero acréscimo arbitrário a estas últimas; e concepções elementares não surgem assim arbitrariamente.

Para Peirce, precisão é um conceito-ferramenta que consiste em uma forma de abstração de “tipo pinça” que permite o isolamento de um fenômeno em específico, e é de *per se* este o exercício de abstração que a mente efetiva ao subtrair uma parte desta relação efetivamente irreduzível no plano da experiência. Assim, o ser da substância é o começo e o fim de toda unidade conceitual, não relacionado, que está aquém desse processo abstrativo como condição de unidade básica¹²³, logo irreduzível. Contudo, Peirce destaca que a substância é um elemento a partir do qual se pode inferir no presente (“*it*”), assim como o ser é irreduzível para um predicado, o é também para um sujeito¹²⁴.

Em Peirce, há uma distinção entre o presente temporal e o presente fenomenológico, este último é caracterizado pelo termo presentidade. A presentidade é uma faculdade própria do agente cognoscente, que o habilita a olhar e ver sem atribuir ao que vê qualquer significação¹²⁵.

A implicação desta diferenciação entre ser e substância está na perspectiva descentralizada do sujeito humano, e na inserção de tempo sem projeção futura de significação (presentidade) contida na proposição do que foi fixado no agora (experiência). Dito de outro modo, o tempo presente é próprio ao que se aplica a um deter-se na presentidade, que pode ser relacionada à característica peculiar da experiência, por isso particular, “presa” em uma mente no agora, na presentidade do agora, e esta é uma das relações que Peirce estabelece entre a particularidade da experiência e a generalidade do âmbito conceitual que devem estar presentes na síntese das formulações proposicionais. Neste sentido, o presente temporal está para a brutalidade do fato, que aparece simplesmente como

sions upon which it follows to unity, it is a mere arbitrary addition to these latter; and elementary conceptions do not arise thus arbitrarily”.

¹²³ Mais adiante, ao nos referirmos ao tema da percepção, aprofundaremos este aspecto da diferenciação entre o ser e substância. Para este momento estamos contextualizando a digressão construída por Peirce ao longo de suas formulações pertinentes ao conceito de experiência, como se fundamenta.

¹²⁴ CP 1.548

¹²⁵ CP 1.549

é, no instantâneo do agora, sem que haja ainda uma terceiridade na construção do entendimento do que se percebe.

Por conseguinte, permanece a questão: um raciocínio guiado por uma experiência pode limitar-se a um único percurso inferencial?¹²⁶

Neste viés, explicar algo é o mesmo que apresentar uma determinação, ou seja, quando não é possível dizer o que algo é, ou mesmo na impossibilidade de “torná-lo estático” ao determiná-lo, pode-se alcançar um grau mínimo de determinação, com a aplicação das “inconformidades” ao delinear o que ela não é. E sendo assim, como efetivamente podemos fixar em uma proposição uma relação triádica que se move no tempo e que exige a representação da/na presentidade. No exercício proposto, se não podemos atribuir significação à obra de Rothko em sentido qualitativo, podemos dizer o que ela não é, ou seja, ainda assim é uma atividade mental que exige certo discernimento e envolvimento em delimitação contextual, ou seja, discernindo o espaço conceitual exigido, em que âmbito de abrangência e delimitação quanto às categorias, considerando que este se move sempre no plano da representação.

Peirce¹²⁷ inicia uma de suas digressões em justificativa ao modelo adotado por si de natureza representacionista (poderíamos postular como *apriorístico*), em que se pode ter acesso ao objeto de forma sempre mediata. Neste ponto, a sua referência ainda remonta à Kant, como aponta Calcaterra¹²⁸: “a lista de Kant vem redimensionada na tríade de ‘Qualidade’ (primeiridade), ‘Relação’(secundidade) e ‘Representação’”. Entretanto, argumenta que há uma diferença considerável entre as categorias de Kant para as de Peirce; na argumentação de Kant, ressaltando que foi um dos pensadores modernos a influenciar significativamente os pragmatistas, o processo de conhecimento tem como ponto de partida o *a priori*, explicitado em Kant.¹²⁹

Em todo conhecimento de um objeto há a *unidade* [primeiridade] do conceito, que se pode chamar unidade qualitativa na medida em que ela é pensada só a unidade da síntese do diverso dos conhecimentos (...). Em segundo lugar, há a *verdade* em relação às consequências. Quanto mais consequências verdadeiras se extraírem de um dado conceito, tantos mais sinais há de sua realidade objetiva [secundidade] (...). Por fim, em terceiro lugar a *perfeição*, que consiste em reconduzir, o conjunto dessa pluralidade à unidade do conceito [terceiridade].

¹²⁶ CP 2.442, 3.364

¹²⁷ CP 1.36 “In ‘Note 1,’ Kant says that his argument beats idealism at its own game. How is that? The idealist says that all that we know immediately, that is, otherwise than inferentially, is what is *present* in the mind; and things out of the mind are not so present. The whole idealist position turns upon this conception of the *present*.” (Grifo do autor).

¹²⁸ CALCATERRA, 2003, p. 23.

¹²⁹ KANT, 2010, p. 116-117. Grifo do autor.

E ainda nas mesmas páginas:

O critério de possibilidade de um conceito (não do objeto deste) é a definição, em que a *unidade* do conceito, a *verdade* que de tudo dele pode ser imediatamente derivado e, por fim, a *integralidade* de tudo o que dele se extraiu, constituem o que é requerido para elaboração de todo conceito; do mesmo modo, também o *critério de uma hipótese* [qualidade –primeiridade] consiste na inteligibilidade do *princípio de explicação* admitido, ou na sua *unidade* (sem hipótese subsidiária), na *verdade* das consequências que dele derivam (concordância das consequências entre si e com a experiência) [relação- secundidade] e , por fim, na *integralidade* [representação –terceiridade] do princípio explicativo em relação a estas consequências, que reconduzem a nada mais nada menos do que o que foi admitido na hipótese e reproduzem analiticamente *a posteriori* o que foi sinteticamente pensado *a priori* e com elas concorda.

Logo, Kant faz menção à natureza judicativa da episteme apoiada no princípio *a priori*, argumentando não existir uma base hipotética anterior a esta, “pensada sinteticamente *a priori*”. No entanto, Peirce traça um caminho distinto, ocupando-se das condições mais gerais da percepção que descendem da classificação das categorias lógicas da experiência, processo este que envolve percepção em seu princípio, na experiência do particular.

A grande diferença entre sua argumentação e o risco de desembocar em um psicologismo, ou espécie de nominalismo, é que Peirce demarca o conhecimento para além de um campo privado de experiências de realidade puramente subjetivada, partindo do conceito de experiência como *start* e não como determinada de *per se*. O conceito de experiência em Peirce¹³⁰ está relacionado à multidimensionalidade da consciência, em que os departamentos da ação mental são constituídos por três categorias, definidas em termos numéricos, que podem ser chamadas de categorias cenopitagóricas (*Kainopythagorean categories*) ou fenomenológicas, a saber, em:

- 1) Experiência monádica: simples (primeiridade);
- 2) Experiência diádica: reativa (secundidade);
- 3) Experiência triádica: que conecta outras possíveis experiências (terceiridade), mas estando todas elas conectadas às relações de generalidades, em padrões que compõem a urdidura do plano da realidade, ao estabelecer um marco quanto à forma com que as inferências surgem na abdução.

¹³⁰ CP 7.528

Ao contrário da argumentação de Kant, no seu modelo *a priori* transcendental, Peirce postula que o conhecimento de tipo se principia no *a posteriori*, demonstrado na metodêutica. A metodêutica se refere ao método postulado por Peirce como científico, que serve para fixar uma dada crença. O ponto de partida se dá no fato e este, por sua vez, está para experiência. Nas palavras de Peirce:

Este [método científico] é o único dos quatro métodos que apresenta alguma distinção entre um caminho certo e um errado [...]. E pode-se ter certeza de que, qualquer que seja a investigação científica que tenha sido colocada em dúvida, receberá, a priori, uma demonstração por parte dos metafísicos. Mas com o método científico, o caso é diferente. Eu posso começar com fatos conhecidos e observados para prosseguir para o desconhecido; e, no entanto, as regras que eu sigo ao fazê-lo podem não ser como as que a investigação aprovaria. O teste de se estou realmente seguindo o método [científico] não é um apelo imediato aos meus sentimentos e propósitos, mas, pelo contrário, envolve a aplicação do método. Por isso é que o raciocínio errôneo e o bem raciocinar são possíveis; e esse fato é a base do lado prático da lógica¹³¹.

O conhecimento inicia em um *a posteriori* significa dizer que ele parte da observação do fato, assim é descrito o método científico: primeiro a percepção da anomalia, que está no plano dos fatos, é gerada por abdução hipóteses plausíveis, retirados os consequentes por dedução e testados indutivamente.

Ou seja, a problemática da formulação de hipótese, negligenciada e considerada pela tradição como indutivamente ulterior é invertida para posição anterior no método científico peirceano. Dito de outro modo, consiste, em primeiro lugar, iniciando pela observação de um fato surpreendente, o raciocínio abduativo gera hipóteses plausíveis sobre a significação deste mesmo fato surpreendente, deduzindo das hipóteses geradas os respectivos consequentes e, por fim, com teste na realidade por meio da experiência indutiva. A tradição, a que Peirce se refere na citação acima, usualmente se inicia um método de prova pela dedução, por ser considerado o tipo de raciocínio mais seguro, menos sujeito ao erro. Feito de modo diferente por Peirce, em seu método, a inserção da abdução, que ele reconhece ser um raciocínio altamente falível, passa a ser inserindo em categoria inferencial como um tipo de raciocínio

¹³¹ CP 5.385 “This is the only one of the four methods which presents any distinction of a right and a wrong way [...]. And one may be sure that whatever scientific investigation shall have put out of doubt will presently receive *a priori* demonstration on the part of the metaphysicians. But with the scientific method the case is different. I may start with known and observed facts to proceed to the unknown; and yet the rules which I follow in doing so may not be such as investigation would approve. The test of whether I am truly following the method is not an immediate appeal to my feelings and purposes, but, on the contrary, itself involves the application of the method. Hence it is that bad reasoning as well as good reasoning is possible; and this fact is the foundation of the practical side of logic”.

capaz de produzir o inovador, e a aplicação deste método científico em seu conjunto se faz de tal modo a desembocar em descobertas, considerando que dedução e indução não são modos de raciocínio que possam gerar ideias novas.

Em síntese, os processos inferências são provocados, postos em movimento, a partir da experiência, por meio de elaboração de hipóteses plausíveis geradas por um tipo específico de raciocínio, a abdução, que, por sua vez, é provocada pela percepção de anomalias em padrões que não apresentavam este comportamento. Por essa razão, a surpresa aparece neste processo, como *start* para gerar as hipóteses plausíveis.

A abdução, para não iniciados, poderia ser confundida com um tipo de intuição. Entretanto, segundo Peirce, não há nos seres humanos nenhuma faculdade que possa fazer pensar intuitivamente (paracartesianismo) que permita uma leitura direta da realidade. Isto justamente por não haver uma percepção que envolva tão somente a leitura de dados externos puros, a percepção é sempre representacional, e se efetiva por meio da dependência de correlações e notações representativas. A gênese da representação se dá por meio da percepção de elementos concatenados e inseridos em camadas de relações complexas e correlacionadas e acessadas pelo raciocínio de tipo hipotético.

Peirce faz menção à referência biológica da percepção humana, trazendo à tona a experiência do Ponto Cego¹³² da visão¹³³. Com esta evocação, Peirce reforça que as imagens que se constroem na mente não são simples cópias, são dados captados pela percepção, e manipulados por processos mentais complexos postos em movimento relacional, que elaboram e interpretam os dados percebidos, que são produzidos através dos processos cognitivos nas formas inferenciais postas em ação por meio dos modos de raciocínio, que estão conjuntamente plasmados à esfera empírica, em que o amalgama é a lei da generalização.

Em síntese, ressaltando que Peirce afirma que o raciocínio nasce da mediação semiótica, ou seja, não parte de dados puros, podemos concatenar às categorias fenomenológicas a experiência, apresentando outro esquema para seguirmos adiante nesta análise da topologia quanto à arquitetura filosófica peirceana. Pois, ao apresentarmos o esquema representacional proposto por Peirce é condição necessária introduzirmos o poder representacional do signo, sempre tal qual Peirce nos apresenta, em sua força dinâmica e viva,

¹³² Escotoma ou Ponto Cego é a área da retina que não contém receptores de luz (células fotossensíveis), onde está locado o nervo ótico.

¹³³ MADDALENA, 2015, p. 20; CP 5.220

em sua potencialidade de gerar novas relações, conseqüentemente novas significações em diferentes níveis, em maior ou menor grau de generalização.

Esquemáticamente, para Peirce, sempre ao pensarmos representamos, e essa representação se efetiva por meio de signos. Conseqüentemente, só podemos pensar por signos, e esta não é classificada como uma faculdade, mas assim como o Ponto Cego que está inserido no nosso dispositivo biológico, assim a representação está para o pensamento.

Decorrente de uma perspectiva representacionista, de certa forma naturalista e, em parte, *apriorística* (onipresença do signo)¹³⁴, tudo só pode ser pensado por meio de signo e o mesmo está fora (mundo exterior), no próprio fenômeno e também na mente (mundo interior), iniciando pela percepção (juízo perceptivo), ao invés de ser por meio de uma faculdade de acesso particular como é o conceito de intuição postulado pela tradição. Sua insistência nesse ponto é a de superar a barreira imposta principalmente por Kant, quanto à antinomia número/fenômeno, e por Descartes, quanto ao postulado de seu conceito vago de intuição, por defender a tese de que não há nada que se manifeste no plano da realidade que possa ser incognoscível, pelo contrário, tudo que pode ser pensado, pode ser conhecido e, conseqüentemente, manifesto por via representacional expressa através de signos.

Uma definição sintética sobre a natureza do signo¹³⁵, além da fórmula *clichê* de representar algo a alguém, o conceitua como um algo que se refere a uma outra entidade de modo a relacionar-se com ela e por meio dela, e que se torna perceptível através da conexão entre: o *representamen* (que é o próprio signo), o *objeto* (que é o elemento ao qual o signo se refere) e o *interpretante* (que é um pensamento ou cognição). Sendo assim, um signo representa um objeto para um pensamento ou cognição, sendo ele mesmo um algo, um “isto” (*it*)¹³⁶. No entanto, inevitavelmente se segue a questão retórica: como se dá a aparição desse objeto à percepção, se não de modo imediato? Em um texto de 1907, Peirce esclarece¹³⁷:

¹³⁴ Apesar do modelo peirceano possuir certo caráter apriorístico em relação à natureza do signo, não significa dizer que o conhecimento parte do signo, mas da experiência.

¹³⁵ Cf. Léxico.

¹³⁶ Termo em inglês, que em Peirce está associado ao conceito de substância. CP 1.547: – “This *it* is thus neither predicated of a subject, nor in a subject, and accordingly is identical with the conception of substance”.

¹³⁷ CP 8.119 Tradução livre. Grifo do autor. “Such signs may have little or much internal meaning and external meaning but they have a third kind of meaning which consists in the character of the interpretant signs which they determine. This is their principal meaning. What Prof. Royce calls an “idea” is a sign of this class. For when he defines an idea as a state of mind which consciously “means” something, the whole context shows, as he would admit, that it “means” something in the sense of intending or purposing something. Now a purposive state of mind is one that signifies something by virtue of intending to be interpreted in a deed. Therefore, although an idea certainly has its internal and its external meaning, yet its principal meaning is of a different kind from either of those”.

Tais signos podem ter pouco ou muito significado interno e externo, mas eles têm um terceiro tipo de significado que consiste no caráter dos signos interpretantes que eles determinam. Este é o seu significado mais importante. O que o professor Royce chama de “ideia” é um signo desse tipo. Pois quando ele define uma ideia como um estado mental que conscientemente “significa” alguma coisa, todo o contexto mostra, como ele confirmaria, que “significa” alguma coisa no sentido de pretender ou propor algo. Agora, uma proposição mental intencional é aquela que significa algo em virtude de pretender ser interpretada em uma ação. Portanto, embora uma ideia tenha certamente seu significado interno e externo, seu principal significado é ainda de um outro tipo, diferente de qualquer um deles.

Ainda que o objeto apareça de modo imediato, ao aparecer para uma consciência, a mesma requer uma significação daquela aparição, que ela signifique alguma coisa, ainda que esta questão não seja proposicional, somente sentimental. De qualquer modo, a interrogação “o que isso significa?” aparece juntamente com o que se percebe.

Nesse contexto, o signo assume um papel de mediador, porém não de tipo tensionado como o da mediania aristotélica em equilíbrio ou de sistemas dialéticos diádicos, em que há disputa de prevalência de um dos polos. O signo se articula e se define nos três elementos que compõem a tríade irreduzível, de forma inclusiva; ou seja, em que os três elementos correlacionados não se negam, nem se suprimem, eles se relacionam simplesmente.

A espontaneidade é o elemento que constitui a forma de aparecer do *representamem*, inserindo a noção de tempo, de presentidade, que é própria da experiência, sem o componente de indeterminação, mas determinadas em certo grau. Nesta relação aparece um tipo de representação que não é um interpretante último, não ocupa o lugar do absoluto, move-se em contínuo. Sobre esta questão, Peirce explica¹³⁸:

O homem parece ter um vislumbre de co-entendimento com Deus ou com a natureza. O fato de que ele seja capaz de prever até certo ponto como a natureza agirá, formulará “leis” gerais aos quais os eventos futuros estarão em conformidade, parece fornecer provas indutivas de que o homem realmente penetra em alguma medida às ideias que governam a criação. Agora o homem não pode acreditar que a criação não tenha algum propósito ideal. Se assim for, não é mera ação, mas o desenvolvimento de uma ideia que é o propósito do pensamento; e assim uma dúvida é lançada sobre a noção ultra pragmática de que a ação é o único fim e propósito do pensamento.

¹³⁸ CP 8.212. Tradução livre. Grifo do autor. “Man seems to himself to have some glimmer of co-understanding with God, or with Nature. The fact that he has been able in some degree to predict how Nature will act, to formulate general “laws” to which future events conform, seems to furnish inductive proof that man really penetrates in some measure the ideas that govern creation. Now man cannot believe that creation has not some ideal purpose. If so, it is not mere action, but the development of an idea which is the purpose of thought; and so a doubt is cast upon the ultra pragmatic notion that action is the *sole* end and purpose of thought.”

Posto isto, primeiro, toquemos no ponto “ultra pragmático”. Ao considerar, como aponta Peirce, que não há um único propósito do pensamento, não é somente com fins à ação que seres humanos pensam, mas há um outro tipo de finalismo, que, segundo Peirce, é o anelo do desenvolvimento da ideia, ou crescimento da mesma, aonde está alocado o conceito de evolução¹³⁹.

Evolução, neste contexto, é um conceito concebido por Peirce¹⁴⁰ como as características que se percebe e que assumem formas distintas por meio da representação que se vai construindo a partir delas, na medida em que se discerne as diferenças e semelhanças delimitando a forma, e essa forma que vai sendo revelada por meio deste processo deve ser particularizada, para que se possa obter uma compreensão mais próxima da percepção original. É assim que o pensamento é instigado em um caminho para fins, ou seja, em processo evolutivo. E esse processo se constitui como a evolução do pensamento, fenômeno este verificável em contexto de crescimento e novidade, tomado como sinônimo de inteligência.

O ponto problemático do procedimento evolucionista reside em forçar passos que não são necessários quanto ao método de verificação do que foi concebido, em consequência de não ter uma compreensão suficientemente distinta das características da percepção original para ver o que é que deve sucedê-la imediatamente. Neste ponto, a ideia de tempo deve ser empregada para chegar à concepção de consecução lógica; mas o conceito, uma vez delimitado, suspende a necessidade da pertinência do tempo, que pode ser omitido, deixando a sequência lógica livre do tempo. Neste sentido, o tempo aparece como um análogo existencial do fluxo lógico.

Por sua vez, a formação de novos hábitos se configura por meio do processo que envolve as estruturas de crença e dúvida e é impulsionada por meio desta aspiração à evolução, em seguir o fluxo do contínuo crescimento, e em múltiplas esferas de experiência e criação de significação (conceitual). Logo, subjacente aos processos de significação, a fixação da crença de modo que se consolide em um hábito de ação, está relacionada ao movimento em direção evolutiva do conhecimento *in toto*.

Neste sentido, Peirce faz críticas contumazes à epistemologia cartesiana, referindo-se à impossibilidade factual da dúvida ser levada às últimas consequências. Peirce afirma que no

¹³⁹ Peirce cria uma teoria sobre a ideia de evolução, porém, segundo argumenta Maddalena (2015, p. 57), seguindo o evolucionismo lamarckiano, não o darwinista, que desemboca na estrutura metafísica denominada “tiquismo” (cf. léxico). Fazemos menção para que haja ciência que este desenvolvimento de sua filosofia é bastante sofisticado e extenso, porém sua base é metafísica, não está contemplada em seus viés real-idealista. Por esta razão sua reconstrução não é abordada neste trabalho.

¹⁴⁰ CP 1.491

tecido da realidade não é possível duvidar de tudo; ou seja, essa máxima não é passível de se efetivar, pois está postulado que só agimos a partir de crenças estabelecidas e efetivadas no hábito, onde as regularidades são percebidas na força da secundidade. Logo, suspender o juízo mediante a instauração da dúvida em seu alcance absoluto seria provocar um estado de paralisia absoluto, que só se efetivaria cabalmente na morte. Eis o fim do mecanicismo cartesiano posto em ação.

Peirce apresenta uma proposta de modelo representacional cosmogônico para fazer com que se possa fornecer base de justificação da possibilidade do conhecimento em correlação com o cosmos, no movimento evolutivo da mente correlata às leis que regem a “mente do mundo”. Logo, esse último, por sua vez, uma inteligência, um organismo vivo, com outro tipo de “corpo” (relações sistêmicas), move-se cognitivamente, e em fluxo de crescimento do conhecimento, fornecendo padrões indiciais de como ele funciona e para quais fins, a saber, a verdade, processo este reverberado na cognição do humano.

Ora, ainda mais uma vez, quando se pensa, se pensa em signo; logo, as leis que amalgamam um limite sistêmico fazem o mesmo ao outro posto em relação de superveniência, em micro e macro de amplitude sistêmica referente ao número de complexidade de formas de relação. Outrossim, Peirce argumenta, confrontando o postulado cartesiano, que o estado de dúvida não é desejado, pelo contrário. Por obnubilar o processo evolutivo do crescimento da mente, por conseguinte, do conhecimento, o estado de dúvida deve ser superado o quanto antes, para que se estabeleça novo estado de crença, que em última análise significa dizer: em estado de possibilidade de agir; pois a crença, como posto, é a base para ação.

Em síntese, todo estado de dúvida é um estado de paralisia da ação para fins; conseqüentemente, a lei de tendência à formação de hábito não se efetiva em um estado de dúvida, e nas últimas conseqüências não fornece padrões para que se possa, por meio do padrão que o hábito instaura, generalizar sobre as leis que regem o cosmos, que são as mesmas aplicáveis para qualquer ser que se encontre contido em sua realidade, incluindo esta de tendência a formar hábitos, concetricamente.

Logo, a decisão deve ser tomada e a suspensão da ação que o estado de dúvida provoca só pode ser profícuo para se identificar o erro (indicativo positivo de determinação), desembocando assim no processo criativo e gerador de novas hipóteses que a dúvida pode gerar. De qualquer modo, o estado de dúvida em sua máxima potência como postulou Descartes é infrutífera, e em termos matemáticos, deselegante, pois não atua de acordo com a lei de economia que é um padrão de referência ao cosmos. Assim, segundo Peirce, porém sob

certa visão que atribuímos ser uma espécie “metafísico-naturalista” em muitos aspectos, a dúvida é desconfortável, por resistir à força do fluxo do contínuo de permanente movimento, que é uma lei ainda mais geral, e ponto de partida em defesa do aspecto monádico do sistema peirceano.

Seguindo agora em outra direção, no plano da linguagem formal, o estabelecimento da crença justificada é o finalismo da pesquisa, e esse movimento em si é também de certa forma evolutivo, que tem por ponto inicial o conflito dos dados da realidade, em que, caso não sejam compatíveis à lei do contínuo, que se está habituado a reconhecer geram surpresa. Mas, quando a relação não se efetiva na comprovação, como se pode inserir um dado novo?

De modo geral, por esta razão ser tão fundamental a classificação fenomenológica estabelecida por Peirce, pois o substrato para o fornecimento de lei a ser inteligida, que opera na mente dos seres humanos, na dos seres que vivem no mundo e na vida do cosmos, por esta razão é tão geral, por seu poder de alcance. Portanto, a regularidade do hábito resulta na generalização da lei. Neste sentido, o hábito, em estado evolutivo, é o ponto conectivo entre a singularidade do fato e o monismo da lei do contínuo que opera sobre tudo o que podemos pensar ou conhecer, quer interna (mente do agente cognoscente) ou externamente (mente do cosmos).

Neste sentido, o que foi postulado com a nomenclatura “inteligência”, em sentido *lato* de restringir-se aos processos relativos à razão, e, principalmente, mediante a oposição razão *versus* sensibilidade são obliterados e superados na formulação do conceito de inteligência de Peirce. A sensibilidade enquanto sentimento, primeiridade, se não é incorporada ao processo cognitivo, encontra-se sob pena de estancar o fluxo do conhecimento, no caso de sua não inserção não se pode seguir adiante no plano da lógica da descoberta; ressaltando que no plano da experiência fenomenológica da pura qualidade as coisas percebidas só podem ser sentidas. Peirce explica este ponto ao remeter-se à natureza da cor, que não apresenta significado quanto à significação em sua ontologia, pois como seria explicar a vermelhidade do vermelho? No entanto, é sentida, percebida. Este aspecto é um ponto de convergência para a compreensão de como funciona a classe de juízo perceptivo.

Diante disso, a análise que fazemos destes postulados de Peirce nos revela indícios de que ao buscar estabelecer seu sistema ele não pretende despender esforços para estabelecer uma ontologia do mundo ou do sujeito cognoscente; está posto que são ontologicamente

existentes todos os signos¹⁴¹. Logo, a base da explicação de todo seu sistema real-idealista está apoiada na fenomenologia objetivada em seus correlatos signo-mente-mundo, expressos nas três categorias mais gerais da experiência, descritas, ressaltamos novamente, nas classes: qualidade, relação e representação, que podem ser traduzidas neste contexto consecutivamente relacionadas a outros termos, a saber, acaso (primeiridade), fato (secundidade) e lei (terceiridade). Em que o primeiro está relacionado ao teor de novidade; o segundo, aos dados externos, e terceiro à tendência de formação de hábitos (lei), que está presente no cosmos. Por outro lado, não é válido afirmar que não há uma ontologia na filosofia de Peirce, mas que tipo de ontologia seria esta?

O esteio em que Peirce, em seu sistema real-idealista, se apoia baseia-se na noção de representação. Isto posto, retomamos a partir daqui o primeiro movimento, focando na pertinência da dúvida, pois ela própria é o movimento de uma ação que se apresenta por meio da fixação de crença que se configura na ação mental.

O pensamento, por sua vez, esteticamente descrito por Peirce é “uma linha melódica que atravessa a sucessão de nossas sensações”. Concatenando novamente as relações pertinentes às categorias, “pinçando” a primeiridade, caracterizada como pura qualidade que só pode ser sentida, pois, como posto anteriormente, não está contida em si a natureza de relação para que possa ser discernida. Neste sentido, não há uma base relacional que possa estabelecer critério de semelhança, diferença, extensão e afins.

A saída encontrada por Peirce para esta questão se manifesta no conceito de “*feeling*”, definido como a ideia de sentimento provocado por algo que é por si, e que não está posto em relação a nenhum outro¹⁴². Ou seja, tautologicamente, é pura primeiridade. E como unir a qualidade (primeiridade) à substância (que envolve a “presentidade”)? Talvez coubesse postular e produzir em momento ulterior a “Crítica da ‘Sensibilidade’ Pura”. Mas, como descrevê-la e qual sistema formal estaria apto a representá-la?

Novamente, ressaltamos em recorrente digressão que o pensamento está posto em relação, pois ele próprio só pode ser gerado mediante estrutura representacional, ou seja, só se pode pensar em, ou através de, signos. Os três tipos de signos¹⁴³ são irreduzíveis a apenas um ou dois de seus elementos, podendo ser separados somente por exercício de abstração mental, mas fenomenicamente eles estão entrelaçados de forma inseparável, sendo os tipos: ícone, que

¹⁴¹ Salvo a realidade de Deus que não se permite apreender pelo signo, por nenhum tipo de representação; mas este tema faz parte da metafísica de Peirce e não do aspecto real-idealista de seu sistema; porém, estão correlacionados. De qualquer modo, desenvolver este aspecto extrapola o objetivo a ser seguido neste.

¹⁴² CP 4.157 “An idea of a feeling is such as it is within itself, without any elements or relations”.

¹⁴³ Apresentaremos os tipos de signo de modo profundo no quarto capítulo.

está para pura qualidade (primeiridade); índice, que está posto em relação (secundidade); e símbolo, que aparece em forma de regularidade (terceiridade). Não há representação sem qualidade e relação, e o pensamento só se processa mediante as três categorias conjuntamente articuladas. Novamente, segundo Peirce, não há outra forma de compreensão e descrição da substância (ontologicamente) se não pela via representacional. Neste sentido, tanto o conceito de ser quanto de substância só podem ser entendidos mediante um sistema representacional do signo. Com isto, retomamos o foco sobre a dúvida mover-se para a descoberta, desvelando o que em sua gênese chamada de substância, tal qual a proposição clássica sugere, a concatenação de substância, cópula e objeto, para determinar o que as coisas no mundo são.

Em outro dizer, ao evitar o estado de dúvida e buscar uma adoção de crença justificada que fundamente e caracterize a substância como elemento do mundo real é um propósito com fins a encontrar a verdade, pois procurar-se para encontrar e não somente por procurar. Ou seja, a teleologia está voltada para o teor de verdade do que se busca saber em correspondência com a realidade (universal).

Na perspectiva da abordagem do conceito de inteligência em Peirce, em linhas gerais, eis a síntese do teor real-idealista de sua filosofia não nominalista.

2.2 CONCEITO DE INTELIGÊNCIA EM PEIRCE

Em 1867, ao publicar “*On a New List of Categories*”, que é o primeiro capítulo rumo ao projeto de desenvolvimento de uma grande lógica, Peirce declara no primeiro parágrafo que se ocupa do propósito de analisar a estrutura que reduz a multiplicidade da experiência à unidade do conceito¹⁴⁴. No panorama da lógica, e de modo subsequente, ele aponta que ontologicamente a substância não é imediatamente identificada com a categoria do ser representado na proposição, e que também o ser como cópula não seria o unificador entre sujeito e predicado, como comumente apresentados na formulação proposicional clássica. Quanto à sua construção inferencial, ele afirma que os lógicos normalmente argumentam que uma proposição categórica tem “dois termos, *sujeito e predicado*”, fazendo do verbo sua única cópula, e os dois termos são ou um substantivo próprio, ou um substantivo comum¹⁴⁵, mas ambos são substantivos, quer sujeito ou objeto.

¹⁴⁴ Este texto foi apresentado por Peirce em 14 de maio de 1867 na *American Academy of Arts and Science*, e publicado de novo em CP 2.461 (LUISI, 2008, p. 16, nota).

¹⁴⁵ CP 4.43. Na passagem que se segue Peirce critica as concepções da lógica tradicional na qual Kant se apoia: “Propositions were further distinguished into propositions per se and propositions per accidens. But this was a complicated doctrine, which Kant very conveniently replaced by the distinction between analytic, or explicatory, and synthetic, or ampliative, propositions. Namely, the question is what we are talking about. If we are saying

No caso das proposições categóricas do silogismo clássico há uma divisão entre proposições afirmativas e negativas. As proposições negativas são aquelas que possuem a partícula de exclusão: *não*, ou *não* anexado à copula. No entanto, segundo Peirce¹⁴⁶, neste modelo há uma distinção confusa entre uma proposição negativa, uma proposição infinita, e uma proposição indeterminada. Na argumentação de Peirce¹⁴⁷, a primeira se caracteriza como de tipo *homo non est equis*, e a última como *homo est non equis*, ambas negativas, que afirmam a não existência, mas não aferem a existência, pois na primeira o homem não é um cavalo e na segunda é a própria negação. Nas palavras de Peirce¹⁴⁸:

Proposições categóricas são divididas em proposições afirmativas e negativas. Um negativo é aquele que tem a partícula de exclusão, não, ou outra que não esteja conectada à cópula. Há uma distinção confusa entre uma proposição negativa e uma infinita, isto é, uma indefinida. O primeiro é como *homo non est equis*, o segundo como *homo est non equis*. Isso é o negativo não implica a existência do sujeito, enquanto o afirmativo implica isto. Mas esse arranjo, como será mostrado em outro capítulo, complica muito a descrição dos raciocínios corretos. Pois proposições analíticas, embora afirmativas, não podem, como analíticas que são, afirmar a existência real de qualquer coisa.

Em outro dizer, não está implicada a existência do sujeito como o faz a proposição afirmativa. Em consequente, esse tipo de estrutura de proposições analíticas, embora haja a presença de afirmativas, não pode afirmar a existência real de qualquer coisa, por lidar com a estrutura da argumentação e não da relação entre esta estrutura e a da existência.

Formalmente, obtém-se conhecimento das coisas através de um argumento, uma proposição ou um termo. Enquanto que a qualidade, ou podemos chamar de substância neste contexto, é obtida por meio de operações de semelhança, relação com o objeto da experiência e interpretação dos dados da experiência. A qualidade, ela própria é a substância, como descrito anteriormente. Logo, a precisão que distingue uma qualidade de outra é procedimento caro para o desenvolvimento do processo de conhecimento, para que não desemboque num relativismo de substância. Neste sentido, mediante o objetivo de efetivar a assertiva, segundo

that some imaginable kind of thing does or does not occur in the real world, or even in any well-established world of fiction (as when we ask whether Hamlet was mad or not), then the proposition is synthetic”.

¹⁴⁶ CP 2.326

¹⁴⁷ CP 4.44

¹⁴⁸ CP 2.381. Peirce utiliza os exemplos: “Categorical propositions are further divided into *affirmative* and *negative* propositions. A *negative* is one which has the particle of exclusion, *not*, or *other than* attached to the copula. There is a confusing distinction between a negative proposition and an *infinite*, that is, an *indefinite* one. The former is like *homo non est equis*, the latter like *homo est non equis*. That is the negative does not imply the existence of the subject, while the affirmative does imply this. But this arrangement, as will be shown in another chapter, greatly complicates the description of correct reasonings. For analytical propositions, though affirmative, cannot, as analytical, assert the real existence of anything”. [Grifo do autor].

Peirce, a precisão é uma ferramenta lógica, que está relacionada ao método de tornar as ideias claras. A ideia é clara quando se reconhece no próprio argumento, proposição ou termo em seus efeitos concebíveis, possíveis¹⁴⁹. Para testar seus efeitos concebíveis, a experiência é fundamental, por exemplo: como predicar uma substância como mole ou dura se não for aplicado o teste da experiência? Essa noção de “efeitos concebíveis” abre espaço para um futuro condicional, deslocando assim as formulações dedutivo-formais, por conseguinte necessárias, para um mover no tempo futuro, hipotético, invertendo a ordem do pensamento tradicional.

Neste sentido, a realidade peirceana não é representada *a priori*, como posto anteriormente, mas *a posteriori* e de forma contingencial, e eis o movimento da interpretação *a long run*, por meio da comunidade indeterminada de investigadores¹⁵⁰. Em *long run*, inseridas em um processo contínuo de verificação, de cunho idealista, as crenças são submetidas, em sua atualidade, a revisões de justificação metodêutica (que envolvem os processos inferenciais em confronto com o mundo externo) até que possam alcançar um estado de determinação final (ideal), que corresponda à realidade consolidada como verdade.

Em outras palavras, estas mesmas crenças que passaram por procedimento de teste no caso da secundidade “dizer sim” são justificadas, revalidadas e convalidadas continuamente por uma comunidade de investigadores sem definição, sem limites, mas unidas por um padrão de comprometimento que envolve o comprometimento com as classes da ciência normativa, a saber: Estético, ao seguir o elegante caminho regido pelo princípio de economia habitual no mundo (na natureza, como no comportamento da luz, por exemplo); Ético, ao assumir comprometer-se com condutas de ação que visem a conformidade com a realidade (universais), com fins a pesquisar para encontrar, e não com outro finalidade se não o de alcançar a verdade. Consequentemente, de modo ideal, essa comunidade cresce em linhas geracionais de pesquisadores comprometidos com este mesmo fim e de modo tácito, mantendo a necessidade de atualização requerida pela presentidade, formalizando os processos falibilistas de justificação pertinentes à ordenação inferencial da gramática especulativa (metodêutica) das assertivas – Lógica.

Enfatizando e recolocando este ponto, a comunidade indeterminada de investigadores busca o conhecer com fins à correspondência com a realidade (verdade), configurando-se espontaneamente e de modo infinito. Por essa razão é denominada “comunidade indeterminada”, com o propósito de buscar a correspondência dos universais com a realidade

¹⁴⁹ Ressaltando que é justamente esta a configuração da máxima pragmatista.

¹⁵⁰ Peirce usa o termo “*long run*”.

através da evolução dos conceitos, das crenças testadas e justificadas pela concatenação entre os procedimentos lógico-rationais e a própria experiência - Metodêutica.

Logo, a realidade pode ser definida como uma “crença provisória”¹⁵¹, parte da interpretação convergente final, que conta com a anuência de uma comunidade de investigadores infinita que busca uma crença final predestinada para cada questão a ser investigada, e a busca como depositária da realidade, de modo tal que não dependa de vontades individuais ou subjetivas, nem mesmo convencionadas (realismo-idealista). A questão agora é como chegar a uma crença final em uma só crença de convergência; ou seja: como alcançar a verdade (universal)?

Em síntese, elencando uma cadeia de concatenações temos: crenças justificadas, que se consolidam por meio da superação da dúvida e estabelecimento de nova crença num permanente *continuum*; estas são revisadas *ad continuum* por um grupo indeterminado de investigadores sem que se restrinjam a juízos individuais ou pactos sociais sobre a elaboração indiscriminada de hipóteses sobre crenças embasadas em convenções, mas justificadas, que partam de padrão de conhecimento universal, na busca de um ideal evolutivo¹⁵² do pensamento e conhecimento com fins à verdade. Sendo assim, a sociabilidade intrínseca que descreve este processo frustra a possibilidade de que a pesquisa desemboque em um psicologismo, pois não se detém no particular, nem mesmo quanto à realidade do sujeito da investigação, que atua coletivamente, sob “supervisão comunitária”.

Resumindo: no aspecto referente à Lógica, Ética e Estética (Ciências Normativas), o modo de ser do pesquisador que pertence a esta comunidade está sintetizado na postura ideal expressa em sua conduta racional, autocontrolada (inferencial); constitui-se um compromisso ético em relação a cooperação com os demais pesquisadores pertencentes à comunidade indeterminada de investigadores, comprometidos com fins a alcançar a verdade, a realidade, que confluem em um finalismo de tipo “*long run*” caracterizando a representação final.

Em outro dizer, esta perspectiva de alcançar a verdade (universal) a longo prazo (indeterminação) requer um sistema metafísico que anteceda e atenda às exigências explicativas de um sistema universal que superar o poder de alcance, biológico que a

¹⁵¹ Neste ponto, a analogia com os processos abduativos é bastante direta, porém, guardadas as devidas proporções, o que nos leva a inferir que o construto peirceano parece ser topológico, ordenado em camadas fenomenológicas, porém com possibilidades de múltiplas relações. A primeira perspectiva, em camadas, “situa” o observador em perspectivas expandidas, enormemente gerais (cosmos), pois Peirce afirma estarmos em pensamento e não o pensamento em nós, e a segunda em inúmeras possibilidades relacionais, configuradas em forma risomática.

¹⁵² Cf. A lei da evolução é a continuidade, que será tratada no subcapítulo “A evolução dos conceitos”.

percepção humana permite, mas não se sabe o limite que a mente se configura. Neste sentido, para Peirce, tudo que pode ser imaginado é possível existir, minimamente garantido sua ancoragem no signo, ainda que não na realidade, nos casos que a secundidade “diz não”. No entanto, destacamos a relevância do modelo de representação sígnica (semiótica), assim como a distinção que Peirce estabelece entre o plano da existência e da realidade. Neste sentido, relacionamos à máxima: o que pode ser pensado é pensado somente por meio de signos, ou seja, possuem existência, ainda que não encontre correlato na realidade.

Esta última exige generalização e justificação da interpretação, em que o indefinido deve ser superado pelos interpretantes dessa cadeia de comunicação composta por pessoas (sujeitos)¹⁵³, e esta comunicação se faz no interior da comunidade indeterminada de investigadores¹⁵⁴. Enfatizamos que a verdade está para o fim da pesquisa, mas este fim é ideal. Isto posto, faz-se relevante levantar a seguinte questão: o que significa dizer que nossas crenças justificadas estão de acordo com as coisas no mundo?

Um ponto estabelecido por Peirce¹⁵⁵, e retomado neste contexto, se refere a análise de que toda proposição é construída a partir de signos e, como posto anteriormente, os signos são necessariamente de natureza genérica, pois enfaticamente se fossem de natureza individual (natureza subjetiva) não seriam passíveis de transmitir significação, visto que exigem um segundo (alteridade - índice), e um terceiro (interpretação - símbolo). Sendo assim, como representar individuais por meio de signos que se configuram em novos símbolos contidos em construtos proposicionais, de modo que não se perca sua peculiaridade de ser um individual? E, ainda: considerando que qualidade, da categoria de primeiridade, não está em relação com nada, logo, como se pode garantir sua realidade? A inteligência, vivenciada como sinônimo de experiência, se desloca para esfera do particular, e essa é tomada como esteio de sua argumentação, como ponto de partida para descrever esse processo de conexão entre as coisas que percebemos no mundo e a representação que construímos sobre o mesmo e a partir da linguagem.

Retomando, novamente, a classificação das categorias gerais da experiência, que envolvem qualidade, relação e representação, elas conectam o ser à substância, e deve-se considerar que sem as mesmas categorias essa relação não seria possível, pois não podemos experimentar nada que tenha algum significado se não mediante estas categorias de base

¹⁵³ No caso, para uma outra pesquisa, este ponto poderia ser o de partida para um estudo sobre o que Peirce define por subjetividade, considerando que tudo é signo, incluindo o conceito de sujeito, de modo a tornar-se objetivável.

¹⁵⁴ CP 2.536

¹⁵⁵ CP 2.249

perceptual. Consequentemente, tudo que pode ser representado é passível de inteligibilidade, pois demanda um processo de generalização e interpretação, tal qual próprio da estrutura linguística. Neste ponto, a questão predominante se remete ao saber o que é e como a multiplicidade dos dados relativos a fatos desemboca na unidade representacional da linguagem, invertendo os polos da questão anterior.¹⁵⁶

A unidade é alcançada por meio do signo que, por sua vez, apresenta estrutura irreduzivelmente triádica. Em relação às categorias corresponde: ícone, pura qualidade (primeiridade); índice, causalidade (secundidade); e símbolo, generalização (terceiridade), mas que no plano da realidade se revela como símbolo (terceiridade), por estar em relação inextrincável às categorias fenomenológicas.

Iniciamos, neste ponto, uma pequena digressão. Em primeira análise, um estado de pura qualidade pode ser sentido, mas não pode ser expresso por meio de linguagem formal, por ser esta tautologicamente uma linguagem da classe da generalização (terceiridade). Por conseguinte, qual o alcance da lógica formal, ou seja, qual sua envergadura para expressar e manifestar a realidade desta classe de fenômenos e como isso pode ser feito? Para Peirce, há uma resposta razoável e coerente para esta questão, contida na conexão entre inteligência e experiência, e ela se encontra primeiro na chave de como bem raciocinar, em que o pensamento é guiado, de forma clara, às conexões entre inteligência e experiência.

2.3 INTELIGÊNCIA E EXPERIÊNCIA: A IMPORTÂNCIA DE TORNAR AS IDEIAS CLARAS

Nos tratados de lógicas tradicionais está implícito o objetivo de separar as polarizações: “ideias claras *versus* obscuras” e “ideias distintas *versus* confusas”, por meio do cuidado com a eleição de um modo seguro de raciocínio que, em geral, se estabelece no modo lógico-dedutivo em suas diversas representações (método).

Segundo esse modelo, a ideia é clara quando a reconhecemos onde quer que ela se apresente na operação lógica posta em movimento dedutivo, de forma a não ser confundida com qualquer outra operação. Se não houver essa clareza a ideia é considerada obscura. Observemos que a semântica não foi evocada nesta operação, pois esta não tem poder para gerar sozinha, através de sua operação, um produto semântico, de natureza tautológica.

Mediante esta argumentação, a ideia considerada clara é a que quando apreendida de maneira tal que nunca é confundida com outra, em nenhuma circunstância, dada a segurança

¹⁵⁶ Esta é uma pergunta fundamental, pois abre caminho para a relevância da descoberta e classificação dos signos, que será exposta posteriormente.

da operação dedutiva, ainda que vinculada à indução, não gera o novo. Neste sentido, a novidade seria a percepção da obscuridade? Peirce rejeita esta posição. Nem ideias claras são fruto de um só tipo de raciocínio, pois dedução é de natureza tautológica e não gera novidade, não tendo poder (admirabilidade) de reconhecer uma novidade, como tampouco é condição suficiente para estabelecer clareza, pois clareza é clara somente em relação, e relação deve ser definida por sua posição, que sem os outras duas categorias, a dedução é puro jogo da razão.

Não poderia ser o caso de uma ideia ser posta em jogo, ser clara, e estar descolada de seu fim? No caso, o postulado peirceano insere neste contexto de discernimento o tornar claro para fins.

Mediante a apresentação da engenharia metodêutica de Peirce, que se trata da criação de um método “científico”¹⁵⁷, elaborado com intuito de alinhar e ordenar as operações racionais em seu ponto de partida e chegada, sem que com isso se possa afirmar que este seja um método que pretenda chegar a uma verdade absoluta, pelo contrário, o mesmo possui caráter falibilista. Os modos de raciocínio, para se evitar a dissociação entre representação e mundo, são postos em conjunto para efetivação do método e em ordem de aplicação. Como no caso, o raciocínio abduutivo como ponto de chegada é fraco em possibilidade de algo ser na realidade, devido a sua não submissão ao teste, pois este gera hipóteses que posteriormente tem de ser verificadas. No entanto, posto, em princípio, como ponto de partida para a lógica da descoberta, ao gerar hipóteses plausíveis, cria ideias e relações entre ideias novas e inusitadas. Neste sentido, tomando o conjunto dos modos de raciocínio como recorte de análise, da percepção da anomalia ao ponto de “chegada”, a saber, indução, acaba por ser definido por abdução, por esta ter gerado as hipóteses, a nova ideia.

O mesmo se dá na verificação da correspondência com a realidade, próprio do teste indutivo, fornecendo assim, em seu conjunto, uma explicação razoável para a passagem dos dados experienciais correlacionados às proposições, mediante a fins presentes neste mesmo método, a saber, a verdade. Porém, se os modos de raciocínio são tomados em isolamento, degeneram num tipo de razão instrumental, que se reduziria à mera descrição, ou aceitação de hipóteses falíveis ou reduzido ao teste da inferência, que se move em qualquer direção, sem previamente analisar os consequentes.

Grosso modo, a proposta peirceana da aplicação de um método científico, em sua esfera do modelo real-idealista e no contexto de discernir crenças e testá-las, não tem a ver

¹⁵⁷ Pensamos que deve haver uma precaução ao nos referirmos a este método, *grosso modo*, no sentido de não ser confundido com os postulados dos positivistas lógicos.

com a pretensão de fornecer uma explicação ontológica nem originária do mundo¹⁵⁸, tampouco pretende fornecer ferramenta de operação sob perspectiva mecanicista de leis, e ainda tampouco pretende que sua teoria degenerem em algum tipo de utilitarismo. Sua proposta é a de fornecer um método que tenha o poder de trabalhar com o plano da representação em conexão ao da realidade, em sentido evolutivo conceitualmente, em que, por se tratar de processo dinâmico, como o é o próprio cosmo, esse *dinamus* reverbera em todos os elementos envolvidos no processo e se manifesta em suas relações.

As explicações construídas em torno da relação inteligência-método-experiência são postas como hipóteses plausíveis que geram e testam premissas para fins de se alcançar a compreensão da realidade contida nos fatos que, por sua vez, servem para compreender um fato real que não está descrito como premissa no/do mundo (surpreendente). De modo proposicional ela é descrita por uma inteligência inserida no contexto das leis geradas na “lei do mundo” como tendência para a formação de hábitos e estabelecimento dos mesmos, que em uma linguagem mecanicista seria traduzida por inércia. Entretanto, o modelo peirceano de método não opera no plano do mecanicismo, mas no plano das relações, de caráter dinâmico, sistêmico, orgânico.

Neste sentido, chamamos atenção no ponto da condição de *quasi-necessidade* da lógica (semiótica)¹⁵⁹, que, para Peirce, possui um caráter de “*quasi*” (a modo de) e não necessária por completo por engendrar a possibilidade nos construtos de relações. O termo *quasi* redimensiona o caráter de necessidade, pois há teor de liberdade nas relações a serem circunscritas, quase como uma assinatura do mundo, que ao mover-se deixa seu padrão de configuração nas possibilidades que se efetivaram na presentidade, mas o “desenho” muda sob a ação do novo.

A relevância apontada aqui é que além da dedução perder em força de representação, a perda se dá proporcionalmente em garantia de estabelecimento de uma verdade. Essa modelização torna-se explícita em seu caráter de fundamento último e primeiro no contexto que Peirce destaca, que neste modelo de ciência (método dedutivo posto em primazia) só nos permite afirmações autorreferentes, pois não trazem consigo novidade (possibilidade). Se no princípio da lógica o modo de raciocínio era considerado falacioso, neste momento os polos são invertidos. Se antes a sustentação de premissas ou teste das mesmas iniciava pela dedução, a inversão se dá por meio de passar a considerar como princípio o raciocínio de tipo abduutivo, gerando novas hipóteses. O raciocínio dedutivo afere consequentes, porém não cria

¹⁵⁸ Peirce trata desta questão no tempo de maturidade, ao elaborar sua peculiar metafísica.

¹⁵⁹ Cf. Léxico.

novas premissas, por esta razão a inversão da ordem do modo de raciocínio, considerando que no modelo anterior, o tipo abduativo era desconsiderado por ser fraco. No modelo peirceano, abdução continua a ser entendida como forma de raciocínio palusível, provável, de baixa certa, porém entra como condição necessária, mas que se efetiva e é testada por meio dos dois tipos pesteriores, a saber, dedução, aferindo os consequentes, e na indução por meio do teste na realidade.

Neste sentido, a semiótica como sistema de representação para a inteligibilidade do/no mundo tem caráter eminentemente falível (falibilista), absorve o erro como conteúdo positivo de determinação e como *start* para a geração de hipóteses, mas não tem poder para gerar consequentes. Por isso, num certo sentido, a lógica semiótica não se apresenta de modo algum necessária, mas “*quasi*”, por ser irreduzível seu esquema e aberto ao crescimento evolutivo do pensamento.

Os conceitos de experiência e de inteligência descritos na filosofia de Peirce estão intimamente imbricados de modo tal que em todas as “aparições” desta relação, o corolário de relações gerais vai aparecer por necessidade. Ora, mais uma vez há um reordenamento, em relação à condição de necessidade, que é descolada do plano ideal dedutivo e trasladada para a fenomenologia. Ainda que possa parecer enfadonho classificar, evocar as categorias, elas que garantem a condição necessária, no sentido de apresentar em perspectivas, como se configura em múltiplas relações em panorama dinâmico, pois o pensamento se move num constante, enquanto que as categorias não; elas são sempre as mesmas que aparecem em todo padrão. Por esta razão, a pertinência do léxico anexado, quando se muda a categoria o conceito não é o mesmo.

Retomando o tema em perspectiva panorâmica, não há em seu sistema uma inteligência etérea (antropocentrismo), e este é um dos pontos de suas críticas levantadas aos “nominalistas”¹⁶⁰, que é justamente o problema que buscamos fornecer explicações de modo a sustentar que o modelo filosófico-sistêmico de Peirce não pode ser relacionado aos de cunho nominalista, a uma mente, ou raciocínio; em última análise à uma razão, a de alcançar a verdade. E, por esta mesma razão sustenta o universal, em busca ideal de um propósito real de

¹⁶⁰ Peirce descreve uma lista de nominalistas e os distingue por negligenciarem o que entende-se por realismo, ou seja, secundidade. Em um dos trechos de CP (1.19), ele argumenta: “In short, there was a tidal wave of nominalism. Descartes was anominalist. Locke and all his following, Berkeley, Hartley, Hume, and even Reid, were nominalists. Leibniz was an extreme nominalist, and Rémusat [...] who has lately made an attempt to repair the edifice of Leibnizian monadology, does so by cutting away every part which leans at all toward realism. Kant was anominalist; although his philosophy would have been rendered compacter, more consistent, and stronger if its author had taken up realism, as he certainly would have done if he had read Scotus. Hegel was a nominalist of realistic yearnings. I might continue the list much further. Thus, in one word, all modern philosophy of every sect has been nominalistic”.

encontrar o elemento metafísico, em que para além da física está a verdade, de natureza muito mais ampla, geral e inabalável, representada na constância das categorias. Quer onde se vá, qual relação construa, elas aparecem inamovíveis e indissociáveis.

Precisamos, neste ponto, introduzir a crítica que Peirce faz ao que ele chama de tradição nominalista, tendo em vista que o problema tratado nesta tese é justamente a defesa de seu sistema monádico, em detrimento da perspectiva do nominalismo, iniciando com a questão: como garantir que o sistema filosófico de Peirce tenha poder explicativo, envergadura epistêmica, ao postular fundamentos sobre a realidade de algo de modo que não se reduza apenas a uma vertente conceitualista?

Novamente, em recorte epistemológico, retomamos o tradicional postulado das filosofias fundamentadas no poder e alcance da intuição. Neste sentido, está posto por Peirce que não temos poder algum de introspecção, mas, todo o conhecimento do mundo interior (experiência) é derivado do nosso raciocínio hipotético de fatos externos (inteligência)¹⁶¹. A partir desta colocação, a ordem subjacente implícita nas categorias fenomenológicas garante a existência real dos universais.

Segundo Peirce¹⁶², a simples condição de ter uma ideia [*acquaintance*] que possua alguma familiaridade não significa dizer que ela seja clara, “dificilmente parece merecer o nome de clareza de compreensão”. Isso seria somente um sentimento subjetivo de perícia (intuitiva), mas não uma ideia clara (inferencial). Ou seja, a familiaridade com a ideia que “o lógico” chama de clareza é, na verdade, perícia ao distinguir a forma de um termo, o que não quer dizer que o mesmo esteja relacionado com a verdade, pois deveria decorrer o ser posto os consequentes e testado em sua correspondência com a realidade. O que este tipo de pensador faz é chamado de distinção e não clareza.

No entanto, segundo a tradição, também derivada da concepção epistemológica antropocêntrica de inteligência, diz-se que uma ideia é distinta quando ela não tem nada que não seja claro, quando se pode dar uma definição precisa dela em termos abstratos. Conforme Peirce¹⁶³:

Nesse ponto, os lógicos profissionais abandonam o assunto e eu não teria incomodado o leitor com o que eles dizem, se tal coisa não fosse um exemplo notável de como eles cochilaram durante séculos de atividade

¹⁶¹ CP 5.265. “We have no power of Introspection, but all knowledge of the internal world is derived by hypothetical reasoning from our knowledge of external facts. We have no power of Intuition, but every cognition is determined logically by previous cognitions. We have no power of thinking without signs”.

¹⁶² CP 5.389

¹⁶³ CP 5.390

intelectual, ignorando a engenharia do pensamento moderno, e nunca sonhando em aplicar suas lições no desenvolvimento da lógica. É fácil mostrar que essa doutrina, a de que o uso familiar e a distinção abstrata fazem a perfeição da apreensão, tem como seu verdadeiro lugar filosofias que se extinguíram há bastante tempo; e agora é hora de conseguir formular um método ainda mais perfeito do pensamento, tal como vemos e admiramos nos pensadores contemporâneos¹⁶⁴.

Nesse sentido, nossas ideias podem estar claras sem serem verdadeiras; testar sua verdade é função do investigador da ciência e não do logicista, que é inferir consequentes lógicos. O raciocínio dedutivo (analítico) se mostra como uma ferramenta, dentro de um plano de exercer uma função específica, e não conter todo o plano. Uma das formas de implicação do consequente é garantir a possibilidade do conhecimento para que se efetive em um futuro, mas não garante o mesmo em um *pragma* posta no presente, pois não possui seu correlato com a experiência, é próprio da terceiridade, e seu poder está descrito na categoria a que pertence.

Neste sentido, em perspectiva dedutiva, a crença adquirida por meio do raciocínio está justificada pelo que o precede em nossa mente em um futuro. A crença que a experiência nos fornece não pode ser justificada dedutivamente, pois é da classe geral da secundidade, evocativa de presente, ou melhor, “do agora”. Posto ainda de modo corrente, mas em outro tipo de relação, a “verdade da experiência” articulada na tríade das categorias gerais, é o ponto de partida para a inteligibilidade, é fundamento, por isso como uma pragmática.

Neste contexto se aplica de forma efetiva a máxima pragmática em seu fundamento. Por conseguinte, o “comportamento semântico” de conceitos empíricos pode ser explicado nos hábitos e costumes que produzem o pensamento, quanto à ação possui a mesma base de referimento. O pragmatismo é, basicamente, o princípio de que todo juízo teórico expressável em uma sentença; expressa-se de modo indicativo (secundidade). Em princípio, o juízo se manifesta em forma confusa e difusa de pensamento, cujo significado, quando se apresenta, está em sua tendência a exigir a partir de uma máxima prática. O significado torna-se exprimível por meio de uma oração condicional, que tem sua apódose no modo imperativo (terceiridade).

¹⁶⁴ “Here the professional logicians leave the subject; and I would not have troubled the reader with what they have to say, if it were not such a striking example of how they have been slumbering through ages of intellectual activity, listlessly disregarding the enginery of modern thought, and never dreaming of applying its lessons to the improvement of logic. It is easy to show that the doctrine that familiar use and abstract distinctness make the perfection of apprehension has its only true place in philosophies which have long been extinct; and it is now time to formulate the method of attaining to a more perfect clearness of thought, such as we see and admire in the thinkers of our own time”.

Hábitos e costumes manifestam pensamento, por estarem em relação com o significado de um juízo com seus efeitos práticos. No entanto, a questão é: qual seria a prova de que as possíveis consequências práticas de um conceito se constituam na suma total do mesmo?

A doutrina deontológica do pensar, de como *deveríamos* pensar, sua aplicação mediante ao que Peirce entende por lógica, é derivada do que deliberadamente estamos dispostos a crer (lógica/terceiridade). Isto no sentido de que nossas escolhas estão imbricadas às disposições para agir (ética/secundidade), como também o que estamos dispostos a admirar (estética/primeiridade); o que nos leva para a intencionalidade do pensamento, como a correspondência com a verdade/teleologia.

Neste sentido, as muitas escolhas (conscientes ou não), somadas ao longo do processo de inferência e expressas na ação, acabam por determinar o finalismo, entendido aqui, em termo kantiano, como processo *a posteriori ad continuum*, em processos relacionais concernentes à significação posta em movimento em fluxo contínuo. O indicativo de se entender algo de forma clara está relacionado à identificação do processo de significação, no qual o método usado serve para se chegar à verdade ou correspondência com a realidade do que se pretender “pragmatizar”¹⁶⁵.

Logo, por princípio de economia, se a teoria não explica a evidência não existe a necessidade de vigorar, não pode haver redução do evento ao discurso se este postulado for negligenciado. A disposição de sincronização entre mente e mundo pode estar associada a sincronização entre imagem e narrativa, presentes na linguagem natural. A percepção em perspectiva dinâmica está relacionada ao que Peirce chama de instinto¹⁶⁶, na disposição não controlada para perceber e desejar conhecer própria dos seres humanos, de uma mente em processo de crescimento em fluxo contínuo.

As questões sobre certa faculdade especial e intuitiva reivindicada para o homem em perspectiva privilegiada em relação aos demais seres no mundo, posta por uma privilegiada inteligência antropocêntrica, são tirada de seu eixo em Peirce, e posta em perspectiva holística, postulada na afirmação de que não temos capacidade de introspecção, implícita no conceito de gênio.

Todo conhecimento do mundo interior deriva do raciocínio hipotético, a partir do qual se dá nosso conhecimento dos feitos externos. Colocamos novamente que, segundo

¹⁶⁵ Comumente usamos o termo analisar ou sintetizar, mas como um dos métodos de verificação com fins à validade, a encontrar a verdade, pragmatizar poderia tornar-se um termo recorrente como os demais.

¹⁶⁶ Trataremos deste termo no segundo capítulo.

Peirce, não temos capacidade de intuir, como descreve Descartes a respeito de sua doutrina da intuição, se não que toda cognição está determinada logicamente por cognições prévias. Neste sentido, seguem-se as outras duas premissas: não temos a capacidade de pensar sem signos, e não temos uma concepção incognoscível do absoluto.

Neste ponto, ressaltamos que o pragmaticismo de Peirce, no viés postulado acima, seria como se ele sustentasse na cognição humana a habilidade de pôr-se em uma “perspectiva de Deus”, ao suspendê-lo em visão tão geral, do todo (generalização). Entendemos, mediante a proposta peirceana, que esta crítica não é pertinente, por parecer-nos que a “perspectiva de Deus” está postulada justamente na proposta tradicional, que fixa o mundo e o sujeito, eximindo-os da dinâmica da vida, que de *per se* é evolutiva. Neste sentido, uma representação estática de mundo só pode ter consequentes, a partir de um reino que não pode ser abalado, não passível de variação, estabelecido na permanência do ser, em si.

Isto posto, maior grau de realidade em perspectiva interna é alcançado por meio da explicação dos signos¹⁶⁷. Novamente propomos uma pergunta retórica: como o signo age para “produzir” elementos reais? A chave está na relação entre objeto dinâmico e objeto imediato¹⁶⁸. Considerando que todo signo é incompleto (falibilismo), ou seja, insuficiente para significar completamente seu referente; analisamos o conceito de significado postulado por Peirce em sua argumentação articulada em correspondências com Lady Welby. Nestas correspondências trocadas, textos contidos também nas Conferências Lowell, de 1903, respondem à questão: o que é significado?

Partindo do princípio da máxima pragmática, não se pode dizer que uma palavra ou frase não tenha poder de mudar a face do mundo, mas a palavra tem significado para nós na medida em que somos capazes de fazer uso dela, comunicando nosso conhecimento para os outros e no intuito de que esses outros entendam o que pretendemos comunicar. Posto por Peirce, aqui em termos gerais, essa é a definição atribuída ao menor grau do significado a ser alcançado. Em última análise, está implícito neste conceito que em uma palavra estaria para a soma de todas as previsões condicionais que da pessoa que a usa, quanto à sua intenção, tornando-se assim eticamente responsável por afirmar ou pretender negar, mas logicamente não, considerando que nem todos os seres humanos raciocinam de forma adequada, quanto a efetividade pragmática do que está a propor, apesar de que ao serem consultadas irão julgar

¹⁶⁷ CP 8.327

¹⁶⁸ Cf. Léxico.

que raciocinam muito bem. Neste sentido, na soma das consequências lógicas, não somente éticas, realiza-se o terceiro e mais alto grau de significado¹⁶⁹.

Em Peirce, retomando o ponto quanto ao conceito de *ser*, não é tratado como imanência, mas *ser* está relacionado ao conceito de crença. Ele afirma que a realidade é pura possibilidade (devir/plano deontológico), que não representa um dado da experiência, porém vários. O ser humano não age individualmente, sua individualidade está imbricada com sua ação, que envolve coletividade¹⁷⁰. Neste sentido, Peirce¹⁷¹ argumenta que, de forma individual não podemos esperar razoavelmente alcançar a filosofia última que perseguimos (universal); somente podemos buscá-la, portanto, dentro da comunidade de investigadores que buscam o conhecimento como fim à verdade.

Segundo Peirce¹⁷², a relação entre duas qualidades é passível de interpretação, e deve ser interpretada de tal modo que haja um correlato entre a forma da representação e a qualidade representada. Logo, neste contexto, o argumento (crença) é posto em relação infinita no interior (sociológico) e exterior (epistêmico) do movimento da roda de produção de significado. Por esta razão a representação é um referir-se a um interpretante e, este interpretante, a longo prazo (*long run*), está relacionado a uma coletividade dos muitos pertencentes à comunidade indeterminada ou infinita de investigadores, que testam as crenças em sua presentidade de modo permanente dentro da malha do contínuo, e em um espaço lógico.

CONSIDERAÇÕES

Apresentamos o conceito de inteligência destacado na proposta de estabelecimento do método que torna as ideias claras para fins de alcançar a verdade, posta como correlato da realidade em sua interpretação significativa final (universal/generalização). Como a inteligência se manifesta mediante a correlação a lei de continuidade intrínseca ao cosmo, a dúvida é a suspensão do processo evolutivo do contínuo, em que o mover-se se dá para fins cognoscíveis, à verdade. O hábito é ponto conectivo entre o inteligir, no sentido de potencial para adquirir hábitos, em que a generalidade do hábito, o mais geral, resulta na generalização da lei, somada a perspectiva da percepção da realidade representada ao longo do processo como crença provisória, como parte da interpretação final, que conta com a anuência da comunidade indeterminada de investigadores em longo prazo. O método é proposto para

¹⁶⁹ EP 2.255-257, CP 8.176

¹⁷⁰ CP 5.398

¹⁷¹ CP 5.264

¹⁷² CP 1.389; 1.420; 7.533, 7.538

tornar as ideias claras, de modo a trazer luz à inteligência, tornando discerníveis os elementos e processos envolvidos, ao ponto de que se manifeste como capacidade de aprender por meio da experiência.

Os modos de raciocínio compõem o procedimento metodológico e os mesmos estão para a classificação de signos mais gerias, que exprimem o campo representacional, a saber: ícone – abdução; índice – indução; e símbolo – dedução.

No próximo capítulo, apresentamos as seguintes partes:

- i) O que é o signo, como se configura e como (com quem) se relaciona;
- ii) A natureza da Semiótica;
- iii) O diagrama dos signos: Grafos Existenciais.

3 SEMIÓTICA: BASE LÓGICA QUE REGE A CONEXÃO LINGUAGEM-MUNDO

*Os textos incompreensíveis se devem a obtusa razão,
ao se recorrer à Lógica do Delírio, e sabe-se lá
porquê. Será por não querer se fazer entender,
justamente por não dizer absolve nada?
(autor anônimo).*

APRESENTAÇÃO

O realismo de Peirce carrega consigo uma grande quantidade de consequências lógicas, epistemológicas e metafísicas, muitas das quais não podem ser compreendidas sem o corolário referente ao debate filosófico tradicional entre realismo e nominalismo. É bastante recorrente aproximar a filosofia de Peirce à filosofia analítica, sem considerar que ele propõe um modelo lógico, que deve ser adotado mediante análise de seu sistema, pois os procedimentos e métodos analíticos são decodificados a partir de uma perspectiva que envolve as esferas lógica e epistemológica. O risco ao confundir os dois modelos é que a realidade do modelo peirceano acaba sendo reduzido à linguagem e, neste sentido, ela pode contaminar, ou mesmo cristalizar, o movimento do modelo lógico proposto por Peirce, fixando em um modelo com aparência de nominalismo.

Todos os elementos da realidade do pensamento estão representados na fenomenologia peirceana, em que a significação é uma forma de terceiridade configurada a partir da estrutura relacional entre signo, objeto e interpretante. Esta relação se caracteriza como a semiótica peirceana, que não possui estrutura mecanicista, mas orgânica, pois demanda criatividade, evolução e deliberações. Como parte da filosofia real-idealista de Peirce, em confronto com a ideia de ser este um modelo nominalista, apresentamos nossa análise por meio dos pontos: o que é signo, interpretante e objeto do signo; qual a natureza da semiótica peirceana; e como se configura a estrutura do diagrama do signo por meio dos grafos existenciais.

3.1 O QUE É SIGNO, INTERPRETANTE E OBJETO DO SIGNO?

Em camada mais profunda, passamos a analisar a natureza do signo¹⁷³. O signo, seja ele qual for, pertence à categoria da terceiridade, em que sua substância é de natureza racional, e que somente nos relacionamentos entre signos pode-se falar em realidade. Por esta razão, sendo de natureza representacional, como estabelecer uma ontologia do signo?

Neste contexto, como destacado por Cassiano Terra¹⁷⁴, a precisão em discernir realidade de existência tem sua pertinência fundamental no sentido de garantir a existência do signo, mas não garante sua realidade. Com isto, queremos destacar que o que Peirce chama de real é de fato realismo, e não nominalismo. Assim, o real é mais amplo, em relação de conjunto, a que a existência ou mera externalidade. Possui sempre, por fim, a verdade, que é uma afirmativa da realidade do universal do conceito final, ou seja, o finalismo em busca de alcançar a verdade. Peirce assume a posição de que um juízo de verdade é real em relação ao

¹⁷³ Cf. léxico.

¹⁷⁴ Introdução - *Argumento Negligenciado para a realidade de Deus*.

objeto imediato do pensamento, o qual, por sua vez, é de natureza racionalista, pois é representado por um signo. Neste ponto, o sistema peirceano pode ser confundido com um tipo de nominalismo, principalmente no contexto dos que se limitaram a apresentar a semiótica fora de seu contexto filosófico sistêmico. Buscamos, aqui, analisar como este modelo representacionista não se reduz a um tipo de nominalismo.

Uma faculdade de raciocínio tem por função comparar percepções, formular leis gerais, exercer a generalização na atividade mental em seu processo inferencial, justamente por funcionar assim é que o faz poder ser criticado. Ora, mesmo o signo sendo de ordem racional, sem ancoragem no plano dos fatos, possui existência e possibilidade. Assim, aferindo possibilidade de realização mediante a ligadura posterior no teste, presente na efetivação do método científico aplicado no plano da experiência, estabelece-se a pertinência da significação decorrente do que foi gerado via representacional. Por esta razão, a função da representação é o seu referimento a um interpretante, no percurso de unir a qualidade à substância, em que se manifesta como signo, considerando que a qualidade e a relação não se podem prescindir do interpretante.

Quanto ao conceito de signo, descrevemos o apontado por Silveira: “é algo que sob algum aspecto ou qualidade (seu fundamento) fica no lugar de outro (seu objeto) determinando na mente um outro signo (seu interpretante)”¹⁷⁵. Como posto de modo recorrente, no mundo tudo é signo, e o signo, ou também o que Peirce denominou *Representamen* (a relação do signo com o próprio signo), é uma qualidade; é um algo primeiro que se mantém em relação com um segundo, o *Objeto*, e um terceiro, o *Interpretante*. Destas relações são geradas as demais categorias do signo, dispostas nas possibilidades relacionadas às categorias gerais, apresentadas, até então, com as constituintes do signo, inseridas (e em possibilidade) de conexão dispostas na tabela abaixo:

¹⁷⁵ SILVEIRA, L.F.B., *Incursões Semióticas*. Campinas: UNICAMP (Coleção CLE, v.65), 2014, p. 77.

Tabela 1: relações sgnicas

Signo em relação consigo mesmo	Qualisigno (<i>Tone</i>)	Sinsigno (<i>Token</i>)	Legissigno (<i>Type</i>)
Relação com o objeto	<u>Ícone</u>	<u>Índice</u>	<u>Símbolo</u>
Quanto a natureza do objeto dinâmico	<u>Abstrato</u>	<u>Concreto</u>	<u>Coletivo</u>
Como o modo do objeto é representado pelo signo	<u>Descritivo</u>	<u>Designativo</u>	<u>Distributivo</u>
Relação com o interpretante	<u>Rema</u>	<u>Discente</u>	<u>Argumento</u>

Fonte: (MADDALENA, 2015, p. 148)

As interrelações mantidas entre as categorias norteiam a classificação dos signos quanto à natureza de suas relações e quanto ao seu alcance de generalização. No que diz respeito às relações do signo em seu poder de representar, por se tratar de uma descrição do signo em que é ele próprio representação, Silveira argumenta que: “a categoria de terceiridade, e o tudo que por ela for caracterizado, implicará nas realizações que se fizerem na instância da categoria de secundidade [...] que dependerão do que se ocorrerá ao nível da primeiridade”¹⁷⁶.

A representação reporta à relação e à qualidade, e a qualidade aparece por relação de semelhança. Neste sentido, o primeiro percurso é prescritivo, uma forma de abstração que permite isolar um fenômeno de outro sem que seja uma relação recíproca, por exemplo: P pode prescindir de R, sem que R prescinda de P. Ao dizer que algo é vermelho, devo comparar com tudo que não é vermelho. As duas qualidades, vermelho e não-vermelho, devem ser interpretadas de tal modo que esteja vinculada à qualidade e com a relação estabelecida entre elas. Essa representação intuitiva de um agrupamento de reações, em relação lógica fundamental, Peirce¹⁷⁷ denomina “Ilação” (*Illation*). Relação ilativa é a primária e primordial relação semiótica, em que a mente representa as coisas como sendo no espaço, que é sua representação instintiva do agrupamento de reações, mediante supressão do tempo na consciência perceptiva. Nas palavras de Peirce: “A mente, por sua adaptação instintiva ao Mundo Exterior, representa as coisas como estando no espaço [...] o que é um

¹⁷⁶ SILVEIRA, 2007, p. 65.

¹⁷⁷ CP 2.444

centro de forças”.¹⁷⁸ Este conceito está relacionado à operação da ferramenta de precisão, no sentido de pinçar o que se pretende configurar.

Logo, não é a semelhança que causa a relação, mas a experiência de associação que constitui a semelhança. Quando se compara o vermelho ao não-vermelho forma-se um conjunto de ideias, um coletivo de tudo que está de algum modo presente na mente; por contiguidade se dá o agrupamento de tudo que se identifica como semelhante.

No esquema da tabela de correlatos do signo para consigo, pode-se ter a dimensão da roda posta em movimento ao se fazer uma associação, em que, por haver necessidade de um repertório anterior (adesão a um sistema representacional – signo/semiótica/terceiridade), que retire subsídio de uma base referencial de crenças (experiências) já estabelecidas. Este é o contexto de formação, ou mapeamento, de um “espaço conceitual consolidado” de crenças estabelecidas na condição de seu poder para representar.

No entanto, no plano da experiência, na perspectiva da descoberta, o sistema relacional de signo se inverte em referência às categorias da experiência, em que a experiência (secundidade/indução/índice/sinsigno) “diz” como o evento se mostra no fato. Na percepção da anomalia, que está posta no ícone, se tem uma imagem de sua presença com a surpresa de que não se comporta como deveria (primeiridade/ abdução/ícone/qualisigno); ou seja, segundo sua representação são geradas hipóteses plausíveis, testadas pela lei da generalização (terceiridade/regularidade/hábito/legissigno) para verificar suas possibilidades futuras a se realizarem efetivamente no plano da correspondência com a realidade.

Essas relações desembocam nos três tipos de argumento: abdução, que está para o signo ícone (signo de mera qualidade); indução, que está para o signo índice (signo do existente concreto); e dedução, que está para o signo símbolo (signo da lei geral). Entretanto, a uma mera qualidade que está implicada no signo não se faz referência à sua realidade, apesar desta ser condição *sine qua non* para que o significado seja atribuído efetivamente. Mas, esta referência à mera qualidade está para seu poder representacional e não de significação, pois para significar seria necessária uma base que a faça interagir com um segundo (interpretante) de modo a determinar-lhe a conduta (significado).

É neste sentido que foi introduzida a classificação dos signos “pinçados”, ou seja, em seu poder de representação, não de significação. Em tal precisão, seguem-se os signos em relação à força representacional (primeiridade), sem a presença da atualidade (secundidade), mas em graus de potencialização: **Qualisigno** – possibilidade para significar

¹⁷⁸ CP 4.157

(ícone/primeiridade); *Sinsigno* – potência de possibilidade de existir (índice/secundidade); *Legissigno* – uma lei que é um signo, um padrão (símbolo/terceiridade)¹⁷⁹. Na categoria de classificação dos signos com potencial para existir, aparece a classificação (“*the*”)¹⁸⁰: *Token*, *Type* e *Tone*.

Segundo Silveira¹⁸¹, em texto escrito em 1905, ou seja, texto esse que faz parte da filosofia madura de Peirce, evoca-se a força da unicidade da palavra, pela repetição da palavra em um texto, sendo que: *Tone* caracteriza-se como um significante indefinido (indeterminado), o que significa a palavra; enquanto que *token* (ocorrência na presentidade) e a *type* são referentes determinados. A primeira refere-se à posição da mesma, que, sinteticamente, são as réplicas do *legissigno*, presente em todo texto convencional de natureza de lei. Neste ponto, Peirce expressa, segundo a argumentação de Silveira:

[...] há leis no universo que não decorrem de convenções, ou seja, que a classe de legissignos não é constituída tão-somente [sic] dos signos convencionais, subjaz a essa afirmação o realismo peirceano, para o qual a lei e o domínio dos universais são reais, não se limitando a formas convencionais de constituição de um discurso, cujo objeto será sempre o particular.¹⁸²

Isto não significa dizer que da soma das experiências decorra a construção verdadeira de uma lei geral. A argumentação gira em torno de que os fatos preditos na hipótese irão se manifestar caso haja uma persistência rigorosa na aplicação do método de investigação experimental. E, por outro lado, para Peirce¹⁸³, o discurso lógico não é suficiente para descrever a realidade. Um lógico se dedica a afirmar quais formas gerais de argumentação são válidas. Para tanto, ele se restringe a partir de princípios lógicos. Além do mais, uma premissa não pode ser maior do que sua conclusão, e isso é próprio da jurisdição do lógico, que se propõe a declarar que formas de fatos envolvem outros fatos, mas sem indagar se pode haver um conhecimento do tipo de proposições universais (com cada particular contido nelas), por meio de recursos naturais, instinto, revelação divina, indução ou testemunho. Aqui ressaltamos ser esta uma clarificação a respeito do modelo que Peirce propõe não ser um modelo nominalista.

¹⁷⁹ CP 8.334

¹⁸⁰ CP 4.537.

¹⁸¹ SILVEIRA, 2007, p. 69.

¹⁸² Idem, p. 70.

¹⁸³ CP 5.328

Ainda na mesma linha argumentativa, o único *petitio principii* que um logicista tradicional pode notar é a suposição da própria conclusão na premissa. Mediante a argumentação de Peirce¹⁸⁴, a proposição “Todos os homens são mortais” não envolve a afirmação de que Sócrates é mortal, mas apenas que “o que quer que o homem realmente tenha predicado é mortal”. Em outras palavras, a conclusão não está envolvida no significado da premissa, mas apenas na validade do silogismo. Logo, em última análise, esta objeção desemboca na argumentação de que o silogismo não é válido quanto ao seu poder de alcançar a realidade, sua significação, porque é tão somente demonstrativo.

Neste contexto, a experiência pode, e se constitui, como a soma de ideias que foram irresistivelmente trazidas para dentro de nós, sujeitos, sobrecarregando todo jogo livre de pensamento, pelo teor de nossas vidas. A autoridade da experiência consiste no fato de que seu poder não pode ser resistido e, neste ponto, aparece o peso de uma lei universal, que, em analogia, se trata de uma inundação contra a qual nada pode suportar ou conter. A máxima equivale dizer que devemos ser “guiados” pela experiência, e a ela que temos que nos render inevitavelmente.

Em última análise, a experiência é um confronto com a realidade que vai consolidando ideias na mente individual e, por conseguinte, na coletiva, por meio da acumulação de conhecimento. Porém, isso ocorre de modo evolutivo; ocorre de modo a potencializar que hipóteses mais consistentes sejam lançadas sobre a realidade. Em síntese, no domínio do pensamento científico, inferências sobre a realidade podem ser baseadas no testemunho ou mesmo na revelação, pois podem ser testadas, sendo o método científico de *per se* verificacionista que garante sua validação.

Para Peirce¹⁸⁵, o substancialmente possível refere-se ao caso de hipoteticamente existente. No exemplo, tomando hipoteticamente, seria uma pessoa que sabe tudo o que existe

¹⁸⁴ CP 4.552

¹⁸⁵ CP 4.67 “On the other hand, the substantially possible refers to the information of a person who knows everything now existing, whether particular fact or law, together with all their consequences. This does not go so far as the omniscience of God; for those who admit Free-Will suppose that God has a direct intuitive knowledge of future events even though there be nothing in the present to determine them. That is to say, they suppose that a man is perfectly free to do or not do a given act; and yet that God already knows whether he will or will not do it. This seems to most persons flatly self-contradictory; and so it is, if we conceive God's knowledge to be among the things which exist at the present time. But it is a degraded conception to conceive God as subject to Time, which is rather one of His creatures. Literal fore-knowledge is certainly contradictory to literal freedom. But if we say that though God knows (using the word knows in a trans-temporal sense) he never did know, does not know, and never will know, then his knowledge in no wise interferes with freedom. The terms, *substantial necessity* and *substantial possibility*, however, refer to supposed information of the present in the present, including among the objects known all existing laws as well as special facts. In this sense, everything in the present which is possible is also necessary, and there is no present contingent. But we may suppose there are "future contingents." Many men are so cocksure that necessity governs everything that they deny that there is anything substantially contingent. But it will be shown in the course of this treatise that they are unwarrantably confident,

atualmente, seja fato ou lei, juntamente com todas as suas consequências. Esta seria uma espécie de pessoa onisciência, com o tipo de onisciência como a que possui Deus: “para aqueles que admitem o livre arbítrio, suponha que Deus tenha um conhecimento intuitivo direto de eventos futuros, mesmo que não haja nada no presente para determiná-los (...) e Deus já sabe se ele se realizará ou não”. Segundo Peirce, isso é categoricamente autocontraditório, se concebermos o conhecimento de Deus como estando entre as coisas que existem no tempo presente. Mas, esta seria uma concepção vulgar: conceber Deus como sujeito ao Tempo, que é antes uma de Suas criaturas. Neste sentido, o pré-conhecimento literal é certamente contraditório à liberdade literal. “Mas se dissermos que embora Deus saiba (usando a palavra sabe em um sentido atemporal) ele nunca soube, não sabe e nunca saberá, então seu conhecimento não interfere de maneira alguma na liberdade”¹⁸⁶ Os termos necessidade substancial e possibilidade substancial referem-se à suposta informação do presente no presente, incluindo entre os objetos conhecidos todas as leis existentes, bem como fatos especiais. Mediante esta argumentação, tudo no presente que é possível é também necessário, não havendo um contingente presente, pois a contingência se aplicaria ao tempo futuro.

Ao recorrer à argumentação referente à experiência, levando em conta que esta esteja relacionada a um conjunto de ideias preestabelecidas e as categorias estarem para os fundamentos do mundo de nossa percepção, não seria absurda a seguinte analogia: em condição de um primeiro primordial - primeiridade (indeterminação) conotada na representação do caos, em que ainda não havia relação, nem regularidade, em que “a terra era informe e vazia [primeiridade] [...]. Então Deus disse: ‘Haja luz’, e houve luz [...]. Deus separou a luz das trevas [secundidade] [...]. Deus chamou (verbo, palavra) à luz dia e às trevas chamou noite” [terceiridade]¹⁸⁷. A forma triádica é ela própria a “forma” de sua metafísica, em que, por meio desta estrutura, podemos sugerir a relação: Agapismo- Primeiridade- *Deus* (Pura Qualidade); Tiquismo – Secundidade – O Cristo (Encarnação do Deus); Sinequismo – Terceiridade – *Espírito Santo* (a Palavra)¹⁸⁸. Nesta relação pode estar contida a conexão entre as categorias de nosso entendimento e a da Natureza de Deus.

that wanting omniscience we ought to presume there may be things substantially contingent, and further that there is overwhelming evidence that such things are”.

¹⁸⁶ CP 4.67 “But if we say that though God knows (using the word knows in a trans-temporal sense) he never did know, does not know, and never will know, then his knowledge in no wise interferes with freedom”.

¹⁸⁷ Bíblia Judaica Completa: o Tanakh [AT] e a B'rit Hadashah [NT]. Tradução do original para o inglês David H. Stern, e tradução do inglês para o português Rogerio Portella e Celso Eroneides fernandes. São Paulo: Editora Vida, 2010, p. 73.

¹⁸⁸ “No princípio era a Palavra (...)”. Cf. Idem, p. 1.322.

Segundo a argumentação desenvolvida por Peirce¹⁸⁹, sobre a noção de Deus, ao se assumir a hipótese de que Deus tem um conhecimento intuitivo direto de eventos futuros, diante do qual Ele delibera se fará ou não algo, categoricamente este argumento é autocontraditório, considerando sua onisciência. Ele também ressalta que considerar o conhecimento de Deus como estando entre as coisas que existem no tempo presente é uma concepção degradada de Deus, por sujeitá-Lo ao Tempo, que é antes uma de Suas criações. O pré-conhecimento literal é certamente contraditório à liberdade individual. “Mas se dissermos que embora Deus saiba (usando a palavra sabe em um sentido atemporal) ele nunca soube, não sabe e nunca saberá, então seu conhecimento não interfere de maneira alguma na liberdade”. Neste sentido, os termos, necessidade substancial e possibilidade substancial referem-se à suposta informação do presente no presente, incluindo entre os objetos conhecidos todas as leis existentes, bem como os fatos decorrentes.

Por outro lado, o substancialmente possível refere-se à informação de alguém que saiba tudo o que existe atualmente, seja fato ou lei, juntamente com todas as suas consequências; o que se aplicaria somente a Deus. Por conseguinte, o homem parece ter algum entendimento com Deus, ou com a Sua Natureza, que aqui relacionamos à noção da trindade, pois ainda que não possa saber tudo o que existe atualmente, o pode saber em parte; motivo este pelo qual as hipóteses geradas por abdução são falíveis, por não haver outro se não Deus a saber tudo sobre o presente e no presente.

Esta relação se efetiva no fato do homem ser capaz de prever, ainda que de forma falível, como a natureza irá agir, formulando leis gerais que podem prever eventos futuros. Neste sentido, parece fornecer provas indutivas de que o homem realmente penetra em certa medida as ideias do Deus que governa a criação. Para tanto, parte-se da premissa de que o homem não pode acreditar que a criação não tenha um propósito ideal. E, se assim for, não é mera ação, mas o desenvolvimento de uma ideia, que é *per se* o propósito do pensamento. O que se segue é que uma dúvida é a noção ultra pragmática de que a ação é o único fim e propósito do pensamento.

Eis o sentido de não obliterar o fluxo do conhecimento, em que a “ideia” de Deus não se reduz a nenhum signo, pois Ele próprio não pode ser representado imagetivamente; entretanto, poderia ser relacionado às categorias fenomenológicas, que são primordiais. Outrossim, o conceito de amor, explicado na metafísica peirceana como agapismo (amor gerador), é a origem da lei, da regularidade, por via do uno que desemboca no terceiro,

¹⁸⁹ CP 4.67

representado na realidade do geral, do universal. Mediante esta relação genealógica, pensada a partir de Deus, Ele próprio não pode ser um signo, por não haver possibilidade de ser limitado em forma, porém poderia ser associado às categorias gerais, nesta metáfora acima.

Para Peirce, os universais são Reais, descartando a conjectura de um modelo nominalista. Este ponto se torna mais claro mediante a contextualização histórica da formação do Clube Metafísico; por esta razão, o inserimos no contexto geral da tese, que é fundamentalmente retomado por fim de análise conceitual e estrutural. Logo, mediante a máxima de não interromper, em nenhuma hipótese, o fluxo do conhecimento, tornando aberto o sistema, inclusive para a ideia do Deus morto no ateísmo radical adotado pela Filosofia Continental, em especial a francesa, se pode constituir relações com liberdade e das mais inusitadas possíveis, pois o que pode ser pensado pode ser passível de existir em um possível contínuo. Logo, a ideia de Deus nada tem a ver com evocação mítica, a conexão é muito mais profunda e complexa¹⁹⁰, pois, em última análise, Peirce¹⁹¹ argumenta que um signo é um representamen cujo interpretante é um espírito (mente)¹⁹². Neste Sentido, a Natureza de Deus é um Espírito.

O conceito de mente se relaciona com a evocação da existência dos universais na formação das categorias da experiência. No entanto, o acesso às categorias da experiência, em contexto interno, que se passa na mente, ancora seu princípio causal na lei que ordena o pensamento, a saber, as categorias gerais, pois não podemos pensar sem signos e os mesmos se manifestam por meio das três categorias fenomenológicas. Eis a demonstração de ser esta tão geral.

Todavia, se a linguagem não é uma entidade física, como garantir que esteja conectada com a realidade de modo a exprimir uma verdade? Este ponto é bastante delicado, onde o pensamento de Peirce poderia ser confundido com um tipo de nominalismo.

Ao fazer referência ao plano dos fatos para explicar uma relação causal, originária de um primeiro, recorre-se à narrativa, por meio do testemunho. Como não há acesso à reconstrução da experiência originária¹⁹³, da criação do mundo, que num primeiro momento

¹⁹⁰ Não é o tema nem área desta pesquisa, mas convém apontar que, para uma investigação futura, Peirce parece fornecer explicação lógica para a existência de Deus, o que seria um feito inédito, tanto da análise de sua obra como em especial o ineditismo de tal teoria, caso seja validada.

¹⁹¹ CP. 2.274

¹⁹² Na língua francesa trata-se de pleonasma. Aparece “espírito” na representação cartesiana. Logo, neste ponto Peirce estaria de acordo com Descartes, não somente neste, mas em outros, de haver concepções integradas de Descartes no sistema peirceano, motivo pelo qual, assim como Kinouchi (cf. PEIRCE, 2008) expõe na introdução, que atribui seu sistema como “paracartesiano” e não anticartesiano como propagado entre os comentadores da filosofia de Peirce.

¹⁹³ Todas as nossas tentativas de reconstrução da origem do universo, como por exemplo a Teoria do Big-Bang, são artificiais. Como argumenta Henri Atlan: “Se acreditamos que ao elaborar uma teoria que funcione,

somente por meio de descrição dos eventos se pode saber – ou seja, neste contexto somente através do testemunho se pode acessar o conhecimento sobre a criação –, por esta razão poderia garantir que toda a fundamentação do conhecimento tradicional estivesse ancorado na narrativa, na linguagem, em associação às leis que regem o raciocínio. Todavia, Peirce não lança mão de nenhum dos processos, de fontes de conhecimento, mas os articula em perspectiva falibilista, ou seja, sem que haja uma fundamentação última (por haver permanente revisão das crenças por parte da comunidade indeterminada de investigadores), segue adiante em um processo de conhecimento sempre aberto, sem que seu fluxo seja interrompido, fluindo por meio de liberdade de relações que podem ser comprovadas ou descartadas quanto à sua coerência e robustez ao serem testadas na experiência.

Novamente, a ênfase aparece no método, associada ao sentido da semiótica ser uma ferramenta operacional do sistema representacional e em efetiva relação com o método científico direcionado para fins. É por esta razão que o peso da linguagem comum tem sua relevância¹⁹⁴, pois o hábito entendido como padrão está circunscrito no uso cotidiano da linguagem de cada período histórico. O ato de referir está implicado em referir-se ao mundo das coisas, em que a linguagem está entrelaçada, pois ela própria participa do mundo das coisas. Entretanto, a linguagem é condição necessária, mas não suficiente, para a validação do que se pretende representar. O testemunho estaria, quanto a sua fragilidade comprobatória, em relação ao teor de plausibilidade da abdução, não suficientemente válido enquanto carecer de comprovação.

Segundo Peirce, muitos homens são tão convencidos de que a necessidade dedutiva se sobrepõe como prova a tudo, que eles negam que haja algo substancialmente contingente. Mas essa confiança é habitual, na medida em que podem existir coisas substancialmente contingentes. Tomando como comparativo o modelo dedutivo da teoria de Frege, em que a Lógica estaria para uma ciência legisladora, tomando por base a Matemática como ciência que se sobrepõe à Lógica para suas aferições, este modelo demonstra o modo como o pensamento se manifesta enquanto verdadeiro. Entretanto, o modelo peirceano encontra-se contraposto a este modelo vigente.

tenhamos ‘atingido a realidade’, estamos imersos em uma ilusão. Pode sempre haver um maior aprofundamento e, por isso, não há ‘realidade última’.” Nesta entrevista, da qual foi retirada a citação acima, Atlan expõe que é impossível reproduzir a origem do mundo por meio da Teoria do Big-Bang, por tratar-se de uma teoria bastante problemática, ao procurar trazer para o tempo presente o tempo originário da criação. Ela seria na verdade uma descrição, muito próxima da narrativa usual das lendas. (PESSIS-PASTERNAK, 1993).

¹⁹⁴ Quanto a esta questão, podemos citar a observação de Donald Peterson, no prefácio do livro *Forms of Representation*, publicado em 1996, afirma que não estamos interessados se nossas crenças representam o mundo, mas em como nossos sistemas representacionais geram crenças e desembocam na realização de tarefas.

Apresentamos a argumentação de Campos¹⁹⁵ em defesa do modelo vigente, defendendo a tese de que havendo uma desconexão lógica entre linguagem natural e pensamento, a Lógica dedutiva seria mais eficiente para o fim de confirmação, sobretudo, segundo ele, o grande obstáculo para a fundamentação da Lógica enquanto sistema de verificação da verdade ancorada como fim último. Enquanto que, em Peirce, não há esse fim último, não neste sentido, pois o mover é contínuo inclusive para as leis, para as regularidades que podem mudar, ainda que denunciem paulatinamente suas mudanças. O fim para o qual o modelo peirceano aponta é para um interpretante último, que no conhecimento da Verdade se efetivaria.

Em última análise, a sintaxe própria da linguagem formal marca a diferença entre relações, enquanto que o recurso aos signos gerais descreve o tipo de relação estabelecida, em que são pressupostos na realidade da lei da generalização, e o que não ocorre em seu contrário. Pois, há *legissignos* que não são nem convencionais, que podem instanciar nas inteligências capazes de aprender com a experiência; é justamente este ponto que não é considerado pelo modelo vigente de lógica formal.

Recapitulando as apresentações anteriores: os três elementos das categorias fenomenológicas estão interpolados em uma relação triádica de modo tal que essa relação não pode ser reduzida à uma dicotomia. Como em todas as categorias gerais de Peirce, só podem ser genuínas as generalizações triádicas, neste caso nos correlatos: interpretante/signo/objeto. O *representamen*, que é o próprio signo, exerce na tríade o papel de potencialidade (primeiridade), ou seja, ele define toda a força de representatividade que um pensamento que se faz através de signos e de sempre tornar-se aparente, perceptível no fato (secundidade). Por esta razão, é através de um representamen plenamente geral, que deverá ser um símbolo produzido por via argumentativa (terceiridade), e por meio de uma estreita necessidade lógica, que a conexão entre pensamento e linguagem se efetiva.

Peirce apresenta em seu sistema a passagem da multiplicidade para a generalização, com fim de alcançar a unidade da proposição (coerência) estabelecida como conceito, por meio do ser no aparecer da substância, expondo-o à lei da generalização, em que qualidade é referência a uma base, relação é referente a um correlato e representação em referência a um interpretante lógico¹⁹⁶. Algumas consequências decorrem destas relações.

Analisando o primeiro elemento do signo, ontologicamente, a qualidade é o primeiro conceito (primeiridade), conceito fundador que requer uma alteridade (secundidade) que se

¹⁹⁵ CAMPOS, 2004, p. 39-40.

¹⁹⁶ MADDALENA, 2015, p. 15.

faz indispensável, pois sem alteridade a qualidade se torna indiscernível. Portanto, seguindo com essa cadeia de pensamento do modelo sêmico peirceano, ao considerar a necessidade de uma distinção quanto ao conceito de substância, conclui-se que esta vem acompanhada de um terceiro correlato indispensável, pois, segundo a ontologia apresentada por Peirce, que tudo é signo, toda referência que seja distinguida na condição de qualidade requer um interpretante (terceiridade). Segue-se assim, enfaticamente, que as principais categorias para construção inferencial são a *qualidade*, enquanto fundamento; *relação*, como referência a um correlato; *representação*, em referência a um interpretante.

Logo, a recusa de Peirce de não convalidar o númeno kantiano, afirmando que não existe a *coisa-em-si* dado que não há nada que não possa ser conhecido, coloca em xeque a impossibilidade da mesma por incompatibilidade sistêmica, haja vista que se o Real é aquilo que na “opinião final” se pensa que existe, não faz sentido afirmar a existência em algo que é em si. Logo, Peirce postula sua tese de que tudo que aparece é passível de cognoscibilidade. Neste sentido, o Real vai além da mera existência dos objetos físicos e, na mesma proporção, a própria noção de sujeito, o que interpreta o signo, é definido também como sendo um signo; ou seja, tudo que está no mundo é signo, incluindo o próprio sujeito que interpreta o signo, ou *Representamen*¹⁹⁷, que se manifesta como uma qualidade, um algo primeiro, com possibilidade de existência, mas não de realidade¹⁹⁸. Entretanto, nos planos fenomenológicos de secundidade e terceiridade, o signo relaciona-se respectivamente com o objeto e com o interpretante e não somente consigo mesmo.

No modelo peirceano, referente ao plano da realidade, os três elementos estão entrelaçados em uma relação triádica de modo tal que essa relação não pode ser reduzida a uma dicotomia, como sujeito/objeto, por exemplo. Uma dissociação entre estes elementos, no modelo peirceano, é próprio de uma degeneração (perda de poder de generalização), ou seja, este modelo é genuinamente triádico - interpretante/signo/objeto – o que significa dizer que a tríade é o que alavanca o conhecimento, revertido em movimento contínuo e ascensão evolutiva, isto é, em níveis cada vez mais evolutivos conceitualmente, e conseqüentemente de significação.

Importante enfatizar que o interpretante não é necessariamente um sujeito, mas uma mente que é afetada por um evento, um efeito, e este é um interpretante intrínseco ao sistema sêmico. O objeto causa o signo em uma relação indicativa e o signo representa o objeto de

¹⁹⁷ Cf. Léxico.

¹⁹⁸ Neste ponto aparece a problemática da pertinência da individualidade no plano da realidade.

modo parcial e, por vezes, errôneo; porém, o erro possui caráter afirmativo de determinação e, por esta razão, não é excluído, mas inserido no fluxo.

Representar o objeto é o mesmo que se fazer perceber por um interpretante. Nesse sistema relacional imbricado e simultâneo, o interpretante é imediatamente determinado pelo signo e mediadamente interpretado pelo objeto, em que o interpretante é um mediador entre um signo e outro signo. O objeto, por meio da mediação do signo, implica o interpretante. Neste contexto, convém apresentar o modo com o qual Peirce configura a concepção de signo, conforme a citação a seguir:

Um signo, ou representamen, é algo que significa algo para alguém em algum aspecto ou capacidade. Trata de alguém, isto é, cria na mente daquela pessoa um sinal equivalente, ou talvez um sinal mais desenvolvido. Aquele signo que ele cria chama-se o interpretante do primeiro signo. O signo representa algo, seu objeto. Ele representa esse objeto, não em todos os aspectos, mas em referência a um tipo de ideia, que por vezes chamei de base do representamen. A 'Ideia' está posta para ser entendida como relativa a um sentido platônico, que é muito familiar na conversa cotidiana ¹⁹⁹.

Em síntese, em seu princípio, o signo é uma qualidade que contém um representamen (que é ele próprio signo), um objeto e um interpretante, que se coadunam em uma relação inextrincável de modo a gerar significação de forma evolutiva; ou seja, as significações produzidas acabam gerando outros novos signos que são percebidos e classificados em correlação com as categorias ordinais fenomenológicas. No entanto, ressaltamos que a separação destes elementos não ocorre no plano da realidade, mas sim, de modo abstrativo, no plano ideal da mente. Mediante sua ontologia, o signo é um fundamento com habilidade representacional, da natureza de primeiridade, isto é, da ordem da primeira classe das categorias fenomenológicas.

Quanto ao objeto, há duas referências, uma interna ao signo e outra externa, ambas correlatas à segunda classe nas categorias gerais do fenômeno, a saber: o objeto dinâmico e o objeto imediato²⁰⁰. O *objeto dinâmico* não pode ser limitado pelo signo, pois pertence ao plano da realidade. A modalidade do real comporta: possibilidade (primeiridade), existência (secundidade) e necessidade (terceiridade), plano este em que o objeto dinâmico se move com

¹⁹⁹ CP 2.228 "A sign, or *representamen*, is something which stands to somebody for something in some respect or capacity. It addresses somebody, that is, creates in the mind of that person an equivalent sign, or perhaps a more developed sign. That sign which it creates I call the *interpretant* of the first sign. The sign stands for something, its *object*. It stands for that object, not in all respects, but in reference to a sort of idea, which I have sometimes called the *ground* of the representamen. "Idea" is here to be understood in a sort of Platonic sense, very familiar in everyday talk; (...)".

²⁰⁰ CP 8.343.

caráter eficiente na presentidade, mas não se manifesta imediatamente, senão por meio do signo, sendo representado pelo mesmo como todas as coisas no/do mundo; o que significa dizer, que ele não é redutível ao signo, porém é sempre representado por ele. O *objeto imediato* é de modo tal a ser representado pelo signo em suas relações internas, e só se efetiva no interior do signo; este faz parte de uma realidade metafísica.

Assim como o objeto é dividido em categorias, o mesmo acontece com o interpretante, dividido nas categorias: interpretante dinâmico, interpretante imediato e interpretante final. O interpretante dinâmico possui característica de multiplicidade e pluralidade e possui a determinação de ser uma manifestação do efeito que o signo produz em seu intérprete particular e singular, de modo atualizado. O efeito que o signo causa está dividido em outras três classes: emocional (sensibilidade - primeiridade), energético (força - secundidade) e lógico (inferência - terceiridade). Assim como o objeto dinâmico, o interpretante dinâmico possui realidade e não se reduz por completo à representação sîgnica. Neste sentido, o interpretante dinâmico encontra-se em um mundo que determina o signo e no qual este está contido, sem que o signo se esgote em seu poder de significação em um interpretante dinâmico.

Ao internalizar as leis que orientam as relações do signo, o interpretante adquire um hábito de decodificar suas representações, presentes nas categorias dos interpretantes: emocional, produzindo qualidades de sentimento; energético, de cunho investigativo; e lógico, conclusivo. E a última categoria dos três tipos gerais de interpretantes é a do interpretante final, que se refere ao *long run* da investigação que se move em busca da efetivação do propósito final e ideal de que a Verdade, a Realidade e o Significado se revelem por completo e de modo coincidente, considerando que a semiose é manifesta potencialmente e não é, neste modelo real-idealista, inexoravelmente infinita.

Logo, ao analisar a natureza de um signo, conseqüentemente, analisa-se simultaneamente o objeto e o interpretante, pois estes três elementos, em conjunto, “indicam as posições lógicas²⁰¹ ocupadas por cada um dos elementos da semiose”²⁰². É uma definição que caracteriza de maneira específica a complexidade do todo, referente ao poder da generalização, presente em qualquer fenômeno, que se encontram categorizados ordinalmente na fenomenologia de Peirce.

²⁰¹ A interpretação lógica é considerada por Peirce a mais segura, juntamente com a verificação indutiva que ocorre no plano da experiência, e que se inicia por meio da geração de hipóteses plausíveis, desembocando em seu método científico de fixação da crença.

²⁰² SANTAELLA, 2005, p. 43.

Assim, os conceitos básicos da lógica da tríade sígnica derivam das categorias fenomenológicas, que são parte da natureza essencial de toda experiência. Desta forma, as tipologias ou tricotomias principais dos signos estão de acordo com a relaço de dependência do signo consigo mesmo (*qualisigno, sinsigno e legissigno*), do signo com seu objeto (*ícone, índice e símbo*lo) e do signo com seu interpretante (*rema, dicente e argumento*).

Entraremos em detalhe sobre cada um destes nove tipos de signo a seguir. Convêm primeiro recapitular algumas classificaçoes:

- Categorias: (primeiridade, secundidade, terceiridade)
- Tríade: (signo, objeto, interpretante)
- Relaçoes de dependência:
 - i) signo e signo;
 - ii) signo e objeto,
 - iii) signo e interpretante.

Os signos de mera semelhança são denominados *ícones*, e os de existência são denominados indicadores ou *índices*. O *ícone* representa suas próprias qualidades ou “a qualidade que o faz significar”²⁰³.

Neste contexto, o pensamento não se impõe compulsoriamente, mas é exercitado como um determinante da conduta em vista de um objeto desejado. O pensamento é sempre aprendizagem na apreciaço atenta do diagrama e jamais uma imposiço da realidade. O pensamento nos desafia a procurá-la. Representar, porém, decorre de um ato deliberado em busca do objeto desejado. Em um certo momento de sua obra, Peirce mais uma vez afirma esse estatuto do pensamento. O filósolo insiste no caráter experimental que a forma diagramática propicia e, excluído de uma intuiço compulsória, recoloca o papel de nossas deliberaçoes para levar adiante a tarefa de representar o real.

Logo, a atividade científica é fortemente criativa, descobrindo a verdade que é o bem lógico que propõe a lógica como ciência normativa. Tanto os matemáticos quanto os artistas constroem modelos, elaboram sistemas de signos, estabelecem ordem, coerência, combinaço, equivalência, recursividade, isomorfias entre estruturas semelhantes e realizam experimentos, e a semiótica permeia todas elas.

²⁰³ CP 2.275

3.2 NATUREZA DA SEMIÓTICA PEIRCEANA

Ao abordarmos a noção de signo em Peirce, estamos evocando seu sistema semiótico de forma imbricada, por isso sempre retomada em recorrência, pois a semiótica é um sistema lógico que em seu âmago estuda os signos e suas relações. Ao afirmar que tudo é signo o que se pretende afirmar é que o significado contido em uma ideia pode ser transmitido a qualquer interpretante. Neste sentido, a semiótica está contida no plano fenomenológico da categoria de terceiridade, com capacidade de estabelecer relações interpretativas gerais da e sobre a realidade. Logo, tudo que possa ser dito ou pensado, como dito de outro modo anteriormente, é de natureza semiótica, ou seja, é signo, e a classificação dos tipos de signos de Peirce obedece às regras padronizadas (habituais) na relação que existe entre estes três termos: signo-objeto-representante.

De *per se*, a Lógica classifica argumentos e, portanto, reconhece várias espécies de “verdades”²⁰⁴, que são produzidas pelos argumentos. A classificação dos argumentos implica, segundo Peirce²⁰⁵, na aprovação dos mesmos, supondo-os válidos, e: “[...] seja qual for a opinião a respeito do alcance da lógica, será geralmente acordado que o coração dela está na classificação e crítica dos argumentos. Agora é peculiar à natureza do argumento que nenhum argumento pode existir sem se referir a uma classe especial de argumentos”. Respeitado tal princípio, em analogia com os tipos de argumentação, o signo sofre uma série de distinções. O conjunto total das relações mantidas pelo signo são divididas em 66 classes distintas de signos. A partir dessas 66 classes, contudo, é gerada nova classificação, de 10 novas outras, que pareceram para Peirce as mais importantes e a elas dedicou um trabalho rigoroso²⁰⁶.

Neste sentido, o signo volta-se ao crescimento e à evolução, sendo capaz de identificar-se com a ação do Espírito. O signo, de acordo com sua lei de continuidade (que é a própria racionalidade) não é isolado, mas complexo e dinâmico.

Consequentemente, os fenômenos, tudo que aparece como cognoscível, se apresenta como fruto de mediação intelectual, como um signo, uma representação mental, que comunica algo a um interpretante. Sendo assim, o conectivo que eles propõem em seu modelo é processual, dinâmico, triádico, mediato, assim como demanda a representação em sua correspondência com a experiência. Neste sentido, há uma correlação entre a representação e o fato (singular e vivido na experiência), que *per se* carece de interpretação e é representado por meio de complexas relações sgnicas.

²⁰⁴ Não se refere a uma verdade final, mas assim como a abdução, tem efeito provisório, não testado o suficientemente pela CII para garantir estabilidade *status* de verdade em seu sentido forte.

²⁰⁵ CP 5.130

²⁰⁶ SILVEIRA, 2007

Segundo Peirce, o mesmo ocorre com nossas percepções inferenciais²⁰⁷, não são diretas, assim como não o são as representações. O primeiro percurso do processo perceptivo é indutivo, envolve um juízo quanto à observação do fenômeno, que se desenvolve por meio de um aparato lógico, o da ilação. Como posto anteriormente, este termo designa uma forma de abstração mental que permite o isolamento de um fenômeno em relação a outro fenômeno; um tipo de abstração que pode, por exemplo, isolar a qualidade de outras relações às quais se encontra imbricada ontologicamente. Aqui apontamos uma relação que envolve um tipo de dialética negativa, em que se aponta uma especificidade, porém, distinguindo-a daquilo que ela não é. Este confronto é, intrinsecamente, ele próprio uma relação, que a longo prazo segue evolutivamente para uma determinação ideal.

Signos, cujo Interpretante é determinado por necessidade lógica, crescem indefinidamente como pensamento por sua própria condição²⁰⁸. São genuinamente capazes de se auto-organizar, representando em constante crescimento toda a classe de fenômenos. Por esta razão, conferem a todo pensamento uma dimensão cósmica e assumem a forma de uma rede em infinita expansão. Dessa realidade imbricada que envolve o signo, objeto e interpretante, emerge o que entendemos por inteligibilidade no/do mundo, que, somada ao hábito mental, referente à multiplicidade da experiência, cria o conceito. Nesse sentido, cognição e interpretação requerem habilidade de bem raciocinar com fins a precisar conforme a verdade ou realidade.

O raciocínio faz parte da inteligência e compreende as seguintes operações ordenadas: examina o estado das coisas; elabora um diagrama do estado das coisas; percebe nas partes dessa estrutura de relações as premissas; experimenta a pertinência destas relações; conclui sua verdade necessária ou provável. Esboçado desta forma esquematizada, o raciocínio inclui as três espécies de modos de raciocinar, por abdução, por indução, por dedução, que são suas realizações. A elaboração da hipótese em termos de inferência de novas relações corresponderia à formação de premissas, enquanto que as posteriores estão alicerçadas na experiência, mesmo que talvez somente mental.

O conceito que estabelece sobre o que seja mente é um dos pontos de mutação conceitual do pensar vigente. Se num primeiro momento poderia parecer uma abordagem

²⁰⁷ Percepção direta é diferente de percepção inferencial. A primeira está alocada em um sentimento, enquanto que a segunda se inicia em um juízo perceptivo desembocando na geração de hipóteses plausíveis.

²⁰⁸ Peirce descreve e classifica a degeneração signica, que ocorre quando se prescinde de um dos termos que compõe o signo, aplicando-se a índice e símbolo. Cf. QUEIROZ, J. *Classificação de signos de Peirce: De 'On the logic of science' ao 'Syllabus of certain topics of logic'* p. 185. In: Trans/Form/Ação. São Paulo, 2007, vol. 30, n. 2, pp. 179-195.

psicológica, ele a discerne transpondo-a para o plano da lógica, expondo que pensamos inferencialmente, e buscando concomitantemente a origem do padrão de inferir onde o pensamento se apresenta, ou seja, nas mentes. Por este motivo, seu conceito de mente não se trata de uma descrição psicológica, porém lógica, circunscrita em diversos sistemas tidos como inteligentes.

Outrossim, convém apresentarmos em sequência, para entendimento do peculiar léxico conceitual que Peirce constrói, o que ele entende por mente. Nas palavras de Peirce:

O que os psicólogos estudam é a mente, não a consciência, exclusivamente. O erro dos psicólogos, em relação a este ponto, tem provocado resultados particularmente desastrosos, uma vez que a consciência constitui coisa muito simples. Apenas tenha cuidado para não cometer o erro grosseiro de pensar que estou fazendo referência à autoconsciência e então você verá que consciência não é nada mais que Sentimento, de um modo geral - não sentimento em sentido germânico, mas antes, é de um modo mais geral, sentimento como o elemento imediato da experiência, generalizado ao máximo. A mente é, por outro lado, e uma vez que você tenha apreendido a verdade de que ela não é a consciência, e nem tampouco é, em qualquer sentido, equivalente à consciência, um objeto difícil de ser analisado. Não faço referência à Alma, o substrato metafísico da Mente (se é que tal coisa existe). Faço, antes, referência à mente tal como entendida fenomenologicamente. A aquisição de uma tal concepção de mente, ou dos fenômenos mentais, do mesmo modo que a ciência da Dinâmica possibilita em relação à matéria, ou aos eventos materiais, é algo que apenas pode ser alcançado por intermédio da investigação científica resoluta. Os psicólogos têm sido, contudo, impedidos de empreender uma tal investigação em virtude da ilusão de que a mente é equivalente à consciência, a consciência constituindo alguma coisa simples, na medida em que a consideramos da perspectiva do fenômeno [categorias fenomenológicas] e sobre a qual não há espaço para erro ou dúvida.²⁰⁹

É de suma importância estabelecer a definição de mente, pelo fato de ser uma concepção inusitada, mas também e, principalmente, por não ser confundida com psicologismo, e sim por tratar-se de uma descrição da estrutura lógico-epistemológica própria da inteligência, do padrão como se manifesta a inteligência no/do mundo. Nesta citação,

²⁰⁹ CP 7.365. Tradução livre. Grifo nosso. “What the psychologists study is mind, not consciousness exclusively. Their mistake upon this point has had a singularly disastrous result, because consciousness is a very simple thing. Only take care not to make the blunder of supposing that Self-consciousness is meant, and it will be seen that consciousness is nothing but Feeling, in general, - not feeling in the German sense, but more generally, the immediate element of experience generalized to its utmost. Mind, on the contrary, when you once grasp the truth that it is not consciousness nor proportionate in any way to consciousness, is a very difficult thing to analyze. I am not speaking of Soul, the metaphysical substratum of Mind (if it has any), but of Mind phenomenally understood. To get such a conception of Mind, or mental phenomena, as the science of Dynamics affords of Matter, or material events, is a business which can only be accomplished by resolute scientific investigation. But the psychologists have been prevented from making that investigation by their delusion that Mind is just Consciousness, a simple affair, as far as the mere phenomenon goes, about which there is no room for error or doubt”.

Peirce aponta os modos que nossa compreensão da realidade tem condições de perceber e a forma que se manifesta e move-se no sentido de apreender o que está fora do sujeito cognoscente, o que não se move segundo sua vontade, porém que se encontra ligado ao que não está fora do mundo, e não é outra coisa senão parte do mesmo. Nesta estrutura complexa, a percepção se dá por meio de uma sciência, de um sentimento (primeiridade) que se manifesta de forma imediata em relação à experiência (secundidade), articulando relações sógnicas que desembocam na forma da generalização (terceiridade). Estas três categorias são as fenomenológicas descritas por Peirce, ou seja, elas próprias são a descrição da mente composta desta estrutura tripartite, que em sua gênese parte da qualidade, relação e representação, desembocando na sequência algorítmica de um primeiro, segundo e terceiro.

A fenomenologia peirceana que descreve o movimento da mente é retirada de uma analogia com a estrutura matemático-geométrica²¹⁰ de relações monádicas, diádicas e triádicas, na qual a qualidade que não possui caráter relativo é posta em relação a si mesma por meio de conexão predicativa genuína ou degenerada, derivando destas relações um esquema representacional de predicação genuíno e com outras duas formas de degeneração²¹¹. O homem, o pensamento e a linguagem tem esta mesma estrutura; nas palavras de Peirce: “minha linguagem é a total soma de mim mesmo, porque o homem é pensamento”²¹². Neste sentido, pensamento é linguagem e os limites do pensamento são os limites do mundo que pode ser pensado. A mente, segundo Peirce²¹³, é confundida com lógica, metafísica e psicologia, mas a mente coincide com a mediação semiótica, pois, segundo Peirce, não há outro modo de ser ou de substância se não pela representação²¹⁴. Mediante esta argumentação, a estrutura que Peirce apresenta é muito mais adequada para a defesa de um antimentalismo²¹⁵, pois, signos, ideias não estão em nossas cabeças, estão em conformidade com o mundo.

²¹⁰ Segundo Maddalena, Peirce encontrou um princípio de individuação que apresenta uma estrutura presente em todos os tipos de fenômenos “Guess at the Riddle”, que deriva de um esquema matemático-geométrico. (MADDALENA, 2015, p. 38). “Il Gues at the Riddle è l’aver individuato una strutura presente in ogni tipo di fenomeno. È una vera e propria fenomenologia che mutua da uno schema matematico-geometrico la sua architettura”.

²¹¹ Este tema será abordado detalhadamente no quarto capítulo, no subcapítulo o que é signo.

²¹² CP 5.314

²¹³ CP 4.550 “All the various meanings of the word ‘Mind’, Logical, Metaphysical, and Psychological, are apt to be confounded more or less, partly because considerable logical acumen is required to distinguish some of them, and because of the lack of any machinery to support the thought in doing so, partly because they are so many, and partly because (owing to these causes), they are all called by one word, ‘Mind’.”

²¹⁴ MADDALENA, 2015, p. 24.

²¹⁵ FABBRICHESI, R. *O pensamento icônico e diagramático na obra de Peirce*. In: QUEIROZ; MORAES 2013, p. 29.

A mente descrita por Peirce não é uma mente subjetiva, mas uma ativação da relação sígnica posta em movimento, em que cada ação do interpretante lógico produz uma semiose, uma ação realizada a partir de uma tríade. Neste sentido, todo signo-pensamento refere-se a um outro signo em cadeia infinita de relações, em que o significado reside no espaço matemático-geométrico (em relação espaciotemporal e presentidade) que se constrói nestas relações. Quanto a este processo, Peirce descreve que “uma Mente é aquela semi-verdade, cujas determinações se tornam ‘intermediários imediatos’ de todos os outros signos, cujos interpretantes dinâmicos estão dinamicamente conectados”²¹⁶. Ou seja, a partir de uma análise interpretativa do significado da cadeia semiótica, em que participa a comunidade indeterminada de investigadores (CII), configura-se a realidade do pensamento e de sua correspondência com o sentido de realidade, coincidindo assim com o fluxo infinito de interpretações pragmáticas que são produzidas a partir da experiência.

Peirce apresenta três aspectos mentais que caracterizam o estágio do raciocínio:

- 1) sentir a necessidade de crer na conclusão como uma decorrência da crença na premissa;
- 2) conceber a existência de uma classe de inferências possíveis análogas a atualmente efetuada;
- 3) sentir que ao menos boa parte delas seria igualmente verdadeira²¹⁷.

Não se trata de uma razão pura, porém misturada à ação, ao conceito de experiência como sinônimo de conhecimento. O mover do conhecimento, por meio dos três aspectos mentais, se dá pelo movimento do pensamento, que é uma sequência de signos exibidos à observação. Observar, neste contexto, é um verbo que como os de sua categoria implica ação transitiva. E observar não é um processo passivo, mas gerativo de juízo que desemboca numa cadeia complexa de interpretações com fins à ação, que se aplica ao contexto da máxima pragmática. Por sua vez, a habilidade de adquirir hábitos, tendo em vista todo o processo do conhecimento com fins à ação, é a síntese do conceito de inteligência em Peirce.

A partir do conceito de inteligência é possível aferir e explicar o que acontece com o sujeito humano no processo epistemológico, de compreensão sobre o entorno do que o afeta de modo a expressar, por meio de um conceito construído a partir de uma estrutura lógica, seu

²¹⁶ CP 4.550

²¹⁷ CP 7.459

entendimento sobre os eventos factuais²¹⁸, considerando as relações no plano espaço-temporal, relações estas que escapam para além da estrutura descritiva da lógica bivalente, por exigir uma terceiridade.

Como bem colocado por Fabbrichesi²¹⁹, Peirce não pergunta o que é o pensamento, mas onde (espaço/tempo) está o pensamento. Mediante esta questão, na perspectiva peirceana, o modelo de representação diádica não representa o mover do processo triádico exigido pela presentidade em suas três dimensões espaciotemporais.

Dito de outro modo, nesta nova proposta peirceana de lógica, a condição básica da inferência é a presença de uma qualidade ou possibilidade real, que é o objeto de asserção nas proposições. Ou seja, é configurado o aparecimento do que Peirce chamou de ícone, condição de pura qualidade, que permite transferir um predicado a um outro sujeito e fazer surgir um novo conhecimento, em movimento conceitual evolutivo, com novas possibilidades de significação e correspondência com a realidade. Neste sentido que o ser não pode ser estático, perene, ele também se move.

Os termos certeza e realidade são conceitos fundamentais para tornar clara a busca sobre o significado e inteligibilidade contida no/do mundo. São estes conceitos-chave que servem para compreender a complexa síntese proposta pelo pragmatismo peirceano.

No ensaio escrito em 1878, “*Pragmatism*”, Peirce considera que o Pragmatismo é um método para acertar o significado, não de todas as ideias, mas somente daquelas que ele chamou de “conceitos intelectuais”, daquelas cujas estruturas depende do argumento que engendra um fato objetivo²²⁰. Logo, o pragmatismo que ele propõe se ocupa da ciência da lógica, manifesta por meio de uma crítica revisada da estrutura bivalente representada tradicionalmente desde Aristóteles, para descrever o tridimensional mundo que nos circunda. Mediante a esta estrutura argumentativa, inevitavelmente, segue-se a problematização: como

²¹⁸ O entendimento de Peirce sobre “evento” se delimita no plano da secundidade, plano este (como é exposto ao longo da tese) que está relacionado a uma das categorias que compõe o plano da realidade ao descrevermos nossas experiências. Em outro dizer, se refere ao plano factual, do que acontece no fato bruto, que independe de nossa vontade. Cf.: CP 1.24, (grifo sublinhado nosso, grifo em negrito do autor): “Let us begin with considering actuality, and try to make out just what it consists in. If I ask you what the actuality of an event consists in, you will tell me that it consists in its happening *then* and *there*. The specifications *then* and *there* involve all its relations to other existents. The actuality of the event seems to lie in its relations to the universe of existents. A court may issue *injunctions* and *judgments* against me and I not care a snap of my finger for them. I may think them idle vapor. But when I feel the sheriff’s hand on my shoulder, I shall begin to have a sense of actuality. Actuality is something *brute*. There is no reason in it. I instance putting your shoulder against a door and trying to force it open against an unseen, silent, and unknown resistance. We have a two-sided consciousness of effort and resistance, which seems to me to come tolerably near to a pure sense of actuality. On the whole, I think we have here a mode of being of one thing which consists in how a second object is. I call that Secondness”.

²¹⁹ FABBRICHESI, R. *O pensamento icônico e diagramático na obra de Peirce*. In: QUEIROZ; MORAES, 2013, p.31.

²²⁰ PEIRCE, 2000, p. 20.

usamos a narrativa estruturada em sujeito, cópula e predicado, que estão dispostos em relação sequenciada, causal, para descrever eventos que ocorrem simultaneamente? A solução se apresenta como revisão e ampliação do conceito de sujeito, da superação da dicotomia ser e não-ser e na dinâmica relacional entre os três elementos basilares que constituem toda forma de pensamento lógico, categorias fenomenológicas da experiência, peculiarmente em seu caráter realista, ou seja, do que se apresenta a uma mente²²¹.

A inteligência é pensamento sobre a experiência que podemos ter, pois, como exposto na digressão anterior, o que pode ser pensado se dá em signos e na continuidade dos signos, e os signos, por sua vez, nos veem por meio do contato com o mundo, com a realidade. Com isso ele afirma que não é possível entender, inteligir, sem a pertinência dos signos, e a tríade sígnica corresponde às categorias fenomenológicas manifesta na mente e no mundo, percebidas por um interpretante. Por serem indissociáveis os três elementares²²², a natureza representacional do signo quanto a manifestação fenomênica das coisas atua em conjunto para a inteligência se manifestar por meio de um interpretante. A representação do real está imbricada à atuação sobre ela no futuro, quando a ocasião permitir, ou seja, são para Peirce o pensar para o futuro (idealismo), que é um aspecto inseparável do conhecimento e do pensamento. O proceder intelectual encontra seu sentido na medida em que cria um hábito de conduta que facilite a interação com o objeto que se quer conhecer tendo em vista um devir.

No entanto, na máxima “tudo é signo”, e esquematizando em uma relação de conjunto, o homem pertence a uma categoria menor, que está contida no plano sígnico, que nesta classificação é monádico e universal, ocorre que não são os homens que possuem o signo, mas que os signos possuem o homem. Seria o mesmo que dizer que não é o pensamento que está na mente do sujeito, mas este que está no pensamento. O ser e a substância neste ponto parece tornarem-se voláteis, pois sendo a categoria pensamento maior que do sujeito, outras categorias poderiam ser postas em pé de igualdade, como um autômato, por exemplo. O que de fato está implícito é que se há uma forma de conhecimento que forma um sistema representacional orientado para a ação, trata-se de uma posição essencialmente metodológica.

²²¹ Este ponto está explicitado no subcapítulo referente ao Diagrama dos signos. Antecipando a exposição, segundo Peirce, nossa mente possui uma estrutura icônica de percepção da realidade, o que *grosso modo* significa dizer que pensamos por imagens. A notação ideográfica para esta exposição está descrita nos grafos existenciais (cf. léxico).

²²² São as três categorias da experiência, a saber: primeiridade, secundidade e terceiridade. Respectivamente: acaso, fato e lei. Segundo essa classificação, não é possível que tenhamos qualquer tipo de experiência sem levarmos em conta estas três categorias, ou seja, acaso corresponde ao que vemos de novo, fato se refere à realidade bruta e lei é mediadora de significação, pois traz consigo regularidade, padrões, por meio dos quais podemos interpretar as leis gerais que configuram-se nos fatos.

Visto em outro ângulo, em sentido restrito, a inteligência pode ser sintetizada na definição de um conjunto de formas de raciocínio, a saber: abdução, indução e dedução, que são usadas para comparar percepções e formular regularidades transformadas em leis, das quais as teorias se alimentam, e que explicam e predizem um curso futuro, seguindo um sentido coerente, plausível. Neste contexto, o corpo é fenômeno físico que visível e materialmente conecta o sujeito com o mundo e está engendrado pela particularidade da experiência, da singularidade da mesma, no entanto, sem que seja uma perspectiva privilegiada sobre outros, nesse sentido há uma certa isonomia epistêmica²²³. Nas palavras de Peirce²²⁴:

Forma de corporeidade: um termo muito comum da escolástica, originário de Avicena, e usado por Aquino (*Summa Theol.*, Pars i. Cap. LXVI. Art. 2), mas mais particularmente por Scotus (em sua grande discussão *Opus Oxon.*, IV dist. XI.9.3, começando ‘De secundo articulo dico’) e por todos os seus seguidores. O ponto é que a alma racional, sendo puramente espiritual, não pode conferir corporeidade ao corpo humano, mas uma forma especial, a forma de corporeidade, é requisito. Suarez e outros, geralmente tomistas, assim como Henrique de Ghent, negaram isso com base no fato de que uma espécie tem apenas uma forma. Deste modo, uma grande disputa metafísica surgiu. Surgiu do estudo da doutrina da transubstanciação.

O corpo nos conecta à experiência no/do mundo enquanto que os padrões que nos configuram nos conectam através dos padrões extraídos das categorias da experiência, que podem ser configurados, pensados por meio de signos. No entanto, para falarmos sobre a natureza do signo e de qual seja sua imbricação com o conceito de inteligência, para além de uma introdução inicial, retrocederemos um pouco mais na paleta conceitual, com fim de apresentar a antessala do que metaforicamente poderíamos chamar de um dos quartos da casa tomada²²⁵.

²²³ Este é um aspecto peculiar da filosofia peirceana, pois considerando o tempo histórico em que viveu, segue num contrafluxo do pensamento tradicional, inserindo o pensamento do homem comum no cenário da elitizada filosofia, pois ele descreve uma estrutura cognitiva que o homem comum está habituado a pensar, só que sem a consciência de utilizar um método que otimize a função de sua faculdade cognoscitiva.

²²⁴ CP 6.362. Tradução livre. “Form of corporeity: a very common term of scholasticism, originating with Avicenna, and used by Aquinas (*Summa Theol.*, pars i. cap. lxxvi. art. 2), but more particularly by Scotus (in his great discussion *Opus Oxon.*, IV. dist. xi. 9.3, beginning “De secundo articulo dico”) and by all his followers. The point is, that the rational soul, being purely spiritual, cannot confer corporeity upon the human body, but a special form, the form of corporeity, is requisite. Suarez and others, generally Thomists, as well as Henry of Ghent, denied this on the ground that a species has but one form. Thus a great metaphysical dispute arose. It sprung from the study of the doctrine of transubstantiation”.

²²⁵ Uma metáfora que toma como referência o artigo de Luft (2013). O autor desenvolve a argumentação em torno do seguinte objetivo: “O meu ponto de partida é o diagnóstico da crise de auto interpretação da subjetividade moderna, derivada da incompatibilidade entre o modo como o sujeito conceitua a natureza, quer dizer, como máquina determinada (Ashby, 1970), e sua própria auto interpretação como ser senciante, auto legislador e situado em um ambiente aberto a escolhas futuras, ou seja, como ser ‘livre’”.

Como as representações que são feitas têm por meta antecipar imaginariamente e idealmente a conduta para que se efetive no futuro, ou quando a ocasião permitir, ou exigir a atuação com o objeto, sua produção adquire sentido na medida em que permite, a quem assim proceda, avaliar no decorrer de sua feitura e toda vez que pela observação voltar a atualizá-las, seguir um método para dirigir-se ao objeto.

O conhecimento é produto de inferências através de premissas, por esta razão *quasi-necessário*. A necessidade de se remeter à esta estrutura ou *design* da mente para a construção de seu modelo epistemológico, faz com que as inferências geradas sejam passíveis de falibilidade, por conseguinte não se trata de um modelo de representação fixada. São processos do entendimento com teor de necessidade e contingência, em que há espaço para alterar as representações, assim como para as mesmas evoluírem. Este aspecto está apoiado na afirmação de que essas abstrações são eminentemente falíveis, logo, por esta razão, não podem assumir um caráter integral de necessidade. Neste sentido, como aponta Silveira²²⁶: “[...] Necessidade, para Peirce, não decorre da matéria sobre a qual conhecimento incide, mas da forma que esse conhecimento assume”. Com esta afirmativa está posto que a semiótica é uma sistematização lógica da forma e não da matéria do conhecimento.

Em outro dizer, o que é posto em ênfase é um processo (forma) como um todo e não somente os elementos (matéria) envolvidos. Ao descrever a estrutura com que o pensamento se configura, a Semiótica se revela como uma Ciência da Forma, e este é seu aspecto de necessidade, nesta descrição de *quasi-necessidade*. Em síntese, a condição de falibilidade que o processo de abstração resulta está ligado a forma como o pensamento necessariamente se configura.

No processo necessário para que se manifeste inteligibilidade, os seres humanos apresentam um padrão de forma, em que:

- i) só se pode pensar por meio de signos;
- ii) somos dotados da faculdade de observação abstrativa;
- iii) esta faculdade abstrativa gera hipóteses falíveis.

Esta estrutura se configura de modo necessário, em sentido de possuir um mesmo *design*, em que os fatos perceptivos fazem parte das primeiras decisões que são tomadas diante de uma percepção, e são de natureza abstrata. Além de abstrata, a percepção é de

²²⁶ 2007, p. 20, grifo nosso.

natureza indivisível, em que o todo do alcance é percebido, e depois vem a ser separado no pensamento por ilação. Em outro dizer, a experiência mental pode ser separada, mas como experiência sensível não pode ser representada como tendo partes, por ser de natureza não-racional, conseqüentemente não pode ser passível de crítica, de movimento analítico, dado em partes.

Neste processo, o que percebemos em um primeiro momento é o que não envolve juízo, pois não escolhemos o que vamos perceber e, por esta razão, o juízo perceptível não poder ser criticável; o processo de discernir, ordenar, qualificar é posterior ao que Peirce chama de percepção. O processo deliberativo posterior a ele, que é o modo abduativo de raciocinar é inferencial.

Peirce, ao procurar uma relação entre o que se percebe, por meio da observação de uma construção sensível que envolve um tipo de juízo, parte de um ponto subjetivo, porém que envolve uma escolha no sentido de uma percepção mesóica de tipo *quasi-um-juízo*, ou seja, que trilha o percurso da percepção do fato perceptivo ao juízo, que é pertinente ao plano da lógica no sentido de caracterizar-se como um elemento *proto-lógico*. Por meio desse movimento que parte de uma construção particular e desemboca em uma relação geral, o sensível e o lógico tornam-se elementos de uma relação indistinta em sua efetividade, por estar envolta em uma força que é a da percepção.

O acesso ao sensível, segundo Peirce, apresentará sempre essa relação que envolve força demonstrativa e sustentação do raciocínio como possibilidade lógica de representação coerente a formas construídas segundo regras de consciência, considerando o caráter observável das conclusões decorrentes. Alcança-se a generalidade por meio da inserção da percepção da continuidade do pensamento. Nesse sentido, convém ressaltar que, segundo a descrição de Silveira²²⁷, Peirce argumenta que “[...] o pensamento não é propriedade privada de ser algum atributo privilegiado da espécie humana. Nós estamos em pensamento e ao estarmos nele, seguimos seu destino”. Destino é entendido neste contexto como o que denominamos finalismo.

Peirce faz uma inversão que requer uma mudança de paradigma sobre o poder da individualidade. Em sua argumentação, o pensamento faz parte de um conjunto maior do que a subjetividade e, ela, por sua vez, está inserida no todo que é o pensamento. Neste ponto, há toda uma metafísica complexa que Peirce desenvolve em seus escritos maduros e que pincelamos aqui alguns de seus aspectos. Sobre esta questão, Silveira²²⁸ descreve:

²²⁷ SILVEIRA, 2014, p. 30-31.

²²⁸ Idem, p. 31.

[...] Deve-se ter em mente que a Filosofia para Peirce, inclusive a Semiótica, não tem por objeto este ou aquele modo particular de ser, mas como devem ser os signos para uma mente capaz de aprender com a experiência e dirigir-se, de modo falível, é verdade, mas efetivamente, para um fim que incondicionalmente admirável e digno de plenamente satisfazê-la.

Neste sentido, é o sujeito que se desenvolve no interior do signo, e não o signo na mente do sujeito²²⁹. Como afirma Silveira²³⁰: “o sujeito como consciência de si atualiza-se como reagente na interpretação do objeto que se opõe à espontaneidade que o constituía e da qual não tinha experiência”. Mediante a natureza do objeto relacionada à natureza do sujeito, em termos contemporâneos, emerge um padrão em que a semiótica assume o papel de *representamen*²³¹, ou seja, da relação do signo consigo mesmo. Com isso, não é o indivíduo que exerce o pensamento, mas ele encontra-se inserido nele, imerso no pensamento mediante signos, considerando a premissa de que tudo é signo. Sendo assim, qualquer um que se aplique à definição de signo, como exposto por Peirce, estará representando um universo de experiências. O interpretante o representa por meio da conexão da tríade semiótica que envolve o signo, o objeto e o representante.

O quadro representativo do signo poderá receber uma nova exposição correspondendo ao quadro das categorias fenomenológicas respectivamente, na qual, no interior da tríade sígnica: o representamen (signo em relação consigo mesmo) aparece como primeiro correlato, que lhe será atribuída a categoria de *primeiridade*, que possui características de potencialidade e espontaneidade; ao objeto como segundo correlato, a categoria de *secundidade* e, portanto, as características de resistência, alteridade, existência, causalidade eficiente; na categoria de *terceiridade* o interpretante encontra-se representado, caracterizado pelas características de regularidade e generalidade.

Uma comunidade geral, dos seres que pensam no interior do universo fenomênico, de modo que o que se afirma a partir da natureza geral da semiótica, deve ser afirmado também em contexto da Semiótica geral. Isto, sem que esteja implicada a uma redução de um conjunto

²²⁹ Por esta razão enfatizamos na introdução que para termos contato e compreendermos a filosofia peirceana faz-se necessária uma dose de abertura para mudança de paradigma, de visão de mundo, pois em seus sistemas a ordem se inverte alterando o resultado dos fatores semânticos.

²³⁰ SILVEIRA, 2014, p. 81.

²³¹ “Genuine triads are of three kinds. For while a triad if genuine cannot be in the world of quality nor in that of fact, yet it may be a mere law, or regularity, of quality or of fact. But a thoroughly genuine triad is separated entirely from those worlds and exists in the universe of representations. Indeed, representation necessarily involves a genuine triad. For it involves a sign, or representamen, of some kind, outward or inward, mediating between an object and an interpreting thought. Now this is neither a matter of fact, since thought is general, nor is it a matter of law, since thought is living” (CP 1.480).

de fenômenos de natureza psicológica ou comportamental, mas associada a um padrão que se manifesta no mundo e nos seres que estão inseridos e relacionados com ele.

Uma mera qualidade, mesmo que para existir necessite de algo que a sustente, pode constituir-se num signo, podendo representar um possível objeto dotado daquela mesma qualidade, e estar disponível a ser interpretada como signo, em existentes e signos gerais. Pelo fato mesmo de possuírem qualidades, estão aptos a se constituírem em signos com um grau de complexidade cada vez maior. Logo, existentes podem representar objetos possíveis ou eles mesmos como existentes, e serem interpretados como potencial ou existencialmente representando os objetos aos quais designam ou se referem.

Segundo Peirce²³², a palavra ou signo que o homem utiliza é ele próprio. Com isso, queremos dizer que todo pensamento é um signo, sendo que a vida, nesta perspectiva, é uma sequência de pensamentos, o que se segue que o próprio homem uma sequência de pensamentos, logo é um signo e, por conseguinte, a linguagem manifesta é a soma total deste mesmo homem. Em outro dizer, o signo, ao se libertar da mente, decorre da inferência gerada no mundo interno, porém decorrente do conhecimento que se tem do mundo externo, pois não há como representar nada que não tenha sido manifesto. Entretanto, a observação reduz fatos a ícones, porém, estes ícones são imagens mentais de memória empírica, tornando-se assim signos externos, que podem aparecer nas formas de representação tais palavras, grafos, diagramas.

Os grafos existenciais são uma forma de representação do contínuo espaciotemporal, na medida em que representa não bi, mas tridimensionalmente, assumindo uma forma plástica. Este aspecto faz parte dos estudos de topologia de Peirce, no qual ele é pioneiro ao associá-la à lógica, que funciona como o conteúdo da forma lógica relacionada ao iconicismo da notação diagramática.

3.3 DIAGRAMA DO SIGNO: GRAFOS EXISTENCIAIS

Nesta seção, iniciamos com a seguinte questão: se o signo não possui em si o correlato com a realidade, então como se pode chegar ao objeto? Segundo Peirce, o modelo diagramático é um modo de raciocínio matemático, algébrico de tipo icônico que tem poder de replicar seu modelo representado. Ele consiste fundamentalmente na construção de uma figura ou de uma equação onde se procura estabelecer as relações entre os elementos em questão de forma sintetizada na imagem. A observação do construto permite que sejam

²³² CP 5.314

descobertas outras relações mantidas pelos elementos, via método analítico, dedutivo, que serão conjuntamente generalizadas para os casos em que as condições de relações forem semelhantes, por analogia.

Hoffmann²³³ identifica a origem da sistematização conceitual do pensamento diagramático no artigo *On the Diagrammatic and Mechanical Representation of Propositions and Reasoning*, escrito em 1880 por John Venn. Neste artigo, ele apresenta sistematizações gráficas que representam procedimentos algébricos e relações lógicas em formas sentenciais e, segundo ele, Peirce parte deste ponto para desenvolver sua ideia de grafos existenciais.

Os grafos existenciais são notações lógicas de caráter diagramático, que expressam simbolismo para qualquer estrutura de pensamento e formas de raciocínio, um tipo particular de notação que representa informações de modo sintético, que não substitui a lógica formal, tampouco pode oferecer resultados melhores que as de verificação justificada da mesma estrutura. Sendo assim, qual seria a utilidade dos grafos existenciais para seu sistema filosófico? Peirce predica seu sistema de grafos como uma obra prima²³⁴, e em *Lowell Lectures*, de 1903, que, segundo Maddalena, chega à justificação lógica dos grafos existenciais, abrindo caminho para representar com precisão o silogismo aristotélico, em que os grafos tem o poder de representar os tipos silogísticos por meio de relações espaciais. Nelas as mesmas são significadas por analogia, através da inclusão da cópula, inclusiva ou não, e da relação de negação, em que em todas as relações aparece o princípio de identidade.

A lógica das relações ou semiótica, abriu caminho para levar o raciocínio humano adiante, em um processo de desenvolvimento, pois tudo que é considerado bom está implicado a um processo de desenvolvimento, de acordo com Peirce²³⁵. Sendo assim, segue-se a aplicação dos princípios *Dictum de omni / Dictum de nullo* estabelecidos por Aristóteles, que asseguram que tudo que é afirmado ou negado, respectivamente, é passível de redução em seu subtipo, o que significa dizer que todas as formas válidas pelo silogismo podem ser reduzidas mediante aplicação destes princípios.

Por meio das representações espaciais por analogia com o silogismo, os grafos existenciais não se detêm a uma imagem fixada, mas se configuram produzindo significado de acordo com o recorte de suas relações. Neste sentido, o salto qualitativo para a coerência do sistema peirceano se consolida para a efetivação de uma leitura de realidade dinâmica e crescente, inserida no plano contínuo. Sem esta nova lógica, semiótica, representada nos

²³³ HOFFMANN, M.H.G. *Cognição e pensamento diagramático*. In: QUEIROZ; MORAES, 2013, p.106-107.

²³⁴ CP 4.347

²³⁵ PEIRCE, 2005, p. 240-241(bilíngue).

grafos existenciais, como representar esse *dinamus* contínuo, considerando que o silogismo é um sistema formal de representação estática da realidade, que aparece pelo conectivo de realidade monádico nas formas: existir ou não existir, movendo-se em dinâmica pendular em relações bivalentes, que mais se aproximam da elaboração de cálculos a que descrição de ações. Logo, o antigo sistema não possui aparato de grau elevado de clareza, tão exigido por Peirce, para representar na presentidade as relações dinâmicas presentes nos eventos, que se busca descrever. A ênfase passa a centrar-se nos predicados, com possibilidade de estabelecer relações quantitativas, representando assim as relações entre objetos, valendo-se da notação cardinal (fenomenologia) e preterindo a notação ancorada no ser e na essência.

Ora, os grafos existenciais são uma representação de tipo icônico (secundidade) que aumentam o poder de descrição da realidade, trazendo consigo a evocação própria da segunda categoria fenomenológica que tipifica as relações próprias de descrição da reação, do fato, da presentidade, pois são estes símbolos que contém um ícone em seu poder de representação, que aparece em três graus distintos de representação: Alfa, Beta e Gama. Os três graus são representações icônicas da lógica proposicional e modal, descritas por meio de uma linguagem sintético/semântica e regras de construção que podem ser facilmente comparadas às da lógica proposicional, permitindo a passagem da dedução lógica para a forma icônica²³⁶.

Peirce inicia os estudos sobre os grafos existenciais em 1896²³⁷. Eles permitem acompanhar o desenvolvimento do pensamento enquanto representação precisa, considerando que: a) toda cognição é determinada logicamente, b) não podemos pensar sem signos; c) toda imagem que se forma em nossa retina não é uma cópia da realidade, mas uma construção interpretativa; d) vivemos no interior de um fluxo de interpretações em que somos também interpretação, ou seja, o sujeito é interpretável e interpretante de signos; e) um raciocínio guiado por experiência não pode limitar-se a um único percurso inferencial; f) é real aquilo que na opinião final (termos gerais) se pensa existir (sentido restrito)²³⁸, considerada a independência de relações dos objetos singulares, ou seja, os objetos físicos representam secundidade, logo reagem e nos afetam independente de nossa vontade; g) quanto às categorias fenomenológicas, o possível (primeiridade) é a hipótese, o atual (secundidade) é o contraste, o necessário (terceiridade) é a demonstração.

Como posto anteriormente, os signos pertencem à categoria de fenômenos expressos simbolicamente em terceiridade, tendo assim o conteúdo, que denominamos racional,

²³⁶ MADDALENA, 2015, p. 63.

²³⁷ Cambridge Conference (1898) e Lowell Lectures (1903).

²³⁸ A existência é o modo de ser que pertence aos objetos individuais e não deve ser confundida com a realidade. Cf. *A Neglected Argument for the Reality of God*. CP 6.452-485, EP 2.434-450.

expresso em uma relação de conjunção com o objeto denotado e a mente, no qual a relação de cópula é representada pela relação espaciotemporal expressa por meio de um ponto que desenha o limite do mover do objeto existente. Ora, se nesse esquema o objeto pode ser percebido e sintetizado na representação de um ponto, a continuidade é a grande lei que concatena um sistema de pontos, mantendo todos os pontos que correspondem a uma determinada descrição formalizados até que possa ser circunscrito em uma mensuração lógico-formal²³⁹, e o método aplicado a essa mensuração da continuidade é a Função, estrutura familiar à área da matemática. Neste sentido, os valores de verdade da matemática são índices com certa estabilidade real, partindo de classes de estruturas correlacionadas, movendo-se na construção e distinção de uno e múltiplo.

Segundo Zalamea²⁴⁰, a matemática, ao abordar problemáticas envoltas em urdiduras muito complexas e ramificadas, se defronta com a necessidade de combinar múltiplas perspectivas para desenvolver métodos e técnicas que amplie seu poder de alcance e mediador de relações. Zalamea cita Lautman, quanto a ele ressaltar a estreita união da dialética contínuo/discreto que adquire conotação de estruturas finitas e infinitas, mediante à emergência de uma nova construção infinita incluir em si mesma uma representação dos domínios do finito. E, segundo a apresentação de Zalamea sobre o pensamento de Lautman, ao propor uma redefinição da teoria das ideias de Platão, conclui que a Lógica requer uma matemática para existir, além de uma mistura teorematizada para dar conta da unidade estrutural da riqueza semântica exigida para descrever construções de categorias universais.

Neste mesmo trabalho, Zalamea cita também o francês Alain Badiou em referência à sua argumentação na obra: *Court traité d'ontologie transitoire*²⁴¹, como um dos pensadores que insere notações retiradas da matemática para implementá-los no espaço conceitual da filosofia. Ele compreende as matemáticas contemporâneas de forma bastante arguta e ampla, ao apresentar sua construção sistêmica de “filosofia transitória”, em que elabora uma argumentação sofisticada através da observação da linguagem sintética própria da matemática, considerando a lógica como subordinada da matemática “real”²⁴², tal qual assume Frege. Porém, em Peirce é o seu inverso, a Lógica se sobrepõe à matemática, compondo a tríade das Ciências Normativas.

²³⁹ CP 6.164.

²⁴⁰ ZALAMEA, 2009, p. 38.

²⁴¹ BADIOU, 1998. Apud. ZALAMEA, 2009, nota 6, p. 16.

²⁴² ZALAMEA, 2009, p. 54.

Todavia, a matemática está imbricada ao modelo peirceano de grafos existenciais, e de modo particular, a diagramação de imagens dinâmicas (*a moving pictures*)²⁴³, de modo endopropedeutico. Isto torna possível a perspectiva do mover-se das representações anteriormente estáticas em perspectiva interna, a do signo, considerando que a realidade é um fenômeno em movimento externo, fazendo com que se pudesse expressar representações simultaneamente sintetizadas em imagem diagramática, gerando o registro de uma aproximação infinita em direção a um alvo em movimento, em que o fato, em sua presentidade, determina o espaço dessa aproximação. Neste modelo, o movimento de descrição conceitual pode ser representado sinteticamente por meio dos grafos existenciais, tanto para representar um movimento, como o crescimento do pensamento.

No entanto, a posição de Luft²⁴⁴, tendo em vista que o futuro não se revela no presente, critica os modelos transpostos da matemática, por não conseguirem lidar com a realidade de modo satisfatório e abrangente, tal qual exige a generalidade presente no mundo. O mesmo filósofo propõe um modelo de espaço lógico que, *grosso modo*, opera por meio da estrutura de coerência com base em uma ontologia relacional dinâmica, em que a verdade não aparece no início da lógica, mas em seu finalismo. De qualquer modo, a linguagem sintética, a notação algébrica como formalização própria do campo da matemática se expressa por meio de representação de tipo icônico para Peirce²⁴⁵, assim como ocorre com os grafos existenciais.

Segundo Stjernfelt²⁴⁶, é por meio da operacionalidade imagética do ícone que as notações da álgebra e sintaxe podem ser consideradas diagramáticas. Para Peirce, a lei da própria racionalidade é a continuidade, ou evolução, que gera todas as formas de significados gerados de modo diagramático na mente, em que as imagens percebidas são a representação do contínuo, considerando que os fatos se misturam, por sua natureza de simultaneidade. Neste ponto que Peirce se remete ao espaciotempo da malha do contínuo, por esta não ser bidimensional, porém tridimensional, devendo assim ser representada a partir desta configuração.

Embora Peirce considere plausível estudar metafísica, em que aparece de modo recorrente em seus escritos, ele acrescenta que este, como qualquer outro estudo, deve ser baseado em investigação científica, ou seja, baseado em hipóteses que não passem de representações, no entanto, passíveis de verificação pragmática. Por esta razão, constrói seu

²⁴³ MS 300, p. 23

²⁴⁴ Anotações de aula.

²⁴⁵ CP 7.556 Cf. também 7.648 em que Peirce se refere a um tipo de álgebra criado por si.

²⁴⁶ STJERNFELT, F. *Diagramas: Foco para uma epistemologia peirceana*. In: QUEIROZ; MORAES, 2013, p. 53-54.

sistema de grafos mediante o estudo sistemático do sistema de Euler e Venn, expresso no texto *Logic of Relatives*, de 1897. Posteriormente, passou a atribuir ao seu sistema de grafos a expressão: *Guide to Pragmaticism*²⁴⁷. Neste sentido, devemos ressaltar que o pragmatismo peirceano se difere do senso prático comum e também do pragmatismo utilitarista, pois ele associa seu sistema de notação à topologia cosmológica, evocando ser necessário o aprender a raciocinar sobre os grafos²⁴⁸.

O ponto de cume desta sistematização se expressa na linha identitária do contínuo como conjunto de linhas entre pontos, em que Peirce percebe ter feito uma descoberta inovadora. A noção de identidade está implicada a uma particular conceituação de contínuo, que não é o mesmo contínuo cósmico que envolve atualidade, mas da natureza de um signo perfeito, por unir as três categorias em si, a saber, ícone, índice e símbolo; “será o contínuo da linha que individua o modo pelo qual o pensamento se move pelo contínuo da realidade como um todo”²⁴⁹. O objetivo central dos diagramas existenciais é de funcionarem como uma ferramenta epistemológica, conformando qualquer ocorrência (*token* - um sinsigno), com o diagrama (*type* - um legissigno). Neste sentido, grafos existenciais são definidos como ícones móveis, uma figura móvel da ação do pensamento na mente²⁵⁰. Este é o ponto de partida de Peirce para demonstrar formalmente a verdade da máxima pragmaticista.

O diagrama é uma entidade ideal que representa uma forma definida de relação que existe ou está destinada a existir na realidade, como um mapa, em que a forma de relação é interpretada pelo diagrama puro. Na leitura *type* de um diagrama *token* está atrelada a um conjunto de regras elencadas para definir sua tipicidade. A linha que determina a forma das relações é fronteira como uma linha de conexão entre dois pontos, como num segmento de reta, em que se estabelece uma linha de conexão que transporta significação neste espaço esquematizado. Está é a característica principal da iconicidade do diagrama. Em outro dizer, o diagrama puro é um ícone que carece de regras para se configurar símbolos, e este diagrama simbólico só se torna *in actu* quando fazendo parte do processo inferencial.

O diagrama é um esquema de tipo imagético que, para não iniciados, carece ser transliterado para a lógica formal com fim de atingir a evidência, em que este último se encontra no plano da necessidade, enquanto o grafo se circunscreve no plano do movimento, por esta razão ser chamado de notação topológica, que identifica onde o pensamento se encontra, já que está em movimento. Este é o ponto arquimediano, ao invés de Peirce

²⁴⁷ CP 4.7

²⁴⁸ CP 4.527

²⁴⁹ MADDALENA, 2015, p. 67.

²⁵⁰ MS 298.1

perguntar o que é um pensamento, ele pergunta onde está o espaço em que o pensamento se expressa, como circunscrevê-lo?

Toda vez que os diagramas são operados, se opera na esfera em que as relações estejam sujeitas a mudança experimental como, por exemplo, no experimento mental realizado por Einstein: ao imaginar-se cavalcando um feixe de luz, a questão que se lhe apresentou foi quanto ao mensurar distâncias a partir de um espaço inusitado, isso é operar iconicamente²⁵¹. O diagrama é da classe sígnica dos ícones, que no campo das subcategorias estão para imagens e metáforas²⁵², em que a dedução do ícone é a manipulação de figuras geométricas, facilitando a visualização de similaridades com fim de evitar a circularidade das definições similares. Os grafos substituem notação de símbolos por figuras visuais concretas, oferecendo diagramas concretos com o qual se pode experimentar²⁵³.

Os grafos α representam os tipos de conexão de qualidades próprias que representam seu objeto. Os grafos β representam linhas identitárias que apresentam qualidades binárias. Os grafos γ representam a pluridimensionalidade de relações expressas de diversos modos como possibilidade e como necessidade, constituído de três partes contíguas de um ponto do contínuo identitário²⁵⁴. O modo de existência do objeto do símbolo pode ser imaginário, fictício, concreto, existente no presente ou passado ou futuro ou ainda representar qualquer outro objeto.

O tipo representacional icônico se remete ao objeto por meio de relação direta com sua qualidade, sem exigir qualquer tipo de interação entre o objeto e respectivas qualidades representadas. No entanto, o objeto do signo possui dois aspectos representacionais:

- a) quanto sua representação no interior do signo;
- b) quanto ao seu estabelecimento para com o signo numa relação de exterioridade, consequentemente alcançado por meio de uma experiência que independa daquele signo, e que Peirce denomina experiência *colateral*, que está em paralelo ao objeto que se pretende alcançar. Ao objeto enquanto contido no signo que simbolicamente a ele se refere, Peirce denomina *Objeto Imediato* do

²⁵¹ STJERNFELT, F. *Diagramas: Foco para uma epistemologia peirceana*. In: In: QUEIROZ; MORAES, 2013, p. 54.

²⁵² CP 2.277

²⁵³ CP 4.530

²⁵⁴ CP 4.561

signo. Ao objeto em sua condição qualitativa que é alcançável por experiência colateral, Peirce denomina *Objeto Dinâmico* do signo²⁵⁵.

Os grafos existências estão para os signos assim como os três tipos possíveis de inferências lógicas, ordenados em relações de subgrupos, estão inseridos na esfera de iconicidade dos diagramas, identificado com o modo com qual todo e qualquer sujeito cognoscente opera seus processos inferenciais, a saber: a abdução, ícone (primeiridade); a indução, índice (secundidade); e a dedução, símbolo (terceiridade). Para Peirce, portanto, é possível conhecer a realidade de forma mediada, através de nossas representações (diagramas e inferências) desta mesma realidade que se busca conhecer. Excluindo, assim, a possibilidade de seu sistema ser considerado nominalista. Mesmo sendo falível nossa acessibilidade à realidade, nossa conduta deve (deontologicamente) partir desta conexão ideal-realista, em que seria esta a finalidade de todo conhecimento, a saber, alcançar a verdade.

O pragmatismo peirceano caracteriza-se por uma conduta de investigação lógica, que garantirá a verificação das hipóteses futuramente pela comunidade indeterminada de investigadores, que é ideal. Assim, nosso conhecimento e nossa própria capacidade de conhecer são frutos destas mesmas leis da realidade em associação à verificação *long run* da CII. Neste sentido, somos a expressão da inteligência da natureza, manifestação da multiplicidade evolutiva do pensamento. A chave para a compreensão das relações entre a formação de hábitos no universo e a construção diagramática que nos permite representar esse Universo ou qualquer parte dele, sem jamais perder de vista que nossa tentativa será a de auxiliar nossa conduta diante do mais desafiador enigma com o que se pode defrontar, parece se encontrar na incalculável desproporção existente entre a potencialidade absolutamente espontânea do real e a necessidade que tem a conduta de representar. Nas palavras de Peirce²⁵⁶:

A lógica dos relativos, na medida em que se desenvolveu, é clara e fácil, e ao mesmo tempo fornece a chave para muitas das dificuldades da lógica, e já serviu como instrumento de algumas descobertas na matemática. Uma aplicação fácil deste ramo da lógica é descrita como uma doutrina da amplitude e profundidade ou das relações entre objetos e personagens.

²⁵⁵ SILVEIRA, 2007, p. 83.

²⁵⁶ CP 7.72

A lógica dos relativos²⁵⁷ diz respeito a estrutura diádica composta evidentemente de dois termos, em que geralmente o primeiro é o determinante e o segundo o determinado, ordenado de modo que se a ordem for alterada o significado também será. Mas, o contexto aqui é enfatizar que nesta relação está posta a necessidade que se tem de representar, seja o sistema de notação a ser utilizado, o determinar é condição demasiado humana. A ação de referir-se é sempre quanto a um objeto, em que este tipo de referimento não se aplica a uma base genérica, mas se dirige ao interpretante lógico, que, por sua vez, possui liberdade para conduzir-se de modo ordenado teleologicamente, em que o impacto relacionado entre a interpretação e o objeto é uma representação sígnica.

Enfatizamos que aqui está o ponto essencialmente conectivo entre a lógica e a diagramática peirceana, o que motiva a construção do diagrama é o raciocínio de tipo dedutivo. Ou seja, a estrutura diagramática pode ser vista como uma extensão das operações dedutivas da lógica clássica, que nos grafos existenciais se inicia por meio de proposição geral a ser provada, delimitada imagetivamente nas premissas da conclusão, levando ao plano da experiência a representação do diagrama inicial com possibilidade de transformação, em que a determinação das possibilidades de experimentação é dual: vagueza inerente à generalização do objeto do símbolo, do diagrama, e a de que o símbolo pode exercer o papel do interpretante²⁵⁸.

Porém, há uma questão que persiste diante desta análise, qual é afinal a natureza do presente imediato e como pode ser representado logicamente?

CONSIDERAÇÕES

Um signo, ou representamen, é algo que significa, que representa algo para alguém em algum aspecto ou capacidade. Ou seja, cria na mente de um interpretante um sinal equivalente, ou talvez um sinal mais desenvolvido em relação ao objeto representação. Aquele signo que ele cria chama-se o interpretante do primeiro signo, considerando o contexto do signo representa seu objeto. Ele representa esse objeto, não em todos os aspectos, mas em referência a um tipo de ideia. A ideia está para ser entendida, processo recorrente e presente na conversa cotidiana.

Por conseguinte, quando alguém se lembra do que estava pensando em algum momento anterior, o que se lembra na verdade é a ideia gerada inicialmente e, na medida em

²⁵⁷ CP 3.328-358

²⁵⁸ STJERNFELT, F. *Diagramas: Foco para uma epistemologia peirceana*. In: QUEIROZ, J.; MORAES, L. (Orgs.) "A lógica de diagramas de Charles Sanders Peirce: Implicações em Ciência Cognitiva, Lógica e Semiótica". Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013, pp. 49-81, p. 69.

que o pensamento continua a concordar consigo mesmo, o conteúdo da mesma ideia permanece. Neste contexto, não ocorre ser a cada momento uma nova ideia. Esta é uma ilustração do modo como a consciência se move, segundo Peirce, e que a consciência não é instantânea, mas se move em um processo chamado momento, constituindo-se num intervalo de tempo infinitesimal. O momento é dividido em três partes: início, meio e fim. O fim é justamente uma percepção simples, como o exemplo acima, situada no nível do sentimento (*feeling*). De acordo com essa divisão, três tipos fundamentais da experiência devem ser explicados:

- 1) o conteúdo momentaneamente presente da consciência;
- 2) a experiência de um outro diretamente presente, que oferece resistência;
- 3) e a experiência de síntese ou mediação.

Significa que, a percepção da mudança, da mediação, se forma somente quando o segundo momento irrompe e traz consigo algo de novo. O que significa dizer que nossa consciência de tempo não é instantânea, mas se move em graus de compreensão. Ou seja, o tempo que experimentamos cotidianamente não é uma soma de instantes singulares fixados no presente, mas um fluxo contínuo de possibilidades.

Logo, no próximo capítulo compete analisar como ocorre a passagem da generalidade da lógica à individualidade da experiência, em relação ao campo da fenomenologia, apresentando os seguintes pontos no próximo capítulo da tese:

- 1) a divisão entre uma lógica formal da lógica cotidiana;
- 2) a natureza das três formas de raciocínio;
- 3) como e por qual via se dá a evolução dos conceitos.

4 COMO A LÓGICA SE CONECTA À EXPERIÊNCIA

*“Tu hai visto molte cose, ma non v’hai posto
mente, gli orecchieranno aperti, ma non hai
udito nulla”.*
(Isaías)

APRESENTAÇÃO

Neste capítulo, apresentamos uma divisão proposta por Peirce entre uma lógica geral sistematizada e outra de tipo comum, cotidiana, ou seja, um tipo de lógica que carece de ser apreendido (*Lógica Docens*) e o outro tipo de lógica que é próprio da racionalidade cotidiana do homem comum, que ao formar um hábito coerente estrutura para si diretrizes de conduta a partir de princípios racionais (*Lógica Utens*). Segundo Peirce, essa divisão da Lógica orienta até o mais desenvolvido conhecimento científico, cobrindo adequadamente todo o âmbito da racionalidade, ordenando as formas de raciocínio para que se efetive a escolha da ação por meio do conjunto dos modos de raciocínio, a saber, Abdução, Indução e Dedução²⁵⁹.

Em Lógica, observar-se-á que o conhecimento é a própria condição de racionalidade, sendo que o ideal do raciocínio será seguir os métodos para que o conhecimento se desenvolva mais rapidamente e de modo eficiente²⁶⁰. Após apresentar os conceitos e classificações de lógica e raciocínio, ambos concatenados, apresentamos como estes termos se conectam com o conceito de linguagem e como se efetivam na experiência.

Por fim, apresentamos a argumentação sobre os conceitos estarem inseridos no mundo como uma de suas partes, seguindo seu fluxo contínuo e evolutivo. Se a estrutura da mente corresponde a estas categorias lógicas, as mais gerais do entendimento, decorre que devemos analisar a outra parte do processo cognitivo, a natureza contingente das inferências geradas hipoteticamente.

4.1 LÓGICA *UTENS* E LÓGICA *DOCENS*

Em perspectiva aristotélica, se alguém sabe a conclusão de uma demonstração, sabe sobre quais sejam as suas premissas. No entanto, o estagirita fala de uma lógica já ordenada hierarquicamente, em que o raciocínio dedutivo é o mais seguro e digno de que se possa confiar no sentido de evitar o falso, a mentira, o engano.

Contextualizando o tempo que Aristóteles viveu, e o tipo de pensamento vigente, a experiência não era algo que se pudesse levar muito em conta, porém, os princípios basilares, os axiomas que construíram a sistematização do “silogismo” tinham seu valor e relevância inquestionável. Neste período não era comum a valorização da experiência, em sentido de validação inferencial, ou que se fizessem experimentos em prol de buscar fundamentos quanto à correspondência com a verdade. Recorremos ao contexto da história da lógica para lembrar

²⁵⁹ CP 5.145

²⁶⁰ No texto *Notes for my Logical Criticism of Articles of the Christian Creed*, de 1910 e que, por ocasião da edição dos últimos dois volumes dos *Collected Papers*, foi inserido no *Scientific Method*.

este ponto nodal, e para trazê-lo à memória de forma simples e comparativa, de modo que não estendamos muito o argumento ao ponto de desviá-lo de nosso propósito, que é o de comparar com a perspectiva peirceana.

Segundo Peirce, o contexto que a lógica foi primeiramente sistematizada estava inserido no plano do discurso da *polis* grega. Os esforços de Aristóteles se seguiram de uma tradição reflexiva em torno do *logos* e não da experiência. Mediante este evocativo, retomamos a questão sobre de onde surgiram os axiomas que Aristóteles cunhou e de que foram utilizados por tantos séculos, sendo este o fundamento de todo o edifício da tradição do que entendíamos por lógica. Os axiomas são:

- i) Necessidade;
- ii) Possibilidade;
- iii) Contingência.

Para Peirce²⁶¹: “Aristóteles construiu [sua teoria] sobre alguns conceitos deliberadamente escolhidos - tais como matéria e forma, ato e potência – [conceitos estes] muito amplos, e em seus contornos vagos e ásperos, mas sólidos, inabaláveis e não facilmente minados”²⁶². Estas categorias que Aristóteles apresentou para fundamentar seu modelo axiomático permanecem na estrutura das categorias gerais de Peirce, no entanto, em ordem invertida. A saber, se em Aristóteles a hierarquia aparece sequenciada em necessidade, possibilidade e contingência, em Peirce é cunhada em uma outra ordem:

- i) qualidade como possibilidade;
- ii) causalidade como contingência;
- iii) lei como necessidade.

O motivo da inversão do ordenamento aristotélico é que Peirce não parte do plano do discurso, porém da experiência. Por este motivo, Peirce é, de modo recorrente, denominado um filósofo anticartesiano, pois seu ponto de partida é a experiência e não a potencialização

²⁶¹ CP1.1

²⁶² Aristotle builded upon a few deliberately chosen concepts - such as matter and form, act and power - very broad, and in their outlines vague and rough, but solid, unshakable, and not easily undermined.

da dúvida e suspensão do juízo ao buscar ideias claras e distintas na intuição²⁶³, que segundo ele, esta última não existe.

As críticas de Peirce dirigidas à epistemologia cartesiana se movem nas seguintes direções:

- a) Não há base coerente para sustentar a existência de uma faculdade intuitiva e infalível.
- b) O critério de certeza apresentado por Descartes, ao apresentar um argumento que seja indubitável epistemologicamente não serve de critério, não possui rigor para ser estabelecido como certeza.

Peirce, neste sentido, se aproxima dos empiristas ao atribuir a efetivação do conhecimento a partir da percepção, em que nos vemos confrontados com o objeto que é o outro de nós, e é um objeto particular.

Quando nos encontramos diante de um fato bruto, em que o mesmo ocorre independente de nossa vontade, buscamos perceber regularidades, isto é, leis gerais que nos deem condições de qualificar o que estamos observando e fazer previsões sobre o futuro. Tais categorias são utilizadas para comparar percepções e para formular leis gerais, ou seja, sempre postas em relação, em movimento.

Peirce entende que a lógica, quanto à sua característica de necessidade, deve envolver uma verdade. Porém, a verdade é revelada por meio de processo dinâmico, complexo e contínuo, manifestada, assim, nos processos de conhecimento com vistas às possibilidades de alcançá-la, o que caracteriza esse processo como falibilista. Segundo Peirce, o silogismo aristotélico não tem poder de alcance para descrever esse processo, mas é parte de um sistema lógico maior, parte da Lógica Geral ou Semiótica²⁶⁴, que pode descrevê-lo de modo a gerar significação. Para sustentar sua argumentação, inicialmente, Peirce divide a Lógica em duas grandes categorias.

A partir do entendimento de Peirce, haveria dois tipos de lógica: uma de tipo operacional, dotada de ferramentas que extrai o consequente das aferições atribuídas a determinados contextos; e outra, mais ampla, se configura como metáfora de um organismo

²⁶³ São muitos os trechos do *Collected Papers* que Peirce faz críticas ao sistema cartesiano, tanto para afirmar que não é possível a completa suspensão do juízo, assim como para criticar seu conceito de intuição. Por esta razão seu sistema é reconhecido como anticartesiano pela maioria dos comentadores, e como posto anteriormente, discordamos, identificando-o com paracartesiano, pois há muitos pontos de concordância com a filosofia de Descartes (um dos gigantes que ele sobe nos ombros).

²⁶⁴ CP 1.1

vivo, construindo relações sgnicas em circunscrico contínua e relacionada  configurao dos padrões de crescimento do que  chamado de cosmos.

A primeira ratifica a teoria do raciocínio e  de vital importância para que se possa raciocinar corretamente, pois não  seguro acreditar em razões individuais, assim como tomar como verdadeira qualquer premissa. Esse zelo se deve a um finalismo dedutivo, o de encontrar a correspondência entre o que se afirma e suas consequências, pois não haveria sentido nos dedicarmos a elaborar uma teoria que não corresponda a uma finalidade. Quanto ao segundo tipo de lógica, ela está mais ampla; todavia, qual sua origem e amplitude de sua aplicao? E ainda, como discernir os aspectos necessários e hipotéticos da ordem da pura possibilidade? Para tanto, Peirce nomeia estes dois tipos de Lógica, classificando-as como Lógica *Utens* e Lógica *Docens*.

A ilao  uma ferramenta lógica por meio da qual Peirce define seu sistema em maior ou menor grau de abstrao dos conceitos gerais, retirados a partir dessas duas classes de lógica a relao que se deve atribuir quanto ao seu poder de alcance pertinente a cada uma delas. Peirce parte da análise dos elementos da experiência mais primitivos, considerando que nem mesmo os *aprioristas* poderiam negar seu valor para a efetivao dos processos lógico-epistemológicos.

A essa classificao lógica, *Utens* e *Docens*, estão relacionadas às categorias mais elementares da experiência, ou seja, sua fenomenologia: qualidade (enquanto referência a uma base), relao (enquanto referência a um correlato) e representao (enquanto referência a um interpretante). Como visto anteriormente, essas categorias, por sua vez, são fundamentais para estabelecer uma ciência universal da lógica, que fazem parte do caráter de necessidade da lógica. Sem estas categorias as operaes lógicas não se efetivariam. Portanto, não seria possível pensar logicamente sem haver qualidade, relao e representao, pois mesmo a lógica clássica e formal dependem desses elementos mínimos para serem ordenadas e obterem qualquer sentido.

Peirce nomeia esse tipo de lógica, a que abarca tanto a Lógica *Utens*, quanto a Lógica *Docens*, como Semitica²⁶⁵. Por esta razão, a linguagem comum não  descartada, reafirmando novamente a tendência do sistema peirceano para a inclusão de elementos e não seu inverso, ruptura ou extrao. Neste sentido, em perspectiva desta, o absoluto  pura inclusão, em outro sentido, o que não está incluído não possui realidade, mas pode possuir existência; caso não possui nem realidade tampouco existência  puro nada (caos/ruído).

²⁶⁵ No terceiro capítulo abordaremos este tema com maior amplitude.

A ascendência do pensamento evolutivo, que se segue serve para determinar em que verdade e realidade se encontra determinada ideia, que evolutivamente acaba cedendo à força do fluxo do contínuo, em que é incluído em algum tempo, ou em caso de não aderir ao fluxo do contínuo, deixa de existir. Neste momento, o presente se dissolve no fluxo geral do tempo.

No processo epistemológico de distinção de elementos da experiência, a elucidação lógica das partes é distinguível considerando o teor epistêmico como signo, em outro dizer, o que pode ser entendido o é por meio de relação sgnica. A ilação é uma ferramenta que amplia a lente sobre as características pertinentes à terceiridade contidas na relação fenomênica, que tem caráter de possibilidade. A representação se inscreve hipoteticamente sobre a relação. Por isso, a função da representação se dirige a um interpretante, que possui certa liberdade de direção para aferir significado ao que se lhe é apresentado e submetido aos movimentos de síntese e análise. Se da qualidade, relação e interpretante (que são os componentes que se referem à constituição fenomênica) não se pode prescindir, haverá um signo geral ou símbolo²⁶⁶ correspondente, considerando que toda lógica é sintetizada por meio de símbolos.

Para Peirce²⁶⁷, o plano factual, da secundidade, é próprio do individual; ou seja, o fato bruto é experienciado, indexical, e é aquele que pode dar sua razão de ser. A morte, por exemplo, se impõe como fato bruto, ela simplesmente acontece. Posteriormente, no plano da terceiridade os valores de verdade são atribuídos mediante critérios que, em princípio, têm, por meio de um método de justificação, a necessidade de que se apresente razões para crer que o que se toma por verdadeiro se apoie em um correlato cognoscível. Afirmar o domínio do geral não é suficiente para cancelar a individualidade que emerge mediante o aparecer do objeto num momento presente.

A Lógica, em sentido lato (lógica clássica, silogismo, lógica formal) busca como meta a descoberta mais precisa do modo mesmo com que se alcança um resultado pretendido, e procura examinar ao máximo cada um dos passos que a inteligência tem que fazer para alcançar o resultado desejado. Todavia, não há um interesse explícito em buscar uma verdade intrínseca, circunscrita no plano da realidade. A realidade é própria da secundidade, do reino da ação e reação, enquanto que as operações lógicas, como dito anteriormente, são de natureza simbólica, ou seja, do plano da terceiridade. Paradoxalmente, o silogismo que é a base da Lógica, seus primeiros passos de sistematização são mediante construto bivalente, com pretensão de representar um mundo que requer um maior número de perspectivas

²⁶⁶ Símbolo é um dos tipos de signo elementares da primeira tricotomia do sistema sgnico peirceano. No capítulo 3 expomos esse conceito de modo mais apurado.

²⁶⁷ CP 3.613

representacionais, por estar contido em uma malha espaciotemporal, que é o próprio plano da realidade, tridimensional.

O movimento pendular de ação e reação, próprio da secundidade, poderia ser tomado a partir dos pontos: singular (experiência) e plural (padrão). Ou ainda, usando os termos *uno* no sentido de manifestar-se no fato bruto, no instante particular, e *múltiplo* ao manifestar-se no plano da terceiridade, necessariamente simbólico, em que as interpretações podem ser múltiplas.

No entanto, o conceito de múltiplo encontrou na matemática moderna um campo de experimentação fértil. Uma observação da diversidade prática permite, em primeira instância, buscar o uno condensado na multiplicidade, por meio da convergência de método aplicado que possa reintegrar as bases comuns onde se constrói o todo, e esse método a ser aplicado, em última análise, é o científico.

Como a Lógica é da natureza de representação (terceiridade), reporta à relação (secundidade) e também à qualidade (primeiridade), pois esta carece de ser representada; enquanto que a função da representação é referir-se a um interpretante, ou seja, move-se em um percurso de unir a qualidade à substância ao qual se relaciona. Nesse sentido, as ferramentas do método analítico são utilizadas para estabelecer critérios de validade, por meio do discernir as partes e entender como se articulam, para, por fim, descrever sua unidade lógica.

Contudo, ao fluxo contínuo do conhecimento é imposto como uma de suas ferramentas trocar de lente lógica todo tempo. Nesse sentido, a aproximação metafísica e matemática é corroborativa, por ambas fornecerem subsídios que são primordiais e prolíficas quanto ao seu alcance de abstração. No entanto, como ressaltado por Peirce²⁶⁸: “[...] desta forma, o sucesso precoce em matemática naturalmente levaria a maus métodos nas ciências positivas, e especialmente na metafísica”. Neste sentido, as ciências especiais aplicam em domínios particulares um procedimento que decorre da natureza do processo mediador do pensamento e do aspecto representativo e ativo do conhecimento.

A metafísica inscrita neste campo da matemática, entendido como campo primordial, pode ser traduzida em: se houver quaisquer características necessárias de hipóteses matemáticas, esta deve surgir de alguma verdade. Mas esta verdade, como toda verdade, segundo Peirce²⁶⁹, deve vir da experiência. No entanto, como posto anteriormente, a matemática executa seus argumentos por uma lógica que se desenvolve por si só, nos levando

²⁶⁸ CP 1.54

²⁶⁹ CP 1.417

a crer que este seria um círculo de tipo vicioso. Pois, nenhuma disputa em matemática precisa ser submetida aos princípios da teoria da verdade, como enfatiza Peirce²⁷⁰. A matemática, aí incluídas todas as suas definições e deduções e proposições, só tem sua garantia de validação se derivada de fontes constituídas pela observação e o experimento.

A lógica formal enquanto sistematizada (*Lógica Docens*) não assume a expressão da fala comum, das inferências produzidas no contexto cotidiano. Entretanto, suas raízes estão fixadas na própria racionalidade, mediante observação, por conseguinte, formando o hábito de coerente e efetivamente procurar um ideal, constituindo, assim, para si diretrizes de generalização, ou seja, de conduta habitual (*Logica Utens*).

Considerando que a lógica formal – que retira substrato do modo de raciocínio dedutivo da matemática, em especial da álgebra, para formalizar seu sistema – é parte dos estudos de como se pode descrever um fato, se torna uma área de relevância para o fim de corresponder a uma generalização para fins, para a deliberação de uma conduta, mas não é condição suficiente para ancorar o modelo representacional do fato. O reconhecimento da necessidade matemática é realizado de uma maneira satisfatória, de modo que antecede qualquer estudo da lógica, ao considerar sua natureza autônoma. Por outro lado, a matemática exclui a experiência como garantia de suas conclusões na medida em que não é uma ciência do fato, mas é restritamente analítica.

Quando se é exigido passar do domínio dedutivo para o plano dos fatos, a lógica formal, que retira substrato constitutivo da matemática, torna-se carente de efetividade, pois seus argumentos são construídos a partir de um sistema dedutivo. Nesse sentido, podemos entender com maior clareza o quadrante da *Lógica Docens*, pois diz respeito às partes constituintes dos argumentos e produz uma classificação dos mesmos, mas inserindo em seu ponto de partida a experiência e a observação de fatos.

Neste sentido, raciocinar não deriva de um procedimento exclusivamente matemático, que é evidente em si mesmo, mas se relaciona com qualquer questão de fato, pois o tipo de raciocínio ao qual nos referimos é pertinente à *Lógica Docens*, e só possui o poder de reconhecer que uma suposição pode excluir outra. Logo, mediante o salto do mundo hipotético, próprio da matemática, para o mundo dos fatos, a *Lógica Docens* se faz necessária para o raciocínio, porém não suficiente. Esta deve ser aprendida, adquirida para se bem raciocinar, mas há duas outras formas de raciocínio que não podem ser preteridas quanto à

²⁷⁰ CP 2.369

aplicação de um método que pretenda corresponder ao plano da realidade. Nas palavras de Peirce²⁷¹:

Aquela parte da lógica, isto é, da *lógica docens*, que, partindo de suposições tais que toda afirmação é verdadeira ou falsa, e não ambas, e que algumas proposições podem ser reconhecidas como verdadeiras, estuda as partes constituintes dos argumentos; e produz uma classificação de argumentos como é descrita acima, é frequentemente considerada como abrangendo toda a lógica; mas uma designação mais correta é Critic (Greek {kritiké}). De acordo com Diógenes Laertius, Aristóteles dividiram a lógica em três partes, das quais uma era {pros krisin}).

Em lógica, observar-se-á que o conhecimento é racionalidade, e o ideal do raciocínio será seguir os métodos para que o conhecimento se desenvolva mais rapidamente. Nesse sentido, o raciocínio é um processo consciente e deliberativo do qual se extrai uma conclusão a partir de um julgamento, e esse julgamento convém que seja preciso²⁷². Entretanto, a cognição, ou melhor, a mente pode ser dividida em três partes: *feeling* ou experiência monádica; sentido de alteridade ou experiência diádica; e sentido de mediação ou experiência triádica. De acordo com essa divisão, todas as conclusões razoáveis devem referir-se a percepções, ou seja, referem-se a proposições extraídas de fatos.

Neste ponto, pode ser aplicada a nossa disposição a agir de acordo com uma regra geral, que, se aprovada, pode ser considerada como uma doutrina da Lógica. Pois, segundo o conceito de Lógica *Utens*, o propósito de se raciocinar é chegar ao reconhecimento da verdade lógica e deontológica, saber escolher como se deve agir e efetivar essa escolha.

Segundo Peirce, estamos sempre dispostos agir, por haver em nós uma tendência intrínseca à adoção de hábitos, a proceder de acordo com uma regra geral que possa ser formulada com precisão para que um hábito se instaure na ação. Mas, quando se estabelece uma experiência para testar uma teoria, este também é um ato deliberativo que tanto pode ser natural (Lógica *Utens*) como científico (Lógica *Docens*). Na primeira, a classificação não é uma mera classificação do argumento, porém envolve uma avaliação qualitativa, que por sua vez envolve inferências deliberando sobre a validade da conclusão, se seria verdadeira em qualquer caso análogo. Esse seria o processo geral de operações lógicas que se desenvolve de acordo com essa avaliação qualitativa e aplicação abstrativa da generalização.

²⁷¹ CP 2.205 “That part of logic, that is, of *logica docens*, which, setting out with such assumptions as that every assertion is either true or false, and not both, and that some propositions may be recognized to be true, studies the constituent parts of arguments and produces a classification of arguments such as is above described, is often considered to embrace the whole of logic; but a more correct designation is Critic (Greek {kritiké}). According to Diogenes Laertius, Aristotle divided logic into three parts, of which one was {pros krisin}).

²⁷² CP 2.773

Logo, parece que uma das funções da lógica seria a de requerer um autocontrole, tendo em vista a inferência, que coliga proposições que, se verdadeiras, tornam certa ou provável uma afirmativa. E como saber se uma inferência é verdadeira?

A lógica formal, diferente da linguagem natural, não se comprometendo com saber se há mais de um tipo de inferência que expresse o mesmo fato, ao menos que uma outra pergunta seja necessária para a expressão dessa mesma inferência. O comprometimento da Lógica *Docens* é argumentar sobre um fato, recorrendo a uma doutrina da lógica. E lógica, em sentido extensivo, é basicamente a crítica dos argumentos, pronunciando-os como bons ou ruins. Nesse sentido, a lógica parece exercer uma espécie de moralidade, que distingue entre a boa lógica e a lógica ruim, ou de modo geral, a distinção entre verdade e falsidade do argumento. A lógica boa seria a que extrai a validade ou detecta a falsidade do argumento, enquanto que a ruim não está capacitada para fazê-lo. Grosso modo, ainda que se referindo à utilidade aplicativa, essa distinção entre bem e mal está sempre em mente quando se infere.

A classificação dos argumentos são a principal tarefa da ciência da lógica, pois todo homem que raciocina, ainda que rudimentarmente, o faz por meio da lógica, quer seja forte ou fraca. A lógica formal, segundo Peirce, é um pré-ensino da semiótica e corresponde ao conhecimento, enquanto que a lógica geral, ou semiótica, considera as divisões do conteúdo de um conceito envolvendo definições (sintaxe), derivações (gramática), um modelo semântico e um modelo de traslado (pragmático).

4.2 FORMAS DE RACIOCÍNIO

A razão pela qual retornamos a este ponto, exposto por recortes ao longo da tese, é em evidenciar que as qualidades do signo não possuem relevância com fins a alcançar a verdade. É neste sentido que Peirce denomina *qualidades materiais* do signo, que são de tipo acidental, por referir-se somente ao suporte estrutural, “físico” do signo. Neste sentido, a relação não deve ser reduzida em mera relação diádica, sob pena de perda de realidade, mas há um terceiro elemento – o pensamento²⁷³.

Peirce classifica as formas de raciocínio a partir das classes inferenciais:

Argumento válido: que pode ser completo ou incompleto. A partir do argumento válido completo segue-se a divisão: *complexo* (semiótica) e *simples* (silogismo); a partir do tipo *simples* são classificados: *apodíctico* (dedutivo) e *provável* (abduutivo).

²⁷³ Este ponto é nodal, caso o entendimento do sistema peirceano não seja tomado em sua amplitude, que se acuse que a filosofia de Peirce é uma espécie de mentalismo. Por esta razão as tríades, sob pena de perda de significação, não podem ser reduzidas.

Peirce argumenta no *Harvard Lectures* de, escrito em 1903, que as generalizações surgem, por meio de um tipo de raciocínio, que a partir do conseqüente formula hipóteses plausíveis sobre os antecedentes, ou seja, é de tipo provável.

As categorias fenomenológicas são o *status* de realidade também presente na relação das formas de raciocínio, e assim o são de toda forma de raciocínio, divididas metodologicamente em relação à primeiridade está para a abdução, secundidade para indução e terceiridade para os procedimentos dedutivos. A noção de primeiro refere-se ao ato de ser do sentimento, e possui características peculiares por gerar o novo, é o raciocínio de tipo abduativo.

Nöth²⁷⁴ ressalta, a argumentação de Peirce: “[a abdução] é a categoria do sentimento sem reflexão, [...] sem referência a outra coisa qualquer”. A noção de segundo entre as categorias fenomenológicas diz respeito à relação de dois elementos, uma comparação, e esta estaria relacionada ao tipo de raciocínio indutivo, que exige a verificação no fato, que é peculiar à secundidade.

A terceiridade, como tem características próprias da forma da lei, está para o tipo de raciocínio dedutivo, pois retira o conseqüente das premissas, em movimento reverso ao indutivo. Por conseguinte, a noção de terceiro considera a intenção, a mediação, a síntese, a interpretação, a análise ou a associação diádica com uma terceira parte, tornando-se triádica em consequência da relação de dois elementos com o terceiro. É também a lei que o signo representa ou significa: “o efeito do signo” ou relação triádica entre qualidade, forma e um “padrão em concordância de significado”²⁷⁵. Em notação formal se configuram da seguinte maneira:

ABDUÇÃO: regra/resultado = caso;

INDUÇÃO: caso/resultado = regra;

DEDUÇÃO: regra/caso = resultado.

A fenomenologia pragmaticista²⁷⁶, tem poder para validar formalmente a análise lógica do argumento em seus elementos constitucionais: o termo (primeiridade), a proposição

²⁷⁴ NÖTH, 1995, p. 63.

²⁷⁵ NÖTH, 1995, p. 71.

²⁷⁶ Estas categorias, se tomadas fora do contexto de relações amplas (relação degenerada), pode ser percebida como aparentemente instrumental, por envolver muitas classificações que num primeiro momento parecem vazias, principalmente se não tomadas sem a devida referência ao processo, pois a semântica não está em qualquer um dos elementos, mas no processo de relações. Defendemos a tese que a resposta à Adoro e Horkheimer, quanto ao projeto de esclarecimento desembocar em barbárie, poderia ser respondida através do

(secundidade) e o próprio argumento (terceiridade). As três formas de raciocínio, são de natureza inferencial, se expressam por meio dessa circunscrição. Analisemos suas partes.

Raciocínio de tipo abduativo recebe no decorrer da elaboração do pensamento peirceano várias denominações, quais sejam: Hipótese, Retrodução, Presunção e Argumento Originário²⁷⁷. Como é possível verificar, pela retomada da mesma denominação em momentos bastantes diversos do trabalho peirceano, e posto anteriormente aqui, os nomes atribuídos a esta forma de raciocínio receberam o mesmo sentido, o de gerar hipóteses novas e plausíveis. As diversas denominações parecem referir-se à mesma realidade e, salvo talvez em pequenas matizes parecem diferenciar-se. Na maior parte dos textos que se refere ao raciocínio gerador de hipóteses plausíveis emprega indiferentemente os termos²⁷⁸.

A abdução, noutro modo de dizer, pode ser definida como forma de raciocínio que considera que a partir de fatos surpreendentes supomos que eles sejam um caso de uma lei geral. Serve pra justificar os procedimentos hipotéticos gerados a partir da experiência. Entretanto, o raciocínio abduativo no contexto do silogismo era considerada uma forma de falácia, a de tipo em que a afirmação do conseqüente parte de inferências hipotéticas. No entanto, o confronto com os fatos fez com que esta postulação pudesse ser revisada. Ao confrontarmos os fatos da experiência, deparamos com o “não” dito pela natureza, ou seja, por vezes o modo que esperávamos que os eventos se manifestassem no plano da experiência não se conformam com essa expectativa. Necessariamente, é no confronto com o fato surpreendente que o raciocínio abduativo se principia, partindo da surpresa gerada pela expectativa não efetivada, inicia-se o processo de geração de hipóteses, sendo estas as mais plausíveis. Neste sentido, há uma complexa digressão na filosofia de Peirce que explica e fundamenta a correlação entre as leis que estruturam o pensamento, conseqüentemente as formas de raciocínio, e as que se manifestam no cosmos, mediante um princípio de economia. Não fortuitamente, a luz é um padrão de mensuração, pois move-se por esse princípio, estabelecendo o menor, conseqüentemente, mais rápido, trajeto ao mover-se. Ou seja, em Peirce há uma correlação entre mente e mundo, o que não significa dizer um paralelismo.

Neste sentido, na abdução, a experiência deve necessariamente preceder a referência por qualquer teoria em particular. Peirce considera que a conclusão gerada por raciocínio de

construto de Peirce, por degeneração, por negligência da lei que atua nas generalizações e crescimento do cosmos. Assunto este para ser tratado em outro contexto, mas pensamos que digno de nota.

²⁷⁷ Hipótese em CP 2.624, 509; CP 2.632; CP 2.96; em 1910 – CP 8.227. Abdução em CP1.901-1.903- CP 8.218 e 222, CP 2.96, CP. 2.270 e 776, CP 8.209; Retrodução em CP 1.67, CP 2.755, CP 8. 228; Presunção em CP 2.776; argumento originário em CP 2.96.

²⁷⁸ Em nossa tese tomaremos estes termos como sinônimos de abdução, sem a pretensão de discutir as possíveis razões da adoção preferencial de uma das nomenclaturas.

tipo abduutivo tem o estatuto de uma mera possibilidade, não portando consigo necessariamente a verdade, sua conclusão tem de ser verificada por meio dos demais procedimentos formais. Em sua formalização lógica representa:

O fato surpreendente A é observado.
 Mas, se B fosse verdadeiro, A seguiria necessariamente.
 Logo, há razões para crer que B é verdadeiro.

Em 1867, Peirce²⁷⁹ já levantava a dinâmica própria do pensamento abduutivo em sua efetividade e aplicabilidade, ao afirmar: “por mais fraca que a inferência sintética possa ter sido inicialmente, mesmo que ela tivesse a mais fraca tendência para produzir verdade, ela vai continuamente se tornando mais forte, devido ao estabelecimento de premissas cada vez mais seguras”.

Em um texto sobre abdução²⁸⁰, produzido entre 1901 e 1903, ou seja, no período de seus escritos maduros, permanece com a mesma tese, embora explicitando regras estratégicas de escolha de hipóteses que evitem o desperdício de dinheiro, tempo, energia e pensamento, em outro dizer, segue-se o princípio de economia expressa na lei da natureza. A eleição de hipóteses muito abrangentes e não econômicas seriam preteridas eliminando um vasto campo de possibilidades. A justificativa para essa rejeição se sustenta na tese de que se trata de um esforço que seria infrutífero, ao correlacionar o comportamento das leis cósmicas encarnadas na realidade, como uma espécie de seleção econômica natural que regula o cosmos²⁸¹. Uma hipótese mais simples, se comprovada, evita um trabalho inútil de aperfeiçoamento, mas se refutada, não só evita um desgaste maior, como poderá indicar com maior segurança os aperfeiçoamentos que deverá sofrer.

A própria adoção do processo abduutivo, apesar dos riscos que acarrete de não atingir com segurança a verdade, se sustenta neste critério. A hipótese, com estas propriedades de possibilidade positiva, de síntese e de aperfeiçoamento de si mesma, quer pela exploração de suas potencialidades, quer pelo confronto com a experiência se apresentada como um diagrama, é de natureza essencialmente icônica. A experiência via indução corroborará ou refutará a inferência. A corroboração, no entanto, não garante a validade da hipótese gerada. Na argumentação exposta por Peirce, ele afirma que:

²⁷⁹ CP 2.510.

²⁸⁰ CP. 7.218-222.

²⁸¹ Na metafísica ideal de Peirce essa correlação se encontrar melhor explicada. Por ser muito extensa e não fazer parte do corolário desta pesquisa, a saber, evocativa ao aspecto realista da filosofia de Peirce, não explanaremos este tema. Porém indicamos a obra de Sara Barrena, professora da Universidade de Navarra e vinculada a grupos de pesquisa em Peirce, com produções bastante prolíficas neste tema; entre elas: BARRENA, 2007.

Os mesmos avisos que foram dados contra a ideia de que a indução se baseia na uniformidade da natureza podem ser repetidos em relação à hipótese. Aqui, como ali, tal teoria não apenas não explica completamente a validade da inferência, mas também dá origem a métodos de conduzi-la que são absolutamente viciosos. Existem, sem dúvida, certas uniformidades na Natureza, cujo conhecimento fortalecerá uma hipótese²⁸².

Nesse sentido, caberia à experiência levar a hipótese a teste quanto à sua eficácia em explicar o fenômeno observado. Dada a supressa gerada pelo acontecimento de um fenômeno inusitado, a razão formula uma questão geral e abstrata que será verificada. O processo generalizador da hipótese, fundado em seu caráter icônico, se efetiva pela generalização conjectural da semelhança entre determinados caracteres do fato considerado a totalidade da classe a que este fato pertence. A razão, por meio de operação generalizadora provocada pela experiência, exige a submissão de sua proposta ao teste experimental. Assim foi historicamente que o conhecimento humano se constituiu em termos lógicos.

Peirce coloca-se contra Francis Bacon, contestando a tese da construção da hipótese como resultado do acúmulo de experiências particulares²⁸³. Segundo ele, a hipótese não decorre de jogo balanceado de opiniões entre presumidas probabilidades²⁸⁴. Segue a assertiva peirceana:

Os mesmos avisos que foram dados contra a ideia de que a indução se baseia na uniformidade da natureza podem ser repetidos em relação à hipótese. Aqui, como ali, tal teoria não apenas não explica completamente a validade da inferência, mas também dá origem a métodos de conduzi-la que são absolutamente viciosos. Há, sem dúvida, certas uniformidades na Natureza, cujo conhecimento fortalecerá uma hipótese muito.

Se bem que a hipótese não decorra e não se sustente numa pretensa uniformidade da natureza, o processo conjectural, racionalmente controlado, parte da hipótese originária da possibilidade de uma explicação racional dos fatos da experiência. Não se trata de um

²⁸² CP 2.777CP 2.633. The same warnings that have been given against imagining that induction rests upon the uniformity of Nature might be repeated in regard to hypothesis. Here, as there, such a theory not only utterly fails to account for the validity of the inference, but it also gives rise to methods of conducting it which are absolutely vicious. There are, no doubt, certain uniformities in Nature, the knowledge of which will fortify an hypothesis very much.

²⁸³ CP 1.52-53

²⁸⁴ CP 1.52. Tradução livre. "The first questions which men ask about the universe are naturally the most general and abstract ones. Nor is it true, as has so often been asserted, that these are the most difficult questions to answer. Francis Bacon is largely responsible for this error, he having represented - having nothing but his imagination and no acquaintance with actual science to draw upon - that the most general inductions must be reached by successive steps. History does not at all bear out that theory. The errors about very general questions have been due to a circumstance which I proceed to set forth".

conhecimento pressuposto ao processo abduativo de uma racionalidade da natureza, mas de uma hipótese necessariamente colocada de que: racionalizando as relações percebidas na experiência, nossas conjecturas serão verificadas pela corroboração ou pela refutação. Esta hipótese inaugural que se encontra explicada num texto produzido numa data compreendida entre os anos de 1901 e 1903²⁸⁵, parece corresponder à suposição de alguma harmonia entre a mente e o mundo que daria um mínimo de alento a construções racionais de explicação da realidade, mais de uma vez aludida em outros textos referentes à abdução.

Isto posto, podemos levantar a questão: a abdução faz gerar hipótese, mas não tem “poder” epistêmico para dar conta da aparição do objeto à percepção; de que modo isso acontece? Segundo Bernstein, a percepção é sempre epistêmica. Mas o percepto é um signo?

O percepto é uma base de referimento de pura qualidade, um singular, único, por conseguinte pertencente à categoria de primeiridade. Neste sentido, é um tipo de percepção que “obriga” o receptor a reconhecê-lo, por aparecer em condição icônica. Logo, o percepto aparece e impõem-se sem que o percebedor tenha a chance de iludir; no entanto, não oferece nenhuma razão para ser reconhecido, é um tipo de percepção “muda”, que não se remete à nossa razão, logo não se coloca em relação com os tipos inferenciais de raciocínio. No entanto, o juízo perceptivo, que é de natureza quasi-inferencial, é um tipo de proposição que causa uma crença a respeito de um percepto. Neste sentido, o juízo perceptivo não representa o percepto logicamente, pois não é de natureza inferencial, logo não pode gerar um símbolo (terceiridade/lógica) que o represente, mas pode fazê-lo de maneira indexical. Ou seja, o percepto é manifesto a um juízo perceptivo, de forma involuntária (necessidade) e sendo esta última da natureza quasi-inferencial tem “poder” para representá-lo não como aparece (ícone), mas como índice (relação), assim como a fumaça indica onde há fogo²⁸⁶.

Na argumentação de Bernstein, a partir do estudo da filosofia de Peirce, estamos diretamente conscientes (percepção imediata) dos dados sensoriais por meio da percepção (não autocontrolada/não-inferencial), que em uma relação de subveniência. Os dados sensoriais dependem da mente (biologia do Ponto Cego) para gerar hipóteses sobre se os dados sensoriais têm as propriedade que perceptivelmente nos aparecem, em que, pela lei da generalidade da mente, em consonância com as categorias gerais da experiência, estão ancoradas inferencialmente em uma cadeia de sucessão superveniente, do mais geral, plano múltiplo das experiências particulares que formam um padrão habitual (secundidade)

²⁸⁵ CP 7.218-222

²⁸⁶ CP 5.116.

reconhecido nas categorias gerais da mente, de tipo gerador da lei (inferencial), por ser do plano da terceridade, manifesta seu poder de representar o múltiplo na unidade da lei.

Neste sentido, surge a referência ao monismo peirceano, que conecta o signo e a experiência na força da lei do contínuo, o qual não pode ser fixado. Tratamos deste ponto a seguir.

4.3 A EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS

Para Peirce, todo signo está imerso em um processo de semiose infinita e evolutiva, assim como o está o próprio cosmos, como algo vivo, que cresce. Como o signo, produz significação na correlação com o objeto e o interpretante; tanto estes elementos crescem, por estarem correlacionados ao signo em tríade irreduzível, quanto as significações decorridas do processo de semiose crescem conjuntamente com o cosmos evolutivo, dialeticamente no mover do uno/múltiplo.

Nas palavras de Peirce²⁸⁷: “Todo símbolo²⁸⁸ é uma coisa viva, num sentido muito estrito que não é uma mera figura de linguagem. O corpo do símbolo muda lentamente, mas seu significado inevitavelmente cresce, incorpora novos elementos e elimina os antigos”. Ora, é neste sentido que a ideia de degeneração se refere ao “interromper o fluxo do conhecimento”; e esta, ou seja, a não interrupção do fluxo do conhecimento, por sua vez, é condição necessária para a evolução do cosmos, em que quando há ruptura, há necessariamente perda de significação. Eis a lei do contínuo em ação. Mas, por efeito retórico, apontá-la não é conceituar. Neste sentido, deve-se seguir a máxima peirceana de não partir de descrições axiomáticas parciais (fragmentadas/discretas), mas de classes de estruturas correlacionadas.

Esta construção entre uno e múltiplo é um tipo de construção que permite separar a lógica elementar (proposicional) das mais avançadas (semiótica); o mesmo se dá no campo da matemática discernindo matemáticas elementares (geometria) das mais complexas (álgebra). Não por acaso, tendo em vista a influência de seu pai, como um dos mais renomados matemáticos de seu tempo, é deste campo que Peirce retira as bases de justificação para conceituar a lei da continuidade, tendo em vista o movimento de vai-e-vem entre múltiplo (experiência particular) e uno (verdade).

²⁸⁷ CP 2.222.

²⁸⁸ Símbolo é identificado como um dos tipos da tríade geral de signos, pertencente à terceridade no plano fenomenológico, e tipificado na linguagem.

Segundo Zalamea²⁸⁹, a abordagem de sistemas complexos com urdiduras dialéticas (múltiplo/uno) muito ramificadas, o campo da matemática, tal qual a prática pragmática, se obriga a buscar em outras áreas múltiplas perspectivas, ferramentas e conhecimento para gerar cadeias explicativas de relações (síntese), que em última análise não é uma prática recorrente à outras áreas, ao menos não na época em que Peirce viveu, a saber, final do século XIX.

Lautman ressalta a estreita união da dialética contínuo/discreto, inserida no contexto da matemática moderna, e que adquirem conotações de expressão na estrutura dialética finito/infinito. Por conseguinte, no construturo de Peirce a aproximação da metafísica com a matemática não é por contingência, mas por necessidade. Para demonstrar essa pertinência, se faz necessário enfatizar com precisão, os elementos (processos) estruturais dos existenciais. Neste sentido, podemos iniciar com a argumentação de Cirne-Lima, mediante sua leitura de Hegel, que os contrários se opõem, mas não se excluem, a exclusão se dá apenas nos casos contraditórios. Em forma de pergunta retórica, qual a relação destes com a dialética do uno/múltiplo e a lei do contínuo?

Para responder a esta questão, é necessário recorrer a uma digressão, sobre como Peirce chegou à sua definição madura da ideia de contínuo. Maddalena reconstrói estas conexões de maneira bastante sintética, sem que se perca a complexidade das relações. De acordo com Maddalena, a perspectiva de Peirce se inicia pela base de referência, pela qualidade de apresentar-se à nossa mente, na base biológica, estímulos nervosos, em que uma distinção espacial não pode ser mensurada. Assim, ocorre em relação do ponto inserido em uma linha no contínuo, pois não se pode precisar, em um primeiro momento, sua localização espaciotemporal. Neste sentido, com referência à matemática, em específico ao cálculo infinitesimal, aplicável à linha do contínuo oferece-se como ferramenta de mensuração. Se nas conexões neurais (secundidade) não podemos inferir qual seja a mensuração, o mapeamento da trajetória do fluxo informacional, o mesmo não ocorre em relação ao recurso oferecido pela ferramenta matemática, precisamente por ser da ordem da terceiridade, que é própria da representação, e como só podemos significar a partir desta condição, faz-se necessária a “metafísica” matemática.

Neste sentido, as ideias se conectam umas às outras como pontos inseridos na linha do contínuo, de modo que, por meio do hábito de ser como é da forma que aparece ser, se torna uma lei, a lei do contínuo, ou seja, a lei monádica que orchestra todas as generalizações. A continuidade é percebida por nossas sensações, principalmente na sucessão causal que é o tipo

²⁸⁹ ZALAMEA, 2009.

de relações que estamos adestrados a realizar, principalmente no campo da investigação; logo, a percepção da continuidade se inicia pela experiência por meio de uma percepção direta (percepto), de natureza não-inferencial, do plano da percepção imediata. Logo, a continuidade é um tipo de percepção que faz referência à localizam (espaço) na linha do contínuo (tempo). Sendo assim, em relação de extensão de conjunto, o espaço e o tempo estão contidos no fluxo do contínuo, mas o inverso não se efetiva, ou seja, espaço/tempo não contêm o contínuo, por se tratar de um elemento primordial, monádico, que abarca as categorias mais gerais da experiência, como exposta até momento, envolvendo irreduzivelmente as três categorias: primeiridade, secundidade, terceiridade²⁹⁰. A malha espaço/tempo é diádica, logo, sofre perda de poder representacional, recordando que representação é da terceira categoria, que tem a forma de lei. Nesta descrição que está contida a natureza de lei evocativa do contínuo. Sobre este tema, Maddalena²⁹¹ argumenta que:

A estética kantiana, própria dos primeiros artigos, é agora definitivamente superada no campo científico e matemático. Com a ideia de contínuo, Peirce introduziu aquele terceiro elemento que é o motor da evolução do *feeling* inicial, vinculado às leis da natureza em todo campo, físico e psíquico.

Segundo Peirce²⁹², a ciência e a psicologia “asseguram que todos os perceptos são construtos mentais, não as primeiras premissas do sentido”.²⁹³ Neste sentido, o *feeling* (percepto) é uma base de referimento decorrente de um produto gerado por meio de processos mentais²⁹⁴, aparecem na matemática (terceiridade) pelo seu poder de generalização, na ciência (terceiridade) na verificação indutiva, e na psicologia (primeiridade) na percepção do sentimento.

O *start* do contínuo está posto no plano da realidade como a capacidade para adquirir hábitos de ação, que além de ser a máxima pragmática é também o conceito de inteligência de Peirce em sua fórmula nuclear; em que a explicação avança em direção da justificação, enquanto tautologicamente necessária, da lei do contínuo; pois as leis são criadas somente até um certo ponto, com domínio e validade²⁹⁵, por ser parte de um processo de aquisição de

²⁹⁰ Por esta razão que insistimos tanto nas correntes evocativas das categorias que foram sendo expostas em todas as partes da tese, para enfatizar sua onipresença em todas as relações exposta desde o primeiro capítulo.

²⁹¹ MADDALENA, 2015, p. 53.

²⁹² CP 2.141

²⁹³ Esta questão desemboca na teoria dos sense-data. Cf. *Stanford Encyclopedic of Philosophy* Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/sense-data/>

²⁹⁴ CP 7.624.

²⁹⁵ Aplica-se aqui a terceira lei da termodinâmica, a saber, de entropia, em que grosso modo se exprime na máxima que todo sistema tende a colapsar e a perder sua ordem até dissolverem-se suas relações sistêmicas; em dizer comum é uma exposição sofisticada para explicar o que é morte.

hábito, e hábito pode ser mudado, não tem natureza necessária (terceiridade), mas contingente (secundidade), pois a natureza tanto pode dizer “sim”, como pode dizer “não” (falibilismo), em um plano que a novidade é gerada na possibilidade (primeiridade).

Neste ponto cabe outra pergunta: se hábito tem limite, e o contínuo se instancia a partir dele, como um contínuo pode ter finitude?

Peirce faz recorrentes e complexas digressões e revisões para elaborar seu conceito de contínuo. Descrevemos em linhas gerais as principais delas. Segundo Havenel²⁹⁶, primeiro Peirce recorre à concepção aristotélica de que um contínuo é o compartilhamento de um ponto comum, um limite comum. Para entender a concepção kantiana, é importante a inserção a primeira. Para Kant, a continuidade é a infinita divisibilidade entre um ponto (1) e outro (2), com possibilidade de surgir um terceiro (3). Isso significa dizer que há uma finitude no contínuo que se instaura na ruptura entre um ponto e outro, em presença da antinomia *discreto/contínuo*.

Segundo Havenel, dois são os pontos:

- i) A continuidade pressupõe uma quantidade infinitesimal;
- ii) Mediante a impossibilidade de descrever a “infinitesimalidade” do ponto, não pode ser elemento de uma série linear.

Na exposição de Havenel, decorre destes dois postulados, a busca de Peirce por uma definição mais consistente e precisa de contínuo, e o faz em Cantor. Para Cantor, ainda segundo Havenel, a continuidade do tempo revela a necessidade de uma percepção da continuidade. Interessante destacar que é o tempo que “prende”, no agora, a pessoa à uma percepção e a abduz das demais percepções contidas no contínuo, como aquela ferramenta de “pinça” do exercício de abstração, transcrita na lei do hábito mental. Este exercício, assim como no Ponto Cego, cega a pessoa para a percepção do tempo contínuo, dando a impressão de fragmentação. Neste sentido, tal percepção, manifesta como sentimento, causa uma sensação (estética) que faz com que a mente “solde” o fragmento que ela mesma causou no movimento de pinça²⁹⁷. A generalização que é a ferramenta de soldagem, que funde uma ideia a outra.

²⁹⁶ HAVENEL, 2008.

²⁹⁷ Não sem razão somos seres racionais, em parte por termos o córtex cerebral altamente desenvolvido, e capazes de movimento de pinça. A filosofia de Peirce abre portas para fundamentação filogenética. Há um grupo interdisciplinar de pesquisadores na USP que estudam semiótica aplicado ao contexto de inteligência de símios (macaco-prego). Julgamos ser digno de nota por se tratar de um veio naturalista contido no sistema peirceano.

Segundo Maddalena²⁹⁸ descreve, Peirce, em 1897, teve contato com a demonstração cantoriana do conceito de contínuo, considerada por ele como a “verdadeira continuidade”, inscrita na máxima que contínuo é descrito por uma sucessão de pontos ordenados²⁹⁹. Entretendo, ao fazer novas revisões, incluindo correção à definição exposta no *Century Dictionary*³⁰⁰, conclui, ao retomar novamente a concepção kantiana, que a verdadeira concepção de contínuo implica que uma linha contínua não sofre rupturas (ponto/discreto)³⁰¹.

Logo, mediante analítica, a condição inicial dos pragmatistas, em não obliterar é o fluxo de conhecimento é *sine qua non*, pois na lei do contínuo estabelecida por Peirce é inclusive, em que não deve haver rupturas, mas muitos inícios de camadas de relações complexas inscritas na malha do contínuo. Neste sentido, não há limite para o conhecer, tampouco espaço para o númeno.

²⁹⁸ MADDALENA, 2015, pp. 59-61.

²⁹⁹ Cf. demonstração em: A HERANÇA DE CANTOR E A HIPÓTESE DO CONTÍNUO por Augusto J. Franco de Oliveira ajfrancoliveira@gmail.com; disponível em: http://www.apm.pt/files/_PI_FrancoOliveira_4888b83d0af7b.pdf

³⁰⁰ CP 6.168

³⁰¹ CP 6.168; MADDALENA, 2015, p. 59.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Na falta do Templo há a escola”.

Diante do princípio máximo de não estancar o fluxo do conhecimento, Peirce parte da base fenomenológica das três categorias cenopitagóricas referentes à qualidade (primeiridade), relação (secundidade) e lei (terceiridade) que manifestam a realidade a partir da experiência. A partir da experiência e observação se inicia a inferência, por abdução, gerando assim hipóteses plausíveis. Por conseguinte, os fatos preditos na hipótese irão se manifestar caso haja uma persistência rigorosa na aplicação do método de investigação científica. As hipóteses explicativas geradas por abdução, deduzidos os seus consequentes, são testadas na experiência, tornando assim o mundo, como o experienciamos, cognoscível.

Num primeiro momento, o acaso nos aparece (qualidade/primeiridade), posto em relação com outros qualitativos (fato/secundidade) e sob à análise da regularidade que cresce continuamente em complexidade (terceiridade). A investigação científica que tenha sido colocada em dúvida pode começar com fatos conhecidos e observados para prosseguir para o desconhecido. As regras a serem seguidas é de não recorrer ao apelo imediato dos sentimentos e propósitos, mas, pelo contrário, a proposta peirceana envolve a aplicação do método científico mediante a sequência de passos para sua efetivação; por esta razão tornou-se conhecido como a lógica da descoberta. Por meio da aplicação do método peirceano que o raciocínio errôneo e o bem raciocinar são distinguidos, e esse fato é a base do lado prático da lógica elaborada por Peirce.

Neste contexto, crença e hábito estão imbricados de modo tal que é o mesmo que dizer: se as crenças se alteram, os hábitos também são alterados. O modelo epistemológico real-idealista de Peirce funciona como ferramenta para discernir a identidade da crença, se não fosse assim, não haveria sentido afirmar diferença entre crenças que alcançam o mesmo resultado, efetiva e possivelmente. Logo, a identidade da crença não diz respeito a palavras tão somente, mas a ações empíricas, passíveis de verificabilidade e revisão, gerando resultados sensíveis.

A realidade do comum, na indiferença dada, é mais bem exposta justamente com base na teoria da não-identidade formal. Segundo Peirce, a “identidade formal”, respectiva ao conteúdo definitório de uma forma real, ultrapassa o nível de unidade real, respectiva à impossibilidade de separação de formas reais na forma específica existente ou na realidade específica de um particular. Neste aspecto, a lei do contínuo traz consigo as seguintes doutrinas: primeiro, um realismo lógico de tipo mais pronunciado; segundo, um idealismo objetivo; em terceiro lugar, um consequente evolutivo. Nós também notamos que a doutrina não apresenta impedimentos para influências espirituais, tal como algumas filosofias julgam que devem proceder.

“Retiram-se os deuses do campo da batalha, e os Gregos se avantajam”³⁰². Os ídolos são deuses que se apresentam a nossa percepção de modo a nos distrair da verdadeira essência, insistindo em nos colocar em estados de engano, por meio de imagens não pensadas, conceitos não digeridos e crenças fixadas sem nenhum filtro ou critério.

Os ídolos, os deuses ou gênios malignos podem lançar palavras com métodos de fixação como o que Peirce chama de tenacidade. Ou seja, faz crer, por um medo de investigar, que tal realidade é a que se deseja, a partir de pensamentos positivados, em contextos fantasiosos, porém com intuito de apresentar-se como realidade factual que, por fim, desemboca no puro mito.

Desde a origem da filosofia, desde a passagem do *mithos* ao *logos*, a procura por um método seguro que nos leve ao conhecimento da verdade, fundamentada e passível de justificação, é o esteio do grande propósito filosófico, que em termos comuns se proporia a responder minimamente o que é o mundo. Independente de serem métodos sofisticados, complexos e bastante elaborados, a raiz para que este propósito se cumpra é uma e mesma, a do entendimento; todavia os caminhos explicativos divergem, em maior ou menor grau de satisfação na correspondência entre mente, mundo e linguagem.

Entretanto, parece-nos uma boa razão o ligar-se tão somente ao verdadeiro no sentido de ser estável, e se se está bem, a verdade poderia perpetuar este estado devido sua estabilidade. O sentimento de bem de igual modo, como base perpétua de sentir-se feliz, no fluxo das contínuas alegrias, já que o mal parece não poder oferecer nada, para este mundo aqui é intangível, mesmo que não seja incognoscível. Neste sentido, conhecer com fins à verdade, e conhecer por conhecer, considerando não haver instanciação na realidade não seria desembocar numa espécie de relativismo? No entanto, para Peirce, a verdade é real e pode ser alcançada em um fim último, em um interpretante final, que é o matiz de seu tom idealista.

Quanto às críticas direcionadas ao seu pragmatismo como modelo nominalista, somente o seria em caso de sua filosofia ser esquartejada para que caiba em alguma outra parte que se segue em talvez um outro sistema incompatível. Abstrair um fragmento do todo pragmatista e adicioná-lo em outro contexto, incorre-se na perda de potência, ou ainda na total perda de significação. Neste sentido, o raciocínio é uma espécie de conduta controlada e, como tal, participa necessariamente das características essenciais da conduta controlada. Se se

³⁰² Cf. Homero. *Ilíada*. Livro VI. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/iliadap.html>.

atende à ordenação do método manifesta nos fenômenos do raciocínio, embora eles não sejam tão familiares como os são da moral na tradição filosófica, pode-se observar que uma pessoa que desenha uma conclusão racional, não só pensa que é verdade, mas pensa que o mesmo raciocínio se segue de modo semelhante em todos os casos análogos. Se o que se pensou não passar do teste do método científico a inferência não deve ser chamada de raciocínio. É apenas uma ideia sugerida à mente que persiste que parecer que é verdade. O mesmo sucede a pensamentos que não tendo sido submetidos a qualquer tipo de controle ou verificação; não sendo deliberadamente aprovado, também não deve ser chamado de raciocínio.

Os signos determinam os traços gerais da conduta dos seres inteligentes que são capazes de aprender com a experiência, no entanto, há um teor volitivo que envolve outro plano, da classificação das ciências. Para estabelecer esta classificação, Peirce adota dois critérios: diferenciar a ciência que produz seus próprios princípios (axiomas) e a ciência que carece de importar seus princípios de outras áreas. Neste esquema ele parte das áreas de base que são a Matemática e a Filosofia, em que a primeira faz parte de um campo do saber muito peculiar, revestida de um estofa não filosófico, e a segunda importa os princípios da Matemática, contudo gera outras três grandes áreas do saber: Fenomenologia, Ciências Normativas e Metafísica.

Nas Ciências Normativas estão contidas as áreas: Estética, Ética e Lógica. Ressaltamos que há uma interdependência entre as três ciências normativas. Cada uma das ciências pode ser considerada como uma espécie de fim, porém como ocorre em toda a filosofia sistêmica peirceana estão relacionadas. Bondade e maldade lógicas, equivalem, em última análise, a uma aplicação particular da distinção entre bondade e maldade moral, ou virtude e perversidade. Em geral, as três ciências normativas “podem ser observadas como sendo as ciências das condições de verdade e falsidade, da conduta sensata e insensata, das ideias atrativas e repulsivas”³⁰³. Em resumo, Peirce afirma que a Verdade é uma espécie de Justiça que, por sua vez, é uma espécie do Admirável em geral³⁰⁴.

Neste sentido, a barbárie é justamente obnubilar o fluxo contínuo de conhecimento, associado ao controle dos que são de *expertise* das ações que partem da sede e fome de poder, e não possuem por fins alcançar a verdade. Esta é uma das incompatibilidades do sistema peirceano frente as tentativas de aproximação forjadas a outros sistemas filosóficos que não possuem o mesmo finalismo. Quanto ao sistema peirceano, deve-se ter por fim o amor, logo a busca pela verdade tão somente. Neste ponto que ressaltamos seu viés deontológico.

³⁰³ CP 5.551, EP 2:378

³⁰⁴ CP 5.130

LÉXICO: CONCEITOS-CHAVE³⁰⁵

Abdução: Peirce dedicou-se por toda vida a estudar este tipo de raciocínio, por este motivo existem diversas versões e revisões sobre este conceito. A versão padrão é a desenvolvida em 1903, a saber: “O fato surpreendente C é observado. Mas, se A fosse verdadeiro, C se seguiria necessariamente. Então, há razões para crer que A seja verdadeiro”. Passagem do consequente ao antecedente. Serve para justificar os muitos procedimentos hipotéticos da nossa experiência, como nos diagnósticos médicos em casos desconhecidos, as grandes descobertas científicas, episódios particularmente complicados de criminalística, decisões difíceis de estratégias em momentos problemáticos. Peirce o chama também de *retrodução*.

Agapismo: Parte da tríade metafísica da cosmologia proposta por Peirce, que de modo articulado com o Tiquismo e Sinesquismo contribui para a evolução do cosmos. O centro do plano ágape é o amor geracional cósmico e criativo, que faz parte e move a evolução das Leis da Natureza.

Anti-cartesianismo ou anti-intuicionismo: Peirce afirma a não existência de uma faculdade intuitiva. As críticas que faz sobre esse tema estão voltadas a Descartes, por ter afirmado a existência de tal faculdade intuitiva e que este é o resultado evidente à luz da razão de modo evidente e imediato. Segundo Peirce, não há representação se não por meio de faculdade cognosciva, que, segundo ele, é uma faculdade feita de representações que operam através de inferência. Não há nada de claro e distinto, como propõe Descartes, como não há uma faculdade que capta essa clareza e distinção. Não significa dizer que as interpretações sejam arbitrárias, mas que é impossível um conhecimento não mediato.

Classificação das Ciências: É a tentativa de Peirce de articular o sistema do conhecimento. A classificação das ciências é conhecida pela taxonomia Comteana, que se apresenta como um clássico da filosofia positivista. Peirce se refere à essa tradição, no entanto a modifica internamente. A classificação Peirceana é uma escala em que há dois tipos de ordens: A ciência que está em alto (especializada), que fornece conhecimento para os que estão embaixo (senso comum); e vice-versa, a ciência que está embaixo que fornece conteúdo para a ciência que está em alto. Secundo a ordem descrita por Peirce, matemática fornece princípios a todas

³⁰⁵ Baseado no modelo dos conceitos-chaves de Maddalena (MADDALENA, 2015, pp. 91-112), *Stanford Encyclopedia of Philosophy* e referência bibliográfica; tradução livre.

as demais áreas do conhecimento. A fenomenologia recebe conhecimento da matemática e fornece princípios à ciência normativa, à metafísica e às ciências especializadas. Em Peirce, a classificação das ciências é um princípio ordenador dos instrumentos e do método da pesquisa, e do fato se extrai o único mapa para orientar-se nesse seu sistema.

Comunidade Indeterminada de Investigadores (CII): Grupo ideal de investigadores são a justificativa peirceana para a verificação da teoria a *long run*. Como as cadeias inferenciais sgnicas são de tipo infinito, de modo ideal se persegue um finalismo com fins à verdade, que coincide com a realidade, mediante condições de erro, em que as teorias são revisadas por membros dessa categoria da comunidade indeterminada mediante comprometimento ético e de pesquisar para encontrar a verdade, contribuindo para o desenvolvimento, crescimento, e evolução do conhecimento.

Continuidade: A continuidade é uma das colunas conceituais do sistema filosófico peirceano. Sem a devida compreensão a respeito desse conceito seria impossível compreender o que Peirce tinha em mente ao construí-lo. A continuidade é o nome científico adequado para designar a realidade em evolução e em trânsito entre as várias modalidades lógico-ontológicas intrínsecas do mundo e da ordem do individual, possuindo distinções. A pesquisa científica da qual precisamos para conhecer a estrutura mesma da possibilidade dos efeitos práticos para se chegar ao fim ideal da mesma, em que verdade e realidade coincidem, deve estar inserida em uma trama de relações representativas que devem poder ser verificadas. Sem a continuidade a consciência pragmática seria impossível. Na obra de Peirce aparecem cinco conceituações sobre continuidade: primeira de inspiração kantiana, segunda kantiana-cantoriana, terceira aristotélico-kantiana, quarta supermultitudinária, quinta e última topológica, todas estas imbricadas à realidade dos infinitesimais. Sem entrar nas complexas definições matemáticas, podemos dizer que Peirce passa de uma concepção metodológica analítica da continuidade e da representação a uma concepção permeada de considerações que implicam um tipo de representação sintética. As propriedades da continuidade peirceana plasticidade, reflexividade, generalidade, transitividade, corroboram para a justificação da liberdade do movimento do pensamento, sua capacidade de aferir objetos não conceituais (relativa à interioridade sgnica) e sua capacidade de encarnar-se na ação (exterioridade física).

Cosmos: Universo em seu conjunto ordenado. Estrutura universal em sua totalidade.

Deus: Peirce é um defensor teórico e prático da crença em Deus. No artigo *A Neglected Argument for the Reality of God*, de 1908, Peirce argumenta que Deus é considerado o objeto lógico supremo. Peirce crê em um Deus criador e onipotente (e não a *anima* do mundo, como a considera a tradição cristã). É o Deus que continua a criar fornecendo a possibilidade de novidade da realidade que, segundo Peirce, é a verdadeira demonstração da falsidade de todo determinismo. Visto que a criação é sempre âncora e sempre em curso, o Deus descrito por Peirce é também vago, não completamente determinado e em constante mudança. A grande lei da continuidade demonstra que é um Deus que se comunica e que deseja ser compreendido. Peirce cita, à propósito, o Budismo. Peirce, no artigo citado acima, observa que a crença em Deus faz parte do senso comum dos seres humanos e que há sobre si uma crença vaga e não determinada. Segundo ele, há uma alta possibilidade desta crença ser verdadeira porque o senso comum está em acordo com o desenvolvimento de toda realidade.

Dúvida: Há dois significados para a dúvida em Peirce. 1) A dúvida sobre o papel: Uma forma de dúvida que é proposta por Descartes, que coloca em dúvida teoricamente tudo aquilo no que se crê, que, segundo Peirce, não é exequível. 2) A dúvida real ou vivente: Aquela forma de dúvida própria da ciência, que se baseia sobre o movimento de crença e dúvida, que vem acompanhado quando se está diante de um fenômeno surpreendente. Tal fenômeno inicia a dinâmica da insatisfação e da produção de hipóteses explicativas. A pesquisa verdadeira, segundo ele, nasce desta segunda concepção de dúvida.

Ética: Peirce divide duas categorias de ética: pura e aplicada. A ética pura é a disciplina que visa conhecer o fim (deontológico) da conduta humana, que pode ser boa ou ruim. No *A Neglected Argument for the Reality of God*, de 1908, Peirce argumenta que seria este um juízo sobre a *plausibilidade* de um certo argumento. A ética aplicada é o estudo de como os fins normativos estão incarnados nas ações.

Estética: A estética é a disciplina que estuda a admirabilidade da ordem final e cujos juízos éticos fazem referimento. A beleza, segundo Peirce, diz respeito a um fim em si mesmo. As coisas são belas por que são, e se desenvolvem em virtude da unidade e simplicidade. Há dois tipos de juízo estético: positivo e negativo.

Falibilismo: Princípio ao qual cada resultado da pesquisa verificada não possa ter uma aproximação da verdade. É importante destacar que os resultados negativos ou positivos, uma

vez verificados, estão sempre a um passo ao encontro da verdade, que é o fim ideal para o qual a pesquisa se encaminha. Peirce fala do falibilismo como uma concretização do princípio de continuidade, ou seja, mediante a compreensão de que cada fato é compreensível somente no interior da continuidade evolutiva do real. Do mesmo modo, cada resultado científico é compreensível somente se considerado como um passo em direção à verdade última que só pode ser pensada mediante uma hipótese sobre o fim da história. O falibilismo não significa dizer que não existe a verdade, mas, ao contrário, significa que é a totalidade ideal que faz com que os resultados sejam sempre provisórios. Sem a verdade não se pode saber que o resultado é falível. Nesse sentido, o falibilismo peirceano tem sido mal compreendido, pois seu pensamento está distante de certo relativismo. Pensar que um pensamento possa ser reformável, falível e provisório não significa dizer que não haja uma verdade, mas se pode saber da própria inadequação do fato que a verdade só se revela em um futuro condicional da *long run* da pesquisa.

Fenomenologia – Categorias de primeiridade, secundidade, terceiridade: A fenomenologia peirceana nasce de princípios da matemática, especificamente da sequência dos ordinais, considerada como essencial. *Primeiridade:* da categoria dos que se apresentam *per se* e não necessita de um outro. Fenômeno deste tipo se manifestam raramente, como por exemplo um momento de puro êxtase estético. *Secundidade:* a categoria de um segundo, que implica um confronto, uma alteridade. Qualquer evento físico implica em uma categoria de secundidade.

Grafos Existenciais: Segundo Peirce, esta é sua obra-prima conceitual. Os grafos existenciais são uma formalização icônica da lógica dos relativos. Em outras palavras, Peirce antecipa a representação por meio dos grafos *alfa*, a lógica proposicional, dos grafos *beta* a lógica de primeira ordem, e dos grafos *gama* a lógica modal. O resultado geral é o mesmo da lógica formal de tipo simbólico. Os grafos são o modo que se pode representar graficamente o agir do pensamento humano.

Ilação: Relação ilativa é a primária e primordial relação semiótica, em que a mente representa as coisas como sendo no espaço, que é sua representação instintiva do agrupamento de reações, mediante supressão do tempo na consciência perceptiva.

Interveniência: Isonomia entre dois planos de abrangência quanto ao poder de generalização.

Instinto racional: A relação fundamental entre a mente humana e a realidade em evolução. O instinto racional é uma faculdade, neste sentido, não substancializada, mas funcional, que permite que se escolha uma hipótese plausível em detrimento de outra. Peirce muda de ideia muitas vezes ao longo da definição do que seja este instinto da razão, que começa a ser descrito como uma experiência, que está de fora do percurso formal científico, mas que é considerada uma parte integrante da racionalidade.

Juízo perceptivo: Resultado de um processo perceptivo que envolve relação com a secundidade, que não envolve volição quanto ao perceber, mas que implica um juízo quanto à interpretação do que se percebe, envolvendo assim aspectos da categoria de fenômenos de secundidade. Este é o ponto de partida para toda possibilidade de conhecimento.

Mente: Mente é modular por completo, até e incluindo os sistemas responsáveis pelo raciocínio, planejamento, tomada de decisões e afins. O conceito de modularidade também tem figurado em debates recentes em filosofia da ciência, epistemologia, ética e filosofia da linguagem - mais uma evidência de sua utilidade como uma ferramenta para teorizar sobre a arquitetura mental. A mente pode ser dividida em três partes: *feeling* ou experiência monádica; sentido de alteridade ou experiência diádica; e sentido de mediação ou experiência triádica. De acordo com essa divisão, três tipos fundamentais da experiência devem ser explicados: “o conteúdo momentaneamente presente da consciência”; a experiência “de um outro diretamente presente, que oferece resistência”; e a experiência de síntese ou mediação.

Mente científica: Aquela capaz de aprender com a experiência.

Máxima pragmática: A versão padrão está sintetizada na afirmativa: “Considerar que efeitos – imaginavelmente possíveis de alcance prático – concebemos que possa ter o objeto de nossa concepção. A concepção desses efeitos corresponderá ao todo da concepção que tenhamos do objeto”. Ou seja, o significado de uma ideia coincide com os conceitos efetivamente práticos que se seguem a partir dela. É importante sublinhar que trata-se de todos os efeitos concebíveis, abrindo uma concepção realista da possibilidade. Logo, se os efeitos serão concebíveis, a possibilidade de novos efeitos está sempre aberta. Esta máxima serve para aclarar as ideias e não para aprová-las ou eliminá-las. Os significados obtidos graças a esta máxima coincidem com um nível de clareza aquele da mera familiaridade com uma ideia.

Metodêutica (ou retórica especulativa): A metodêutica é o estudo do método de investigação, quanto à exposição e aplicação da verdade, em que toda investigação científica deve iniciar-se em uma abdução, a dedução apresenta os consequentes das hipóteses geradas por abdução e a indução oferecerá uma verificação das mesmas hipóteses geradas.

Método Científico: O único modo para fixar verdadeiramente uma crença. Os outros três métodos para fixar uma crença são *tenacidade*, argumento de *autoridade* e *a priori*. Estes três outros métodos de fixação de crença colapsam por força social. O único método que garante um resultado válido é o científico porque prevê, dada sua natureza, o controle social fornecido pela comunidade indeterminada de investigadores, mediante a hipótese de referência de uma dada realidade que será verificada ao final da mesma pesquisa. Os resultados obtidos a partir do método científico não serão definitivos, por causa do falibilismo já mencionado anteriormente, mas serão passos a mais em direção à verdade. A realidade mesma, segundo Peirce, coincide com a verdade. Na sistematização dos últimos anos, o método científico implica também numa sequência de raciocínios que começa com a abdução (geração de hipótese plausível), realiza uma verificação de caráter dedutivo (se a hipótese fosse verdadeira, quais as consequências) e termina com uma verificação indutiva completa através de experimentação.

Modalidades Lógicas: Para Peirce, as modalidades lógicas são três: possibilidade, necessidade e atualidade. Essas três definições se obtêm segundo os cânones da lógica clássica, ratificando que “possibilidade é algo que não se aplica o princípio de contradição. Necessário é aquilo cujo qual não se aplica o princípio do terceiro excluído. Atualidade é aquilo que não se aplica o princípio de contradição e o terceiro excluído. Essas modalidades, em Peirce, são também ontológicas. No tramite entre as modalidades se insere a plasticidade do contínuo da realidade.

Nominalismo: Na concepção peirceana, o nominalismo coincide com cada forma de descontinuidade ou separação entre o objeto do conhecimento e o método de conhecimento. Logo, é nominalista tanto o que crê que o objeto do conhecimento não pode ser conhecido (númeno kantiano), quanto o que pensa que ocorrem meios especiais e diretos de conhecimento, diferente daquela da mediação semiótica e interpretativa, as que são próprias

da classe de experiências ordinárias. A intuição cartesiana, assim como a concepção de imitação platônica são exemplos de nominalismo para Peirce.

Objeto: O objeto é o paralelo entre a investigação e a teoria de signos, em que há uma distinção entre o objeto do signo (objeto imediato), entendido como algum ponto dado no processo semiótico, em relação a seu interpretante final (objeto dinâmico).

Objeto Imediato: Ao objeto enquanto contido no signo que simbolicamente a ele se refere, Peirce denomina.

Presentidade: Tipo de faculdade que habilita o sujeito cognoscente ao olhar, perceber, ver sem atribuir qualquer interpretação. Faculdade que se torna mais evidente nos artistas, por exemplo, que possuem o hábito de verem cores na natureza como elas aparecem.

Realismo Metafísico: O oposto do nominalismo é o realismo, de modo que realismo seria pensar que há uma continuidade entre o objeto e o método de conhecimento. Ao adotar essa concepção, segue-se que os objetos não são incognoscíveis, nem mesmo há método direto de conhecimento. Sobretudo, o pragmatismo não defende que a realidade seja criada a partir do conhecimento, mas que o conhecimento é parte integrante do desenvolvimento da realidade. Realidade e conhecimento são partes da mesma experiência, e o método do conhecimento é o desenvolvimento dos signos segundo uma relação contínua, e é também o método do desenvolvimento da realidade como um todo. Neste sentido se aplica o termo “metafísico”, pois a lei de desenvolvimento da realidade é também aquele do conhecimento e forma com esta um plexo indissociável que se justifica em virtude da própria plenitude. Como referência desta forma de realismo, Peirce recorre à filosofia de Duns Scoto.

Representamem: O signo como o elemento significante funcionando sobre si como significante. O signo em relação a ele mesmo.

Semiótica: Sistema inferencial e relacional de manipulação de símbolos.

Signo: Segundo a definição de Peirce: “Por signo entendo qualquer coisa, real ou fictícia, que é capaz de forma sensível, aplicável a outra coisa que já é conhecida, e que seja capaz de ser interpretada por meio de outro signo, que chamo de seu Interpretante, por comunicar qualquer

coisa de seu objeto que possa não ter sido conhecido primeiro.” (MS 654, p.8). Qualquer coisa pode ser um signo, pois de certo modo representa uma experiência. Peirce considera o signo uma estrutura triádica: Qualquer coisa que signifique algo para alguém. A tríade do signo constitui-se das seguintes partes: Representamen, Interpretante e o Objeto.

Signos, tipos de: A tricotomia mais importante é a do ícone, índice e símbolo. No entanto, há uma classificação de 59.046 tipos de signos que derivam da combinação de 15 categorias de base que exprimem todas as passagens que portam significado do objeto dinâmico ao interpretante, fazendo ver como um signo cresce ou se desenvolve. A conexão entre objeto dinâmico e o representamen é identificada à partir da tríade ícone, índice e símbolo, que representa o objeto respectivamente por similaridade, conexão direta e interpretação.

Sinequismo: uma das partes da tríade cosmológica peirceana, juntamente com tiquismo e agapismo. O sinequismo é o pensamento que insiste no ideal da existência de uma lei do contínuo. No seu aspecto metodológico, o sinequismo aponta para a necessidade de se levantar hipóteses que envolvam uma verdadeira continuidade.

Senso Comum Crítico: O senso comum é uma forma de conhecimento que é vaga, ainda não determinada, mas é o fruto da evolução da realidade. Também o senso comum envolve o reconhecimento desta lentíssima evolução, podendo ser tomado como ponto de partida do conhecimento, com vistas no estabelecimento da crença, sem a qual o conhecimento científico não se move.

Subjetividade: A subjetividade é uma complexa rede de percurso semiótico que inclui a corporeidade e a espiritualidade. O sujeito não é uma substância dada *a priori*, mas uma função semiótica. É importante frisar que para Peirce os significados são externos aos seres humanos, e que sua função é a de reformular esses significados. Nessa função existe a grande, como também a limitação, que Peirce parafraseia de William Shakespeare: “Orgulhoso. Vestido de breve pequena autoridade. Ignorante da única coisa que sabe por certo: a sua essência de vidro”.

Subveniência: Postos planos em relação, este é o que possui menor poder de generalização.

Superveniência: Postos planos em relação, este é o que possui maior poder de generalização.

Em relação Terceiridade: terceira categoria fenomenológica descrita por Peirce em que está implicada a interpretação, o hábito de ação, a lei e a continuidade.

Tiquismo: Parte da cosmologia peirceana, compondo a tríade com agapismo e sinequismo, referente à evolução do cosmos. O Tiquismo é a concepção de que o acaso tem uma existência objetiva.

Vagueza: O estado epistemológico de indeterminação, que corresponde à primeiridade fenomenológica. No entanto, tal indeterminação não é sem significado, mas é um estágio o conhecimento é mais rico, no qual se encontra a crença do senso comum. Para Peirce, o aspecto linguístico não é o último reflexo de uma condição lógico-ontológica muito vasta, que deve ser ainda explorada de modo adequado por meio dos estudos dos especialistas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rachel G. Considerações sobre a palavra Pragma. **Revista Cognitio**, Ano I, n. 1, 2º sem., p. 8-18, 2000.

APEL, Karl. **Charles Sanders Peirce** – from Pragmatism to Pragmaticism. New Jersey: Humanities Press, 1995.

_____. **Transcendental-Semiotic Point of View**. Manchester. Publisher: Manchester University Press, 1998.

_____. **Comunità e comunicazione**. Torino: Rosenberg & Sellier, 1977.

_____. **Discorso, verità, responsabilità**. Le ragioni della fundazione: com Habermas contro Habermas. Tradução de V. Marzocchi. Milano: Guerini, 1997.

ARISTÓTELES. De Interpretatione. Trans. E. M. Edghill. In: Hutchins, R. M. (Ed.). **Great books of the western world**. Chicago: Encyclopedia Britannica., v. 8, p. 25-36, 1978.

_____. **Organon**. Trad. E. Bini., Edipro, São Paulo, 2005.

_____. Analíticas Posteriores. Livro I, Cap. 1-3. In: **Órganon**. Trad. E. Bini., Edipro, São Paulo, 2005.

BARRENA, Sara. **La razón creativa: crecimiento y finalidad del ser humano segun C. S. Peirce**. Madrid: Ed. Rialp, 2007.

BARRENA, Sara; NUBIOLA, Jaime. **Charles S. Peirce (1839-1914): Um pensador para el siglo XXI**. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 2013.

BAVARESCO, Agemir. Pragmatismo semântico: modelo, estratégias e história do projeto filosófico de Robert Brandom. **Cognitio-Estudos**, v. 8, nº. 2, julho-dezembro, p.74-85, 2011.

BÍBLIA. A.T.. A Torá Viva: O Pentateuco e as Haftarat. Tradução de Adolpho Wasserman. Comentário de Aryeh Kaplan. 2ª. Ed. São Paulo: Maayanot, 2013.

BÍBLIA Judaica Completa: o Tanakh [AT] e a B'rit Hadashah [NT]. Tradução do original para o inglês David H. Stern, e tradução do inglês para o português Rogerio Portella e Celso Eroneides fernandes. São Paulo: Editora Vida, 2010.

BOERSEMA, David. **Pragmatism and Reference**. Cambridge, Massasuchetts: MIT Press, 2008.

BRANDOM, Robert B. **Perspectives on Pragmatism: Classical, Recent, and Contemporary**. Cambridge MA: Harvard University Press, 2011.

_____. **Between Saying and Doing: Towards an Analytic Pragmatism**. Cambridge MA: Cambridge University Press, 2008.

_____. **Making It Explicit**. Cambridge MA: Harvard University Press, 1994.

BRENT, Joseph. **Charles Sanders Peirce: A life.** Bloomington: Indiana University Press, 1993.

BRESCIANI, Ettore.; D'OTTAVIANO, Itala. M. L. Conceitos básicos de sistêmica. *In:* D'OTTAVIANO, Itala. M. L.; GONZALEZ, Maria. E. Q. (Orgs.). **Auto-organização:** estudos interdisciplinares. Campinas, SP: UNICAMP/ Coleção CLE, 283- 306, 2003.

BOLER, J. **Peirce sobre os medievais: realismo, potência e inferência.** (2004). Disponível em: <<http://pucsp.br/pos/filosofia/Pragmatismo/eventos/7encontro/7PragBolerPaper-Trad.doc>>. Acesso em 14 mai 2017.

CALCATERRA, Rosa. M. **Ideias concretas:** percursos na filosofia de John Dewey. Trad. Silvana C. Leite. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

_____. **Pragmatismo:** i valori dell'esperienza – Letture di Peirce, James e Mead. Roma: Carocci Editore, 2003.

_____. **Interpretare l'esperienza:** scienza metafisica etica nella filosofia de Ch. S. Peirce. Roma: Editrice Iana, 1989.

CALCATERRA, Rosa M.; FREGA, R. John Dewey. *In:* CALCATERRA, Rosa M.; MADDALENA, Giovanni; MARCHETTI, Giancarlo. (Orgs.). **II pragmatismo:** Dalle origine agli sviluppi contemporanei. Carocci Editore: Roma, p. 113-137, 2015.

CALCATERRA, Rosa M.; MADDALENA, Giovanni; MARCHETTI, Giancarlo. (Orgs.). **II pragmatismo:** Dalle origine agli sviluppi contemporanei. Carocci Editore: Roma, 2015.

CAMPOS, Jorge. **Os enigmas do nome:** na interface lógica/semântica/pragmática. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CHIBENI, Silvio. S. A Inferência abdutiva e o realismo científico. **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**, v.6, n.1, p.45-73, 1996.

_____. Afirmando o consequente: uma defesa do realismo científico (?!). São Paulo: **Scientiae Studia**. v. 4, n. 2, Abr.-Jun., 2006.

CIRNE-LIMA, Carlos. **Sobre a contradição.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

_____. **Dialética para Principiantes.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

_____. **Depois de Hegel:** *Uma reconstrução crítica do sistema neoplatônico.* Caxias do Sul – RS: Educs, 2006

CIRNE-LIMA, Carlos; ALMEIDA, Custódio. (Orgs.). **Nós e o Absoluto.** São Paulo: UFC/Ed. Loyola, 2001.

CIRNE-LIMA, Carlos; HELFER, H.; ROHDEN, Luiz. (Orgs.). **Dialética e Natureza.** Caxias do Sul, RS: Educs, 2008

CLARKE, Desmond. Descartes' Philosophy of Science and the Scientific Revolution. In: COHEN, B. I.; COTTINGHAM, J. (Ed.). **The Cambridge Companion to Descartes**. Cambridge: Cambridge University Press, p.258-285, 1995.

COLAPIETRO, Vincent. **A Peircean Account of First-Person "Authority": The Radical Implications of Thoroughgoing Fallibilism.**, (Unpublished paper), 2014.

_____. **Peirce approach to the self**. A semiotic perspective on human subjectivity. Albany, State University of New York Press, 1989.

DANCY, John. **Epistemologia contemporânea**. Tradução de Tereza Louro Pérez. Lisboa: Edições 70, 1990.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1957.

DE TIENE, André. Information in formation: a Peircean approach. In: **Cognitio**, São Paulo, v.6, n.2, p.149 -165, 2005.

_____. **A "corrente fluente" que conduz o pragmatismo: James, Peirce e Royce**. <Disponível:ww.pucsp.br/pos/filosofia/Pragmatismo/eventos/9enc_prag/9enc_1_conf_trad_d e_tienne.pdf>. Acesso em: 14 mai 2017.

DEWEY, J. **Human nature and conduct: An Introduction to Social Psychology**. New York: Henry Holt and Company, 1922. Disponível em: <http://www.leudar.com/library/HUMAN%20NATURE%20AND%20CONDUCT%20-%20Dewey,%20John.pdf>.

_____. The Reflex Arc Concept in Psychology. **Rewiew**, v. 3, p. 357-370. Disponível em: https://brocku.ca/MeadProject/Dewey/Dewey_1896.html.

DI MARE, A. R. **A concepção da teoria evolutiva desde os gregos: ideias, controvérsias e filosofias**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

D'OTTAVIANO, Itala M. L.; FEITOSA, Hércules A. **Sobre a história da lógica, a lógica clássica e o surgimento das lógicas não-clássicas**. Rio Claro, 2003. <Disponível em:ftp://ftp.cle.unicamp.br/pub/arquivos/educacional/ArtGT.pdf>. Acesso em: 21 mai 2017.

ECO, Umberto. **I limiti dell'interpretazione**. Milano: Bompiani, 1990.

FABBRICHESI, R. Il Pragmatismo Assoluto di Josiah Royce. In: CALCATERRA, Rosa M.; FREGA, R. John Dewey. In: CALCATERRA, Rosa M.; MADDALENA, Giovanni; MARCHETTI, Giancarlo. (Orgs.). **Il pragmatismo: Dalle origine agli sviluppi contemporanei**.Carocci Editore: Roma, p. 99-112, 2015.

FAILLA, M. *Pragmatismo e Teoria Crítica*, p. 226. In: CALCATERRA, R. M.; MADDALENA, G.; MARCHETTI, G. (Orgs.). "Il pragmatismo: Dalle origine agli sviluppi contemporanei".Carocci Editore: Roma, 2015,pp. 289-306.

FERRARI, M. William James. In: CALCATERRA, Rosa M.; MADDALENA, Giovanni; MARCHETTI, Giancarlo. (Orgs.). **Il pragmatismo: Dalle origine agli sviluppi contemporanei**. Carocci Editore: Roma, p. 73-98, 2015.

FORD, Brian. J. On Intelligence in Cells: The Case for Whole Cell Biology. In: **Interdisciplinary Science Reviews**, v. 34, n. 4, december, p. 350-365, 2009.

GARDIM, Anabela. **Comunicação e Ética: O Sistema Semiótico de Charles S. Peirce**. Corvilhã: Editoras Ubianas, 2007.

GREENE, Brian. **O Universo elegante: supercordas, dimensões ocultas e a busca da teoria definitiva**. Trad. José V. Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HAACK, Susan. **Filosofia das Lógicas**. Trad. Cezar Augusto Mortari, Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

HAACK, S. **Defending Science, Within Reasons: Beyond Scientism and Cynicism**. Amherst, MA: Prometheus Books, 2003.

HASELAGER, Willem F. G. Auto-organização e comportamento comum: opções e problemas. In: SOUZA, Gustavo M.; D’OTTAVIANO, Itala M.L.; GONZALEZ, Maria E.Q. (EDS.). **Auto-organização: Estudos interdisciplinares**. Campinas, SP Coleção CLE, v. 38, p. 213-235, 2004.

HAUSMANN, C. **Charles S. Peirce’s Evolutionary Philosophers**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HAVENEL, Jérôme. Peirce’s clarifications on continuity. In: “**Transaction of the Charles S. Peirce Society**, n. 45, v. 1, 2008

HEGEL, George W. F. **Ciência da lógica: (excertos)**. Trad. Marco Aurélio Werle. São Paulo: Barcelona, 2011.

_____. **Ciencia de la Lógica**. Tradução de Augusta Mondolfo e Rodolfo Mondolfo. 6. ed. Buenos Aires: Ediciones Solar, v. I, 1993.

_____. **Como o senso comum compreende a filosofia**. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. **The Philosophy of Righth**. Trad. Alan With. Indianápolis: Focus, 2002.

HOFFMANN, Michael H.G. Cognição e pensamento diagramático. QUEIROZ, João.; MORAES, Lafayette. (Orgs.) **A lógica de diagramas de Charles Sanders Peirce: Implicações em Ciência Cognitiva, Lógica e Semiótica**. Juiz de Fora: Editora UFJF, p. 105-137, 2013.

HOOKWAY, Christopher. **Peirce: The arguments of the Philosophers**. Londres: Routledge, 1985.

HOLMES, Oliver W. Law in science and science in law. **Harvard Law Review**, 1899 – JSTOR. Consultado em: downloaded from 191.203.6.101 on Tue, 19 Jun 2018 00:41:31 UTC All use subject to <http://about.jstor.org/terms>

HÖSLE, Vittorio. **O sistema de Hegel: o idealismo da subjetividade e o problema da intersubjetividade**. Tradução de Antonio Celiomar Pinto de Lima. São Paulo: Loyola, 2007

IBRI, I. A. **Kósmos Noëtós: a arquitetura metafísica de Charles S. Peirce**. São Paulo: Perspectiva, 1992 (Coleção estudos; v. 130).

INWOOD, M. **Dicionário Hegel**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Trad. Manoela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 7ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

KENT, Beverley. **Charles S. Peirce – Logic and the Classification of the Sciences**. Montreal: University Press, 1987.

LENZEN, Victor F. The Contributions of Charles S. Peirce to Metrology. **Proceedings of the American Philosophical Society**, v. 109, n. 1, p. 29-46, 1965.

LUFT, Eduardo. **Para uma crítica interna ao sistema de Hegel**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

_____. **As sementes da dúvida**. São Paulo: Mandarim, 2001.

_____. **Sobre a coerência do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. The syndrome of the house taken over. In: **Revista Veritas**, Porto Alegre, v. 58, n. 2, maio/agosto, p. 295-307, 2013,

LUFT, Eduardo; CIRNE-LIMA, Claudio. **Ideia e movimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LUISI, M. (Org.). **Charles Sanders Peirce – Esperienza e Percezione: Percorse nella Fenomenologia**. Firenze: Edizione ETS, 2008.

MADDALENA, Giovanni. **Instinto Razionale**. Torino: Trauben, 2003.

_____. **Peirce**. Milano: Editrice La Scuola, 2015.

MALACHOWSKI, Alan. (Org.) **The Cambridge Companion to Pragmatism**. New York: Cambridge University Press, 2012.

MARCEHTTI, S. Hilary Putnam. In: CALCATERRA, Rosa M.; MADDALENA, Giovanni; MARCHETTI, Giancarlo. (Orgs.). **Il pragmatismo: Dalle origine agli sviluppi contemporanei**. Carocci Editore: Roma, p. 289-305, 2015.

_____. Tendenze odierne: Haacky, West, Brandom e Shusterman. In: CALCATERRA, Rosa M.; MADDALENA, Giovanni; MARCHETTI, Giancarlo. (Orgs.). **Il pragmatismo: Dalle origine agli sviluppi contemporanei**. Carocci Editore: Roma, p. 325-355, 2015.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. São Paulo: Pala Atenas, 2001.

MENAND, Louis. **The Metaphysical Club: A Story of Ideas in America**. New York: Farrar, Straus, and Giroux, 2001.

MONROY, U.R. Epistemology and Ontology in Frege and Peirce: On Thoughts and Generals. In: **Cognitio**, São Paulo, v. 11, n. 1, pp. 139-161, jan/jun 2010.

MORAES, João A. **Implicações éticas da virada informacional na filosofia**. Uberlândia: EDUFU, 2014.

MORAES, Lafayette; QUEIROZ, João. “Grafos existenciais de C.S. Peirce: uma introdução ao sistema Alfa.” **Cognitio**, v. 2, p. 112-133, 2001.

MOREIRA, C.; VIDEIRA Antonio A. P. (Orgs.). **Einstein e o Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

MOTA, Octanny. S.; HEGENBERG, L. Introdução. In: PEIRCE, Charles S. **Semiótica e Filosofia**. São Paulo: Cultrix, 1972.

MUGUERZA, Javier. (org.) **La Concepción analítica de la filosofía**. Madrid: Alianza, 1974.

MURPHY, J. **O pragmatismo: De Peirce a Davidson**. Trad. Jorge Costa. Porto Codex - Portugal: Edições ASA, 1993.

NIEDDU, A.M.; PARRAVICINI, A. Alle origini del pragmatismo. La cultura americana di fine Ottocento: Emerson e il Metaphysical Club. . In: CALCATERRA, Rosa M.; MADDALENA, Giovanni; MARCHETTI, Giancarlo. (Orgs.). **Il pragmatismo: Dalle origine agli sviluppi contemporanei**. Carocci Editore: Roma, p. 21-46, 2015.

NÖTH, Winfried. **A Semiótica no século XX**. 3ª ed. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. **Panorama da Semiótica: de Platão a Peirce**. 3ª ed. São Paulo: Annablume, 2003.

OOSTRA, A.; ZALAMEA, F. (Orgs.). **Cuadernos de Sistemática Peirceana** (n. 3). Bogotá: Editorial Nomos, 2011.

PARISOLI, Luca. **La contraddizione vera: Giovanni Duns Scoto tra le necessità della metafisica e il discorso della filosofia pratica**. Roma: Istituto Storico dei Cappuccini, 2005.

PEABODY, Berkley. **The Winged Word**. Albany, NY: State University of New York Press, 1975.

PEIRCE, Charles. S. **Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. Ed. Hartshorne, Weiss & Burks. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1935, 1958.

_____. **New Elements of Mathematics by Charles S. Peirce.** Editor C. Eisele. The Hague, The Netherlands: Mouton, 1976.

_____. **Writings of Charles Sanders Peirce.** Vol. I a VI, a cura de Peirce Edition Project. Bloomington and Indiana: Indiana University Press, 1982-2010.

_____. **Escritos Coligidos/ Peirce;** seleção Armando Mora D'Oliveira; trad. Armando Mora D'Oliveira e Sérgio Pomerangblum. 4ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1989 (Coleção os Pensadores).

_____. **The Essential Peirce.** Vol. 1 e 2. Bloomington and Indiana: Indiana University Press, 1992-1998.

_____. **Pragmatismo e oltre.** Trad. Giovanni Maddalena. Milano: Bompiani Testi a Fronti, 2000a.

_____. **Semiótica.** Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo Editora Perspectiva, 2000b.

_____. **Scritti scelti.** Trad. Giovanni Maddalena. UTET: Torino, 2005.

_____. **Ilustração da lógica da ciência.** Trad. e Introd. Renato Rodrigues Kinouchi. São Paulo: Ideias & Letras, 2008a.

_____. **Esperienza e Percezione: Percorsi nella Fenomenologia.** Trad. Maria Luisi. Firenze: Edizione ETS, 2008b.

PETERSON, D. **Forms of representation:** na disciplinary theme for cognitive science. Wiltshire: Cromwell Press, 1996.

PESSIS-PASTERNAK, Guitta. **Do caos à inteligência artificial.** São Paulo: Edunesp, 1993.

PONZIO, Augusto. **Semiótica e dialettica.** Bari: Edizioni dal Sud, 2004.

PONZIO, Augusto.; PETRILLI, Susan. **Semioetica.** Roma: Meltemi, 2003.

PORTO, Augusto (Org.). Gramática, Verdade e Inferência. 6. ed. Curitiba (PR e São Carlos (SP): **Dois Pontos**, UFPR e UFSCAR, 2009.

PUTNAM, Hilary. La dicotomia fatto/valore e il futuro della filosofia. In: MARCHETTI, G. (Org.). **“La contingenza dei fatti e l’oggettività dei valori”**. Milano: Mimesis, 2013, pp. 39-57.

_____. **William James and Josiah Royce - Observations and Responses to the Conference.** Palestra proferida em 27 de maio de 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P4QtOT57S9Y>.

QUEIROZ, João.; MORAES, Lafayette. (Orgs.) **A lógica de diagramas de Charles Sanders Peirce: Implicações em Ciência Cognitiva, Lógica e Semiótica.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

QUEIROZ, João. Peirce: De ‘On the logic of science’ ao ‘Syllabus of certain topics of logic’ p. 185. In: **Trans/Form/Ação**. São Paulo, 2007, vol. 30, n. 2, pp. 179-195.

REYNOLDS, Andrew. **Peirce’s Scientific Metaphysics: The Philosophy of Chance, Law and Evolution**. Nashville: Vanderbilt University Press, 2002.

ROBIN, Richard. **Annotated Catalogue of the Papers of Charles S. Peirce**. Amherst, MA: University of Massachusetts Press, 1967.

ROCHA, Renato M. **O realismo modal de David Lewis: uma opção pragmática**. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Goiás, como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em Filosofia, 2010.

RODRIGUES, Cassiano. T. **Estudo sobre o conceito de ciência na filosofia de Charles S. Peirce**. Tese de doutoramento apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para a obtenção do título de doutor em Filosofia, 2005.

ROHDE, Geraldo M. **Epistemologia ambiental: uma abordagem filosófico-científica sobre a efetuação humana alopoiética da Terra e de seus arredores planetários**. 2ª Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

RORTY, Amelie O. Descartes on thinking with the body. In: COHEN, B. I., COTTINGHAN, J. (Ed.) **The Cambridge Companion to Descartes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, pp. 371-39

_____. **Philosophy and the Mirror of Nature**. Princeton University Press: Princeton, 1979.

_____. **La filosofia e lo specchio della natura**. Bompiani: Milano, 1986.

_____. **Consequences of Pragmatism**. Essays, 1972-1980, University of Minnesota Press: Minneapolis.

_____. **Conseguenze del pragmatismo**. Feltrinelli: Milano, 1986.

SANTAELLA, Lucia. **A Assinatura das Coisas: Peirce e a Literatura**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

_____. **O método anticartesiano de C. S. Peirce**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

_____. **Matrizes da linguagem e pensamento**. 3ª ed. São Paulo: Iluminuras/ FAPESP, 2005.

_____. **Mente e/ou consciência em C.S. Peirce**. In: **Cognitio**, São Paulo, v.17, n.1, p. 119-130, jan./jun. 2016.

SANT, A. **Del què al quien: el problema de la identidad personal**. San Miguel de Tucumán: Facultad y Letras. Instituto de Estudios Antropológicos y Filosofía de la Religión, 2013.

SANTAELLA, Lucia. **O método anti-cartesiano de C.S. Peirce**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SCHILLER, Friedrich von. **A Educação Estética do Homem**. São Paulo: Iluminuras, 1995.

_____. **Lettere sull' Educazione Estetica dell Uomo**. Roma: Armando Editore, 1993.

SILVEIRA, Lauro F. B. *Semiótica peirceana e produção poética*. In: **Trans/Form/Ação**, v.6, p. 13- 23, 1983.

_____. *Charles S. Peirce e a contemporânea filosofia da ciência*. In: **Trans/Form/Ação**. – Revista de Filosofia, Marília, v.14, p.45-52, 1993.

_____. **Curso de Semiótica Geral**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

_____. **Incursões Semióticas**. São Paulo: UNICAMP/Coleções CLE, 2014.

SIMHA, André. **A consciência, do corpo ao sujeito**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2009.

SOKAL, A; BRICMONT, J. **Imposturas Intelectuais: o abuso da ciência pelos filósofos pós modernos**. Trad. Max Alkman. Rio de Janeiro: Edições BestBolso, 2014.

SOSPEDRA, D. D. **Cominidàd y Cooperaciòn em Charles Sanders Peirce Lectura Ètica del Sentido Comùn Crítico**. Tese de doutoramento apresentada à Universitat de València, como exigência parcial para obtenção do título de doutor em Filosofia e Ciências de la Edicaciòn, 2003.

SPARANO, Maria C.T. **Linguagem e significado: o projeto filosófico de Donald Davidson**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

STEIN, Edith. **Exercícios de Fenomenologia: limites de um paradigma**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

STJERNFELT, F. Diagramas: Foco para uma epistemologia peirceana QUEIROZ, João.; MORAES, Lafayette. (Orgs.) **A lógica de diagramas de Charles Sanders Peirce: Implicações em Ciência Cognitiva, Lógica e Semiótica**. Juiz de Fora: Editora UFJF, p. 49-81, 2013.

TAYLOR, Charles. **Hegel: Sistema, método e estrutura**. Porto Alegre: Realizações Editora, 2014.

TIERCELIN, Claudine. Was Peirce a genuine Anti-Psychologist in Logic? In: **European Journal of Pragmatism and American Philosophy**. [Online], IX -1. Online Since, 22 de julho de 2017.

TIMMERMANS, Benoit. **Hegel**. Trad. Tessa Moura Lacerda. São Paulo: Estação liberdade, 2005.

VELLOSO, Araceli R. S. Agregados, conjuntos e a tese da indeterminação da referência. **Dois Pontos** (UFPR), v. 6, p. 109-127, 2009.

_____. Os Paradoxos da identidade e seu papel como limitadores de uma teoria funcional da linguagem. **Princípios**, v. 16, p. 5-34, 2010.

VIMERCATI, Fulvia. **La scrittura del Pensiero**. (Pragmatta: Le economia del vero).Milano: Albo Versório, 2005.

ZALAMEA, Fernando. **Filosofía sintética de las matemáticas contemporáneas**. Bogotá: Editorial Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias, 2009.

Stanford Encyclopedia of Philosophy. Disponível em:
<https://plato.stanford.edu/entries/pragmatism/#OthPra>
“Grupo de Estudos Peirceanos”. Disponível em: <http://www.unav.es/gep/>



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br